

12

# Dito ^o de cendo e cimo e da p ^a a p ^a ma	Jy 1 ^a da
# Dito de cendo e cimo e da p ^a a p ^a ma	
# Dito de cendo e cimo e da p ^a a p ^a ma	
# Dito de cendo e cimo e da p ^a a p ^a ma	
# Dito de cendo e cimo e da p ^a a p ^a ma	
# Dito de cendo e cimo e da p ^a a p ^a ma	
# Dito de cendo e cimo e da p ^a a p ^a ma	
# Dito de cendo e cimo e da p ^a a p ^a ma	
# Dito de cendo e cimo e da p ^a a p ^a ma	
# Dito de cendo e cimo e da p ^a a p ^a ma	
# Dito de cendo e cimo e da p ^a a p ^a ma	

Guida da Silva Cândido

Comer como uma Rainha

Estudo de um livro da Casa de D. Catarina de Áustria

Dissertação de Mestrado em Alimentação: fontes, cultura e sociedade,
orientada pela Professora Doutora Maria José Azevedo Santos,
apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Comer como uma Rainha

Estudo de um livro da Casa de D. Catarina de
Áustria

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	COMER COMO UMA RAINHA – ESTUDO DE UM LIVRO DA CASA DE D. CATARINA DE ÁUSTRIA
Autor	Guida da Silva Cândido
Orientador	Maria José Azevedo Santos
Júri	Presidente: Doutora Carmen Isabel Leal Soares Vogais: Doutora Maria José Azevedo Santos Doutora Ana Isabel Buescu
Identificação do Curso	Alimentação: fontes, cultura e sociedade
Área científica	História das Culturas
Especialidade	Alimentação: fontes, cultura e sociedade
Data	07-07-2014
Classificação	19 valores

Ilustração da Capa:

Excerto do “Livro da Casa de D. Catarina de Áustria”

ANTT, NA 786, fl. 12

Para o Gabriel, a Leonor e a Francisca

«Diz-me o que comes; eu te direi quem és.»

Jean Anthelme Brillat-Savarin, *A fisiologia do gosto*

«Sê humilde para evitar o orgulho, mas voa alto para alcançar a sabedoria.»

Santo Agostinho

Guida da Silva Cândido

Figueira da Foz, dia de Santo Isidoro de 2014

AGRADECIMENTOS

No instante em que encerro este estudo sinto, verdadeiramente, que ele não terminou. Não só porque o documento analisado continua a levantar questões mas também porque o meu entusiasmo pela História da alimentação tem vindo a crescer ao longo da frequência do mestrado em *Alimentação: fontes, cultura e sociedade* e não se esgotou com esta dissertação. Descobrir este curso é um dos episódios felizes da minha vida, e tal como tantos outros acontecimentos, igualmente significativos, foi uma obra do acaso, um conjunto de factos aleatórios que culminaram neste momento afortunado. E, à semelhança do que acontece com toda a humanidade, as minhas conquistas derivam muito da força interior mas são, na mesma medida, dependentes de muitas pessoas e de muitas circunstâncias. Dessa forma, cabe aqui deixar uma palavra a todos os que contribuíram de forma inequívoca para eu dedicar dois anos a esta aventura e que resultam nestas páginas agora apresentadas.

Aos meus Pais. A eles devo a oportunidade de entender a escola como a grande ferramenta para a vida. Essa verdade que me transmitiram de forma natural, e na mais tenra das idades, alicerçou tudo o que, mais tarde, intuí como imprescindível. Também agora, em idade adulta, colaboraram de forma extraordinária ajudando-me com a logística familiar e incentivando-me a ter brio no trabalho desenvolvido.

À minha irmã, a minha melhor amiga desde sempre, sobretudo pelo orgulho desmesurado e injustificado que tem por mim e que me obriga a esforçar-me cada dia mais para não a desiludir. Agradeço-lhe igualmente a leitura deste trabalho, na fase da escrita, com observações pertinentes.

Ao Gabriel. A ele devo o despoletar deste processo, o voltar aos bancos da Faculdade de Letras. Estou-lhe grata por todos os dias me inspirar e ser um modelo a seguir; por aceitar de forma abnegada as minhas “ausências”, sobretudo neste período final; por acompanhar de forma muito presente as nossas filhas; pelas críticas sempre profícuas que contribuíram para a melhoria do meu estudo e, sobretudo, por ser o meu porto seguro.

Às minhas filhas, a Leonor e a Francisca, pelo amor incondicional: o que lhes tenho e o que me oferecem. São uma bênção e o motivo porque todos os dias procuro ser melhor pessoa.

À família, especialmente sogros e cunhados, por apoiarem esta demanda, sem reservas e com alegria.

Aos “pares de amigos” que de forma generosa me libertaram das minhas obrigações maternas cuidando, em momentos mais críticos, das minhas filhas: a Sandra e o Rui; a Virgínia e o Carlos e, claro, a Ana e o Paulo Bento.

Aos amigos de todos os dias, de uma vida, e aos mais recentes, pela amizade genuína. À Marta, à Dóris, à Cris, ao Joca, ao João Pedro e Cristina, à Cláudia e Manel. Especialmente ao Paulo Agostinho. O rigor e preciosismo nas leituras em primeira mão deste trabalho foram valiosos, da mesma forma que foram as suas lúcidas palavras que me obrigaram a ultrapassar o drama da página em branco.

Aos colegas da Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Figueira da Foz. Aos que me incentivaram nos momentos em que vacilei e tive dúvidas que era possível conciliar o mestrado com a minha vida profissional. À Mónica, ao Paulo Matos, ao Filipe, à Margarida Perrolas, à Ana Ferreira, à Marta Rosete, à Manuela, à Sónia, à Guilhermina, à Fernanda Jorge, à Sofia, à Inês Pinto e à Ana Cristina. Não esquecendo as colegas da Biblioteca Municipal Pedro Fernandes Tomás que me ajudaram a descobrir nos silos valiosa bibliografia: Mena, Mila, Graça, Célia, Tita e Regina.

Ao David Novo pela preciosa e eficiente ajuda na tradução do resumo para castelhano.

Ao senhor José António, dedicado funcionário do Arquivo Nacional da Torre do Tombo que, com muito profissionalismo, digitalizou por inteiro e com extrema qualidade, o manuscrito agora estudado.

Aos funcionários das bibliotecas e institutos da Universidade de Coimbra, muito particularmente da Faculdade de Letras, que cordialmente facilitaram o meu acesso à bibliografia imprescindível a esta pesquisa.

Aos professores do mestrado por todos os ensinamentos ao longo do curso. À Doutora Maria Helena da Cruz Coelho, à Doutora Carmen Soares, à Doutora Paula Barata Dias, à Doutora Ana Teresa Peixinho, ao Doutor Rui Cascão, ao Doutor Norberto Santos e ao Doutor Jorge Seabra.

Aos investigadores da História e Culturas da Alimentação por serem inspiradores e intensificarem, com os seus estudos e publicações, o meu entusiasmo pela investigação. De forma particular à Professora Doutora Ana Isabel Buescu que de forma generosa partilhou informações dos seus estudos sobre a rainha D. Catarina de Áustria e à Professora Doutora Isabel Drumond Braga pela oferta da sua obra *O “deve” e o “haver” da Casa da Rainha D. Catarina...* cuja leitura muito contribuiu para este trabalho.

Passadas duas décadas, reencontro a Doutora Maria José Azevedo Santos. Fui sua aluna no já distante ano 1994. Aquelas aulas ultrapassaram as noções de Paleografia e Diplomática. As lições que aprendi, que aprendemos todos, foram igualmente de educação e de elegância que lhe são tão características. E retive até hoje que «quem tem honra é quem a dá». E é por este motivo que é com a Professora Maria José que encerro os meus agradecimentos. A honra que me deu ao entregar-me a fonte que transcreveu e me acolher para me orientar neste percurso, constitui o maior voto de confiança, estímulo e consideração que poderia algum dia esperar. O seu conhecimento magistral; o rigor científico; a escrita eloquente e a sua dedicação e entusiasmo contribuíram, de forma incontornável, para este estudo. A ela dedico a minha admiração e estima pessoal.

RESUMO

Comer como uma rainha | Estudo de um livro da Casa de D. Catarina de Áustria

A presente dissertação visa estudar um livro da Casa da Rainha D. Catarina de Áustria (ou de Habsburgo). Reconhecendo a importância e contributo das fontes de carácter administrativo para o estudo da História da Alimentação, a primeira parte deste estudo estabelece a origem do manuscrito e uma data crítica do mesmo, situando-o na década de setenta do século XVI.

Na segunda parte do texto procura-se apresentar resumidamente um esboço da figura da rainha D. Catarina, observando as principais fases da sua vida enquanto rainha de Portugal: inicialmente como rainha consorte; depois como regente na menoridade de D. Sebastião; e, finalmente, na sua fase demissionária, como rainha avó, até ao seu desaparecimento em 1578.

A terceira parte do trabalho explora de forma incisiva a fonte em apreço refletindo sobre a organização administrativa e doméstica da Casa da Rainha, revelando os diversos oficiais e servidores. Seguidamente, faz-se um levantamento e análise dos múltiplos alimentos e alfaias da cozinha, demonstrando a sua diversidade, riqueza e frequência na mesa real, em particular no universo de D. Catarina. Por último, constrói-se a imagem do que seria a sua botica, caracterizando-a de forma a demonstrar a ligeira fronteira entre este espaço físico e a cozinha, nomeadamente em relação aos ingredientes e objetos que habitam ambos os contextos.

Palavras-chave: D. Catarina de Áustria, Casa da Rainha, Livro de despesas, Alimentação, Cozinha, Botica.

ABSTRACT

Eating like a queen | Study of a book of the House of Catarina of Austria

This dissertation aims the study of a book of expenses from the Royal House of Queen D. Catarina de Habsburgo. Considering the relevance and potential contributions that arrive from the analysis of such historical documents of administrative nature, the first part of this study proposes to establish the origin and also a concrete date for the manuscript, more precisely in the 70s of the XVI century.

The second part describes the strong personality of D. Catarina and summarizes the distinct phases of her kingdom: first, at an earlier stage as queen consort, wife of the sovereign D. João III; then as regent of her young grandson, the future king D. Sebastião; and finally acting more as a concerned grandmother than as a queen, until her death in the beginning of 1578.

The third and last part of this dissertation exploits the manuscript under a qualitative perspective, namely through the study of administrative and domestic organization procedures of the House of the Queen in terms of officials and servants at her royal service. It also analyzes food and utilities that prove to be quite diverse in the universe of D. Catarina during this period. This study is concluded with the analysis of the use of food, nutriment and kitchenware during the same period, with pharmacological and therapeutical purposes in mind.

Keywords: D. Catarina de Áustria, Royal House of the Queen, Book of expenses, Food, Cooking, Pharmacy

RESUMEN

Comer como una reina | Estudio de un libro de la Casa de D. Catalina de Austria

La presente disertación está centrada en el estudio de un libro de cuentas de la Casa de la Reina D. Catalina de Austria. Reconociendo la importancia y valor de las fuentes de carácter administrativo en el estudio de la Historia de la Alimentación, la primera parte de este análisis establece el origen y la fecha del manuscrito, situándolo en la década del setenta del siglo XVI.

La segunda parte del texto describe brevemente la personalidad de D. Catalina y resume las diversas fases de su reinado: inicialmente como reina consorte; luego como reina durante la infancia de su nieto D. Sebastián; y, finalmente, ejerciendo más de abuela que de reina hasta su muerte en 1578.

La tercera parte de este trabajo se concentra en el estudio de la organización administrativa y doméstica de la Casa de la Reina, detallando a los oficiales y criados destinados a su servicio. A continuación, se examinan los alimentos y utensilios de cocina, constatando una gran riqueza y diversidad en la mesa real en general y en el universo de D. Catalina en particular. Para finalizar, se proyecta una imagen de lo que hubiese sido su farmacia con la intención de ilustrar la tenue frontera que existía en aquel entonces entre la farmacología y la cocina, sobretodo en cuanto a los ingredientes utilizados en ambos contextos.

Palabras clave: D. Catalina de Austria, Casa Real de la Reina, Libro de cuentas, Alimentación, Cocina, Farmacia.

ÍNDICE

COMER COMO UMA RAINHA

Estudo de um livro da Casa de D. Catarina de Áustria

INTRODUÇÃO	1
1 O CONTRIBUTO DAS FONTES PALEOGRÁFICAS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO . 3	3
1.1 OS LIVROS CONTABILÍSTICOS	3
1.2 ENSAIO SOBRE O MANUSCRITO: O LIVRO DA CASA DE D. CATARINA DE ÁUSTRIA	6
2 D. CATARINA DE ÁUSTRIA	29
2.1 UMA INFANTA ESPANHOLA, UMA RAINHA PORTUGUESA: 1507-1557	29
2.2 RAINHA-AVÓ REGENTE: 1557-1562	35
2.3 RAINHA-AVÓ PRESENTE: 1562-1578	39
3 O LIVRO DA CASA DA RAINHA D. CATARINA DE ÁUSTRIA	45
3.1 ETIQUETA DE CORTE: HOMENS E MULHERES AO SERVIÇO DA RAINHA	45
3.2 A COZINHA: ALIMENTOS, ALFAIAS E SERVIÇOS	59
3.3 A BOTICA: NA SAÚDE E NA DOENÇA	93
4 COMER COMO UMA RAINHA.....	107
CONCLUSÃO	111
FONTES E ESTUDOS	115
FONTES MANUSCRITAS	115
FONTES IMPRESSAS	117
ANEXOS.....	133
GLOSSÁRIO	135
IMAGENS	143
SERVIDORES DA CASA DA RAINHA NO LIVRO DE D. CATARINA DE ÁUSTRIA.....	159
MEDIDAS DE CAPACIDADE.....	169
GRÁFICOS E TABELAS.....	173
FONTE DOCUMENTAL.....	183

Abreviaturas

ADSTB – Arquivo Distrital de Setúbal
ANTT – Arquivo Nacional/Torre do Tombo
CC – Corpo Cronológico
Cfr. – Confrontar
Coord. – coordenação
CR – Casa Real
Dir. - Direção
Doc.– Documento
Ed./eds. – editor/es
Fl. – Fólio
Fls. – Fólios
Liv. – Livro
Mç. – Maço
NA – Núcleo Antigo
OACSB – Ordem de Avis e Convento São Bento de Avis
Org. – Organização
s/ind – sem indicação
s/p – sem página
s/e – sem editora
TSO – Tribunal do Santo Ofício
v – Verso

INTRODUÇÃO

Torre do Tombo. 140 km lineares de prateleiras. Eis o principio desta *história!*

O antigo Arquivo Geral do Reino, tradicionalmente designado Torre do Tombo, guarda, entre largos milhares de livros, pergaminhos e papéis vários, parte da intricada escrituração do reinado d' *Piedoso* de que citamos dois magníficos livros contabilísticos que Maria José Azevedo Santos *transformou*, com leitura, transcrição e estudo no *Jantar e Cear na Corte de D. João III*¹. São da cozinha do rei D. João III e remontam aos anos 1524 e 1532. Junto destes, encontra-se, igualmente, um manuscrito, dito *Da Oxaria de El Rey Rol de varias despezas que se fizeram em o anno não declara*. Trata-se de um livro de despesa com noventa e seis folhas de papel e numeradas em árabe de 2 a 96. Ostenta, como cobertura, um fragmento em pergaminho, bastante danificado, a letra é cursiva e de uma só mão. O título, em rótulo de papel colado na cobertura, apresenta letra diferente e posterior. Tomando este manuscrito, como sendo da *Oxaria de El Rey* D. João III, Maria José Azevedo Santos deu à estampa a transcrição integral sem qualquer estudo².

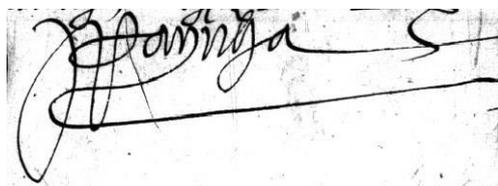
Com esta dissertação pretende-se, em primeira instância, refletir sobre a importância e contributo das fontes paleográficas para o estudo da história da alimentação, em particular no contexto da corte portuguesa na época moderna. Concretamente, propomo-nos fazer o estudo sobre o manuscrito, atribuindo-lhe uma datação crítica, questionando a sua proveniência e provando que ele pertenceu à Casa da Rainha D. Catarina de Áustria. A Rainha! Porque assim assina, na extensa documentação da sua administração, revelando a personalidade, vincada e astuta, que a caracteriza. O seu retrato, nas diferentes e marcantes etapas da vida é, também, aqui esboçado. Uma infanta espanhola que vem ser rainha a Portugal; uma rainha que ampara um rei a quem *foge* o Império; uma rainha oprimida por intrigas palacianas e vozes dissonantes e que arrisca cumprir os desígnios do seu rei e, finalmente, uma rainha que é avó. Uma avó presente.

¹ Maria José Azevedo Santos, *Jantar e Cear na Corte de D. João III*, leitura, transcrição e estudo de dois livros de cozinha do Rei (1524 e 1532), Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde - Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2002.

² Maria José Azevedo Santos, «A Escrita serve à Mesa», *Actas do Congresso Saberes e Sabores*, coordenação de Helena Gil e Florinda Gomes, Direcção Regional da Cultura do Norte, 2006.

Numa Europa Quinhentista onde os monarcas assumem conscientemente o simbolismo do ritual da alimentação, numa simulação de poder e superioridade hierárquica, o ato de comer envolve um cerimonial que transcende a necessidade primária, básica e vital. Os ritos associados a essa manifestação apresentam características ligadas ao ritual eucarístico: a comunhão. O *comer com*, ou *comunhão*, é um dos desígnios do homem³. Seja qual for a sua condição. Neste caso, está-se perante uma rainha. Cabe, nesta terceira e derradeira parte da reflexão, descortinar a Casa da Rainha, conhecer os que a cercam e como se apresenta a sua mesa. A gestão do espaço doméstico implica um número de membros elevado e permanentemente renovado, por motivos vários que implicam a idade, o estatuto social ou, o mais objetivo, a morte⁴. É esse *corpus* de funcionários, civis e religiosos, que se pretende identificar, permitindo entender os serviços da Casa e o universo privado de D. Catarina.

O Livro não é já o livro *Da Oxaria de El Rey*, é, antes, o “Livro da Casa de D. Catarina de Áustria”. Dom António é o escrivão que, ao longo dos trinta e um dias de um longínquo mês de maio regista, sistematicamente, as despesas relativas à ucharia da Casa da Rainha. A sucessão de parcelas, aparentemente insignificantes, transportam o leitor para a azáfama da Lisboa quinhentista; para o fervilhar de movimentações de *carguos e fatos*; para os aromas e cores que povoam a mesa da rainha. Chega o perfume das *rozaz e boninas*; ouve-se o chilrear das rolas e o tilintar do estanho da baixela que serve nas merendas a rainha e a sereníssima infanta *sempre noiva*. Caminha a rainha para os derradeiros anos, aqueles em que a força anímica de outros dias começa a faltar e tem, na botica, entre tantas mezinhas e remédios, o *asuquar rozado* que a conforta. Eis, então, o cenário que o manuscrito revela e permite intuir: comer como uma rainha.

A imagem mostra uma assinatura manuscrita em tinta preta sobre um fundo claro e texturizado. A assinatura é altamente decorativa e cursiva, com grandes loops e flourishes. O nome principal parece ser 'Catarina', seguido por um sobrenome ou título que não é totalmente legível devido à caligrafia. Há uma linha horizontal decorativa que atravessa a assinatura.

Assinatura autógrafa da rainha, ANTT, CC, P.I, Mç.110, doc. 55

³ Marco Daniel Duarte, «*Sacrum convivium*. Formas e conteúdos da ceia do rei de Portugal na Idade Moderna a partir de figurações icónicas», *De Arte*, 4, 2005, pp. 89-92.

⁴ José Subtil, «O Estado e a Casa da Rainha: entre as vésperas do terramoto e o pombalismo», in *Politeia – História e Sociedade*, Vitória da Conquista, vol. 8, nº 1, 2008, pp. 131-132.

1 O contributo das fontes paleográficas para o estudo da História da Alimentação

1.1 Os livros contabilísticos

«Na gestão do Reino e do Império, podemos escrevê-lo, o documento escrito à mão desempenharia o papel principal, mais eficaz, mais célere e decerto de maior confiança e crédito social do que qualquer outra forma de comunicação...»⁵.

Apoiada nesta afirmação, e partindo de duas premissas fundamentais – que adiante se expressam – torna-se compreensível acrescentar à transcrição do manuscrito em análise, já publicada⁶, o seu estudo e interpretação. A possibilidade de trazê-lo à *letra de forma* é coadjuvada por dois enunciados: por um lado a “sobrevivência” de um livro de despesas cujo fim seria a fatal destruição, destino comum aos documentos de natureza administrativa, cuja função não ultrapassa os atos de «somar, revisar e encerrar contas»⁷; por outro lado, o alargamento do campo da historiografia, devotando interesse ao estudo das mentalidades, da cultura material e da história do quotidiano, nomeadamente ao domínio da alimentação e aos seus rituais nos diversos grupos sociais. Os avanços da *nouvelle histoire* nestas áreas de investigação firmam-se, sobretudo desde a década de sessenta do século passado, com resultados surpreendentes e que constituem um manancial de informação sobre o conhecimento das estruturas sociais, económicas e culturais do passado, inegavelmente valiosos⁸.

A perceção do passado, sustentada nos documentos que chegam à atualidade, permite a compreensão do presente, graças sobretudo ao contributo das impropriamente designadas ciências auxiliares⁹, como a Paleografia. Não se trata aqui de uma atitude contemplativa que obras de arte e monumentos oferecem, mas antes de um olhar inquiridor e interpretativo perante as fontes escritas. A História, enquanto ciência, procura

⁵ Saul António Gomes, «A criação de Hermes numa Coleção de Documentos Antigos...», in *Catálogo da Exposição Documental do Legado do Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira*, Coimbra, 2000, p. 26.

⁶ Santos, 2006, pp. 23-65.

⁷ Santos, 2002, p. 28.

⁸ Ana Isabel Buescu e David Felismino, «Sobre a construção de um campo historiográfico», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 14-24.

⁹ Veja-se Francisco Gimeno Blay, *Las llamadas ciencias auxiliares de la historia: errónea interpretación? consideraciones sobre el método de investigación en paleografía*, Diputación Provincial, Zaragoza, Institución Fernando El Católico, 1986.

classificar os dados históricos, escrevendo linhas que se entendem sujeitas a modificações e a novas leituras, pois o investigador é, além do mais, um *detetive*. A sua pesquisa, baseada em modelos organizados, esquemas metodológicos e critérios específicos, converge para a descoberta do que antes se afigurava enigmático¹⁰.

Acresce a estas duas particularidades – as fontes escritas de carácter administrativo e o interesse que os historiadores lhe dedicam – o progresso irrefutável da alfabetização durante a Idade Moderna, permitindo a entrada do mundo ocidental na cultura da escrita e alargando o número dos que para além de lerem, sabem igualmente escrever. Pois, na realidade, uma competência não implica obrigatoriamente a outra, e é extenso o número dos que dominam a leitura mas não possuem a faculdade da escrita¹¹. Esta soma de aptidões concorrem para a formação e adequação de um conjunto restrito de indivíduos para funções imprescindíveis ao governo das casas reais da europa moderna. Remontando a tempos anteriores, constata-se que os exercícios burocráticos e administrativos contribuem para a distinção dos regimes políticos dos estados. O *corpus* administrativo, jurídico, militar, legislativo, governativo e eleitoral está na dependência do grau de alfabetização alcançado, sendo o seu eixo diferenciador e intrinsecamente relacionado com as religiões praticadas¹².

O domínio da escrita a um nível elevado converte os seus praticantes em potenciais especialistas e os mais aptos ao exercício de uma atividade profissional altamente singular, reconhecida e desejada. São estes homens das letras – e também algumas mulheres, veja-se na fonte em apreço «Catarina da Silva esprivana da Rainha»¹³ – que ocupam cargos especializados em que a escrita domina o exercício das suas funções e certificam o ordinário funcionamento da Coroa. Encontram-se, entre outros, os escrivães, contadores, tesoureiros, recebedores, secretários e almoxarifes que se ocupam da chancelaria régia mas também da gestão da Casa Real e da Casa da Rainha. Essa administração complexa e laboriosa é responsável pelo registo gráfico de um indeterminado número de documentos próprios do quotidiano dessas casas, com tipologias distintas e fins diversos, nomeadamente de natureza contabilística, jurídica e diplomática e que logram trazer à luz dados preciosos sobre essa vivência. Entre cartas, inventários, livros de moradias, receitas e

¹⁰ José Mattoso, *A escrita da História: teoria e métodos*, Lisboa, Estampa, 1997, pp. 17-39.

¹¹ Roger Chartier, «As práticas da escrita», in *História da Vida Privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, dir. Philippe Ariès e Georges Duby, Lisboa, Edições Afrontamento, 1990, pp. 113-114. Sobre esta matéria e para um conhecimento mais aprofundado veja-se Maria José Azevedo Santos, *Assina quem sabe e lê quem pode. Leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da casa da rainha D. Catarina de Áustria (1526)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2004.

¹² Jack Goody, *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1986, pp. 109-110.

¹³ ANTT, NA 786, fl. 64.

despesas e outros, proliferam os manuscritos fundamentais para o governo da casa¹⁴. Deste modo, não se manifesta surpreendente verificar os valores encontrados para o consumo de material de escrita associado à Casa Real durante a centúria de Quinhentos. Segundo o estudo de Paulo Drumond Braga, no reinado de D. Manuel, e num período de vinte e cinco dias, especificamente em fevereiro de 1521, a chancelaria e outros departamentos régios recebem cerca de cinco mil folhas de papel, trezentas folhas de pergaminho e aproximadamente 25 litros de tinta de escrever¹⁵.

A fonte em apreço não é expressiva nas despesas relacionadas com o material intrínseco ao ato da escrita. Registam-se apenas 100 reais em papel, 180 reais em tinta e penas e «quatro livros pera a despensa que am-de servir no mes de Junho quatrocentos e oitenta rs»¹⁶. Porém, não é omissa em relação aos que exercitam esta distinta função, particularmente os escrivães. Contam-se entre estes o escrivão da cozinha¹⁷; a anteriormente citada Catarina da Silva; Constantino «esprvão da Rainha» que recebe «seiscentos e vimte rs. que se lhe momtou aver neste mes a vimte rs. por dia que tem pera pão»¹⁸; o escrivão do tesouro João d’Almeida e o escrivão da matrícula Jorge Pinheiro¹⁹.

A Casa da Rainha D. Catarina, durante os cinquenta e três anos em que Sua Alteza permanece no reino, é igualmente fecunda na documentação manuscrita inerente à administração doméstica. Os livros contabilísticos, sejam eles os de matrículas dos moradores ou os de receitas e despesas, constituem um testemunho incontornável para definir a rotina daquele espaço vivencial, onde se incluem os que gravitam em redor da rainha, mas também a alimentação, a encenação e poder da mesa, as devoções religiosas e os lugares de permanência. A necessidade de organização e comunicação escrita que se verifica no estado régio, substancialmente mais sedentarizado e burocrático, que irrompe na época moderna, reflete um novo estilo de vida que se traduz na multiplicação de documentação escrita, grande parte dela de natureza efémera, como é exemplo o livro agora em análise. A sua utilização enquanto ferramenta de controlo das despesas efetuadas durante os trinta e um dias de um mês de maio na Casa da Rainha D. Catarina de Áustria, revela-se um valiosíssimo instrumento de caracterização desta rainha, castelhana por nascimento, portuguesa por direito régio.

¹⁴ Santos, 2004, p. 42.

¹⁵ Paulo Drumond Braga, «Fornecimentos de pergaminho, papel e tinta a diversos serviços da administração (Fevereiro de 1521)», separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIX, 1994, p. 213-228.

¹⁶ ANTT, NA 786, fl. 52v.

¹⁷ ANTT, NA 786, fl. 65.

¹⁸ ANTT, NA 786, fl. 64v.

¹⁹ ANTT, NA 786, fl. 65v.

O escrivão Dom António faz desfilar, perante os olhos do leitor, os moradores e servidores de D. Catarina. Através destes, a orgânica da Casa da Rainha não é mais uma abstração, uma designação puramente administrativa, mas sim um conjunto de homens e mulheres, com rotinas e hábitos, que exercem as suas funções de forma sistematizada nos espaços íntimos e domésticos, como a câmara e a botica ou a copa e a cozinha, passando ainda pela capela e cavalariças. A Lisboa de Quinhentos²⁰ transparece no frenesim das movimentações mercantis, num período em que as novidades – sobretudo no campo da alimentação – oriundas da expansão estão já devidamente implantadas nos hábitos dos grupos sociais que dominam e detêm o poder de as consumir.

A arqueologia dos hábitos alimentares é, por certo, uma das áreas de conhecimento com mais contributos para o entendimento das vivências do quotidiano, elucidando sobre a evolução da humanidade e a sua adaptação às condições físicas, climatéricas, territoriais, económicas, sociais, culturais e religiosas. A História da Alimentação possibilita a compreensão das heranças antropológicas através do estudo da predominância de consumos alimentares distintos que, relacionados com os mais diversos fatores, aproximam o Homem de ontem do de hoje. Deste modo, o registo das despesas relacionadas com a cozinha, mormente os alimentos, alfaias e serviços são um instrumento valioso que permite aferir sobre a panóplia de alimentos que entram na dieta alimentar da rainha e da sua casa. Trata-se, simultaneamente, de uma possibilidade de investigação social, antropológica e económica.

O cruzamento de múltiplos objetos denunciados no Livro da Casa da Rainha com diversas fontes coevas e estudos publicados, confluem para um esboço que visa respigar novos dados e contribuir para um conhecimento acrescentado desta figura, a cada dia menos imaginária e mais concreta na sua *real* identidade.

1.2 Ensaio sobre o manuscrito: O livro da Casa de D. Catarina de Áustria

Maria José Azevedo Santos, após um rigoroso trabalho de transcrição, cede a magnífica fonte, agora analisada, *deixando aos cuidados de outra pena o(s) estudo(s) que ela tão generosa e saborosamente oferece*²¹. É magnânima a dádiva: do manuscrito e da historiadora. O ensejo de tomar a fonte em apreço e interpretá-la, em toda a sua prolixa novidade, pressupõe ir ao

²⁰ Ver a pintura 1 das imagens em anexo.

²¹ Santos, 2006, p. 23.

encontro de uma época e de personagens que o tempo e a escrita se encarregaram de perpetuar. A perseverança dos que escrevem a História manifestamente resulta na descoberta contínua de factos inéditos e de acrescentos relevantes para a sua compreensão.

A figura apaixonante de D. Catarina de Áustria²², rainha de Portugal, consorte *d' Piedoso*, regente do Reino e, posteriormente, avó d'el Rei D. Sebastião, *O Desejado*, tem oferecido, à pena de muitos investigadores, pretextos para uma produção copiosa. Acrescentam-se, agora, estas páginas, partindo de uma proposta de interpretação que cruza factos e protagonistas e sugere datações.

Tomou, a autora da transcrição, como verdade, o título apógrafo de “livro da oxaria da casa de El rei”, remetendo-o para o reinado de D. João III²³. Seguindo o seu conhecimento profundo do período em causa, a que junta alguns elementos constantes no documento, e os estudos anteriores já publicados²⁴, Maria José Azevedo Santos aponta a possibilidade – e tão somente isso – de se tratar de mais um documento da década de 30 da auspiciosa era de Quinhentos. Este livro de contabilidade «refere-se ao mês de Maio de um ano que, como uma mão anónima escreveu, “não declara”»²⁵. Esta omissão deixa em aberto o leque de possibilidades ao investigador que, munido de diferentes ferramentas, pode apontar para um período mais ou menos longo, consoante o aprofundamento da pesquisa ou a ousadia empregue. E é, naturalmente, com alguma audácia, apoiada no respeito pelas fontes e pelo labor antes encetado, que aqui se oferece uma datação crítica²⁶.

Como já se indicou, o manuscrito refere-se a um mês de maio de um ano que não se assinala. Apesar da omissão do ano, enunciam-se os dias da semana, equivalentes a cada um dos dias do mês. O dia 1 de maio daquele omissivo ano, corresponde a uma terça-feira. Com essa informação e a consulta de um calendário perpétuo²⁷, torna-se possível identificar todos

²² Ver o retrato 2 das imagens em anexo.

²³ Ver o retrato 3 das imagens em anexo.

²⁴ Cfr. com os diversos estudos da autora sobre a História da Alimentação em Portugal, nomeadamente: *Jantar e Cear na Corte de D. João III...*, 2002; «O mais antigo livro de cozinha português – receitas e sabores», in *A Alimentação em Portugal na Idade Média. Fontes – Cultura – Sociedade*, Coimbra, 1997, pp.66-101; «Vinho, pescado, fruta e outras viandas em tempos medievais», in *A Alimentação em Portugal na Idade Média. Fontes – Cultura – Sociedade*, Coimbra, 1997, pp.67-84; «O peixe e a fruta na alimentação da corte de D. Afonso V – Breves notas», *Brigantia*, nº 3, vol. 3, Bragança, julho-setembro 1983, pp. 307-343.

²⁵ Santos, 2006, p. 23.

²⁶ Ana Isabel Buescu aponta para 1551, justificando as grandes movimentações verificadas em Belém aquando das cerimónias de trasladação dos corpos do rei D. Manuel e de D. Maria para o Mosteiro de Santa Maria de Belém. Essas cerimónias decorrem durante o mês de outubro de 1551. «À mesa do rei. Cultura alimentar e consumo no século XVI», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, p. 309.

²⁷ Adriano Cappelli, *Cronologia, cronografia e calendário perpetuo dal principio dell' era cristiana ai nostri giorni: tavole cronológico-sincrone e quadri snottici per verificar ele date storiche*, Milano, Ulrico Hoepli, 1988.

os anos em que o primeiro dia do mês de maio do século XVI condiz com esse dia da semana²⁸. Os anos encontrados em que se verifica essa correspondência, juntamente com a permanência de D. Catarina no reino de Portugal, são apenas oito. Aperta-se, desta forma, o leque de incógnitas quanto a possíveis datas do manuscrito. Os anos encontrados são, e por ordem crescente: 1526; 1537; 1543; 1548; 1554; 1565; 1571 e 1576²⁹. Estes indicadores, juntamente com os dados conhecidos sobre os itinerários da corte joanina e indicadores objetivos da fonte que aponta o espaço físico de Lisboa – com alusões a Belém, Xabregas e outras localidades próximas da capital – autorizam a exclusão de algumas destas proposições com bastante segurança e fiabilidade. Logo a primeira sugestão fica afastada por se saber que, nesse mesmo ano, encontra-se a corte por terras ribatejanas onde ocorre o nascimento do primeiro filho do promissor casal de monarcas. O infante D. Afonso é recebido, com grande contentamento, em Almeirim, a 24 de fevereiro. É breve, no entanto, essa alegria. São curtos os meses de vida do pequeno infante que vem a morrer, em Santarém, no mês de junho, do mesmo ano em que nasce³⁰.

1537, a segunda possibilidade, também facilmente se exclui. A corte joanina, após o terramoto verificado em Lisboa, a 26 de janeiro de 1531³¹, desloca-se, em maio, para Évora. A estada arrasta-se até 1537. Ano que se inicia dramaticamente com a morte do infante D. Dinis no primeiro de janeiro. O luto permanece, roubando o herdeiro do trono, o príncipe D. Manuel, nessa primavera, mas revelando ainda alguma esperança com o nascimento de mais um infante, D. João, que será o único filho de D. Catarina e D. João III, juntamente com a infanta D. Maria, a atingir a idade adulta. Não obstante a forte ligação de D. João III a Évora – e por isso mesmo muitas vezes designado João d'Évora – a corte regressa a Lisboa em agosto³², afastando a possibilidade das movimentações reais descritas no manuscrito, durante o mês de maio, corresponderem a esse ano de 1537.

Se outros indícios não bastassem, afasta a hipótese de 1543, o casamento da infanta D. Maria com o príncipe D. Filipe, o primogénito do Rei de Castela, o Imperador Carlos V, na:

²⁸ Usa-se para esta correspondência o Calendário Juliano estabelecido pelo líder romano Júlio César (100-44 a.C.), em 46 a. C. e usado até 1582. Este calendário foi posteriormente substituído pelo calendário gregoriano.

²⁹ Cappelli, 1988, pp. 42, 56, 84 e 98.

³⁰ Ana Isabel Buescu, *Catarina de Áustria (1507-1578) – Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, pp. 178-179.

³¹ Sobre o terramoto de 26 de fevereiro de 1531 vide a carta que Gil Vicente enviou de Santarém ao rei D. João III, descrevendo o terramoto e as causas apontadas pelo clero sobre «esta tormenta da terra que ora passou». Gil Vicente, *Compilação de Todalas Obras de Gil Vicente*, Introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984, pp. 642-645.

³² Ana Isabel Buescu, *D. João III (1502-1557)*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008, pp. 372 e 374.

«villa de Almeirim [...], aos doze dias do mes de Mayo do anno de mil e Quinhentos e corenta e tres, que era dia do Espirito Santo, e no mesmo dia ha tarde das seis oras para as sete se passou el Rey de sua casa para a casa da Rainha»³³.

Dos restantes anos apontados, apenas dois correspondem ao período em que o *Piedoso* ainda vive: 1548 e 1554. Rejeitado o primeiro, uma vez que, como adiante se demonstra, não se verifica qualquer correspondência com os nomes dos moradores e oficiais da casa do rei, observe-se com pormenor a exclusão do ano de 1554 para uma eventual datação do documento.

A corte joanina, à semelhança das anteriores, é uma corte em permanente itinerância³⁴. Nas suas deslocações, no decorrer do seu longo reinado de trinta e seis anos, D. João III, manifesta algumas preferências por lugares. Évora, Almeirim, Santarém e Tomar serão os seus lugares prediletos. Não obstante as suas estadas nos locais referidos e também em Lisboa, Sintra, Salvaterra de Magos e Coimbra, o monarca nunca se desloca à cidade do Porto, nem mesmo a determinadas províncias do reino, nomeadamente Minho, Trás-os-Montes, Beiras (excetuando Coimbra) e Algarve, algumas delas com papéis determinantes na política do Reino³⁵. O processo de sedentarização de D. João III e da sua corte inicia-se em 1552. No último trimestre do ano anterior deambula entre Lisboa, Tomar, Azambuja, Santarém, Golegã e a Almeirim, onde se fixa até fevereiro do ano seguinte. Nessa altura, enceta viagem de regresso a Lisboa, onde chega a 13 de fevereiro de 1552. Até 11 de junho de 1557 é essa a sua cidade e de lá não volta a sair³⁶. Esse facto corrobora a exclusão do ano de 1554 como hipótese de datação da fonte em apreço. Na mesma, regista-se o regresso d'el Rei de Almeirim a Lisboa. Para além desse facto, indica também como casa do Rei o Paço de Santos³⁷. D. João III, ao contrário do rei seu pai, não tem nenhuma predileção especial pelo Paço da Ribeira, escolhendo para a cerimónia de aclamação, S. Domingos, ao contrário do que é sugerido pelo seu amo, Bartolomeu de Paiva, que indica como mais adequado o Paço da Ribeira. Não obstante essa falta de afeição, D. João, ao longo do seu reinado, realiza diversas intervenções no paço³⁸. Estando em Lisboa, o monarca habita, para além da Ribeira, outros espaços. Entre eles estão Santos-o-Novo, onde se recolhe após a morte do pai para fazer o luto, e Santos-o-Velho, onde permanece durante o período pestífero de 1522. O Paço dos Estaus – onde vem a instalar-se o Tribunal da Santa Inquisição – é a escolha mais frequente, após 1540, onde

³³ Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Introdução e Revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1976, Parte III, cap. 88, p. 855.

³⁴ Sobre as itinerâncias da corte no final da Idade Média cfr. Gomes, 1995, pp. 241-255.

³⁵ Buescu, 2008, p. 283.

³⁶ Paulo Drumond Braga, *D. João III*, Lisboa, Hugin, 2002, p. 81.

³⁷ ANTT, NA 786, fl. 41v.

³⁸ Nuno Senos, *O Paço da Ribeira: 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002, p. 95.

recebe muitos elementos da corte e visitas de embaixadores que se deslocam a Lisboa. As casas particulares em Xabregas são outra das opções, denotando predileção por aquela zona lisboeta, levando-o a tomar a decisão de aí erguer um palácio, em vésperas da sua morte, corre o ano de 1556³⁹. No entanto, não será muito credível que seja ao monarca D. João que a fonte se refere. Como acima se indica, o monarca não volta a sair de Lisboa a partir de 1552, inviabilizando a deslocação a Almeirim. Nos últimos anos da sua vida, D. João III habita o Paço da Ribeira, moradia onde vem a nascer o seu derradeiro herdeiro, o *Desejado* D. Sebastião. A 20 de janeiro de 1554, dezoito dias após o trágico desaparecimento de seu pai, o príncipe D. João, último dos filhos de D. Catarina de Áustria e D. João III, D. Joana, sua mulher, dá à luz, em condições difíceis, o varão que restitui a esperança aos monarcas e ao povo que, reunido no terreiro do paço, inicia festejos e cerimónias religiosas que se estendem a outras partes do reino durante oito dias consecutivos⁴⁰.

D. Filipe, príncipe de Castela e regente do reino, na ausência de seu pai, o Imperador Carlos V, manifesta o pesar pela morte do cunhado. Não obstante, solicita ao monarca português o regresso da jovem viúva, a sua irmã D. Joana, para assumir a regência de Castela. A sua eminente partida para o reino de Inglaterra para desposar a rainha D. Maria Tudor, filha do falecido Henrique VIII, a isso obrigava, e não «seria justo, que ficasse o Reyno de Castella pela sua ausencia destituido de quem o governasse»⁴¹. Apesar do imenso afeto que o monarca português dispensa à nora e que esta, «com a sua amavel companhia suaviza as lastimosas memorias do seu filho [...] promptamente dispoz El Rey D. Joaõ III o modo como havia de ser conzuzida a Princeza para Castella»⁴². Assim, a 15 de maio de 1554, e sem carregar nos braços o seu recém-nascido filho Sebastião, a jovem viúva de 18 anos, inicia o regresso ao local que a vira partir, ainda não estão completos dois anos. Leva consigo a dor de se afastar do filho e o retrato do seu príncipe, o mesmo que a fizera enamorar-se da sua figura antes da sua vista o alcançar⁴³. Em Toro, na primavera de 1552, a princesa recebe o quadro pintado por António Moro, oferta de seus futuros sogros. A 5 de abril, o embaixador de Castela, Lourenço Pires de Távora, em missiva ao jovem príncipe, herdeiro do reino de Portugal, dá-lhe a conhecer o alvoroço com que é acolhido, informando que é «na camera da Senhora Princeza está o Retrato para os queixumes e por ventura para a vingança, medo, ou

³⁹ Buescu, 2008, p. 285.

⁴⁰ Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, pp. 20-23.

⁴¹ Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a História de Portugal que comprehendem o governo del rey D. Sebastião, Unico em o Nome, e Decimo Sexto entre os Monarchas Portugueses*, 4 tomos, Lisboa, Joseph António da Sylva, Regia Officina Sylviana, 1736-1751, livro I, cap. II, pp. 17-19; Francisco de Andrada, *Crónica*, P. IV, cap. 109, pp. 1193-1196.

⁴² Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a História de Portugal...* livro I, cap. II, p. 19.

⁴³ Buescu, 2007, pp. 292-293.

amor, hão-de trazer os correios, tudo o hé certa nos cazados.»⁴⁴. É, certamente, o retrato do seu amado⁴⁵, o bem mais precioso que transporta, quando atravessa a raia, na incerteza porém, se voltaria a ver o fruto desse amor prematuramente interrompido. Apesar de, nos anos subsequentes, manifestar a sua vontade em regressar ao reino de Portugal, na tentativa de acompanhar os primeiros anos do príncipe herdeiro, que está sob a tutela da rainha-avó, essa circunstância não vem, em tempo algum, a materializar-se⁴⁶. A vida não se compadece da infeliz princesa D. Joana⁴⁷. Mãe e filho não mais se voltam a juntar.

Atente-se agora nos restantes anos possíveis para a datação do manuscrito: 1565; 1571 e 1576. Mais consentâneos com as referências que se sucedem no desfilar da pena do escrivão, remetem para um período em tudo diferente das precedentes circunstâncias. O salto temporal de uma década manifesta-se determinante na transformação contextual. De um cenário protagonizado pela figura do rei, apoiado no carisma e efetiva participação de uma rainha consorte atuante, mas ainda assim secundarizada, comuta-se para uma corte com diferentes quadros. Numa primeira hipótese, apresenta-se o reino sob a regência do tio-avô do herdeiro legítimo do trono e uma rainha-avó que abandona essa função. Nas restantes possibilidades, Lisboa acha-se já perante o reinado do último monarca da dinastia de Avis, o malogrado Sebastião⁴⁸, tão desejado, e inutilmente desaparecido na demanda do desígnio africano.

Independentemente da diferença de panoramas, um facto sobrevém a qualquer das hipóteses. O manuscrito remete para a Casa da Rainha D. Catarina de Áustria, afastando a indicação inicial de se tratar de um livro de despesas da ucharia da corte de D. João III. Todos os factos apontados anteriormente acham-se fortalecidos pela ausência de nomes de oficiais que estão ao serviço do Rei, durante o seu longo reinado de 36 anos. Não obstante essa evidência, poderia, ainda assim, tratar-se de um livro de contabilidade da Casa da Rainha, ainda em vida de seu rei. Como se sabe, a separação de casas é uma situação comum e transversal às diversas cortes, verificando-se, desde o despontar da nacionalidade, a existência de rendimentos próprios por parte das esposas dos reis, constituindo a Casa das Senhoras

⁴⁴ Annemarie Jordan, *Retrato de corte em Portugal. O legado de António Moro (1552-1572)*, Lisboa, Quetzal, 1994, p. 114 e carta publ. in *ibidem*, doc. 5, pp. 180-181.

⁴⁵ Ver o retrato 4 das imagens em anexo documental.

⁴⁶ Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 244-245.

⁴⁷ Ver o retrato 5 das imagens em anexo documental.

⁴⁸ Ver o retrato 6 das imagens em anexo.

Rainhas, com administração própria e independente. Esta situação apenas se altera em 1769, por ordem do Marquês de Pombal, ficando sob a administração do Erário Régio⁴⁹.

O livro do serviço das pessoas da Casa da Rainha D. Catarina, relativo ao ano de 1565⁵⁰, permite cruzar os nomes com os registados na fonte em apreço. Feito esse exercício, num total de 134 nomes indicados no livro de despesas, verificam-se apenas oito correspondências: as donas da câmara, Camila Correia, Mónica da Fonseca⁵¹ e Leonor d'Araújo⁵²; Joana da Costa⁵³, moça da câmara; Perpétua Lopez, enfermeira e os três cozinheiros Baptista Leitão, Daniel da Veiga e Francisco Luis⁵⁴. Naturalmente, alguns dos pagamentos que se indicam, não correspondem a servidores da casa da rainha. Ainda assim, a percentagem de simultaneidades é escassa para atestar a hipótese de datação do documento com o ano de 1565. Amplia esta impossibilidade, um acontecimento profusamente documentado pelas fontes e estudos⁵⁵: o casamento da infanta D. Maria de Portugal⁵⁶ com o príncipe de Parma, Alexandre Farnese. D. Maria, filha mais velha do infante D. Duarte e de D. Isabel de Bragança, neta de D. Manuel, cresce com o seu primo, o herdeiro do trono português, D. Sebastião. Representante da dinastia de Avis alimenta, à semelhança de outros membros da família real, as relações entre as cortes de Habsburgo e Castela. O seu destino é o consórcio com Alexandre Farnese, filho da duquesa de Parma, D. Margarida de Áustria, irmã do Imperador Carlos V e governadora, em nome do irmão, dos Estados da Flandres. Este enlace inicia-se em 14 de março de 1565, em

⁴⁹ Ruy d'Abreu Torres, «Casa das Rainhas», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, pp. 230-232.

⁵⁰ ANTT, NA 171.

⁵¹ Ambas estão ao serviço da Rainha até à data da sua morte, em 1578.

⁵² O seu nome consta nos livros de 1568, 1572 e 1575. ANTT, NA 173, 174 e 176.

⁵³ Serve D. Catarina até à sua morte. ANTT, NA 170, ANTT, NA 171, ANTT, NA 172, ANTT, NA 173, ANTT, NA 174, ANTT, NA 176. Cfr. *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, publicadas por António Caetano de Sousa, nova edição revista por Manuel Lopes de Almeida e César Pegado, tomo VI, 2ª parte, Coimbra, Atlântida, 1946-54, p. 340.

⁵⁴ O estudo de Félix Labrador Arroyo sobre a Casa da Rainha D. Catarina, entre os anos de 1550 e 1560, permite constatar a existência de outros servidores que já se encontram ao serviço da rainha em 1559 e que constam, igualmente, no manuscrito, agora em análise. São eles Ana d'Andrade; João de Perallta; o reposteiro Tomé Fernandez e o pessoal da cozinha Domingos Fernandez e António Simões. Félix Labrador Arroyo, «La Casa de la Reina Catalina de Portugal: estructura y facciones políticas (1550-1560)», in *Miscelânea Comillas. Revista de Ciencias Humanas y Sociales*, nº 118, vol. 61, enero-junio, 2003, pp. 203-252.

⁵⁵ Para informações adicionais sobre o casamento da Infanta D. Maria de Portugal e a sua ida para a Parma, cfr. *Memórias para a História de Portugal...* tomo II, pp. 510-536; Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações de [...] Conde de Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, publicação, revisão e notas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937, pp. 355-357; CRUZ, 2006, pp. 109-112; Pero Roiz Soares, *Memorial*, leitura e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1953, p. 11; Annemarie Jordan, *A Rainha colecionadora – Catarina de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012, pp. 84-89; Giuseppe Bertini, «O livro de cozinha de Maria de Portugal e a cozinha da corte em Bruxelas e em Lisboa ao tempo das suas núpcias com Alexandre Farnésio», *Oceanos*, nº 21, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 119-125.

⁵⁶ Consultar a figura 9 das imagens em anexo documental.

Madrid, com a assinatura do contrato ante-nupcial com o procurador da infanta, o seu tio, D. Teotónio de Bragança⁵⁷. E termina com a partida de:

«dona Maria que casou com ho Príncipe de Parma era o que ueyo hua Armada em busca dela mto bem fornecida. de mui lustrosos soldados e o conde de Mäsfelth sñor framengo por general com sua molher e damas e todo mais necessário [...] ouue aquela noute seraõ Real e foisse esta snorã aos 14 do mes de Setembro dia da tresladaçam da uera Cruz do anno de 1565.»⁵⁸

Dois meses volvidos sobre o contrato firmado em Madrid, os desposórios celebram-se em Lisboa. No santo domingo, 13 de maio, o embaixador do rei de Castela é recebido no Paço, na presença da:

«Rainha, nossa Senhora, com a Senhora D. Maria e com os infantes D. Maria e D. Isabel [...]. Acabado o recebimento, se tornaram Suas Altezas à sala grande e se assentaram em seu estrado, e houve serão, ao qual foi presente a Rainha, nossa Senhora.»⁵⁹

A notícia de se achar D. Catarina nesta cerimónia invalida a hipótese de datação da fonte, agora em análise, para este ano, pois a 13 de maio, segundo o escrivão, a Rainha permanece em Belém, para onde se desloca no primeiro dia de maio, regressando a Xabregas no dia 14, onde permanece até ao final do mês⁶⁰.

Os festejos arrastam-se durante esse mês de maio de 1565. No dia seguinte ao recebimento, «a Infanta D. Isabel, a Senhora D. Maria, sua filha, comeram [...] com a Rainha nossa Senhora». A 22 celebra o desposório o capelão-mor D. Julião de Alva, na Capela Real⁶¹. Na ausência do noivo, o príncipe de Parma, representado pelo embaixador de Castela, D. Alonso de Tovar, toma D. Sebastião sua prima desposada, para uma dança, no paço, durante o refinado banquete e sarau. As celebrações são acompanhadas no exterior pelo povo que, no Terreiro do Paço, festeja e aplaude esta união⁶². D. Catarina toma ainda parte dos grandiosos festejos, no dia seguinte, brindando com outro banquete as suas convidadas: a agora princesa de Parma, D. Maria, a mãe desta, a infanta D. Isabel e a infanta D. Maria, a *Sempre Noiva*, sua cunhada e sobrinha⁶³. Não está, portanto, em Xabregas, como atesta o manuscrito do escrivão Dom António.

Subsistem dois pressupostos para a datação do livro da Casa da Rainha D. Catarina, sobre os quais se deve refletir: 1571 e 1576. No que concerne a esta última hipótese, está-se na

⁵⁷ José Maria de Queirós Veloso, *D. Sebastião: 1554-1578*, Empresa Nacional de Publicidade, 1935, p. 75.

⁵⁸ Pero Roiz Soares, *Memorial*, p. 11.

⁵⁹ *Maria (D.) de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma – Monumenta Sparsa*, dir. José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998, p. 47.

⁶⁰ ANTT, NA 786, fl. 2 e fl. 34 v.

⁶¹ *Maria (D.) de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma...*, p. 49.

⁶² Cruz, 2006, p. 110.

⁶³ *Maria (D.) de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma...*, p. 49.

presença de uma data muito próxima do desaparecimento da rainha, em fevereiro de 1578. As deslocções para o exterior do Paço de Xabregas não são, certamente, frequentes. A já avançada idade, bem como alguns episódios de prostração e doença que assolam a velha soberana, limitam os seus movimentos deambulatórios pela cidade de Lisboa⁶⁴. Se a rainha está, ao tempo da hipótese em aberto de maio de 1576, em idade adiantada, a sua sobrinha e cunhada, a *Sempre Noiva* D. Maria, é uma mulher madura em vésperas de completar o quinquagésimo quinto aniversário. No ano seguinte:

«adoeceu no mez de Março nas cazas, em que vivia junto a Santa Apolonia; e sendo achaque leve, que se podia curar facilmente, não se quiz pôr em cura, nem tomar certas bebidas, que lhe receitãraõ; e sendo chamados os melhores Medicos do Reyno, nenhum a pode persuadir a tomar remedios pela boca. De que elles para sua defeza fizeraõ seus protestos, e tirãraõ Certidoens de como a dita Senhora se não queria curar de huma enfermidade, que qualquer idiõta a podia curar, quanto mais taõ doutos homens, que lhe assistiaõ. E assim foy a doença correndo seu curso até Agosto, em que peyorou, por cuja causa a mandãraõ os Fisicos hir para os Paços do Castelo; e foraõ logo feitas muitas Prociissoens de Preces a Deos nosso Senhor por sua saude, assim em Lisboa, como em todo o Reyno pelo muito que era amada por todos; mas como ella perseverou em não receber remedios pela boca, chegou a estado, que se entendeo, que brevemente morria»⁶⁵.

Vem a morrer no décimo dia do mês de outubro desse mesmo ano. Invoca-se aqui a figura da infanta D. Maria, última filha de D. Manuel e irmã de D. João III, por se tratar de um dos membros da família real mais próximos da rainha D. Catarina e que a acompanha, muito de perto, em diversas situações protocolares, como a viagem, em 1550, a Coimbra, do casal de monarcas, que se faz acompanhar pela culta irmã, ou no ano seguinte, nas cerimónias de trasladação dos restos mortais de D. Manuel para Belém, onde é a terceira figura da família, logo após o rei e a rainha⁶⁶. Como membro da família real é incluída nas cerimónias protocolares da visita do núncio papal, o Cardeal Alexandrino, em 1571. João Baptista Venturino, que integra a comitiva, descreve-a como uma mulher:

«robusta, formosa, e procurada. [...] alta, e teria de idade cinquenta anos, posto que não pareça à primeira vista. Dizem que é a princesa mais rica da cristandade, possuindo inumeráveis jóias e milhão e meio de bens patrimoniais, que gasta com os pobres.»⁶⁷

Na fonte, é a convidada para «a meremda que S.A. deu»⁶⁸, no início daquele mês de maio.

O «pão que se comprou na praça pera a meremda que a Rainha deu ha Iffanta quamdo foi

⁶⁴ Em carta dirigida a D. Catarina, em 4 de dezembro de 1572, D. Sebastião mostra-se preocupado com a saúde da avó e lamenta o acidente que colocou em risco a sua vida. Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, 2ª edição corrigida e aumentada, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1987, p. 260; Jordan, 2012, pp. 209-210.

⁶⁵ José Pereira Baião, *Portugal Cuidadoso, e Lastimado com a vida, e Perda do Senhor Rey Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria: Historia Chronologica de suas Acções e Successos desta Monarquia*, Lisboa, António de Sousa da Silva, 1737, Liv. IV, cap. 15, pp. 476-477.

⁶⁶ Carla Alferes Pinto, *A infanta Dona Maria de Portugal (1521-1577): O mecenato de uma princesa renascentista*, Lisboa, 1998, pp. 25 e 28.

⁶⁷ Giovanni Battista Venturino, «Viagem do Cardeal Alexandrino», publicada por Alexandre Herculano in *Opúsculos*, vol. IV, Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1985, p. 357.

ver a Rainha a Bellem»⁶⁹, é um dos alimentos registados pelo escrivão, que não deixa de mencionar os 1900 reais que se atribuem aos doze cozinheiros que preparam a dita merenda. Sumptuosa, com toda a certeza, como é apanágio da corte e da casa da rainha. O seu refinamento obriga a que a baixela, que está em Xabregas, habitação permanente de D. Catarina - após a abdicação da regência - seja transportada para Belém, local onde é oferecida a refeição⁷⁰. Não é difícil imaginar as «rozas e boninas pera a mesa de S.A.»⁷¹, bem como os queijos, maçãs e cerejas que fazem parte das despesas desse dia⁷². É viável a presença da Infanta na merenda de Belém, em ambas as datas propostas. Contudo, 1576 por ser mais próximo da sua morte, insinua-se menos credível, ao invés do ano de 1571, para a origem do manuscrito. A infanta desloca-se de sua casa para uma visita à rainha sua tia e cunhada, com quem partilha os corredores e dependências do paço da Ribeira, até completar 16 anos de idade. Corre o ano de 1537 quando D. João III entende distinguir a sua morada, criados e serviços, cedendo-lhe os velhos paços da Alcáçova. O poder da infanta, considerada uma das princesas mais ricas da Europa do seu tempo, permite-lhe ocupar mais do que uma residência. Para além das referências ao velho paço, verifica-se ainda alusão aos Paços de Santa Clara e Santos-o-Novo⁷³. De acordo com os escritos do Conde de Sabugosa, a ocupação é precisamente por essa ordem: Primeiro na Alcáçova velha:

«estudando humanidades, o latim, o grego, a grammatica, a philosophia com Joanna Vaz e Luiza Sigea», depois na residência do Campo de Santa Clara onde «nos afamados serões se ouviam talvez as musicas da bella Maria de Parma e das duas Costas (Catharina e Leonor), que pertenciam à casa das Infantas filhas de D. Duarte, e onde se recitavam as poesias dos mais subtis rimadores da Corte». Em Santos-o-Novo, está a infanta, no ocaso da vida, ocupada com as suas «devoções, às práticas com Francisco de Borja e Frei Francisco Foreiro [...] levada nas suas tendencias mysticas»⁷⁴.

Pero Roiz Soares indica ainda as casas junto a Santa Apolónia, em maio de 1570, no regresso da família real a Lisboa, depois da fuga à peste de 1569⁷⁵.

Presumivelmente transportada em andas, e com o desejo de reencontrar a rainha e partilhar uma deliciosa merenda, sai, do seu palácio - hipoteticamente de Santos - a *Sempre Noiva*, sem imaginar como os seus dias, e os da rainha, se avizinham efémeros. É, a 10 de

⁶⁸ ANTT, NA 786, fl. 24v.

⁶⁹ ANTT, NA 786, fl. 19v.

⁷⁰ ANTT, NA 786, fl. 36v.

⁷¹ ANTT, NA 786, fl. 20.

⁷² ANTT, NA 786, fl. 21.

⁷³ De acordo com o estudo de Carla Alferes Pinto, são divergentes as indicações fornecidas quanto aos palácios da infanta e onde se encontra à data da morte. O seu testamento de 18 de julho de 1577 é assinado perto do Convento de Santos-o-Novo. Segundo Barbosa Machado a infanta solta o último suspiro no Paço da Alcáçova, ideia que Castilho não segue, recordando a sua próspera casa em Santa Clara, p.85. Pinto, 1998, p. 59.

⁷⁴ Conde de Sabugosa, *Donas de Tempos Idos*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1912, pp. 143-144.

⁷⁵ Pero Roiz Soares, *Memorial*, p. 41.

outubro de 1577, no Paço da Alcáçova, onde por conselho médico se recolhe nos últimos dois meses da sua vida, que expira, colocando, de novo, um luto carregado na família real⁷⁶.

Atente-se agora na figura do rei. «el Rey veio d'Almeirim»⁷⁷. Desconhece-se quando regressa, qual o período em que lá permanece ou o objetivo da viagem. Embora não se refira o nome, trata-se do rei D. Sebastião. Em qualquer das proposições – 1571 ou 1576. Almeirim é local de eleição do jovem monarca, sobretudo para as caçadas ao javali que são tão do seu agrado⁷⁸. Para fugir da canícula do verão, a corte refugia-se na frescura de Sintra. Para combater o tempo mais gélido e invernosos, é passado esse período em Almeirim⁷⁹. Não é esse o caso, pois está-se em plena primavera. Com base em fontes coevas, Joaquim Veríssimo Serrão, estabelece os itinerários do jovem monarca durante o seu curto reinado de uma década. Seguindo os passos de D. Sebastião, em maio de 1576 está em Salvaterra, onde já se encontra desde o dia 23 do mês anterior, pelas coutadas, «tendo ido de alongada até aos paços de Almeirim e ao vizinho convento da Serra». Enceta o regresso a Lisboa no domingo, dia 13, ficando na cidade até ao final de junho, quando empreende uma curta visita a um mosteiro nos arredores de Sintra⁸⁰. Ora, no livro de despesas da Casa da Rainha, no dia 19 de maio, regista-se o pagamento de cem reais «a tres homens que barerão os paateos e tereyro» quando o rei regressa de Almeirim⁸¹. O regresso, em maio de 1576, é de Salvaterra. Porém, tal facto não afasta totalmente a possibilidade de ser esse o ano a que se refere o manuscrito. Não há como provar que o pagamento é alusivo à última deslocação do rei. Eventualmente pode indicar um pagamento em atraso.

D. Sebastião acha-se, de pleno direito, no governo do reino. A rainha, sua avó, está agora afastada da regência⁸², o mesmo sucedendo com o seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique. Ambos lhe devem obediência, da mesma forma todos os validos e servidores da coroa. Rei desde os três anos de idade, aos 14 assume o governo e afasta-se da avó. Afastamento que não se torna apenas físico, mas também emocional. Inicia-se em 1563 esse apartamento, de forma ténue, inicialmente, e de modo mais pronunciado e até radical na maioria política do monarca⁸³. Com várias mudanças de residência, nos períodos de permanência em Lisboa, D. Sebastião,

⁷⁶ Cruz, 2006, p. 259. Antes, em 8 julho do mesmo ano, a família real está de luto por outra Maria, a duquesa de Parma. Buescu, 2007, p. 455.

⁷⁷ ANTT, NA 786, fl. 41v.

⁷⁸ Veloso, 1935, p. 105 e 119.

⁷⁹ Cruz, 2006, p. 83.

⁸⁰ Serrão, 1987, pp. 384-389.

⁸¹ ANTT, NA 786, fl. 41v.

⁸² A regência de D. Catarina é abordada no capítulo II do presente estudo.

⁸³ Cruz, 2006, pp. 104-105.

abandona o Paço da Ribeira, em favor dos Estaus em 1566⁸⁴, e três anos depois opta pelos Paços da Alcáçova⁸⁵ por serem mais propícios à vigilância da barra. A partir deste momento, e apesar de algumas estadas em conjunto, sobretudo nas deslocações a Almeirim e Sintra, avó e neto não voltam a partilhar qualquer residência da coroa real⁸⁶. Contudo, não se fica por aqui o errante rei. Desponta o ano de 1571 e D. Sebastião, sempre em busca do espaço ideal que lhe assegure as atividades recreativas que lhe aprazem, transfere a sua casa real para o Paço de Santos-o-Velho, «cuja proximidade do Tejo lhe facilitava os passeios nos rio, tanto de seu gosto, principalmente em dias tempestuosos»⁸⁷. Não terminam, no entanto, nos anos seguintes as intermináveis errâncias do rei e do seu séquito. Évora, Almeirim, Sintra e mesmo o Algarve, continuam a constar dos itinerários do rei. Em maio de 1576 está em Lisboa, em Santos, aí permanecendo até ao final desse ano, possivelmente planeando a tão sonhada jornada africana⁸⁸.

Concorre para a fixação da datação do manuscrito da Casa da Rainha D. Catarina, na década de 70, também esse facto: a residência *del rei*, à época da escrita deste livro de despesas, é o paço de Santos, como alude o escrivão, registando um pagamento de quarenta reais «a hum homem que foi com huum carguo dos paaços d’Emxobregas a casa d’el Rey a Samtos»⁸⁹. A residência do rei, em 1571 e 1576, é o paço de Santos. O paço de Xabregas, em igual período, acolhe a Rainha, sua avó. O testamento da rainha contribui para a atestar essa circunstância:

«Saibaõ quantos este instrumento de aprovação virem que no anno dos nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil e Quinhentos e setenta e quatro, aos doze dias do mês de Fevereiro nos paços de Enxobregas termo da Cidade de Lisboa estando ahi presente a Raynha D. Caterina nossa Senhora [...]. E despois aos dezanove dias do dito mês de Fevereiro [de 1578] fomos os ditos Doutor Paulo Affonso, e o Padre Fr. Francisco de Bovadilha e Eu [Francisco Cano, secretário da rainha], aos Paços de Santos o Velho, onde EIRey nosso Senhor estava, e lhe demos conta do Testamento Codicillo e lembranças asinadas pela Raynha nossa Senhora que esta em gloria»⁹⁰.

Estão cada dia mais desunidos avó e neto e, D. Sebastião, tudo faz para se esquivar à presença da rainha. É esta a residência real, nos arredores de Lisboa, que D. Catarina escolhe, quando se vê mais afastada do neto⁹¹. A identificação do paço de Xabregas tem levantado algumas questões de rigor e precisão que, por economia de espaço, não são aqui

⁸⁴ *Ibidem*, p. 120.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 155.

⁸⁶ Veloso, 1935, pp. 120-123.

⁸⁷ *Ibidem*, p. 134.

⁸⁸ Cruz, 2006, p. 249.

⁸⁹ ANTT, NA 786, fl. 41v.

⁹⁰ «Testamento da rainha D. Catarina, in *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol.VI, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1077, p. 13; *Provas da História Genealógica ...*, tomo III, parte I, pp. 44-45.

⁹¹ Buescu, 2007, pp. 352 e 370-371; Cruz, 2006, pp. 154-157, 177 e 220.

pormenorizadas, mas que importa mencionar⁹². Recorde-se o que escreve Francisco de Holanda quando se dirige a el' rei D. Sebastião pedindo-lhe que:

«acabe Vossa Alteza os Paços de Enxobregas que têm melhor sítio e mais real que Santos e muito mais escolhido e livre que todos os outros de Lisboa [...] entre dois Mosteiros nobilíssimos, principalmente o da Madre de Deus»⁹³.

Holanda refere-se ao Paço em que habita a rainha, no ocaso da vida, o mesmo que o *Piedoso* inicia no ano que antecede a sua morte e que, por esse lutuoso acontecimento, fica por concluir. O estudioso Ferreira de Andrade, citando um documento, dá provas da escritura dos terrenos, adquiridos por D. João III: «no vale de enxobregas [...] entre o mosteiro da Madre de deos e o Mosteiro de Sam francisco de enxobregas para nele mandar fazer hum passos»⁹⁴.

Anulam-se, desta forma, anteriores sugestões que aventam tratar-se de um paço mandado erigir por D. Leonor, viúva de D. João II. Nuno Senos esclarece que, D. Leonor, ao fundar o Mosteiro da Madre de Deus, não tem intenção de se instalar em Xabregas. A sua preferência vai para o Paço de Santo Elói, que alterna com temporadas na Madre de Deus, acomodando-se com o seu séquito dentro do próprio convento⁹⁵.

Considere-se os estudos mais recentes, e tome-se como verdade a teoria de Vítor Serrão, baseada em dados histórico-artísticos. Ao contrário do que a tradição vem alimentando, o historiador não tem dúvidas que «os Paços reais de Enxobregas constituíram durante três quartos de século um dos espaços privilegiados de residência da corte e da família real ou de acolhimento de embaixadas e de viajantes célebres»⁹⁶. Na sua câmara, recebe D. Catarina, em 1557, o padre Francisco de Borja. Barbosa Machado relata desta forma a estada do Santo, que chegando a Lisboa, depois de demora forçada em Évora, por doença, foi:

«visitar a Rainha [...] no Palacio de Enxobregas, em que ella habitava, pois a amenidade do sítio, e a pureza dos ares concorriaõ para brevemente se restituir à sua antiga saude [...] assistindo tres dias

⁹² Para informações detalhadas sobre o Paço Real de Xabregas cfr. Alberto Pimentel, «De Xabregas à Povoia de Santa Iria», *Oceanos*, nº 7, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1991, pp. 97-119; Nuno Senos, «As moradias lisboetas de D. Leonor», in *Casa Perfeitíssima – 500 anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus 1509-2009*, Lisboa, IMC, 2009, pp. 101-105; Vítor Serrão, «A decoração dos pintores maneiristas Gaspar Dias e Gaspar Cão no Antigo Paço de Enxobregas (1572-1579)», in *Casa Perfeitíssima – 500 anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus 1509-2009*, Lisboa, IMC, 2009, pp. 107-123; Manuel Vaz Ferreira de Andrade, *Palácios Reais de Lisboa (Os dois Paços de Xabregas, o de S. Bartolomeu e o de Alcáçova)*, Apresentação e Índices de Maria Abel e Carlos Consiglieri, 2ª edição, fac-similada da edição de 1949, Lisboa, Vega, 1990, pp. 11-41, Francisco de Holanda, *Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa*, introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

⁹³ *Da Fábrica que falece...*, p. 23.

⁹⁴ Andrade, 1949, p. 13.

⁹⁵ Senos, 2009, p. 105. Cfr. Júlio Castilho, *Lisboa Antiga. Segunda Parte. Bairros Orientais*, revista e ampliada pelo autor e com anotações de Augusto Vieira da Silva, vol. XI, Lisboa, S. Industriais da C. M. L., 1938, pp. 135-148.

⁹⁶ Serrão, 2009, p. 107.

naquele aprasivel sitio e na tarde do ultimo sahiu a visitar o Convento dos Religiosos de S. Francisco»⁹⁷.

É, aliás, este Convento que o cronista Frei Jerónimo de Belém refere como sendo o da preferência da rainha para a prática dos seus deveres cristãos, tencionando «continuar os seus Paços até ele», onde assiste aos ofícios divinos na Capela da Paixão de Cristo⁹⁸. Igualmente no Paço de Xabregas, o mesmo Francisco de Borja, mais de uma década passada sobre a visita de 1557, apresenta-se perante D. Catarina, servindo de intérprete ao cardeal Alexandrino. Está-se no derradeiro mês de 1571 e a estada do legado papal, depois de passar pelo paço da Alcáçova, onde é recebido com toda a pompa pelo rei, dirige-se ao subúrbio de Xabregas, ao paço onde habita a rainha e que, segundo os relatos, é «desadornado»⁹⁹.

Serrão afirma que, às obras céleres do paço real durante 1556-57, entregues a Jerónimo de Ruão, segue-se um período de estagnação, resultante do desaparecimento do monarca, sendo retomadas na década de 70 em bom ritmo. Acrescenta o relato do escritor castelhano Bartolomé de Villalba, em 1575, atestando o desenvolvimento das obras do paço «en Xabregas, donde la Serenissima Reyna de Portugal tiene su alcázar»¹⁰⁰. Distinto relato assevera a existência da residência realenga. O padre jesuíta Duarte de Sande, em 1584, ao acompanhar a embaixada japonesa, refere as obras terminadas do:

«magnifico palacio real que D. João III mandou edificar com grande dispêndio com o fim de servir os reis de Portugal», sublinhando «a magnificência de seus edificios, a grandeza dos reis portuguezes n'estas obras, e finalmente a perícia dos que as executaram»¹⁰¹.

Aplacadas algumas dubiezes sobre o paço de Xabregas, e apesar de certas nublosas argumentações, tome-se a fonte em apreço. Esta reitera a circunstância da rainha avó habitar o palácio de Xabregas, pois no correr daquele mês de maio, é possível identificar as movimentações de D. Catarina que, fazendo visitas breves a outros locais, permanece em Belém, a primeira metade do mês, regressando depois a Xabregas, onde se mantém até ao último dia registado:

«Terça-feira primeiro de Maio item a hum barqueiro que levou hos panos d'armar e mesas e outras cousas do serviço da Rainha d'Emxobreegas a Bellem [...]»¹⁰².

«Terça-feira 15 dias Item a nove homens que caretaaram ho faato de S.A. dos paaços ao barquo e tornaarão descaregar na Boavista e o tornarão a caregar e descaregar nos ditos paaços d'Emxobreegas»¹⁰³.

⁹⁷ Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a História de Portugal*, livro I, cap. VI, p. 77.

⁹⁸ Andrade, 1949, p. 21, citando a *Crónica Seráfica da Santa Província dos Algarves*, tomo III, p. 160.

⁹⁹ Venturino, *Op. Cit.*, p. 357.

¹⁰⁰ Bartolomé de Villalba, *Pelegrino Curioso*, 1575. Cit. por SERRÃO, 2009, p. 112.

¹⁰¹ Duarte de Sande, *De Missione Legatorium Japonensium ad Romanum*, Roma, 1590. Cit. por F., A. J. de, «Lisboa em 1584», in *Archivo Pittoresco*, vol. VI, Lisboa, Typographia de Castro Irmão & C. ª, 1863, p. 86.

¹⁰² ANTT, NA 786, fl. 2.

Mas antes de se analisar a sua permanência em Belém, observe-se as suas deambulações. Aos onze dias do mês, o escrivão regista o pagamento a «quatro homens que se tomaarão de fora pera irem com as amdas quamdo S.A. foi a Santa Catarina allem da Torre»¹⁰⁴. Santa Catarina deverá ser uma congregação religiosa, uma vez que, no dia 15, Dom António confere o pagamento de setenta reais para o «vinho pera os Frades de Santa Catarina»¹⁰⁵. As descrições de Lisboa do século XVI de João Brandão de Buarcos e Cristovão Rodrigues de Oliveira, ao enumerarem as instituições religiosas da cidade, ao tempo do reinado de D. João III, não enunciam qualquer igreja ou mosteiro com esta designação¹⁰⁶. Contudo, deverá tratar-se de Santa Catarina do Monte de Sinai, igreja erigida em 1557, por influência da rainha D. Catarina¹⁰⁷. De acordo com Annemarie Jordan, nenhum documento corrobora a ideia de ser D. Catarina a fundadora desta igreja. Aponta, no entanto, que está a igreja sob a tutela do seu confessor Miguel de Valença¹⁰⁸. Acrescente-se as palavras transcritas por Frei Manuel Baptista de Castro na sua *Chronica do Maximo Doutor e Príncipe dos Patriarchas São Jeronymo. Particular do Reyno de Portugal*:

«Por mandado da Senhora D. Catharina se edificou nesta cidade de Lixboa a Igreja de Santa Catharina de Monte Sinaj. Ella deo esmolos para se fabricar, a adotou de ornamentos, outras coisas necessarias ao culto divino, a qual se começou a fazer no anno de 1557 aos 27 dias de Mayo. E os que mais trabalharão em edificar esta Igreja depois da Rainha D. Catharina [...] foy o Padre Miguel de Valença da ordem de São Jeronymo»¹⁰⁹.

Sofre danos com o Terramoto de 1755 e é, posteriormente, reconstruída. Está, no entanto, condenada às catástrofes naturais e humanas. Em 1835 um incêndio deixa-a em situação de ruína, sendo demolida entre 1856 e 1862, como refere o olisipógrafo Norberto de Araújo¹¹⁰.

Em relação à Torre, mais adiante, no dia 19, volta a surgir a referência, agora à “torre velha”, quando se regista o pagamento a «Manuel Lopez capellão de S.A. cemto e oitenta rs.

¹⁰³ ANTT, NA 786, fl. 34v.

¹⁰⁴ ANTT, NA 786, fl. 27. Presume-se que esta torre seja referente à Torre de Belém, uma vez que o transporte em feito por via terrestre. Poderá ainda tratar-se da torre fortificada do Paço da Ribeira, Jordan, 2012, p. 70.

¹⁰⁵ ANTT, NA 786, fl. 34 v.

¹⁰⁶ João Brandão (de Buarcos), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Horizonte, 1990, pp. 113-117; Cristovão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contêm algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, pp. 66-78.

¹⁰⁷ Angelina Vidal, *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna*, Lisboa, Veja, 1994, p. 224. Jordan, 2012, p. 197. A devoção religiosa de D. Catarina resulta numa forte ligação a várias instituições religiosas, a quem faz várias mercês. Entre elas está a Igreja de Santa Catarina.

¹⁰⁸ Annemarie Jordan Gschwend, «Reliquias de los Habsburgo y conventos portugueses – El patronazgo religioso de Catalina de Austria», in *Juana I en Tordesillas: su mundo, su entorno*, dir. Miguel Angel Zalama Rodríguez, 2010, p. 223.

¹⁰⁹ ANTT, Livraria 729, fols. 423v-424.

¹¹⁰ Norberto de Araújo, *Peregrinações em Lisboa*, vol. V, Lisboa, Veja, 1992, p. 13.

de frete do batel em que foy ha torre velha quamdo foi visitar Dona Catarina»¹¹¹. Observe-se nos escritos de Francisco de Holanda, sobre as fortalezas e baluartes de Lisboa:

«Deve de ser fortalecida, reparada e acabada a fortaleza de Belém e a de São Gião [...] com alguns baluartes fortes que lhe respondam da outra banda da Trafaria e da área da Adiça [...] um defronte da Torre de Belém, onde está a Torre Velha, e outro defronte de Santa Caterina de Ribamar [...] ali onde acabam os montes de Almada»¹¹².

Num manuscrito do final do século XVI, com o retrato do reino de Portugal, transcrito por Oliveira Marques, surge novamente a indicação da Torre Velha. Segundo o historiador, trata-se do castelo de Almada, uma vez que tem defronte dela «uma torre bastante formosa à vista e com grande quantidade de artilharia, a qual impede que saiam embarcações sem licença». Esta “formosa” torre é a de Belém, construída entre 1515 e 1519¹¹³. Ora o que se apresenta mais plausível é que a referida Torre Velha seja a fortaleza mandada erguer por D. João II, em 1488, com vista à defesa marítima e que, o monarca, segundo as palavras de Garcia de Resende:

«Assim mandou fazer então a [...] torre e baluarte de Caparica, defronte de Belém, em que estava muita e grande artilharia; e tinha ordenado de fazer uma forte fortaleza onde ora está a formosa torre de Belém, que el-Rei D. Manuel, que santa glória haja, mandou fazer; para que a fortaleza de uma parte e a torre da outra tolhessem a entrada do rio. A qual fortaleza eu por seu mandado debuxei, e com ele ordenei a sua vontade; e tinha já dada a capitania dela [a] Álvaro da Cunha, seu estribeiro-mor, e pessoa de que muito confiava; e porque el-Rei João faleceu, não houve tempo para se fazer»¹¹⁴.

Manteve a sua função defensiva inquestionável, até ao momento em que um saque por corsários franceses na Ilha da Madeira, em 1566, lembra a vulnerabilidade das posições portuguesas. A intervenção de D. Sebastião, nesta matéria, é fundamental. O jovem monarca ordena um levantamento cartográfico e impulsiona a construção de novas fortalezas e obras de reedificação e ampliação no forte da margem sul «ficando considerado como a fortaleza mais importante para a defesa do porto. Por essa ocasião recebeu o nome de S. Sebastião da Caparica»¹¹⁵. Durante o domínio dos Filipes, é igualmente alvo de intervenções, sendo designada Torre dos Castelhanos. A partir de 1813, parte da construção é transformada em

¹¹¹ ANTT, NA 786, fl. 41. Atente-se que o transporte é feito em batel, o que remete para uma travessia fluvial. Plausivelmente, trata-se duma edificação na margem sul do Tejo.

¹¹² *Da Fábrica que falece...*, p. 19.

¹¹³ A. H. Oliveira Marques, «Uma descrição de Portugal em 1578-80, apresentação, transcrição do documento, tradução do italiano e notas», *Nova História – século XVI*, nº1, maio, 1984, p. 88.

¹¹⁴ Garcia de Resende, *Crónica de D. João II e Miscelânea por Garcia de Resende*, reprodução fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio por Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional-casa da Moeda, 1991, p. Para informações mais aprofundadas sobre esta edificação cfr. Pedro de Aboim Inglês Cid, *A Torre de São Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, Lisboa, Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL - Edições Colibri, 2007, pp. 180-294.

¹¹⁵ I. de Vilhena Barbosa, «Defesa marítima de Lisboa», in *Arquivo Pittoresco*, vol. V, Lisboa, Typographia de Castro Irmão & C.ª, 1862, pp. 233-234.

lazareto, destinado a abrigar passageiros e tripulantes que, ao aportarem em Lisboa, necessitam de ficar em quarentena¹¹⁶.

Subsistem determinadas hesitações sobre a reconhecida da Torre Velha. Porém, a notícia de estarem terminadas as obras da Torre de S. Sebastião apenas em 1575, pode indiciar ser esta a Torre Velha, por oposição à “nova” Torre que surgirá com a intervenção arquitectónica. Não obstante, fica por legitimar o contexto em que D. Catarina se encontra nesta fortaleza e o motivo da visita de um dos seus capelães. Não será de todo desprezível a hipótese de uma visita a este baluarte de defesa, no período decorrente das obras.

Reduz-se substancialmente o âmbito geográfico das deambulações da rainha pelo reino, nos anos que antecedem o seu desaparecimento. Circunscrevem-se essencialmente pelos arredores de Lisboa, sobretudo, na margem norte do Tejo, de forma particular em Sintra, e nos Mosteiros da Esperança e Anunciada. Em Lisboa, a sua primeira morada de eleição, no período subsequente ao final da regência, é, visivelmente, Xabregas onde, de resto, acaba por morrer. Importa reter, no entanto, nos itinerários deste período, protagonizados pelo seu neto, o jovem monarca D. Sebastião, temporadas sazonais nas residências do vale do Tejo e certas permanências esporádicas em Setúbal e Almada¹¹⁷.

No livro de despesas da Casa da Rainha D. Catarina faz-se menção a visitas de S. A. ao Mosteiro da Esperança¹¹⁸. Não se dispõe de factos suficientes para afirmar o número de visitas, contudo, admite-se que ocorrem durante o período em análise, uma vez que se faz um pagamento «has Freiras d’Esperansa quatro mill rs. pera o seu jamtar quamdo laa foi vimdo de Bellem»¹¹⁹. Desta forma, pode-se afirmar que, de facto, D. Catarina frequenta esta casa monástica e aí toma algumas refeições¹²⁰. A ligação da Rainha a este mosteiro ocorre também da sua camareira D. Joana de Eça ter aí o seu retiro. D. Joana sucede à fundadora do mosteiro, D. Isabel de Mendanha, após o seu falecimento em 1532, acrescentado o seu paço. D. Catarina, juntamente com a sereníssima infanta e D. Sebastião, ocasionalmente, têm este

¹¹⁶<http://www.igespar.pt/en/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/70145/> [acedido em 08-03-2014]; http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4670 [acedido em 08-03-2014]. O Arquivo Distrital de Setúbal tem à sua guarda a documentação relativa ao lazareto de Lisboa –Torre Velha, composto por 22 livros. ADSTB/ACD/LAZALM.

¹¹⁷ Serrão, 1987, p. 359. O autor cita uma carta de Álvaro de Veancos a Filipe II dando indicação deste pernoitar «a una torre a una legua de Almada», não sendo possível esclarecer se a localização é na margem esquerda ou direita do rio.

¹¹⁸ *Sumário em que...*, p. 76. O autor descreve o mosteiro, indicando a permanência de trinta e sete freiras, vinte e oito servidores e quinhentos cruzados de renda; ANTT, CNSPEL 002.

¹¹⁹ ANTT, NA 786, fl. 36 v.

¹²⁰ ANTT, NA 786, fl. 34 v. e 75 v.

espaço por poiso¹²¹. É, de resto, no Mosteiro da Esperança que a rainha aguarda o dia das cerimónias de trasladação dos restos mortais de seu rei e senhor D. João III, e dos seus sogros, D. Manuel e D. Maria, para os túmulos definitivos no Mosteiro de Santa Maria de Belém. Desloca-se para a Esperança, a 2 de outubro, para se encontrar mais próximo dos Jerónimos, onde as cerimónias têm início com a consagração da mesa do altar no dia 12 desse mês¹²². Ora, este episódio da narrativa histórica, concorre para o que seguidamente se enuncia, na demanda de justificações plausíveis, para a permanência da rainha em Belém durante a primeira metade desse mês de maio.

Recue-se até ao reinado do *Venturoso* e ao ano de 1498. D. Manuel dá início à *fábrica* do Mosteiro dos Jerónimos. Ao longo dos vinte e três anos que lhe seguem – até ao dia da morte do empreendedor monarca – o seu fundador, sem atentar a gastos, empenha-se fervorosamente na sua construção¹²³. A obra é indesmentivelmente grandiosa, chegando a comportar, entre oficiais e serventes, cerca de cinco mil homens¹²⁴. D. João III não lhe dedica a atenção merecida. Adivinhando o divórcio de percursos com o seu antecessor, inclina-se com mais afeição para o Convento de Cristo, em Tomar, e não para a obra marcante do reinado de seu pai. Não obstante, o comprido braço de trabalhos desta edificação estende-se paulatinamente ao longo do reinado do *Piedoso*. João de Castilho e Diogo de Torralva tomam a direção das empreitadas, com alguns acrescentos significativos, durante a permanência de D. João III no trono português¹²⁵. A quarta e derradeira fase das obras encontra-se sob alçada do arquiteto Jerónimo de Ruão, num período que abrange a menoridade de D. Sebastião, as regências de D. Catarina e do Cardeal D. Henrique, o curto reinado do *Desejado* e a ocupação dos Filipes. O arquiteto, que vive entre 1530 e 1601, filho do escultor João de Ruão, radica-se em Belém, em cerca de 1563, assumindo-se como “mestre das obras do Mosteiro”. A sua intervenção mais significativa é a construção da capela-mor. A obra, que lhe ocupa os dias de trabalho até ao último suspiro, é também o cenário da sua morada eterna. Jaz no claustro, o

¹²¹ A. Vieira Silva, «O Mosteiro da Esperança», *Revista Municipal* - Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, nº 45, 2º trimestre, 1950, p. 21; Sara Manuela Ribeiro Martins Augusto, «No Reino da Ficção: o Espaço e a Literatura Conventuais», *Actas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*, 2008, pp. 1330-1331.

¹²² Jordan, 2012, p. 212.

¹²³ Para uma contextualização da conjuntura artística ao tempo de D. Manuel, do designado estilo manuelino e das obras de referência deste período vid., Paulo Pereira, «A conjuntura artística e as mudanças de gosto», in *História de Portugal, No alvorecer da modernidade*, (dir.) José Mattoso, (coord.) Joaquim Romero Magalhães, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 423-467.

¹²⁴ José Felicidade Alves, *O Mosteiro dos Jerónimos*, vol. I – *Descrição e Evocação*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, p. 29.

¹²⁵ Para uma análise mais aprofundada sobre as diferentes empreitadas nas obras do Mosteiro dos Jerónimos e as características do estilo manuelino vid. Pedro Dias, «A arquitectura do gótico final e a decoração manuelina», in *História da Arte em Portugal. O Manuelino*, vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa, 1993.

mesmo que viu nascer, sob o seu risco, um jardim com um vasto tanque e uma fonte de repuxo¹²⁶.

A relação de D. Catarina de Áustria com o mosteiro ieronimita – que é a que aqui importa – parece remontar a 1563, quando decide custear, a expensas próprias, uma nova capela-panteão consagrada à dinastia de Avis. Trata-se de um programa absolutamente vanguardista em Portugal e que, sob o signo do Maneirismo italiano, rompe com a tradição dos túmulos jacentes-orantes medievais, comuns a toda a península¹²⁷. Herdeira da personalidade e ideologia habsburguiana, D. Catarina – à semelhança de sua tia Margarida de Áustria, regente da Holanda, e que edifica o seu panteão como sinal de poder político e perpetuação da dinastia de Habsburgo – afirma, na construção do novo panteão real, a legitimação de soberania no reino que a acolhe¹²⁸. O programa estético é disso uma evidência, elegendo uma linguagem inovadora e materiais nobres e opulentos, como atesta o emprego dos mármore de Estremoz e Vila Viçosa nos jazigos¹²⁹. Subsiste, no entanto, a intenção de aproximar os espaços sagrado e quotidiano, numa estreita ligação que se denota no prolongamento da capela-mor na nave manuelina¹³⁰. Ainda durante a regência do Cardeal D. Henrique, antes de alçado rei D. Sebastião, este faz circular uma provisão «pela qual mandava cessar todas as obras, que se fazia à custa da sua Real fazenda neste Reyno, para se aplicarem as despesas dellas às fortificações dos lugares que tinha em África.¹³¹»

Num gesto singular, verdadeiramente único, D. Catarina, assume a *fábrica* da capela-mor, nessa tentativa de imortalização e reconhecimento dos soberanos de Avis, fomentando a filosofia do projeto imperial e de propaganda régia, herança do rei seu sogro, com quem partilha uma aura desafiante¹³². A capela-mor é um dos seus desígnios nos derradeiros anos de vida. Seduzida pelo propósito de concretizar o espaço tumular, reduto final daquelas figuras reais que a antecedem e a ela própria, o desejo da rainha não obedece às intenções de D. Manuel, que anseia por uma campa rasa e sobriedade nas exéquias, e não corresponde igualmente à disposição manifestada pelo Rei seu marido D. João III. O monarca, numa ligação afetiva que manteve com a cidade de Tomar, desenha o intento de aí ficar sepultado. Nas

¹²⁶ Alves, 1989, pp. 29-32.

¹²⁷ Vítor Serrão, «O programa de D. Catarina para o retábulo da capela-mor de Santa Maria de Belém (1568-72)», *Penélope*, 21, 1999, p. 33; António de Oriol e Trindade, «Jerónimo de Ruão e o programa arquitectónico da capela-mor do Mosteiro de Santa Maria de Belém» in Maria José Redondo e Vítor Serrão (eds.), *O largo tempo do Renascimento, Arte, propaganda e poder*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2008, p. 489.

¹²⁸ Jordan, 2012, pp. 187-192.

¹²⁹ F. S. Sousa Viterbo, *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, p. 420.

¹³⁰ Trindade, 2008, p. 497.

¹³¹ Baião, 1737, Liv. II, cap. 31, p. 279.

¹³² Alves, 1989, p. 32.

imediações do Convento de Tomar, manda alçar, sob um ousado e erudito risco arquitetónico de João de Castilho, o pequeno templo de Nossa Senhora da Conceição (1550), para seu panteão¹³³. É, porém, a capela-mor do Mosteiro de Santa Maria de Belém que os recebe para morada eterna, no outono de 1572.

O ritmo construtivo do panteão baliza-se entre 1565 e 1572. Embora se desconheça o contrato estabelecido com o arquiteto Jerónimo de Ruão, a documentação não é omissa em relação a alguns pagamentos que se fazem pelo seu trabalho, nomeadamente, em março de 1571, o «mandado da rainha D. Catarina para Gomes Ribeiro entregar a Jerónimo de Ruão 54 mil réis para pagamento das obras do convento de Belém, que mandava fazer à sua custa»¹³⁴. Ou ainda, em maio do mesmo ano mais 83 mil reais à conta do contrato¹³⁵. Já no ano seguinte, e para favorecimento das suas diligências, atribui-lhe 200 cruzados¹³⁶. Os documentos relatam ainda, para além de outros, pagamentos referentes a obras de serralharia e fundição¹³⁷. A empreitada relativa às obras de cantaria da capela-mor encontra-se na sua fase derradeira, em 1568. Dedicar-se então, nesse período, a rainha viúva, à busca do pintor para concretizar o programa pictórico inscrito no plano original. As pinturas devem integrar a estrutura pétreia, rompendo com o tradicional retábulo de madeira que subsiste nas estruturas arquitetónicas de cariz religioso¹³⁸. Assim, e após diligências várias – que não se aprofundam aqui, mas deixando uma janela aberta¹³⁹ – D. Catarina recruta, para o programa pictórico do retábulo da capela-mor de Santa Maria de Belém, o pintor Lourenço de Salzedo¹⁴⁰. De origem andaluza, Salzedo é um dos pintores ao serviço da rainha, para além de outras figuras de craveira internacional, como António Moro, de que se falará mais adiante. O pintor inicia os trabalhos, no retábulo da capela-mor, em fevereiro de 1571, sob a batuta da rainha.

D. Catarina estima de forma intensa a pintura enquanto disciplina artística, manifestação de poder e distinção social. A ambição em obter um resultado de magnificência no panteão real não se compadece com qualquer obstáculo. Em Xabregas, a 12 de julho de 1571, escreve a

¹³³ Paulo Pereira, «Arquitectura Portuguesa, 1400-1550», in *No Tempo das Feitorias – A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos*, vol. I, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura | Instituto Português dos Museus, 1992, p. 104; Pereira, 1993, p. 453; Buescu, 2008, p. 292.

¹³⁴ ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 40.

¹³⁵ ANTT, CC, P. II, Mç. 248, doc. 23.

¹³⁶ ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 104.

¹³⁷ ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 55.; ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 42.

¹³⁸ Vítor Serrão, «Lourenço de Salzedo en Roma. Influencia del Maneirismo romano en la obra del pintor de la reina Catarina de Portugal», *Archivo español de arte*, vol. 76, 303, 2003, p. 258.

¹³⁹ Para um conhecimento mais aprofundado da envolvimento da rainha D. Catarina na decoração da capela-mor de Santa Maria de Belém importa consultar os estudos de Vítor Serrão de 1999 e 2003 e todas as fontes coevas indicadas nesses trabalhos.

¹⁴⁰ Sobre a escolha do pintor Lourenço de Salzedo e o seu programa para a capela-mor vid. Jordan, 2012, pp. 201-211.

rainha ao embaixador português em Roma, D. João Telo de Meneses, agradecendo as diligências deste para lhe conseguir as tintas necessárias à pintura do retábulo de Belém, indicando o material, em conformidade com as indicações do seu pintor. Renova pedido, agora já no final do ano, com urgência, pois as obras avizinham-se no seu termo¹⁴¹. Retendo-se nestas zelosas diligências da rainha, e em toda a invocada envolvência de D. Catarina nas obras dos Jerónimos, analise-se a possibilidade de estar a rainha em Belém para um acompanhamento, *in loco*, do trabalho de Salzedo. Não se estranharia, hoje, essa ação direta do encomendante na vigilância efetiva do artista. O mesmo se verifica, remontando mais de quatro séculos, ao tempo em que as obras do panteão correm sob o comando de uma carismática rainha.

A fonte é clara em relação ao tempo de permanência de D. Catarina em Belém, durante aquele mês de maio. No dia primeiro parte um barqueiro com «hos panos d’armar e mesas e outras cousas do serviço da Rainha d’Emxobreegas a Bellem»¹⁴². O transporte de *faatos*¹⁴³ durante essa metade do mês, entre *Emxobreegas* e *Bellem* ocorrem com frequência, de acordo com o ritmo das necessidades da rainha e do seu séquito. No regresso, são já «cimquo barquos que trouxerão ho fato de S.A. de Belem aos paaços d’Emxobregas»¹⁴⁴. Que motivos tem a rainha para uma estada em Belém, para além deste eventual acompanhamento dos progressos de Lourenço de Salzedo? Poderá especular-se outros enredos, no entanto afigura-se verosímil esta possibilidade de D. Catarina seguir de perto a obra que tanto anseia. No outono de 1572, quase uma década passada sobre a génese da remodelação da capela principal do mosteiro dos Jerónimos, desfila, pela nave principal, em direção ao espaço que irá acolher definitivamente os restos mortais de D. João III, a sua mãe, a rainha D. Maria e D. Manuel, o rei que determinara, em testamento, ser aquele o mausoléu real.

Aos lugares, aos acontecimentos e às figuras reais expostos, resta acrescentar as pessoas que acompanham a rainha. Desde logo o séquito de D. Catarina que tem sido alvo de inúmeras análises e estudos¹⁴⁵. A atenção por esta figura real da monarquia portuguesa do século XVI

¹⁴¹ Serrão, 1999, pp. 31-32.

¹⁴² ANTT, NA 786, fl. 2.

¹⁴³ Consultar glossário.

¹⁴⁴ ANTT, NA 786, fl. 34v.

¹⁴⁵ Veja-se Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «O “deve” e o “haver” da Casa da Rainha D. Catarina (1525-1557)», in *Arquivo do Centro Cultural Português*, vol. XXVIII, Lisboa – Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990; BUESCU, 2007; Jordan, 2012; Labrador Arroyo, 2003; Maria Paula Marçal Lourenço, «Mulheres e homens ao serviço da Casa de D. Catarina de Áustria: estatuto, prestígio e poder (1525-1578)», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. 1, 2002-2003, pp. 367-390; *Idem*, «O séquito e a Casa de D. Catarina de Áustria: a Família Real, a Índia e os grupos de poder», in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento* (Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002), ed. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudo dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2004, pp. 175-184; Isabel Maria Ribeiro Mendes, «A Casa da Rainha D. Catarina e as dádivas ao clero», sep.

não é exclusiva de historiadores nacionais. Fora de portas, a curiosidade tem motivado os investigadores a cruzar dados. Os seus contributos têm acrescentado diversas informações sobre a Casa Real portuguesa e concretamente sobre a Casa da Rainha D. Catarina de Áustria. Elementos inestimáveis para a compreensão do contexto deste período e que, agora, se tornam incontornáveis na aceção da leitura e interpretação do presente documento.

O livro de despesas da Casa da Rainha, objeto deste estudo, é verdadeiramente copioso em nomes de homens e mulheres ao serviço de D. Catarina. Para além destes, fornece ainda indícios sobre outras figuras que, não constando dos livros de moradores da Casa da Rainha D. Catarina, em algum momento prestam-lhe um serviço, mormente com caráter de transação comercial. Ultrapassa a centena, o número de homens e mulheres inscritos no rol saído da pena de D. António. Cento e trinta nomes a que acresce o próprio. Considerem-se os livros de matrícula dos moradores da Casa da Rainha¹⁴⁶ da última década de vida de D. Catarina para que não restem dúvidas quanto à datação da fonte em apreço. Afastados os livros referentes aos anos precedentes, por não se evidenciarem identificações análogas – com raras exceções de alguns elementos que desde cedo estão ao serviço da rainha e que a acompanham até ao dia da sua morte¹⁴⁷ – a composição da Casa da Rainha expressa no manuscrito das despesas agora em análise, é um decalque dos livros de matrícula dos moradores referentes à década de setenta. Tomem-se os livros referentes a 1568, 1572 e 1575¹⁴⁸. Enquanto que no primeiro coincidem 24 nomes entre oficiais da câmara e da casa, relativamente aos outros dois anos, assegura-se uma equivalência de 43 nomes em ambos os casos. Verifica-se assim, um crescendo à medida que a datação se aproxima dos últimos anos de vida de D. Catarina. Pese embora as simultaneidades não abrangerem sequer metade do total de nomes mencionado na fonte, refira-se no entanto que, a persistência de alguns oficiais da casa da rainha, reforça o período da datação para a década de setenta da era de Quinhentos¹⁴⁹. Quem são e o que fazem estes homens e mulheres ao serviço de D. Catarina, é o que se pretende averiguar, mais adiante, ao correr da pena e da dissecação da escrita de Dom António.

deltinerarium. Revista quadrimestral de cultura publicada pelos Franciscanos de Portugal, Ano XXXV, nº 133-134, janeiro-agosto, 1989, pp. 96-123; *Provas da História Genealógica ...*, tomo VI, parte II, pp. 338-342.

¹⁴⁶ ANTT, NA 171; ANTT, NA 172; ANTT, NA 174; ANTT, NA 176 - Casa da rainha D. Catarina 1543/1575, Livros de matrícula dos moradores.

¹⁴⁷ Cfr. os seguintes nomes: o alfaiate Duarte Lopez; as damas Catarina da Silva, Camila Correia, Mónica da Fonseca e Joana de Crasto; a moça da câmara Joana da Costa; a guarda das damas Ana d'Andrade; o porteiro da câmara João de Perallta; o reposteiro Tomé Fernandez; os cozinheiros Domingos Fernandez, Baptista Leitão e António Simões com as referências do estudo de Labrador Arroyo, 2003, pp. 230, 232-234, 241, 243 e 248.

¹⁴⁸ ANTT, NA 172; ANTT, NA 174; ANTT, NA 176.

¹⁴⁹ Cfr. o quadro de moradores, em anexo, com as correspondências dos nomes da casa da rainha com as identificações registadas no livro de despesas em análise.

Alicerçando uma fundamentação nos pressupostos antes enunciados e renunciando a uma datação que coloque a fonte na documentação resultante da produção da corte de D. João III, pois o livro não é – nem se confunde – com os registos da sua Casa Real, assemelha-se verosímil indicar como eventual data de escrita do manuscrito o ano de [1571]. Sobreleva-se a fonte na riqueza de constatações consonantes com o período de vida de D. Catarina, rainha, viúva e avó. O poder que exerce é o de uma mulher refém do propósito de garantir a continuidade duma dinastia. Instrumentalizada, ou não pelo seu ascendente habsburguiano, a rainha de Portugal é uma figura presente, consciente e atuante, mesmo que apartada do rei seu neto, D. Sebastião. A afeição que devota ao reino é inquestionável e reflete a sua personalidade determinada e empreendedora.

Aceitando a complexa argumentação alegada, parece sedutora esta ideia de encontrar a rainha com a «idade [de] sessenta anos ou mais, [...] de alta estatura e de gentil aspecto»¹⁵⁰, em Belém, a assistir aos labores na capela que a acolherá na sua última morada.

¹⁵⁰ Venturino, *Op. Cit.*, p. 357.

2 D. Catarina de Áustria

2.1 Uma infanta espanhola, uma rainha portuguesa: 1507-1557

Nascida sob o denso manto de luto de sua mãe, a princesa Catarina parece destinada a viver isolada com a dor da progenitora, D. Joana de Castela, precocemente apartada do seu amado Filipe – arquiduque da Áustria, I de Castela – enquanto carrega no ventre a sexta e última filha de ambos. Em Torquemada – Palencia – no dia 14 de janeiro daquele remoto ano de 1507, rumando incessantemente com o corpo de Filipe o *Belo*, com destino à capela real de Granada, Joana que, por este motivo, ganha o cognome de *Louca*, dá à luz a futura rainha de Portugal¹⁵¹.

«[E]u, Rainha de Portugal e dos Algarves infanta de Castela»¹⁵². É desta forma que assina D. Catarina de Áustria em Tordesilhas, em vésperas de cumprir a maioridade e partir com destino ao reino de Portugal como rainha consorte do seu primo D. João III, que, à data do casamento, tem 22 anos. O percurso que a leva a este consórcio inicia-se em 1524, com a aprovação de seu irmão o Imperador Carlos V que pretende com esta união garantir a estabilidade política na península Ibérica¹⁵³, e termina, em fevereiro de 1525, em Estremoz, onde os monarcas celebram a sua boda de acordo com a descrição de Garcia de Resende:

«Vimos o seu casamento
com irmã do Imperador,
vimos tão gram juramento,
em Elvas tanto senhor, [...]
em Estremoz se juntaram,
as vodas i celebraram»¹⁵⁴.

O recebimento da rainha D. Catarina e seu séquito no reino é acompanhado de grande pompa e códigos de etiqueta bem próprios desta sociedade quinhentista, evocando hierarquias através de gestos e mesuras¹⁵⁵. Apesar de a peste que, então, grassa em Lisboa, e por esse motivo o jovem casal celebrar o desponsório em terras alentejanas, a capital do reino

¹⁵¹ Buescu, 2007, pp. 32-33.

¹⁵² ANTT, CC, P. I, Mç. 31, doc. 112.

¹⁵³ Jordan, 2012, p. 11.

¹⁵⁴ Garcia de Resende, «Miscellania», in *Crónica de D. João II ...*, p. 376, cit. por Buescu, 2007, pp. 163-164.

¹⁵⁵ Buescu, 2007, p. 156.

festeja *in absentia* o casamento do seu rei, à semelhança do que se verifica um pouco por todo o reino¹⁵⁶.

«Ardia o reino em apercebimentos de festas, começados dês do ano atrás [...] por toda a nobreza do reino com custo, riqueza e variedade de librés, desejando cada um mostrar naquele exterior concerto o muito que dentro na alma estimavam o gosto de seu rei e o bem do reino»¹⁵⁷.

As manifestações expressam contentamento pela escolha do rei e descrevem «a muito esclarecida, e Serenissima Raynha Nossa Senhora: do vosso muito alto sangue nascida, Princeza em virtudes, e bondades, muito perfeita, e em totalas couzas de vosso contentamento, e do vosso em grande perfeição acabadas, cujas grandes e singulares excelências [...]»¹⁵⁸. O casal permanece em terras alentejanas até ao início de 1527, altura em que finalmente ruma à capital do reino e do império, onde se assinala com júbilo a entrada régia¹⁵⁹. Antes, D. Catarina já vira nascer e morrer o primeiro filho, o infante D. Afonso, no paço de Almeirim. Inicia-se em 1526 a progenitura dos jovens monarcas que, apesar da extensa prole de nove descendentes, não alcançam o intento de levar um filho ao trono de Portugal, sendo os lutos sucessivos e constantes¹⁶⁰.

Apesar da infância isolada da corte espanhola, residindo em Tordesilhas, a princesa D. Catarina recebe, sob orientação da sua mãe, uma educação erudita, versando com facilidade o grego e o latim e demonstrando grande apetência pelas artes da música e da dança. Esta formação nas artes e na cultura do belo são determinantes na sua personalidade e nas competências que desenvolve em idade adulta, nomeadamente na sua contínua e precoce inclinação pelo colecionismo, que lhe confere igualmente sagacidade, astúcia e boa administração que coloca ao serviço do rei e do reino. Queirós Veloso descreve-a como uma mulher «de inteligência clara, de vontade enérgica [...] apesar do seu aspecto grave, tinha grande afabilidade de maneiras, palavras suaves e brandas, que cativam»¹⁶¹. O retrato de D. Catarina – que inaugura o retrato de corte em Portugal – pelo pintor António Moro¹⁶², em 1552, reflete inequivocamente os atributos de majestade, justiça e bom governo, exibindo um pergaminho dobrado como referência pessoal à rainha enquanto zelosa da administração da

¹⁵⁶ Ana Isabel Buescu, «Festas régias e comunicação política no Portugal moderno (1521-1572)», *Comunicação e Cultura*, nº10, 2010, p. 46.

¹⁵⁷ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, prefácio e notas do prof. M. Sá da Costa, 2 vols., 2ªed., Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1951, pp. 194-195.

¹⁵⁸ *Provas de História Genealógica...*, tomo III, 1ª parte, Coimbra, Atlântida, 1946-54, p. 2.

¹⁵⁹ Buescu, 2007, p. 171.

¹⁶⁰ *Ibidem*, pp. 178-179.

¹⁶¹ José Maria de Queirós Veloso, «A política Castelhana da Rainha D. Catarina de Áustria. O casamento da filha com o filho de Carlos V», *Estudos Históricos do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1950, p. 41.

¹⁶² Consultar o retrato 2 das imagens em anexo.

sua Casa¹⁶³. De resto, D. João III «confia inteiramente na rainha, não há nada grande ou pequeno que não passe pelas suas mãos»¹⁶⁴. Embora o soberano mantivesse o seu conselho, constituído pelas mais altas figuras do reino, este caracteriza-se por constantes alternâncias. Em 1532, esse conselho está confinado a três homens, António de Ataíde, futuro conde de Castanheira, o conde de Vimioso e o secretário António Carneiro, estando afastados, por razões diversas, os habituais infante D. Luís e o duque de Bragança, D. Jaime, ambos presentes aquando do recebimento de D. Catarina no reino¹⁶⁵. De entre os nomes invocados, destaca-se D. António de Ataíde pela importância do cargo que ocupa, a partir de 1530, como vedor da Fazenda¹⁶⁶ e na relação de cumplicidade que mantém com o monarca, nem sempre apreciada pela soberana. Sendo ela a segunda figura na hierarquia da corte e assumindo, a partir da década de quarenta, um lugar no conselho do rei, D. Catarina arroga, ao longo do reinado *d'O Piedoso*, um papel político determinante, presidindo junto do rei nas cerimónias públicas e participando ativamente nos momentos decisórios, levantando-se rumores de que é ela quem governa¹⁶⁷. As suas posições são fundamentais, desde logo com as questões em redor do conflito ibérico com Maluco¹⁶⁸; na sua particular iniciativa de promoção das alianças matrimoniais entre Portugal e Castela e alcançando, após intensas negociações diplomáticas com a cúria romana, a instituição do Tribunal da Inquisição no reino português, a partir de 1536¹⁶⁹. Esta conquista é sustentada pela sua personalidade marcadamente espiritual e religiosa, «de grandes virtudes, de condição branda, e grande zelo de Religião Christã»¹⁷⁰, que a levam a empreender diligências várias para a evangelização dos territórios ultramarinos, procurando a conversão dos gentios¹⁷¹. Para esse movimento muito contribui a entrada da Companhia de Jesus em Portugal em 1540. No ano seguinte, fortemente animado e apoiado pelo casal de monarcas, Francisco Xavier parte na sua missão de evangelização no Oriente. Em todo o caso, a Companhia encontra-se em situação marcadamente relevante no território português, desde logo no ensino, nomeadamente na Universidade de Évora e no Colégio das

¹⁶³ Jordan, 2012, p. 65.

¹⁶⁴ Carta de Luis Sarmiento para Carlos V (23 de outubro 1539), Arquivo Geral de Simancas, Legajo 371, fol. 255, citado em Annemarie Jordan Gschwend, «Catarina de Áustria: coleção e *kunstkammer* de uma princesa renascentista», *Oceanos*, nº 16, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 1993, p. 62.

¹⁶⁵ Buescu, 2007, pp. 238-239.

¹⁶⁶ Sobre este cargo administrativo cfr. Ruy Torres d'Abreu, «Vedores da fazenda», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. VI, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 261-262.

¹⁶⁷ Luisa Stella de Oliveira Coutinho Silva, «O pensamento político na época de Catarina de Áustria e as mulheres no Governo», *RIDB*, Ano 2 (2013), nº 10, pp. 11662-11663.

¹⁶⁸ Sobre este assunto cfr. Artur Basílio de Sá, «Molucas», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 328-329.

¹⁶⁹ Buescu, 2007, pp. 243-246.

¹⁷⁰ *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, publicadas por António Caetano de Sousa, nova edição revista por Manuel Lopes de Almeida e César Pegado, tomo IV, Coimbra, Atlântida, 1946-55, p. 308.

¹⁷¹ Mendes, 1989, pp. 97-99.

Artes, e com figuras que imprimem notoriedade e comoção na corte, como o padre Francisco de Borja que chega em 1553 e, posteriormente, em 1555, o castelhano Miguel de Torres que D. Catarina acolhe como seu confessor¹⁷².

Atente-se, então, na sua fervorosa relação espiritual e religiosa. Herdando a igreja do Espírito Santo de Alenquer, fundada por D. Isabel, D. Catarina manifesta-se devota da rainha santa, encarregando Damião de Góis de procurar elementos sobre esta na Torre do Tombo. Em 1556, uma bula de Paulo IV concede o culto da rainha santa para todo o Reino, antes circunscrito à diocese de Coimbra¹⁷³. Em 1563, um ano após a renúncia à regência, recebe a mais alta distinção por parte da Igreja: a *rosa papal*. Pio IV entrega a D. Catarina, pelos seus serviços este símbolo da Paixão e Amor de Cristo que representa a rosa da virtude, dádiva rara apenas para rainhas e princesas piedosas¹⁷⁴. Igualmente relevante é a sua ligação à tangibilidade religiosa expressa pelo universo das relíquias dos santos. Essas relíquias integram uma parte essencial da sua coleção, sendo alguns relicários oriundos da coleção de sua mãe, D. Joana, outros fruto de presentes trocados com os parentes da corte de Habsburgo. Constituem, portanto, uma representação simbólica de distinção mas também lembrança familiar e dinástica¹⁷⁵. O grau de importância que lhe confere encontra-se bem explícito no seu testamento, no qual destina a várias pessoas e instituições as relíquias, desde logo um pedacinho da verdadeira Cruz, que havia pertencido ao imperador Maximiliano, e que reserva para o seu neto Sebastião¹⁷⁶. A presença das relíquias, juntamente com alfaias litúrgicas, vários capelães e um confessor são denunciadores da intensa vida devocional da soberana. Nos seus aposentos, no paço da Ribeira, possui, para além da câmara, recâmara, guarda-roupa e outros gabinetes, um oratório¹⁷⁷. Possivelmente aí fará as suas orações mais privadas, recolhida no silêncio que o momento da oração exige. Porém, o extenso número de moços da capela, capelães e confessor que desde cedo acompanham D. Catarina, integram um quotidiano de prédica litúrgica que revelam e prolongam a sua ligação com o sagrado e com a eleição de um culto prestigiante. Ao seu serviço, no mês em apreço, a rainha tem diversos moços de capela,

¹⁷² Buescu, 2013, pp. 67-68.

¹⁷³ *Ibidem*, p. 65.

¹⁷⁴ Gschwend, 1993, p. 231.

¹⁷⁵ Ana Isabel Buescu, «Os santos na Corte de D. João III e de D. Catarina», *Lusitânia Sacra*, 28, Julho-Dezembro de 2013, p. 60.

¹⁷⁶ Mendes, 1989, pp. 114-115; «Testamento da rainha D. Catarina» in *As gavetas...*, pp. 9-23.

¹⁷⁷ Jordan, 2012, p. 72.

que anonimamente povoam a fonte¹⁷⁸ e sete capelães¹⁷⁹, sendo um deles «Jeronimo Framquo que serve de thesoureiro da capella»¹⁸⁰.

O mecenato religioso, patente ao longo de toda a sua vida expressa-se de múltiplas formas. A ajuda que dispensa a conventos, mosteiros, igrejas e diversos religiosos, traduz-se em ofertas monetárias, bem como dádivas em géneros alimentares de diversa ordem ou, inclusive, no pagamento de serviços prestados a religiosos. Veja-se, a este propósito, o alvará de 1575, em que ordena o pagamento de 16.000 reais ao boticário Manuel Henriques, por «mezinhas que deu de sua botica nos dous anos passados para as freiras do mosteiro» da Esperança¹⁸¹. Ao mesmo mosteiro, em 1562, regista-se a entrega de 4 dúzias de «pergaminhos brancos das vinte duzias que lhe são designados em receita»¹⁸². A «devoção que tenho ao Mosteiro de Nossa Senhora da Esperança desta Cidade de Lisboa»¹⁸³ é testemunhada na fonte em apreço, pela pena de Dom António. Naquele mês de maio, a *rainha velha* desloca-se, como já antes se deu nota, do seu paço de Xabregas para Belém, aí ficando cerca de duas semanas. Além desta estada, supõe-se que D. Catarina passa igualmente pelo Mosteiro da Esperança, como antes se referiu, e faz diversas mercês, nomeadamente «hũa canastra de sereja pera as Freiras d'Esperansa»¹⁸⁴; «mill e trezemos rs. por vinte aratens d'asuquar que lhe S.A. mandou dar»¹⁸⁵; todas as semanas 100 reais de esmola¹⁸⁶ e, finalmente, outro tanto para azeite¹⁸⁷. Com o mosteiro da Madre de Deus, a relação é bastante intensa, até pela proximidade física deste com o paço onde habita a rainha nos últimos anos de vida. Para este mosteiro encomenda a Lourenço de Salzedo o seu retrato e o de D. João III acompanhados dos santos patronos, Santa Catarina e S. João Baptista, ajoelhados em postura de oração, exibindo «uma imagem de majestade em confronto com a divindade e a perspectiva da morte»¹⁸⁸. As esmolas, mercês e dádivas ao mosteiro são inúmeras¹⁸⁹, variando no género, porém significativas nos gastos, como atesta o decreto de 1574, relativo ao pagamento de 35.000 reais para órgãos da

¹⁷⁸ ANTT, NA 786, fl. 10.

¹⁷⁹ Cfr. quadro de moradores em anexo.

¹⁸⁰ ANTT, NA 786, fl. 26.

¹⁸¹ ANTT, CC, P. I, Mç. 32, doc. 55.

¹⁸² ANTT, CC, P. I, Mç. 106, doc. 37.

¹⁸³ *Provas de História Genealógica...*, tomo III, 1ª parte, Coimbra, Atlântida, 1946-54, p. 34.

¹⁸⁴ ANTT, NA 786, fl. 54 v.

¹⁸⁵ ANTT, NA 786, fl. 51.

¹⁸⁶ ANTT, NA 786, fl. 60v.

¹⁸⁷ ANTT, NA 786, fl. 48v.

¹⁸⁸ Annemarie Jordan, cit. por Buescu, 2013, p. 55. Cfr. figuras 7 e 8 das imagens do anexo documental. A atribuição das pinturas a Lourenço de Salzedo é recente. Cfr. Annemarie Jordan Gschwend, «O Maneirismo e o retrato de corte em Portugal: as fontes, as inovações e a importação de um estilo», in *A pintura maneirista em Portugal. Arte no tempo de Camões*, (coord.) Francisco de Faria Paulino e Vítor Serrão, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 295-297.

¹⁸⁹ ANTT, CC, P. I, Mç. 99, doc. 154; ANTT, CC, P. I, Mç. 106, doc. 73.

capela¹⁹⁰. No Livro da Casa da Rainha, à semelhança do que se verifica com o Mosteiro da Esperança, as esmolas traduzem-se em dinheiro que é atribuído semanalmente, bem como em espécies alimentares, como «mill rs. de que S.A. lhe fez merce pera comprarem huns poucos de framgãos», com a particularidade de oferecer obreias¹⁹¹, ou seja, as folhas delgadas de massa de farinha sem fermento para fazer hóstias. Fora de Lisboa, as instituições que lhe merecem maior devoção são o Mosteiro de N. S. da Conceição de Vale Benfeito, masculino, da Ordem e Congregação de São Jerónimo, cuja fundação nas Berlengas se deve à rainha D. Maria, consorte de D. Manuel. D. Catarina apoia as obras das futuras instalações nos arredores de Óbidos e, em 1547, sob a bula de Paulo III, dá-se a transferência da comunidade para o novo edifício¹⁹². Naturalmente dedica-lhe extremo cuidado e consideração, pois Óbidos pertence à Casa da Rainha, facto que não passa despercebido no Livro agora em análise, quando Dom António regista o pagamento «por duas ferraduras que se botaram a hum macho em que [o moço de câmara] Francisco Godinho foy a Obidos e de as cravejarem»¹⁹³, possivelmente para cuidar de algum recado de S. A. No Algarve é o Mosteiro de N. S. da Assunção de Faro – cidade da Casa da Rainha - que distingue nas suas esmolas e mercês¹⁹⁴, trocando volumosa correspondência com a abadessa¹⁹⁵. Com obras iniciadas em 1519, a sua finalização apenas se verifica em 1564, com a dedicação e generosidade da rainha¹⁹⁶. Das instituições religiosas lisboetas beneficiadas por D. Catarina, constam, no mês de maio em apreço, os frades de Santa Catarina, de S. Francisco de Xabregas, de S. Francisco da cidade, os padres de S. Francisco da Lixa, de S. José e dos Capuchos, com dádivas monetárias e alimentícias. O documento refere ainda ofertas ao Mosteiro da Boavista, Nossa Senhora da Ajuda e Santa Clara.

É a esta mulher pia, mas também dinâmica, política e perseverante, que D. João determina «tivesse o governo destes Reynos, e Senhorios até o Principe seu neto cumprir vinte annos»¹⁹⁷. Após meio século de vida, a 11 de junho de 1557, a rainha vê-se viúva de um rei que deixa este mundo «de huma doença apressada, mas naõ tanto, que lhe naõ desse tempo para receber o Sagrado Viatico, e os mais sacramentos»¹⁹⁸ mas certamente com a mágoa e a incerteza da continuidade dinástica. Uma vez mais o luto cai sobre a casa real portuguesa,

¹⁹⁰ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 139

¹⁹¹ ANTT, NA 786, fl. 52; ANTT, NA 786, fl. 58; ANTT, NA 786, fl. 54v.

¹⁹² Gschwend, 2010, pp. 223-225.

¹⁹³ ANTT, NA 786, fl. 20v.

¹⁹⁴ ANTT, CC, P. I, Mç. 74, doc. 101; ANTT, CC, P.I, Mç. 108, doc. 91; ANTT, CC, P.I, Mç. 102, doc. 108.

¹⁹⁵ ANTT, CC, P. I, Mç. 104, doc. 23; ANTT, CC, P.I, Mç. 107, doc. 137.

¹⁹⁶ Gschwend, 2010, pp. 225-227.

¹⁹⁷ *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, p. 309.

¹⁹⁸ *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, p. 290.

cujas esperanças de sucessão recaem agora num jovem príncipe, de 3 anos de idade, de seu nome D. Sebastião.

2.2 Rainha-Avó regente: 1557-1562

«Deixou ElRey D. João ordenado, que a Rainha sua mulher fosse tutora de seu neto, e governadora do Reyno até elle ser capaz de o governar só por si, isto não em testamento, que não o fez, mas em huns apontamentos para elle, que andava ordenando, e a intempestiva morte lhos não deixou acabar...»¹⁹⁹.

Este facto em muito contribui para o descontentamento e objecção que muitos manifestam sobre esta tomada da regência por parte de D. Catarina e que por esse motivo os leva a propor a convocação de cortes. As virtudes que o rei seu marido lhe reconhece, rogando ao príncipe seu neto e ao cardeal D. Henrique, seu irmão, confirmem a «Rainha minha sobre todas muito amada, e prezada mulher por Governadora dos ditos Reynos, e Senhorios, e lhe obedeçaõ em tudo, e cumpraõ, e façaõ cumprir»²⁰⁰ não são encaradas unanimemente pelos membros mais influentes da corte. Desta forma, e promovendo um acordo tácito entre as forças opostas, recomenda-se a indigitação do cardeal D. Henrique num papel de colaboração e assistência na governação da rainha-viúva, assinalando a tradição sucessória do reino que indica a legitimação de regência ao varão mais próximo do rei, no caso o seu irmão cardeal²⁰¹.

As suspeitas sobre a lealdade de D. Catarina para com o reino de Portugal assentam, sobretudo, na relação de proximidade com o irmão e imperador Carlos V, promovendo com este as uniões matrimoniais entre as casas de Avis e Áustria. Ao patrocinar o casamento entre a sua filha, a infanta D. Maria Manuela e o príncipe D. Filipe, seu sobrinho, fê-lo com o intuito de «que podria suceder para el bien de los reynos»²⁰². A sua postura diplomática e política apontam para o estabelecimento desta aliança ibérica por considerar vantajoso para ambas as nações, uma vez que consórcios com outras casas europeias podiam resultar menos úteis à coroa. De resto, o jogo de alianças entre os estados ibéricos é anterior ao casamento de D. Catarina com D. João III, mas igualmente promovidos por este, como atesta o casamento de sua irmã D. Isabel²⁰³ com Carlos V, tornando-a rainha de Espanha e imperatriz da Alemanha, entre 1526 e 1539, de acordo com a determinação expressa em testamento por seu pai, o rei

¹⁹⁹ *Portugal Cuidadoso, e Lastimado...*, Liv. I, cap. 2, p. 6.

²⁰⁰ *Provas de História Genealógica...*, tomo III, 1ª parte, Coimbra, Atlântida, 1946-54, p. 24.

²⁰¹ Buescu, 2007, p. 330.

²⁰² António Augusto Mendes Correia, «A lealdade de uma rainha portuguesa», *Revista de Estudos Históricos*, vol. 2, nº 1/3, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1925, pp. 182-183.

²⁰³ Ver o retrato 9 das imagens em anexo.

D. Manuel. Porém, é com D. João II que se inicia este processo de alianças como condição de paz entre os reinos, justificado pela política ultramarina de Castela e Portugal no Oriente e no Novo Mundo, coadjuvada pela necessidade de continuidade dinástica, afastando a ascendência de ramos colaterais²⁰⁴. Em todo o caso, D. Catarina encontra-se numa situação delicada e difícil de gerir num ambiente de declarada crispação. A lealdade para com o imperador, seu irmão, não lhe tolda, no entanto, a perspicácia e o discernimento político. Carlos V «não ignorava possuir aquelle reyno huma firme ancora para a sua conservação na pessoa de seu neto», contudo, lembrando a frágil saúde do herdeiro do reino português, solicita à regente, sua irmã «que Portugal jurasse condicionalmente na falta delRey D. Sebastião por sucessor da coroa o principe D. Carlos seu neto»²⁰⁵. Ora este pedido, trazido à corte pelo enviado padre Francisco de Borja, não alcançou sucesso. D. Catarina, consciente da sua frágil posição, não compromete a já débil regência. Em todo o caso, poucos meses depois, a 21 de setembro de 1558, a morte rouba-lhe o irmão imperador e, de alguma forma aliado, Carlos V e cai por terra a possibilidade de publicar essa pragmática²⁰⁶. Apesar de não avançar com o desejo do imperador, a rainha não é peremptória na sua negação. Afinal, D. Carlos²⁰⁷, filho do imperador, era igualmente seu neto, por quem, de resto, nutria carinho e afeto próprios de uma avó que tem em ambos os netos os únicos descendentes vivos – depois de ver descer à terra todos os nove filhos que arrancou do ventre – e últimas esperanças na sucessão dinástica.

A relação com os netos é distinta, desde logo pela distância física com o neto espanhol. Todavia, D. Catarina alimenta uma ligação terna com o pequeno infante, que lhe lembra a filha precocemente desaparecida. O envio de presentes exóticos é uma constante ao longo da vida. Assim, em 1553, regista-se o envio de três escravos para a corte espanhola colocar ao serviço do seu neto; em 1555 a sua excentricidade não encontra limites e é uma zebra africana – aliás a primeira importada para a Europa desde a Antiguidade – que a avó faz chegar ao pequeno infante. Sabendo do especial agrado da família Habsburgo por aves, promete-lhe um papagaio que soubesse “falar” muito bem²⁰⁸. Ela própria, fervorosa apreciadora de aves, possui, além dos pássaros exóticos, o seu próprio aviário com faisões e estorninhos, possivelmente destinados à mesa real. Recorrendo ao Livro da Casa da Rainha de [1571], reconhecem-se

²⁰⁴ Maria Paula Marçal Lourenço, «Ser rainha de Portugal nos alvares da Modernidade: imagem, símbolo e poder», *Separata de Cadernos do Noroeste, Revista do Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho*, Série História 3, vol. 20 (1-2), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2003, pp. 603-604.

²⁰⁵ Diogo Barbosa Machado, *Memórias para a História de Portugal...* livro I, cap. VI, p. 72.

²⁰⁶ Buescu, 2007, pp. 333-334.

²⁰⁷ Ver o retrato 10 das imagens do anexo.

²⁰⁸ Jordan, 2012, pp. 79, 122 e 125. Buescu, 2007, pp. 362-363.

alguns registos que indiciam essa contínua prática e manutenção de espaços destinados a aves nos paços reais e do seu alimento:

«a Bramqua Fernandez mulher de Tome Fernandez reposteiro mill e oitocentos sesemta e seis rs. e meio que se lhe momtou aver neste mes a sesemta e seis rs. e meio por dia pera mantimento dos pasaros de S.A. são mill e oitocentos e novemta rs. e meio a sesemta e meio por dia» e por «hum allqueire d'allpisti cemto e trimta rs»²⁰⁹.

Com D. Sebastião a relação reveste-se de maior proximidade e proteção, em algumas situações excessiva, o que virá, de certa forma, a contribuir para o gradual afastamento do neto. Mas recue-se à infância do pequeno infante. Nascido sob a aura da comoção que acompanha a morte súbita do seu pai, o príncipe herdeiro D. João, o filho *Desejado* desde cedo fica apartado igualmente de sua mãe. Regressada D. Joana a Castela, é sob a alçada dos avós monarcas que D. Sebastião cresce e é aos cuidados maternais da rainha sua avó que se encontra desde a mais tenra idade. Nos aposentos da rainha faz as refeições, dorme e brinca, até ao dia em que “toma casa”, por volta dos nove anos de idade, já o reino se encontra sob a regência exclusiva do seu tio-avô, o cardeal D. Henrique²¹⁰. Para assegurar a sua guarda e criação, a escolha da rainha cai em D. Aleixo de Menezes. Contudo, é necessário assegurar igualmente a sua educação e formação e, para essa demanda, D. Catarina não consegue os seus intentos. Uma vez mais, o fosso entre a regente e o cunhado agudiza-se e intensifica a cada dia mais espinhosa missão da rainha viúva. Embora ambos defendam a educação do futuro rei por um religioso, a regente não considera benéfico que a Companhia de Jesus tome a seu cargo D. Sebastião pois considera-os mais políticos e portanto mais interventivos em matéria de Estado, o que não se afigura útil à sua regência. Já o cardeal defende peremptoriamente a atribuição deste cargo a um jesuíta, intento que vê materializado com a escolha do padre Luís Gonçalves da Câmara. Esta derrota de D. Catarina é também o reflexo da crescente influência da Companhia junto do trono e em todo o reino. Nesse ano de 1559, D. Catarina consegue afastar o propósito da princesa D. Joana que inicia manobras para intervir na educação do filho, herdeiro do trono português. Contudo, D. Catarina não granjeia vencer o cunhado na determinação do mestre do neto que, em última análise, acaba moldando o seu caráter e as futuras posições políticas e pessoais²¹¹.

A regência da rainha-avó reveste-se desde o início de graves escolhos dificultando o seu exercício de poder. Pese embora os aliados que reúne no seu conselho, nomeadamente o secretário de Estado Pêro de Alcáçova Carneiro, o bispo de Portalegre, D. Julião de Alva e

²⁰⁹ ANTT, NA 786, fl. 64; ANTT, NA 786, fl. 40v.

²¹⁰ Cruz, 2006, p. 68.

²¹¹ Buescu, 2007, pp. 336-338.

Martim Afonso de Sousa, ex-governador do Estado da Índia, as relações crispadas com o cunhado não contribuem para a sua continuidade à frente do reino. Mais tarde, dirigindo-se ao rei seu neto, queixa-se da atitude do cardeal nestes termos:

«logo que tomei o governo destes reinos, com desejo de servir Vossa Alteza o menos mal e com menor prejuízo para a Fazenda que eu pude, [D. Henrique] quis desfazer em mim, querendo firmar juntamente comigo em todas as coisas que se fizessem, como se eu fora mulher e filha de pessoas contra quem ele havia de intentar fazer-me tão grande afronta»²¹².

Assim, em dezembro de 1560, comunica a quem de direito, nomeadamente ao cardeal D. Henrique, bispos, senhores, cidades e vilas do reino, ao papa, a Filipe II e a D. Joana a sua intenção de se demitir da regência do reino. Esta atitude poderá ter várias leituras, desde logo o assumir por parte da rainha das graves dificuldades em levar a bom termo a incumbência do marido, mas igualmente uma tentativa de reforçar a sua posição enquanto regente e aferir sobre a opinião pública. Em todo o caso, a rainha admite que «nam he posivel themar por mays tempo esta carregua que [me] sempre foy muy pesada»²¹³. Antes, porém, da consulta por escrito, a regente leva esta questão a conselho de Estado, alegando o cansaço para abandonar a regência, recebendo do cardeal o apoio para continuar à frente do governo, argumentando este, a satisfação manifestada pelo povo aquando da tomada da regência por D. Catarina. No entanto, a sua posição altera-se, pedindo à cunhada que fizesse essa consulta por escrito a todos os envolvidos. As manifestações não tardam em chegar e D. Catarina reúne um consenso quase geral, manifestando-se a larga maioria dos consultados a favor da continuidade do seu governo²¹⁴. D. António de Ataíde, conde de Castanheira lembra-lhe, em carta escrita a 1 de março de 1561, que:

«plo que devia a Deos era obrigada a governar, porque de leixar o governo se podiam pla ventura seguir grandes dezaforos, e que visse [...] devia procurar pla quitação destes Reinos e naõ azo a haver nelles diferentes openiõess em cousa tam substancial como hé a governança»²¹⁵.

Neste cenário favorável à regente, torna-se ainda assim, forçosa a realização de Cortes Gerais do reino. O descontentamento relativo a diversos assuntos que manifestamente se relacionam com uma tensão anti-castelhana, prende-se efetivamente com questões determinantes para a continuidade de um reino: desde logo a educação do rei, o estabelecimento da sua Casa, o casamento que não acontece, ou ainda a crescente influência jesuítica no reino, o conflito africano e a necessidade urgente de reformas de vária natureza,

²¹² «Lo que la Reina N. S. trato com El Rey la 2ª vez que le hablo en su ida». AGS – Estado, leg. 389, doc. 96. Cit. por Cruz, 2006, p. 61.

²¹³ Diogo Barbosa Machado, *Memorias para a História de Portugal...* livro I, pp. 332-334.

²¹⁴ Cruz, 1992, pp. 189-219.

²¹⁵ *Documentos Inéditos para a História do Reinado de D. Sebastião*, publicados por Joaquim Veríssimo Serrão, Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XXIV, 1958, pp. 159-160.

convergem para a inevitável reunião das Cortes que tem lugar em Lisboa, em dezembro de 1562. Na manhã do dia 12, no paço da Ribeira, ornado de acordo com a solenidade do momento, e na presença de D. Sebastião, abrem-se os trabalhos, com os procedimentos próprios e a erudição dos que tomam voz. Porém, a soberana, tomando todos de surpresa, faz chegar uma missiva pelas mãos do seu vedor, Simão Guedes, renunciando à regência e propondo a eleição do cardeal D. Henrique como governador e regente de Portugal. Desta forma, o reino vê o seu governo nas mãos do tio-avô del rei D. Sebastião. Os três Estados reúnem a 23 de dezembro, juram o cardeal regente do reino na menoridade de D. Sebastião e D. Catarina, determinada e obstinada nos seus desígnios, voluntariamente resigna ao poder mas não à tutoria e curadoria do seu neto²¹⁶, mostrando, uma vez mais, que «era ornada de prudencia, como mostrou na Regencia do Reyno, na menoridade delRey D. Sebastião, em que entrou em virtude da vontade delRey seu marido»²¹⁷.

2.3 Rainha-Avó presente: 1562-1578

«Depois q elRey entrou em idade de oito anos, e q deixando o serv^o de mulheres (que emquanto menino o vistiaõ, e despiaõ) o serviaõ já fidalgos e comia, e dormia em quarto apartado da Raynha sua avo, costumava elle do meyo dia p.^a a huã hora visitar a d^a sua avo, e acentados ambos caha h^u em sua cadeira de espaldas, e D. Aleixo ayo delrey em outra raza, estarem falando por espaço de h^ua hora, na qual a Raynha lhe perguntava pelo que aprendia, e lhe reprendia algumas couzas (se avia q reprender em suas palavras e costumes) e lhe encinava e dizia o q convinha a seu estado, e pessoa real: e algumas vezes vinha elRey corado e sentindo das repreenções da avo, a quem tinha suma venerassaõ, e como os mossos sentem mto a sujeição de quem os emenda com authorityde foy fácil preçuar a elRey tanto que lhe entregaraõ o Rn^o e o cetro q se apartasse de sua avo, e depois q continuasse pouco com suas visitas, e converçassão: donde se seguiraõ os disgostos que ouve, plos quais a Raynha se quis hir deste Rn^o p^a Castella»²¹⁸.

É sob este cenário que a prudente rainha D. Catarina se propõe a novas pelepas quando abdica da regência a favor do cunhado, pois na sua mente, é clara a necessidade de acompanhar e catapultar o neto para uma vida adulta de acordo com a sua condição régia e de assegurar a continuidade dinástica. Apartar-se dele fisicamente terá sido penoso, mas, ainda assim, inevitável. Dessa forma, D. Sebastião toma os aposentos do seu avô, no paço da Ribeira, assinalando a constituição formal da sua Casa, «em a cidade de Lisboa, terça-feira, [...] 25 de Setembro [de 1563]», a refeição que toma «no dito dia, na varanda grande, com todas as

²¹⁶ Buescu, 2007, pp. 345-348.

²¹⁷ *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo IV, Coimbra, Atlântida, 1946-55, pp. 308-309.

²¹⁸ *Anedotas Portuguesas e Memórias Biográficas da Corte Quinhentista: historias e ditos galantes que sucederaõ e se disseraõ no Paço: (contendo matéria bibliográfica inédita de Luis de Camões e outros escritores do século XVI)*, Leitura do texto, introdução, notas e índices por Christopher C. Lund, Coimbra, Almedina, 1980, pp. 44-45.

cerimónias [...] com Sua Alteza o Cardeal Infante» e demais ilustres condes e fidalgos²¹⁹. Ignora-se quais os pratos servidos nessa refeição, porém, são conhecidas as preferências gastronómicas do rei, graças ao relato da viagem do jovem monarca a Guadalupe – de que se dará conta mais adiante – a fim de se encontrar com D. Filipe II. Para além da música a acompanhar a refeição, D. Sebastião gosta de ter no prato carneiro assado e torresmos. Ainda a propósito de comida, D. Catarina, sempre atenta e zelosa de seu neto, não descarta aspetos menos relevantes e até comezinhos, chegando a tomar refeições com o neto ensinando-o a comer de forma moderada e equilibrada, pois o pequeno rei come de forma rápida «e engolia mal mastigado, como fogoso, e apressado com prejuízo da digestão»²²⁰. Repare-se, ainda, na referência, «a João Nunez callsiteiro d’el Rey», no Livro da Casa da Rainha de [1571], «era vinho vimte rs», pagamento assegurado pela avó²²¹. Na mesma fonte, encarrega-se de levar algumas encomendas «dos paaços d’Emxobreegas a casa d’el Rey a Samtos» e do pagamento «a tres homens que barerão os paateos e tereyro quamdo el Rey veio d’Allmeirim»²²².

Ainda que as relações com o rei, seu neto estejam mais esfriadas e o seu papel político mais esbatido, D. Catarina é rainha-avó, por direito próprio, e a sua voz continua a ser ouvida e não estando os seus direitos e privilégios, de nenhuma forma, ameaçados, embora a sua energia aponte noutras direções. No mesmo período em que D. Sebastião forma a sua Casa, a rainha toma outra empresa em mãos, que lhe ocupa quase uma década de diligências e trabalhos, com o empenho pessoal, financeiro e emocional. Trata-se da trasladação dos restos mortais dos seus tios e sogros, o rei D. Manuel e D. Maria, e do *Piedoso*, seu marido, para a nova capela-mor do Mosteiro dos Jerónimos, cujas obras entrega ao arquiteto João de Ruão e a decoração ao pintor Lourenço de Salzedo, como já anteriormente se indicou. Todo este processo aproxima-a da perspetiva da morte e de uma gradual inclinação para a vida espiritual e contemplativa, pois as forças do seu corpo não são já as de outrora. Contudo, não se verifica uma declarada renúncia ao poder e ostentação, o que de resto, corresponde à sua personalidade marcadamente dominadora, empreendedora e, apesar de piedosa e espiritual,

²¹⁹ Pero de Alcáçova Carneiro, *Relações...*, pp. 456-457.

²²⁰ *Portugal Cuidadoso, e Lastimado...*, Liv. I, cap. 21, pp. 89-93.

²²¹ ANTT, NA 786, fl.52v.; ANTT, NA 786, fl. 57v. Calceteiro é o alfaiate que faz calças. Este João Nunes, ou possivelmente, o seu pai, terá sido igualmente calceteiro de D. João III e do príncipe D. João. Veja-se a esse propósito *Ditos Portugueses dignos de Memória*, 1980, pp. 47, 51 e 403; ANTT, CC, P. I, Mç. 88, doc. 89. Da Casa de D. Catarina, à semelhança das congéneres europeias, faz parte um grupo de servidores e moradores essencialmente doméstico e privado que asseguram o seu serviço pessoal, coexistindo, com os da Casa do Rei. A partir dos finais de Quinhentos os diversos membros da família real deixam, gradualmente, de ter casa própria, resultando em novas maneiras de gestão dos espaços privados. Este novo esquema estende-se à generalidade da nobreza e reflete-se na estrutura das casas reais. Pedro Cardim, «A corte régia e o alargamento da esfera privada», in *História da vida privada em Portugal, A Idade Moderna*, dir. José Mattoso, coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Círculo de Leitores | Temas e Debates, 2010, p. 180.

²²² ANTT, NA 786, fl. 41v.

amante dos bens terrenos e do belo, como reflete a sua atitude de colecionadora. O seu período de colecionismo mais intenso demarca-se, essencialmente, numa barreira que compreende a sua chegada ao reino e 1570, sendo efetivamente as décadas de 50 e 60 as de maior significado²²³. Note-se a grande quantidade de mobiliário asiático lacado de Macau que importa em 1565, dos quais faz chegar algumas peças ao outro neto, o príncipe D. Carlos²²⁴, ou ainda diversos artigos de luxo e requinte de que não se priva, como as maravilhosas sedas florentinas e os damascos venezianos que o cônsul português em Antuérpia lhe faz chegar dois anos antes²²⁵. De resto, a sua apetência por objetos raros e exóticos, comum a outros familiares habsburguanos, impulsionam-na a adquirir peças a que se atribuem propriedades mágicas como as pedras de bezoar²²⁶.

A par com a sua vida mais privada e quotidiana, a rainha, cada vez mais próxima do sobrinho Filipe II²²⁷, da mesma forma que o fora de seu irmão, o imperador Carlos V²²⁸, debate-se com as questões fundamentais do reino que assentam essencialmente no desejado casamento do jovem Sebastião, embora seja voz corrente em meados de 1569, e de acordo com as palavras de Pero Roiz Soares, que «elRey de nenh~ua maneira pode ver molher»²²⁹. De resto, essa postura mantém-se, escrevendo D. Juan da Silva a Filipe II, em 1576, confirmando que:

«elrey muestra tanto ódio a las mujeres, que aparta los ojos dellas, y se una dama le sierve la copa, busca como tomarla sin tocarle la mano; e jugando un dia entero e las canãs no levanta la cabeza a las ventanas»²³⁰.

De facto, os relatos coevos exibem um jovem rei silencioso, reservado, absorto nos seus pensamentos e com sérias dificuldades na convivialidade e sociabilidade. Leia-se o relato de Venturino, aquando da visita do Cardeal Alexandrino a Portugal, que traz em mente a união dos soberanos ocidentais numa cruzada contra o turco²³¹:

«Ao mesmo tempo jantava el-rei também em público e só à mesa, na sua sala principal debaixo de dossel, em estrado levantado, e assentado em cadeira de brocado de ouro. Quatro padres jesuítas benzeram a mesa e depois deram graças. O serviço era de ouro. Dez os criados que serviam não mais. As comidas poucas, mal temperadas e grosseiras. [...] Aí estava também sempre uma salva de

²²³ Jordan, 2012, p. 110.

²²⁴ Gschwend e Tudela, 2003, p. 29.

²²⁵ *Ibidem*, p. 118.

²²⁶ Isabel dos Guimarães Sá, "The uses of luxury: some examples from the Portuguese courts from 1480 to 1580", *Análise Social*, vol. XLIV (192), 2009, p. 600.

²²⁷ Ver retrato 11 das imagens em anexo.

²²⁸ Ver retrato 12 das imagens em anexo.

²²⁹ Pero Roiz Soares, *Memorial...*, p. 44.

²³⁰ Publ. em Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião...*, vol. II, p. 126.

²³¹ Mário Brandão, «Uma carta à cerca da viagem do cardeal Alexandrino a Portugal», *Biblos: revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. II, Coimbra, 1926, pp. 401-409.

prata cheia de guardanapos, que se renovavam cada vez que el-rei bebia ou mudava de prato. Comia depressa, e com a cabeça baixa, com pouca delicadeza. Um pagem posto atrás da cadeira lhe tinha entretanto a espada. Dez estavam de joelhos, apesar de lhe assistirem muitos fidalgos, nunca disse palavra, nem olhou para nenhum, e levantando-se da mesa, retirou-se para sua câmara com passos velozes.»²³²

Recue-se a 1568. Ao completar os 14 anos de idade, D. Sebastião atribui-se plenamente a sua circunstância de soberano, em cerimónia pública na “sala de madeira” construída para esse efeito entre as janelas do paço dos Estaus e o convento de S. Domingos. Poucos dias passados sobre a entronização do rei, o desgosto e o luto assolam novamente D. Catarina. O neto espanhol é colhido precocemente pela morte, num cenário terrivelmente sinistro e avassalador para a rainha. Filipe II mantém o seu único filho em cativeiro durante seis longos meses. A sua constituição débil e a recusa em alimentar-se provocam-lhe a morte, interpretada como um suicídio. Porém, e dadas as circunstâncias, não se afasta a hipótese de parricídio²³³. Em todo o caso, o que importa ressaltar é a consequente alteração da situação castelhana face ao trono português, ou melhor, do possível destinatário desse lugar na falta de D. Sebastião. Filipe II é naturalmente o substituto do filho como possível herdeiro do reino vizinho, alterando profundamente a política castelhana face a Portugal e a própria relação com a tia e sogra. O rei espanhol investe sobretudo na inviabilização de uma futura união do sobrinho fora do quadro ibérico, que não chega a acontecer. O propósito para o consórcio com Margarida de Valois não alcança sucesso, como antes saem logradas as possibilidades de união com a arquiduquesa Isabel de Áustria e Maximiliana, filha do duque da Bavieira. A acrescentar à sua óbvia repulsa ao casamento, D. Sebastião, a partir de 1573, alimenta o plano da “jornada de África” de forma intensa e obsessiva, não deixando espaço para outros desígnios²³⁴.

Um ano passado sobre a sua entronização e D. Sebastião vê-se na obrigatoriedade de abandonar Lisboa, juntamente com o cardeal D. Henrique, D. Leonor, a infanta D. Maria e a corte. Enquanto o rei calcorreia diversas terras, a avó, juntamente com a infanta, retiram-se primeiramente para Vila Franca e mais tarde fixam-se em Alenquer, *terra da rainha*. O afastamento provocado pela peste apenas acentua uma situação já antes verificada: o apartamento de avó e neto, repudiado pela primeira, desejado pelo segundo que sente com desgosto a pressão da avó na sua demanda para casar o jovem monarca. O tempo entre as visitas, a cada dia mais espaçadas, chegam a prolongar-se por um ano, fomentando o anseio

²³² Venturino, *Ob. Cit.*, pp. 356-357.

²³³ Cruz, 2006, p. 145.

²³⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, O século de Ouro (1495-1580)*, vol. III, 2ª ed., Lisboa, Verbo, 1980, pp. 68-69.

legítimo e sincero, na desolada avó, de partir para Castela e abandonar o reino²³⁵. O mesmo reino que não larga quando fica viúva, apesar do contrato de casamento prever essa possibilidade²³⁶.

Chegados a 1571, ano a que se crê reporta o Livro da Casa da Rainha, está novamente D. Catarina a intentar a sua saída dos “Reinos do Rei [seu] Senhor” deixando a corte e o seu neto sobressaltados. A 24 de janeiro assistem à missa e comem juntos. D. Catarina, tomada pelo grande amor que tem a D. Sebastião²³⁷, expõe-lhe o seu profundo desgosto pelo seu apartamento e pela ascendência que os irmãos Câmara têm sobre o jovem rei²³⁸. Contudo, é ao cardeal seu cunhado que aponta as maiores deslealdades e que a faz desejar «ir morrer fora da terra onde fui *rainha*»²³⁹. Pese embora a aparente aproximação do neto, a velha soberana mantém-se firme na sua intenção em abandonar a pátria adotiva. O reino responde, em verdadeiro alvoroço, com missivas de todas as partes, rogando-lhe que desista de tal ventura. Porém, nada parece dissuadir a distinta rainha que «dio ya a la señora infanta doña Maria [notícia] de su partida»²⁴⁰. Não é de todo inverosímil sugerir que essa delicada conversa entre as duas sereníssimas senhoras tenha como cenário «a meremda que a Rainha deu ha Iffanta quamdo foi ver a Rainha a Bellem» e que a pena de Dom António regista logo no início desse longínquo mês de maio de [1571]²⁴¹.

As mágoas, a avançada idade e a incapacidade de impedir o seu neto da comprometedora e temerária jornada africana, fragilizam e envolvem a empreendedora e destemida rainha em angustiosos cuidados. Forçada a permanecer, por pressões internas e coadjuvadas pelas manobras ardilosas do hábil sobrinho que entende mais útil tê-la em solo português, a Rainha – como sempre assina – desabafa, em carta a Francisco de Borja, a consternação e desprezo provocados pela ingrata conduta de alguns jesuítas a quem atribui «males, com que este reino está afflicto»²⁴². Cai doente, a rainha! Uma grave discussão com o neto, a que crescem todas as agonias que carrega, concorrem para que na manhã de 30 de maio de 1571, S. A. sofra uma crise, crê-se, uma síncope, debilitando desde então a sua saúde²⁴³, como atesta a carta de D.

²³⁵ Buescu, 2007, pp. 368-372.

²³⁶ *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo III, p. 308.

²³⁷ Ver retrato 13 das imagens em anexo.

²³⁸ Buescu, 2007, pp. 374-375.

²³⁹ Carta de D. Catarina para o neto D. Sebastião, cit. em Buescu, 2007, p. 376.

²⁴⁰ Carta de D. Juan de Borja a Filipe II, 22 de maio de 1571, cit. por Serrão, 1987, pp. 197-198. Ver retrato 14 das imagens em anexo.

²⁴¹ ANTT, NA 786, fl. 19v.

²⁴² Mário Brandão, *O Colégio das Artes (1555-1580)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933, pp. 263-264.

²⁴³ Cruz, 2006, p. 199. Em 1577 uma carta do seu secretário Francisco Cano dá conta do estado de saúde muito grave da rainha. Mendes, 1990, p. 149.

Sebastião, em dezembro do ano seguinte, lamentando o acidente que perigou a vida da avó²⁴⁴, manifestando-lhe, pese embora todos os diferendos com a avó, o seu amor e afeição. Amor que não terá a mesma medida que a rainha lhe devota até ao último suspiro. Na madrugada do dia 12 de fevereiro, com 71 anos acabados de completar e ladeada por D. Sebastião, pelo cardeal, pelas suas damas e por muitos da sua Casa e da corte, a astuta D. Catarina liberta-se do sofrimento terreno e exala o último suspiro²⁴⁵ despedindo-se deste mundo. Consta que as últimas palavras correspondem à justa preocupação que conserva presente até ao último momento, temendo pelo neto: «Oh! não passe Sua Alteza em nenhum modo à Barbéria, aconselhem-lhe que não vá, que eu fiz sempre o mesmo; oh! não passe, que não convém»²⁴⁶.

²⁴⁴ Serrão, 1987, p. 260.

²⁴⁵ Buescu, 2007, pp. 433.

²⁴⁶ *Portugal Cuidadoso, e Lastimado...*, Liv. IV, cap. 20, p. 502.

3 O Livro da Casa da Rainha D. Catarina de Áustria

3.1 Etiqueta de Corte: homens e mulheres ao serviço da Rainha²⁴⁷

«Terça-feira primeiro de Maio. Item a hum barqueiro que levou hos panos d’armar e mesas e outras cousas do serviço da Rainha d’Emxobreegas a Bellem quatrocentos rs.»²⁴⁸ Assim começa o desfile de registos relacionados com a curta estada em Belém da rainha D. Catarina, e parte do seu séquito, naquele distante mês de maio de [1571]. O caráter itinerante das cortes, já antes referenciado, é aqui justamente denunciado, apontando a inevitável necessidade dos elementos da corte e da família real se fazerem acompanhar de um conjunto de bens imprescindíveis à logística quotidiana.

Apoiado no paradigma da Casa dos Duques de Bragança, para o mesmo período agora em análise, não se estará muito distante de um quadro semelhante para a Casa da Rainha. Cabe ao vedor zelar antecipadamente pelas condições dos alojamentos a ocupar e assegurar a sua manutenção²⁴⁹. É também este oficial da Casa da Rainha que determina os materiais e géneros a transportar e o meio utilizado para tal, como atesta a pena de Dom António:

«a um reposteiro que foi apenar os barquos por mamdado do veador»²⁵⁰; «a Florestão d’Orta merceiro duzentos rs. de que S.A. lhe fez mercee pera comprar hua cura de sallsaparilha por humm recado que deu ho veador»²⁵¹.

Em suma, está incumbido de controlar todo e qualquer pormenor sobre os preparativos das viagens, mesmo as de curta distância, como é o caso que agora importa. Sabe-se que a Rainha está em Belém nesta quinzena de maio, contudo a fonte é omissa na especificação dos aposentos ocupados por D. Catarina e pelos que a acompanham. Não é incongruente fixá-la em algumas dependências do vasto mosteiro de Belém, onde hipoteticamente está a acompanhar os trabalhos de Salzedo. Porém, o direito de aposentadoria, ou seja a prerrogativa de requisitar casas em qualquer localidade, próprio dos privilégios da Casa Real, é

²⁴⁷ Ao longo deste capítulo surgem diversos nomes dos oficiais e serviços que se encontram ao serviço da rainha, bem como os cargos ocupados. Para melhor compreensão da identidade de cada um, deverá ser consultado o quadro, em anexo, com o rol de homens e mulheres presentes no manuscrito em análise que se citará sempre pelo original conservado na Torre do Tombo. Consultar igualmente o gráfico 5 referente às despesas com ofícios e mesteres, em anexo.

²⁴⁸ ANTT, NA 786, fl. 2.

²⁴⁹ Mafalda Soares da Cunha, «Mesa e aprovisionamento na Casa dos duques de Bragança. Orgânica interna e cerimonial» in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, p. 73.

²⁵⁰ ANTT, NA 786, fl. 4.

²⁵¹ ANTT, NA 786, fl. 60.

uma hipótese a inscrever²⁵². Em todo o caso, e retomando o exemplo da Casa de Bragança, e partindo desse exemplo como padrão da época, no contexto palaciano, cabe ainda ao vedor asseverar a comunicação com os diversos setores que garantem o abastecimento alimentar da Casa da Rainha. O aprovisionamento é uma tarefa complexa que exige controlo das despesas com os bens e com o elevado número de criados e servidores que o propiciam²⁵³.

A etiqueta de corte seguida pela rainha D. Catarina difere do cerimonial observado nos costumes protagonizados pelo rei. De certa maneira, a influência da etiqueta de Borgonha, introduzida em Castela pelo imperador Carlos V, e disseminada pelas cortes europeias renascentistas, determina o procedimento mais discreto e recatado da rainha, em oposição à manifestação pública dos protocolos, cerimónias e refeições públicas do rei²⁵⁴. Tratando-se a etiqueta de corte de um código de comportamento social que parte da imagem ideal da sociedade, onde a figura régia ocupa o papel principal numa orquestra de movimentos teatrais e metafóricos, cada reinado assume características particulares nessa interpretação do cerimonial e dos atores nesse palco²⁵⁵. Não é diferente na corte de Avis, no reinado de D. João III, nas regências seguintes e também com D. Sebastião, como acontece nos períodos precedentes, nomeadamente no período manuelino. O destaque dado à figura do rei vem já do final da primeira dinastia. D. Fernando terá sido, aliás, o primeiro monarca a fazer as refeições em «mesa alta», ou seja, com a colocação da mesa sobre um estrado. Esse hábito institui-se e constata-se em várias descrições coevas dos reinados seguintes, nomeadamente nas cortes de D. João II e D. Manuel. O rei come sozinho, mas rodeado pelos seus oficiais, constituindo um verdadeiro privilégio assistir à refeição do monarca²⁵⁶. Em cerimónias mais protocolares, como os casamentos reais, verificam-se situações de exceção, onde os convidados distintos acompanham o rei no deleite do banquete.

Paço da Ribeira, 23 de maio de 1565, a Sereníssima Senhora D. Maria de Portugal é convidada para a mesa da Rainha D. Catarina que, no intuito de celebrar o desponsório da infanta com Alexandre Farnese, Príncipe de Parma, oferece um banquete numa «sala ornada de preciosas tapeçarias [...] ao qual assistirão unicamente com a Rainha, a Princesa D. Maria, sua mãe a Infanta D. Isabel, e a Infanta D. Maria, filha del Rey D. Manoel». Durante o banquete, recebem «as Damas da Rainha as iguarias das mãos dos Cavalheiros, que chegavam

²⁵² Cunha, 2011, p. 73.

²⁵³ *Ibidem*, pp. 67-68.

²⁵⁴ Bruno A. Martinho, «Pôr a mesa no Paço da Ribeira. Espacialidades e encenações da refeição no interior do palácio régio», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 116-117; Jordan, 2012, pp. 84-87.

²⁵⁵ Ana Maria Alves, «A etiqueta de corte no período manuelino», *Nova História – século XVI*, nº1, maio, 1984, p. 5.

²⁵⁶ *Ibidem*, pp. 10-11.

até à porta da Sala, e as collocavaõ sobre a mesa»²⁵⁷. Em simultâneo, embora noutra zona do Paço da Ribeira, concretamente na Sala Grande, decorre o banquete oferecido por el-rei D. Sebastião ao embaixador de Castela. Com eles sentam-se à mesa o cardeal D. Henrique e o senhor D. Duarte, «logrando a singularidade [...] de que naõ havia memoria de semelhante em Portugal». A mesa é servida pelos «gentis-homens da Camera, e Cavalheros da primeira graduaçaõ»²⁵⁸.

A imagética real referente ao cerimonial da mesa ao tempo de D. Catarina assenta nesse pilar da separação de géneros dos espaços destinados às refeições, embora a rainha, enquanto consorte do *Piedoso* tenha com ele partilhado refeições públicas²⁵⁹. Não obstante, a tradição da corte portuguesa apresenta essa separação de espaços de refeição, confirmando-se e acentuando-se no decorrer da centúria de Quinhentos²⁶⁰, e estendendo-se ao domínio filipino. O rei continua a fazer as suas refeições de acordo com o cerimonial de Borgonha, acompanhado de alguns cortesãos e servidores. O mesmo acontece com a rainha, na convivência das suas damas²⁶¹. As refeições não acontecem num espaço fixo e estipulado para esse efeito. A mesa tem um carácter móvel, acontecendo a refeição onde melhor convém, de acordo com a situação, o momento e os intervenientes. Contudo, a refeição pública é, antes de mais, um acontecimento, uma manifestação de aparato e espetáculo. Nas ocasiões mais solenes, partilha-se a mesa com quem se quer homenagear e com os mais próximos²⁶². Essa tendência emerge e salienta-se quotidianamente na centúria de seiscentos²⁶³. Como progressivo desvanecimento da mesa individual, surge a introdução de mesas retangulares e ovais que permitem mais comensais e uma conseqüente convivialidade à mesa. O aparato dos pratos dá lugar a porções mais comedidas com uma iconografia mais despojada²⁶⁴ a que se juntam novos hábitos alimentares, alterações de protocolo e mudanças de etiqueta²⁶⁵. Recue-

²⁵⁷ *Maria (D.) de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma – Monumenta Sparsa*, dir. José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998, p. 49.

²⁵⁸ *Ibidem*, p. 49.

²⁵⁹ Martinho, 2011, pp. 122-123.

²⁶⁰ Isabel dos Guimarães Sá, «O rei à mesa entre o fim da Idade Média e o Maneirismo», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 197-199.

²⁶¹ Ana Paula Megiani, «Entre comidas públicas e merendas íntimas: alimentação, cerimonial e etiqueta de mesa no tempo dos Filipes», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, p. 215.

²⁶² *Ibidem*, p. 189.

²⁶³ Marco Daniel Duarte, «A narrativa pictórica do banquete do rei nos séculos XVII e XVIII», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 406-419.

²⁶⁴ Jorge Crespo, «A construção da mesa do rei», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, p. 229.

²⁶⁵ Sobre a evolução da etiqueta de corte no século XVIII cf. Leila Mezan Algranti, «Rituais e protocolos das mesas reais no século XVIII», *A Mesa dos Reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-*

se aos banquetes oferecidos por D. Catarina. Estes entram na categoria das mesas ditas «maneiristas». Citando Ken Albala, Isabel dos Guimarães Sá considera que os enunciados apresentados por este historiador na caracterização das mesas régias quinhentistas – eloquentes na sua encenação de gosto, requinte, sofisticação e exotismo – predominam na corte portuguesa ao tempo dos Avis e consequentemente em vida de D. Catarina²⁶⁶. A marca da expansão ultramarina imprime-se não apenas nos objetos que a sua coleção ostenta, mas também nos alimentos que sobem ao palco da sua mesa, como de resto os banquetes por ocasião do consórcio da infanta D. Maria com o príncipe de Parma refletem. Naquele verão, antes de partir definitivamente para o seu destino italiano, a infanta é agraciada com um último banquete que D. Catarina promove no sentido de receber a condessa de Mansfelt e as suas damas. Neste banquete apresentam-se as «viandas tão peregrinas, que até a Índia Oriental concorreu com a água do rio Ganges para o regalo dos convidados»²⁶⁷.

Durante o mês de maio em apreço, a rainha tem ao seu serviço um séquito e a logística necessária à concretização das refeições, banquetes e merendas que entender. A forma como tudo se processa não é clara. Porém, em tudo se assemelhará ao que decorre nos espaços reais de Quinhentos, observados em descrições coevas. Reforce-se a ideia de que a sala própria para as refeições diárias é uma realidade apenas da centúria de setecentos. Antes, mesa e copa são estruturas móveis que acompanham os comensais, ao sabor das circunstâncias e dos intervenientes. Transportam-se e armam-se as tábuas sobre cavaletes em salas multifuncionais ou espaços mais privados como as câmaras e antecâmaras, dando assim sentido às expressões “pôr a mesa” e “tirar a mesa”²⁶⁸. D. Catarina leva consigo «hos panos d’armar e mesas e outras cousas do serviço»²⁶⁹. De acordo com as estações frias ou quentes do ano, as salas de refeições são forradas no chão com alcatifas ou esteiras e nas paredes ostentam tapeçarias ou tapetes de couro pintado e dourado, designadas *guadamecis*²⁷⁰. De acordo com a descrição da viagem dos embaixadores Troni e Lippomani «Costumam forrar os

XVIII), Coord. Ana Isabel Buescu, David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 244-259. Em 1643 é publicado o *Regimento dos Ofícios da Casa Real de D. João IV* com um novo regulamento sobre o ritual da comensalidade na mesa real. Pode encontrar-se uma descrição breve desse ritual em Ana Marques Pereira, *Mesa Real. Dinastia de Bragança*, [Lisboa], Inapa, 2000, pp. 13-14.

²⁶⁶ Sá, 2011, pp. 188-189.

²⁶⁷ *Maria (D.) de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma...*, p. 50.

²⁶⁸ Maria do Carmo Rebello de Andrade, «Artes de mesa e cerimoniais régios na corte do século XVI. Uma viagem através de obras de arte da ourivesaria nacionais», in *A Mesa dos Reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, Coord. Ana Isabel Buescu, David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, p. 141.

²⁶⁹ ANTT, NA 786, fl.2.

²⁷⁰ Isabel, Drumond Braga, «Dos tachos e panelas aos açucareiros e bules. Recipientes para confeccionar e servir alimentos em Portugal na época moderna», *História: Questões e Debates*, nº 54, Curitiba, 2011, p. 79; Santos, 2002, p. 50.

aposentos de rasos [panos de lã sem felpa], de demascos, e de finíssimas raízes no inverno, e no verão de couros dourados mui ricos, que se fabricam naquela cidade.»²⁷¹

Ora maio é já um mês temperado, levando a rainha os “panos d’armar” que serão os guadamecis e «esteyras que se fizerão pera a casa de S.A.»²⁷². Acrescente-se os «trezentos preegos pera armar as casas de Belem», os «pregos mais grandes e pequenos pera armar» e ainda o «fio e agulhas per’armar»²⁷³ e tudo começa a compor-se, no que se entende possa corresponder a um espaço de refeição nobre, assente sobre um estrado. Cadeiras e almofadas completam o quadro. Cadeira que, de resto, é mencionada no livro, conferindo o dispêndio de cem reais no «concerto da cadeira da Rainha»²⁷⁴. Como bem refere Marco Daniel Duarte, o ato corporal de se sentar, num contexto de cerimónia e etiqueta, reveste-se de profunda expressão hierárquica. A cadeira do rei, ou da figura de maior autoridade e prestígio, destaca-se pelo seu enorme e significativo aparato, mesclando a arte do ornamento e a importância do conviva²⁷⁵. Também no retrato de corte a representação pictórica da cadeira figura como um elemento simbólico de autoridade. Por norma, essa peça de mobiliário está reservada a individualidades de elevado estatuto social. No seguimento dessa ideia, o pintor António Moro serve-se delas para destacar a condição régia dos protagonistas das suas pinturas, como é o caso do retrato da infanta D. Maria de Portugal²⁷⁶.

Desde o século XV que, na corte portuguesa, o serviço das mesas régias contempla um triângulo administrativo dependente da ucharia e que inclui o vedor, o tesoureiro da ucharia e o escrivão da cozinha. No campo feminino as fontes são menos claras em relação a esta matéria, pois as refeições decorrem num espaço mais privado, com acesso restrito²⁷⁷. Porém, à semelhança da mesa do rei, o cerimonial da refeição da rainha incorpora um conjunto de rituais assegurados por um corpo de oficiais extenso e complexo. Tomando em consideração o protocolo da Casa Real de D. João III, são vários os ofícios que constam da Casa do Rei bem como dos diversos livros de matrículas de moradores da Casa da Rainha e do livro de despesas agora em análise. Ora, sabendo que se trata de um documento relativo à Casa de D. Catarina,

²⁷¹ «Viagem a Portugal dos Cavaleiros Tron e Lippomani - 1580», publicada por Alexandre Herculano in *Opúsculos*, vol. IV, Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 365-366.

²⁷² ANTT, NA 786, fl. 42.

²⁷³ ANTT, NA 786, fl. 3.

²⁷⁴ ANTT, NA 786, fl. 22.

²⁷⁵ Marco Daniel Duarte, «Entre a Mesa do Rei e o Altar de Deus. O Aparato Cénico da Mesa Real através da Pintura dos séculos XV a XVIII», in *Actas do Congresso Saberes e Sabores*, coordenação de Helena Gil e Florinda Gomes, Direcção Regional da Cultura do Norte, 2006, p. 102.

²⁷⁶ Jordan, 1994, p. 66.

²⁷⁷ Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto, «A mesa das rainhas de Portugal (séculos XV-XVIII): etiqueta e simbólica», *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 264-265.

viúva e já apartada de seu neto, mais se comprova esta distinção de espaços reais e de ofícios cerimoniais e de etiqueta canalizados para ambas as figuras realengas. Os oficiais e servidores das Casas Reais são em tudo semelhantes, estejam ao serviço do rei ou, neste caso, ao serviço da rainha. Atente-se nas palavras de Duarte Nunes de Leão sobre as moradias que os reis de Portugal dão aos seus criados e também aos filhos destes:

«o costume dos reis de Portugal he não somente dar sustentação a seus criados, mas de lhe tomarem por criados os filhos [...] sucedendo a seus pais no foro em que em sua casa estão [...] ha para isso livro de matricula em que todos se assentaõ [...] e o que se dá, he certa cousa por mês que se paga aos quarteis do anno: isto chamaõ moradias, porque os criados del rei sam moradores de sua casa»²⁷⁸.

Os oficiais e servidores que D. Catarina tem ao serviço da sua Casa distinguem-se no documento pela nomenclatura. Alguns dos nomes arrolados no livro de despesas em análise cruzam-se com os livros de matrículas de moradores já enunciados, sobretudo da década de setenta. Os ofícios menores não constam dos livros de moradores e o mesmo acontece com outros do mundo das profissões mecânicas e mesteres da época moderna. Atendendo à composição social da corte e recordando os seus vastos aspetos, interessa distinguir as categorias de vassallos, criados e moradores em redor das figuras régias. Deixando de parte os vassallos, que não têm lugar no livro da Casa da Rainha, repare-se no conceito de *criado*. Encontra-se relacionado com a designação antiga de “homens da criação”, que pressupõe uma dependência material com uma duração prolongada, muitas das vezes quase indissolúvel, um vínculo de dependência. Pelo contrário, o morador implica uma presença física junto da figura real, integrado na corte mas com caráter menos rígido e itinerante. Reveste-se de uma natureza passageira e fluída, onde a marca principal prende-se com a particularidade de serem alimentados pelo rei, ou rainha, e também obterem o sustento das suas bestas²⁷⁹. As modalidades de pagamento desse alimento apresentam variações: «a todos os moradores [...] se dava mesa no paço ou não querendo no paço comer lhes davaõ raçaõ para comerem em suas casas de paõ, vinho, carne, pescado, potages & fructas»²⁸⁰. Assim se passa na Casa da Rainha. Algumas rações são pagas em dinheiro: «a Maria Bulhosa da sua rasão deste mes seiscentos rs»²⁸¹, aos outros é distribuído o alimento: «ao cozinheiro mor dos dezaseis dias do pescado que ouve neste mes»²⁸². As moradias «não são todas iguaes ainda que o título de foro seja igual»²⁸³, ou seja, o valor é variável de acordo com o cargo. Este estatuto é apreciado sobretudo pela dignidade que imprime ao seu detentor, mais do que pelo valor auferido. De

²⁷⁸ Duarte Nunez de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610, cap. LXXXVI, p. 128.

²⁷⁹ Rita Costa Gomes, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995, pp. 179-182.

²⁸⁰ Leão, p. 128.

²⁸¹ ANTT, NA 786, fl. 70.

²⁸² ANTT, NA 786, fl. 75.

²⁸³ Leão, p. 128.

acordo com o estudo de Rita Costa Gomes, a relação direta entre a inscrição nos «Livros de Moradias» da corte régia e a aquisição automática do estatuto jurídico da nobreza apenas se torna clara a partir da legislação da década de 1570²⁸⁴. Dependendo do erário régio, as moradias acarretam um encargo substancial, uma vez que a tendência, ao longo dos tempos é de aumentarem em número e diversidade²⁸⁵. Esse aumento exponencial de pessoas e cargos é alvo de críticas sucessivas por parte do povo, sem êxito de resto, apesar de algumas tentativas de contenção de gastos, nomeadamente nos serviços relacionados com as consortes régias²⁸⁶. D. Catarina toma a iniciativa de ordenar uma remodelação dos serviços com o objetivo de redução de custos, no ano de 1550. Após o desaparecimento do *Piedoso*, ocorre nova tentativa de reestruturação da Casa Real com intuito de diminuir o número de oficiais ao serviço, isto em 1559, assunto que volta à tona nas Cortes de Lisboa de 1562²⁸⁷.

Os *moradores* constituem, de facto, o corpo principal da corte, a que se agregam outros elementos que têm um carácter mais transitório. A título de exemplo, na corte joanina de 1405, no total de 390 pessoas que auferem de moradia, incluem-se alguns servidores cujo nome está omissa, surgindo apenas a nomenclatura dos seus cargos, sobretudo relacionados com os serviços de caça, montaria, mensageiros, serviçais e ainda ligados aos trabalhos de estrebaria²⁸⁸. Os números da Casa de D. Catarina de Áustria são substancialmente inferiores. Trabalham na sua casa anualmente um número que varia entre as 220 e 250 pessoas. Este número vai sofrendo variações ao longo da vida da rainha. Durante a sua regência a quantidade de servidores é mais reduzida, uma vez que alguns deles transitam entre a casa da rainha e a do rei. Em 1560 indicam-se cerca de 157 servidores, diminuindo para 133 em 1565. No entanto, e até ao final da sua vida, a tendência é para voltar a crescer o número de dependentes da casa²⁸⁹. Ao entrar no reino de Portugal, D. Catarina de Áustria traz consigo um séquito reduzido constituído por cortesãos castelhanos, damas, eclesiásticos e artesãos especializados²⁹⁰, alguns dos quais se mantêm por longos anos ao seu serviço, sobretudo na

²⁸⁴ Gomes, 2011, p. 39.

²⁸⁵ Ruy d'Abreu Torres, «Moradias», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 342. Sobre a problemática das retribuições das moradias cfr. Gomes, 1995, pp. 186-197.

²⁸⁶ Ana Maria S. A. Rodrigues, «A mesa, o leito, a arca e a mula. Como se provia ao sustento e itinerância das rainhas de Portugal na Idade Média», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 47-49.

²⁸⁷ Félix Labrador Arroyo, «A função integradora da Casa Real Portuguesa de D. João I a D. Filipe I (1385-1598)» http://eciencia.urjc.es/bitstream/10115/11850/1/1_Arroyo.pdf - 15/01/2014, p.33.

²⁸⁸ Gomes, 1995, p. 205.

²⁸⁹ Labrador Arroyo, 2003, p. 209.

²⁹⁰ Jordan, 2012, p. 78.

“Câmara”, onde exercem diversos cargos, consolidando de forma pragmática o seu *status*, influência e autoridade²⁹¹.

A etiqueta de corte é antes de mais um instrumento de dominação, usado pelo soberano como campo de ação e como meio de supremacia sobre os seus súbditos. Ultrapassando a simples ideia de cerimonial é pois, a expressão mais evidente da integração total do poder na pessoa do rei, criando a manifesta distanciação que o distingue dos outros homens²⁹². Como já antes se fez menção, a etiqueta de corte em Portugal tem uma indissociável influência do cerimonial borgonhês, como de resto se verifica na maioria das cortes europeias. Os protocolos seguidos pela Casa Real e pela Casa da Rainha não são, no entanto, rigorosos e assentes em qualquer código normativo, embora se verifique um reforço da necessidade de implementar regras de etiqueta mais rígidas a partir da Restauração. Essa inevitabilidade advém da procura de promover um distanciamento entre as figuras reais e os súbditos. De resto, só na centúria de setecentos se cria um regulamento que define as regras e códigos dirigidos aos aposentos da Rainha²⁹³. Pese embora esse tardio desenvolvimento da etiqueta de corte no reino português, ao tempo de D. João III, mormente com o casamento com D. Catarina, introduz-se na corte nacional um rol de oficiais, que cresce em quantidade e qualidade, nunca antes vista. Esta prática é sobretudo patente na Casa da Rainha e na complexidade da estrutura da sua mesa e da sua cozinha, como adiante se revelará²⁹⁴. Em épocas precedentes, e no que respeita a outras soberanas, a Casa da Rainha, sustentada por ela com os rendimentos provenientes das suas terras ou ainda complementado por contribuições diretas ou indiretas do monarca, tem na sua composição um domínio feminino. Contudo, os cargos administrativos são assegurados, na generalidade, por homens, normalmente familiares das suas damas e donzelas, em quem a rainha confia sobretudo por esses laços familiares. Também os serviços da câmara e os “ofícios de boca” competem ao mundo masculino da casa. Género que domina, de resto, a vivência espiritual das rainhas, desde cedo rodeadas por confesores e capelães²⁹⁵.

²⁹¹ Lourenço, 2002-2003, p. 368.

²⁹² Norbert Elias, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1986, pp. 92-93.

²⁹³ Maria Paula Marçal Lourenço, «A casa das Rainhas e a formalização das sociedades de corte (1640-1754): etiqueta, cerimónias e práticas rituais», *Biblos. Revista da Universidade de Coimbra*, LXVII, Coimbra, 2002, pp.302-303.

²⁹⁴ Maria Paula Marçal Lourenço e Ricardo Fernando Pinto, «A mesa das rainhas de Portugal (séculos XV-XVIII): etiqueta e simbólica», *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, p. 272.

²⁹⁵ Rodrigues, 2011, pp. 52-59.

O cargo exercido pelo mordomo-mor²⁹⁶ é o de maior responsabilidade no governo da Casa da Rainha, juntamente com a camareira-mor. Os restantes oficiais e serviçais agem de acordo com as suas indicações. Damas, cavalheiros, pajens, moços de fretes, pessoal da estrebaria e serviçais da cozinha, orquestrados pelos anteriores, concretizam a manutenção diária da Casa da Rainha. Os serviços administrativos são assegurados por um conjunto de secretários, escritvães e tesoureiros. Para acautelar as necessidades físicas e espirituais de D. Catarina, estão os seus físicos, boticários e capelães. Tem ainda na sua dependência costureiras, alfaiates, sapateiros, bordadeiras, vários artífices e artistas, numa panóplia extensa de enumerar²⁹⁷. Recorde-se os nomes e cargos do livro em análise. Averigúe-se quem são os homens e as mulheres que regulam o funcionamento da casa de D. Catarina, nos últimos anos da sua vida, no reino de Portugal.

A função de mordomo-mor, que já se referenciou como de máxima importância, estará a esta altura assegurado por D. Francisco de Noronha, 2º conde de Linhares, que o toma a partir de 1564 e que o terá assegurado até à data da sua morte, a 13 de maio de 1574. Tal como sucede em regra na Casa Real Portuguesa, este cargo é ocupado por filiados das mais significativas casas senhoriais do reino. Senhores da nobreza titulada que fundam entre si ligações de parentesco e intrincadas conexões políticas, sociais e económicas²⁹⁸. No que concerne a outros oficiais da casa, D. Catarina tem ao seu serviço várias mulheres, mas também um número alargado de elementos masculinos. Joana da Costa serve a rainha desde muito cedo, tal como o seu pai, Estevão da Costa, criado de D. Catarina e moço da câmara de D. João III. D. Joana permanece como moça da câmara da rainha até à sua morte²⁹⁹. Leonor da Costa³⁰⁰ e Maria Lopez ocupam o mesmo serviço. Enquanto Leonor da Costa consta igualmente dos livros de matrículas de moradores anteriormente mencionados, em relação a Maria Lopez não se alcançam outras alusões nas fontes consultadas. Maria Gonçalves serve como moça do guarda-roupa. Designadas como mulheres da câmara da rainha estão Ana de Moraes, Isabel da Gama e Maria Vidal, estando estas últimas ao serviço da rainha viúva até à sua morte como atesta D. António de Sousa na obra referenciada³⁰¹. Como donas da câmara

²⁹⁶ Para um conhecimento mais aprofundado sobre a função de mordomo na Casa Real Portuguesa vid. Iria Gonçalves, «Mordomos», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 343-344.

²⁹⁷ Jordan, pp. 78-79.

²⁹⁸ Lourenço, 2002-2003, pp. 374-375.

²⁹⁹ *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, publicadas por António Caetano de Sousa, nova edição revista por Manuel Lopes de Almeida e César Pegado, Coimbra, Atlântida, 1946-54, tomo VI, 2ª parte, p. 340. F. Labrador Arroyo, 2003, p. 234.

³⁰⁰ *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VI, P. II, p. 340.

³⁰¹ *Ibidem*.

constam Ana d'Andrade³⁰², Antónia Vieira³⁰³, Camila Correia³⁰⁴, Leonor d'Araújo³⁰⁵, Mísia Nunez e Mónica da Fonseca³⁰⁶. A dama de honor Leonor de Milão, «que foy de Nuno Rodriguez Barreto e foi tomada para acompanhar sua Alteza com 8.000 réis» é outra das mulheres que se encontra na Casa da Rainha aquando do seu passamento, em 1578, tal como Joana de Castro e Ana de Aragão, suas donzelas.³⁰⁷ Os moços de câmara são Francisco Godinho, Luís Franco e Vasco Lourenço³⁰⁸, e ainda Fernão de Crasto, homem da recâmara, que acumula igualmente a função de escrivão da armação de atuns, isto em 1573³⁰⁹, como atesta um decreto da rainha do mesmo ano.

Os moços e moças da câmara são normalmente nomeados pelo mordomo-mor e ficam na dependência da camareira-mor. Cabe-lhes sobretudo as tarefas que decorrem na área íntima real, na câmara da rainha, nomeadamente o ato de vestir, deitar e levantar e ainda os rituais de higiene. Obviamente, no caso da rainha, estas cerimónias são exclusivamente entregues ao corpo feminino deste grupo de oficiais. Completam as suas ocupações as cerimónias relacionadas com o transporte da comida da cozinha para as mesas³¹⁰, como se pode ler no relato do banquete oferecido por D. Catarina aquando das cerimónias matrimoniais da infanta D. Maria com o príncipe de Parma «Recebiaõ as Damas da Rainha as iguarias das mãos dos Cavalheros, que chegavam até à porta da sala, e as collocavaõ sobre a mesa.»³¹¹

O exercício de reposteiro-mor sofre diversas variações durante os diferentes reinados. Inicialmente cabe-lhe a responsabilidade de zelar pelos mais preciosos objetos da câmara, mas

³⁰² Consta em documentação da década de 50. ANTT, CC, P. I, Mç. 93, doc. 91. Serve a rainha até à sua morte, em 1578. Segundo o investigador espanhol Labrador Arroyo, é como guarda das damas que esta mulher se encontra na corte de D. Catarina. Labrador Arroyo, 2003, p. 235. Cf. *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VI, P. II, p. 340.

³⁰³ Consta na documentação da Casa da Rainha D. Catarina pelo menos até ao ano de 1575. ANTT, CC, P. I, Mç. 111, doc. 1. Cf. *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VI, 2ª parte, p. 340.

³⁰⁴ Com serviço na Casa até à morte da rainha. Labrador Arroyo, 2003, p. 233.

³⁰⁵ Aparece nos livros de matrículas de moradores de 1568, 1572 e 1575. ANTT, NA 173, 174 e 176. Consta igualmente de documentação da década de 50, num mandado de D. Catarina ao seu tesoureiro para entregar uma soma em dinheiro à sua camareira-mor para as despesas de um rol, onde se entregam 2 cruzados a Leonor d'Araújo para comprar água. ANTT, CC, P. I, Mç. 88, doc. 81.

³⁰⁶ Serve a rainha até à sua morte. Labrador Arroyo, 2003, p. 233. Poderá tratar-se de Mónica da Fonseca, casada com Mestre Gil, cirurgião-mor do reino, de quem tem dois filhos, sendo um deles, Gaspar da Costa, que vem a ocupar, à semelhança do pai, o lugar de cirurgião-mor do reino. Mário Roque, «Físicos, cirurgiões, boticários e barbeiros que na sua maior parte viveram em Lisboa nos séculos XVI e XVII», Sep. *Anais*, 2ª série, 29, Academia Portuguesa de História, 1984, pp. 129-130.

³⁰⁷ Lourenço, 2002-2003, pp. 388-389. *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo VI, 2ª parte p. 340.

³⁰⁸ Em dezembro de 1574 ainda se encontra ao serviço da rainha, nessas mesmas funções, como atesta o alvará de D. Catarina indicando o pagamento de 8.000 réis a este moço de câmara. ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 64.

³⁰⁹ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 95.

³¹⁰ Ana Marques Pereira, «Ofícios de boca» na Casa Real Portuguesa (séculos XVII e XVIII), in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 93-94.

³¹¹ *Maria (D.) de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma – Monumenta Sparsa*, p. 49.

também guardar a fruta, o sal e facas de trinchar. Posteriormente, e com o surgimento de novidades como o açúcar e as especiarias, é igualmente à sua guarda que ficam estes alimentos especiais. A partir do reinado de D. Manuel, vêem as suas compensações financeiras diminuídas e atribuídas novas funções, como a direção dos restantes reposteiros. Com a centúria de Quinhentos a repostaria tem essencialmente à sua responsabilidade a guarda da tapeçaria, da alcatifa e dos coxins. Continuam a assegurar a guarda das especiarias, do açúcar e dos confeitos³¹². Esta função cabe essencialmente ao guarda-reposta, como se observa no livro da Casa da Rainha: «quatro arates d’erva doce pera a guarda reposta»³¹³. D. Catarina de Áustria tem, neste período, pelo menos quinze reposteiros ao seu serviço³¹⁴. Quanto aos nomes que constam da fonte em apreço são, na sua maioria, homens que figuram igualmente nos citados livros de matrículas de moradores da Casa da Rainha e em documentação oficial de D. Catarina. Verificam-se distinções entre eles, embora a nomenclatura de reposteiro-mor não apareça. Isso deve-se ao facto de que esse lugar não consta das funções da Casa da Rainha³¹⁵. São reposteiros da Casa de D. Catarina em [1571] pelo menos quinze homens³¹⁶, estando identificados Francisco Machado; Gaspar Fernandez; Gaspar Nunez; Giraldo Castilho³¹⁷; João de Perallta³¹⁸ e Tomé Fernandes³¹⁹. Este último aparece já mencionado na lista de servidores da rainha em 1559, e João de Perallta desde 1553, nessa altura como guarda da câmara³²⁰. Este facto não é estranho pois, naturalmente, os lugares são sujeitos a mobilidade e, em algumas situações, a sucessão por hereditariedade.

Entre os oficiais da mesa da rainha encontra-se mencionado «Johão Lopez trinchante das damas»³²¹. O cargo de trinchante consiste essencialmente em eleger e cortar as peças de carne, peixe e frutas. Trata-se de uma tarefa com uma forte carga simbólica cuja importância é atestada pelas diversas publicações conhecidas sobre esta arte, reconhecendo uma inquestionável relação do executante e a saúde e bem-estar de quem é servido³²². Tem igualmente um lugar de destaque nos ofícios de mesa da rainha o cargo de manteeiro. Para além de Vicente Trigueiro³²³, que poderá ser o manteeiro-mor, verifica-se a existência de pelo

³¹² Pereira, 2011, pp. 91-92.

³¹³ ANTT, NA 786, fl. 52v.

³¹⁴ ANTT, NA 786, fl. 10.

³¹⁵ Lourenço, 2002, p. 307.

³¹⁶ ANTT, NA 786, fl. 6.

³¹⁷ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 2.

³¹⁸ ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 97 e ANTT, CC, P.I, Mç. 110, doc. 12.

³¹⁹ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 17.

³²⁰ Labrador Arroyo, 2003, pp. 241-243.

³²¹ ANTT, NA 786, fl. 9.

³²² Pereira, 2011, p. 87. A publicação sobre a arte do trinchante mais significativa na península Ibérica é a *Arte Císória* (1423) de Enrique de Vilhena.

³²³ ANTT, NA 786, fl. 64v.

menos cinco «homens da mantearia», uma vez que lhes são atribuídos 200 reais para jantar³²⁴. Por norma, o valor concedido aos homens ao serviço da rainha é de «corenta reais a cada hum para jantarem»³²⁵. Ao longo da sua vida passaram pela mantearia de D. Catarina de Áustria vários manteeiros. Em 1525, ano em que entra no reino de Portugal, tem como seu manteeiro Pedro de Arrais³²⁶. Entre 1537 e 1550 ocupa este ofício prestigiante João da Fonseca. Cabe-lhe, entre outras tarefas, guardar e ordenar os objetos necessários às refeições. É ele também que supervisiona o transporte das iguarias para a mesa e no final da refeição a remoção dos pratos, o prato com os utensílios do trinchante e a receção da toalha da mesa³²⁷. As toalhas de Holanda são usuais na casa de D. Catarina. Em novembro de 1537, a rainha manda comprar cento e sessenta e oito varas e meia de Holanda para fazer toalhas que serão entregues ao manteeiro João da Fonseca. Nesse rol constam trinta toalhas de mesa, vinte e quatro toalhas de peito e duas toalhas para cobrir iguarias³²⁸. Em 1550 recebe o mesmo manteeiro alguns objetos para o serviço de mesa da rainha, nomeadamente uma arca coberta de couro para guardar a roupa branca da mesa³²⁹. Em 1554 é já outro o manteeiro de D. Catarina. Lucas de Tença que recebe da rainha 6.000 réis³³⁰ e a quem, em 1556, é entregue, igualmente a mando da soberana, 20.000 réis que tem em cada ano para a sua ração e cevada³³¹. No ano em apreço, é manteeiro de D. Catarina, Vicente Trigueiro que está ao seu serviço até aos derradeiros dias da rainha³³².

Relativamente ao ofício de copeiro, neste período a rainha conta com a presença de Francisco Ferreira³³³, que a serve até à data da sua morte³³⁴. A este, cabe dar-lhe de beber, observando a qualidade do vinho e da água e assegurando que o salitre e neve nunca faltam na copa. Em novembro de 1564, um alvará da rainha dá conta das 5 arrobas e 10 arráteis de salitre que, por ordem sua, se entregam ao então copeiro Cristovão de Rosales³³⁵. Além desse serviço, incumbe também ao copeiro manter a copa servida de toalhas e vidros e todas as alfaias que competem a esta secção, nomeadamente púcaros, salvas, taças, copos, garrafas e outros utensílios desta natureza. Ainda durante o reinado de D. João III, a consorte tem a servi-la como copeiro Fernando de Guamarra a quem manda dar oito varas de Holanda e oito de

³²⁴ ANTT, NA 786, fl. 35.

³²⁵ ANTT, NA 786, fl. 6.

³²⁶ ANTT, CC, P. I, Mç. 32, doc. 37.

³²⁷ Pereira, 2011, pp. 90-91.

³²⁸ ANTT, CC, P. I, Mç. 60, doc. 9.

³²⁹ ANTT, CC, P. I, Mç. 85, doc. 9.

³³⁰ ANTT, CC, P. I, Mç. 92, doc. 16.

³³¹ ANTT, CC, P. I, Mç. 98, doc. 58.

³³² ANTT, NA 176.

³³³ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 124; ANTT, NA 786, fl. 64.

³³⁴ Lourenço, 2002-2003, p. 390.

³³⁵ ANTT, CC, P. I, Mç. 107, doc. 29.

Ruão para as toalhas da copa³³⁶. Os tecidos de luxo são essencialmente importados da Flandres, mas também de Inglaterra, Irlanda, França e Castela, pese embora o manifesto desenvolvimento da produção nacional para consumo interno a partir do século XVI. Porém, D. Catarina continua a importar estes tecidos, apesar do seu preço bastante elevado em relação aos nacionais³³⁷. Embora não conste da fonte em apreço, D. Catarina tem ao seu serviço um mestre-sala que organiza o serviço da comida e vigia a qualidade e quantidade de alimentos que vão à mesa real³³⁸.

Enumeram-se como oficiais do estado da rainha os estribeiros, os moços de estrebaria e os aposentadores, num total de dezanove homens, com identificação indicada no livro manuscrito por Dom António³³⁹. No entanto, as referências apenas a *homens das andas* é frequente, não estando indicado se correspondem à listagem dos homens nomeados. Miguel de Sunhiga que, pelo menos a partir de 1572, consta dos livros de matrículas dos moradores como ocupando o cargo de estribeiro-mor, é referenciado, na fonte em análise, apenas como estribeiro. É a esse oficial que compete a superintendência do funcionamento da cavalaria real, fornecendo os cavalos e carruagens. Estão-lhe subordinados os moços da estrebaria³⁴⁰, azeméis³⁴¹ e homens das andas. O aposentador Fernão Galego toma a responsabilidade de assegurar o alojamento da rainha e dos seus acompanhantes, nas suas deslocações, nomeadamente a sua estada em Belém, profusamente descrita no manuscrito em análise.

Embora não sejam indicados os nomes, a rainha-avó tem ao seu serviço um monteiro e dois moços do monte no que respeita aos ofícios de caça. Dom António regista o pagamento para o vinho do primeiro, e os quarenta reais que cada moço do monte recebe para jantar³⁴². Estes homens têm como incumbência as tarefas relacionadas com as caçadas nas coutadas reais. São eles quem assegura que na casa da rainha sejam servidas as mais nobres peças de caça numa mesa faustosa, como adiante se confirma.

³³⁶ ANTT, CC, P. I, Mç. 60, doc. 88.

³³⁷ Isabel Maria Ribeiro Mendes, «O “deve” e o “haver” da Casa da Rainha D. Catarina (1525-1557)», in *Arquivo do Centro Cultural Português*, vol. XXVIII, Lisboa – Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 173.

³³⁸ Félix Labrador Arroyo, «La evolución del servicio de la mesa en la casa de las reinas hispanas durante el siglo XVI», in *Le tavole di corte tra Cinquecento e Settecento*, dir. Andrea Merlotti, Roma, Bulzoni Editore, p. 127. Em Castela, este ofício aparece em finais do século XIV e surge documentado na corte de Beatriz de Portugal.

³³⁹ ANTT, NA 786, fl. 67v. e 69.

³⁴⁰ João Freire é um dos moços de estrebaria identificados e que se encontra ainda ao serviço da rainha em julho de 1572, como atesta o decreto da rainha que lhe atribui 2.000 réis de mercê. ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 14.

³⁴¹ Entre estes consta Fruitozo Gonçalves que, tal como pode ser comprovado pelo quadro de moradores em anexo, está ao serviço da rainha em 1568 e posteriormente deixa de constar nesses livros. No entanto, em decreto da rainha de 20 de maio de 1573 é atribuído, como ajuda de custo, à sua mulher Maria Lopez a quantia de 4.000 réis. Intui-se que já teria morrido nesta data e que a rainha, na sua reconhecida bondade, assegura o sustento de familiares de antigos servidores. ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 102.

³⁴² ANTT, NA 786, fl. 2v; ANTT, NA 786, fl. 4v

Quanto aos ofícios da escrita, neste livro da casa da rainha indicam-se quatro escrivães: «Catarina da Sillva esprivam de S.A»; «Johão d’Allmeida esprivão [do] thesouro coremta rs. que tem cada mes pera tinta e penas»; «Jorge Pinheiro esprivão da matricala pera timta e penas coremta rs»; «Constantino esprivão da Rainha» e ainda «ao esprivão da cozinha setenta rs. que tem cada mes pera timta e penas»³⁴³. Não havendo indicação da identidade do escrivão da cozinha, que em 1572 é Diogo da Silva, como atesta o alvará de D. Catarina de 13 novembro³⁴⁴, poderá colocar-se hipótese de Dom António que redige este livro ser António de Teive que ocupa, ao longo de muitos anos, o cargo de escrivão da matrícula de moradores, escrivão da câmara e escrivão da cozinha da rainha. Serve igualmente a princesa D. Joana de Portugal e é vedor da fazenda de D. Sebastião³⁴⁵. O escrivão da matrícula, Jorge Pinheiro, é-o ao longo da década de setenta de mil e quinhentos³⁴⁶, reforçando a datação do manuscrito no período já indicado. Antes, e como também já se fez menção, o cargo é ocupado por António de Teive³⁴⁷. Como contador, a rainha tem ao seu serviço, nesta época, e seguramente até 1574, Francisco d’Almeida³⁴⁸. A ele compete essencialmente verificar e confirmar os pagamentos efetuados pelo tesoureiro Afonso de Freitas³⁴⁹, responsabilidades mais ligeiras do que as assumidas pelo contador-mor da Casa Real³⁵⁰.

A Casa Real tem na sua dependência alguns homens responsáveis pela administração da justiça. O meirinho-mor³⁵¹ encarrega-se de aplicar a justiça aos nobres e fiscalizar a aplicação da justiça nas terras senhoriais. O alcaide-mor³⁵² é o representante do Rei numa terra. Na fonte em apreço, ambos os cargos são mencionados ainda que levantem algumas dúvidas na associação de nomes com eles relacionados. João Velho é denominado alcaide em três ocasiões, numa das quais lhe atribuem onze homens na sua dependência³⁵³. Porém, logo no primeiro dia do mês de maio, é registado um pagamento «a homze do meirinho Johão Velho

³⁴³ ANTT, NA 786, fl. 20; ANTT, NA 786, fl. 65v; ANTT, NA 786, fl. 64v; ANTT, NA 786, fl. 65.

³⁴⁴ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 55. Serve a rainha neste cargo até à data da morte de D. Catarina. Lourenço, 2002-2003, p. 390.

³⁴⁵ Labrador Arroyo, 2003, p. 221.

³⁴⁶ ANTT, NA 174 e 176.

³⁴⁷ ANTT, NA 166, 171 e 172.

³⁴⁸ ANTT, NA 175.

³⁴⁹ Encontra-se ao serviço da rainha pelo menos desde janeiro de 1570. ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 1.

³⁵⁰ Para conhecimento mais detalhado das funções exercidas por este oficial vide Maria Antonieta Soares de Azevedo, «Contador-mor», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 172-173.

³⁵¹ Cf. Franz Paul de Almeida Langhans, «Meirinho», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 245.

³⁵² Cf. Gastão de Mello de Mattos, «Alcaide», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 81.

³⁵³ ANTT, NA 786, fl. 31v; fl. 33; fl. 35.

que servirão S.A. em Belem quinhentos e cincoenta reais a cincoenta reais a cada hum»³⁵⁴, permanecendo a incerteza sobre a exata função de João Velho³⁵⁵.

Da extensa lista de servidores da rainha no livro da sua Casa, agora analisado, surgem diversos nomes cuja ocupação se desconhece. Entre estes estão Leonor da Silva, Joana Jorge, Maria Gonçalves, Catarina de Mendonça, Bárbara, Catarina de Sam Pedro, Margarida Preta e Romão, nomes que coincidem com os nomes enunciados no decreto da rainha D. Catarina de abril de 1574³⁵⁶. Neste, a rainha encarrega a sua camareira-mor, D. Filipa de Ataíde, de assegurar a vestimenta de diversas pessoas na sua dependência. Presume-se que possam ser escravos e servidores menores, uma vez que não é declarada a sua função ou ofício.

A enumeração dos homens e mulheres ao serviço de D. Catarina e a possível visualização da orgânica interna do serviço doméstico da sua Casa evidenciam o poder desta rainha. Ainda que o seu período de maior relevância e interveniência política no reino esteja, a esta altura, já distante, a sua personalidade fortemente vinculada pela herança habsburguiana confere à sua corte um sentido de etiqueta inquestionável. A influência e autoridade que despende neste setor depreende a importância que lhe atribui com uma carga simbólica e ritualista que assegura, até aos derradeiros dias de vida em Xabregas, a imagem de uma poderosa soberana.

3.2 A cozinha: alimentos, alfaias e serviços

Na primavera de 1566, quando a Sereníssima Infanta D. Maria se fixa com o seu Príncipe Alexandre Farnese em Parma, leva, juntamente com o seu séquito, um livro de cozinha. Conhecido como “O Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal”³⁵⁷, trata-se do mais antigo e conhecido livro de cozinha português, escrito entre fins do século XV e inícios do XVI. Embora alguns autores defendam que não se trata de um livro de receitas para uma cozinha de corte³⁵⁸, também não se pode encontrar nele as receitas praticadas pelo povo e pelos grupos sociais com menos acesso aos alimentos de primeira qualidade. A inclusão de

³⁵⁴ ANTT, NA 786, fl. 4.

³⁵⁵ São escassas as informações relativas a meirinhos na Casa da Rainha D. Catarina. Porém, um decreto de dezembro de 1572 indica um pagamento a Gomes Ribeiro, meirinho do paço e que serviu a rainha como tesoureiro. ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 69.

³⁵⁶ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 143. No documento surge Bárbara da Conceição que se presume ser a mesma Bárbara do livro da Casa da Rainha e Margarida Escrava, que se entende possa corresponder a Margarida Preta referida no mesmo livro. Com indicação da atividade está Perpétua Lopez, enfermeira e Romão que serve na botica.

³⁵⁷ *Livro de cozinha da Infanta D. Maria, código português IE33 da Biblioteca Nacional de Nápoles*, prólogo, leitura, notas aos textos, glossários e índices de Giacinto Manuppella, Lisboa, 1986.

³⁵⁸ Bertini, 1995, p. 120; Manuppella, 1986.

alimentos mais raros, dispendiosos e de difícil aquisição, na sua maioria exclusivos de reis, rainhas e aristocratas, tais como as especiarias, açúcar e a nobre lampreia, permite, contudo, apontar para uma cozinha de monarcas. Este códice possibilita, hoje, conhecer os alimentos consumidos na época em apreço, as formas de os confeccionar, as técnicas, os utensílios, as tendências e os gostos. Em suma, revela um receituário próprio da mesa realenga quinhentista. Confronte-se com o manuscrito da Casa da Rainha D. Catarina, agora analisado, e façamos o exercício de reconstituição mental dos manjares que saem da cozinha da rainha.

O registo minucioso das despesas efetuadas durante o mês de maio de [1571], transporta o leitor para a ucharia e cozinha da Casa da Rainha D. Catarina, permitindo-lhe observar, qual espetador defronte do palco, as iguarias que a rainha e seus serviçais privilegiam no seu quotidiano. Comer como uma Rainha será, antes de mais, comer o que a maioria não pode; o que os grupos desfavorecidos não alcançam; os alimentos que se revestem de importância simbólica e carácter raro, exótico e distinto.

Recue-se àquele mês de maio e observe-se a Casa da Rainha. O que come a rainha e o seu séquito nos trinta e um dias aqui observados? A carne é a base. Em nada diferente do padrão que se verifica nesta época, em circunstâncias semelhantes, na corte portuguesa, nos meios aristocráticos e nas suas congéneres europeias. O consumo de carne representa um elemento de distinção económica, social e de estratificação hierárquica, atingindo a máxima representatividade na família real e seus satélites³⁵⁹.

Na Lisboa de 1552, descrita por João Brandão de Buarcos, a carne «é a segunda cousa de comer»³⁶⁰. Herança de tempos medievos, em que a carne vai todos os dias à mesa, com espécies variadas e técnicas diferentes que lhe imprimem paladares distintos, com exceção dos dias «magros», sextas-feiras, Quaresma e Advento, em que toma a dianteira o consumo de peixe, mesmo no caso dos reis e da sua corte³⁶¹. Conta-se, a propósito da abstinência de carne nos dias magros, o seguinte dito quinhentista:

«Ceando uns homens carne uma quinta-feira, deu meia-noite um relógio de um mosteiro; e alguns disseram que não comessem mais carne, que se levantasse a mesa. E outro, tomando um bocado de carne, disse: - Apelo ao relógio da Sé»³⁶².

³⁵⁹ Norbert Elias, *O processo civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenéticas*, vol. 1 – Transformações do comportamento das camadas superiores seculares do ocidente, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, pp. 161-166.

³⁶⁰ *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, p. 28.

³⁶¹ Iria Gonçalves, «À mesa, com o rei de Portugal (séculos XII-XIII)», Porto, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª série, XIV, 1997, pp. 19-21.

³⁶² *Ditos Portugueses dignos de Memória. História Íntima do século XVI*, edição anotada e comentada por José Hermano Saraiva, Mem Martins, Europa-América, 1980, p. 403.

Estranhamente, não acompanha as despesas efetuadas no livro em análise esta prática de abstinência, imposta pela Igreja - que obrigava todos os fiéis – e profundamente enraizada na cultura ocidental. A carne é, acima de qualquer outro alimento, o mais repudiado pela Igreja, no que respeita às práticas de jejuns e abstinências³⁶³. Antagonicamente, nenhuma religião exaltou tanto a carne como o catolicismo, quando refere a promessa da ressurreição da carne, ou seja, o retorno do Homem total à vida³⁶⁴.

Embora o consumo de peixe seja manifestamente superior e concentrado nas sextas-feiras e sábados, daquele remoto mês de maio, a indicação de despesas relacionadas com carne, nas quatro sextas-feiras do mês é, também, uma realidade, como exemplarmente demonstra a passagem da sexta-feira, dia 11, que atribui a «Amtonia Vieira e Francisca Freire e Perpetua Lopez e Maria Vidall vimte galinhas pera cimquo dias cimquo a cada hũa que se comesaaram sesta-feira homze deste mes e se acabaram terça quimze do dito mill e oitocentos a novemta galinha»³⁶⁵.

A preferência pelas carnes pressupõe os ovinos no topo. De facto, o carneiro, em oposição ao porco – como se verifica mais adiante – é considerado uma carne nobre, saudável e conotada com o Divino, numa associação clara ao “Cordeiro Pascal”. Também por isso, é preferida entre os religiosos³⁶⁶, como atesta a pena de Dom António, com nove ocorrências, distribuídas pelos Capuchos, pelos Padres de São Francisco de Xabregas e igualmente pelos Padres de São Francisco da Cidade. A Casa da Rainha despendeu, nesse mês, uns impressionantes 67.438 reais em carne de carneiro. A despesa mais elevada, no que concerne à carne, é seguida, ainda que a alguma distância, pelo gasto em vaca, 46.801 reais. O preço por arroba³⁶⁷ é, no primeiro caso, de aproximadamente 480 reais e no segundo de 427 reais³⁶⁸. A tendência de consumo e preferência pelos ovinos arrasta-se pelo século seguinte, permitindo confrontá-lo com outros estudos³⁶⁹, em particular o primeiro livro de receitas culinárias

³⁶³ L. Jacinto Garcia, *Comer como Deus manda*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000, p. 28.

³⁶⁴ Jean Chevalier; Alain Gherbrant, *Dicionário de símbolos, mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, Círculo de Leitores, 1997, p. 160.

³⁶⁵ ANTT, NA 786, fl. 28.

³⁶⁶ Santos, 2002, p.35.

³⁶⁷ Para uma análise das questões relacionadas com pesos e medidas durante a época de Quinhentos consultar Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «A circulação e a distribuição dos produtos», in *Nova História de Portugal. Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (coord.) João José Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 202-209. Cfr. tabelas de medidas de capacidade em anexo.

³⁶⁸ Consultar a tabela 1 relativa aos consumos de carne em anexo.

³⁶⁹ Veja-se da autora “O contributo das fontes paleográficas para o estudo da História da alimentação: o caso do Livro de Superintendência de Cozinha do Real Colégio de São Pedro de Coimbra (séc. XVII)”, *Actas do I Colóquio Luso-Brasileiro de História da Alimentação*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013, no prelo, onde a referência ao consumo de carne ovina, nos 75 dias analisados, ocupa o segundo lugar em relação às carnes, com 360 arrobas, distribuídas por 1/3 dos dias, sendo a carne de vaca a mais consumida.

publicado em Portugal, por Domingos Rodrigues, cozinheiro-mor de D. Pedro II, durante o ano de 1693, onde se registam vinte e uma receitas com carneiro³⁷⁰.

Aqui não figura a carne de porco, excetuando o primeiro domingo do mês em que se compra um leitão por 130 reais³⁷¹. A carne suína está reservada para as classes e grupos menos privilegiados, por ser considerada de menor qualidade e indigesta, mas também devido à classificação que se dá ao porco, de animal sujo, tradição islâmica que perdura atualmente³⁷². Não obstante esse facto, e uma vez que o reino de Portugal é fortemente católico, os cristãos consomem-na de forma declarada, por oposição à sua interdição pelo islamismo e judaísmo, em que a abstinência do seu consumo é um sinal claro de prática religiosa³⁷³. As minorias religiosas, no território nacional, têm, à época, preferência pelo consumo de carne de carneiro e aves, o que não está ao alcance dos menos privilegiados, reservando-se assim, à semelhança do que se passa entre os cristãos-velhos, para os grupos de maior poder económico e estatuto social elevado³⁷⁴. Contudo, na fonte em apreço, e apesar de não se verificar referência ao consumo de carne de porco de forma inequívoca, como em relação aos outros animais, a sua utilização enquanto gordura é uma realidade, como atestam os 36 arrátéis de toucinho curado entregues a Leonor Fernandez no dia 26 e a indicação de ter para cada dia, 10 reais para o seu consumo³⁷⁵. Prática que está de acordo com o que ocorre na época, uma vez que esta gordura animal, conjuntamente com a entremeada, a banha e ainda a manteiga são usadas nas preparações culinárias³⁷⁶.

Consumidas igualmente em amplo número são as aves e a caça³⁷⁷. Se a vaca e a vitela atingem números impressionantes que apontam para 5 vitelas e 103 arrobas e 201 arrátéis de vaca, não impressiona menos o consumo de galináceos: 771 galinhas em 31 dias, a que acresce 284 frangãos. Deste número, o escrivão indica que 62 galinhas são, especificamente, para a rainha, compradas entre o segundo e o décimo dia desse mês. De resto, a galinha é, das aves de capoeira, a mais apreciada, sugerindo a excelência desta carne, o poeta Luís Vaz de Camões, no seu *Auto Comédia de Anfitriões*, no diálogo entre as principais personagens, Mercúrio e Sósia:

³⁷⁰ Domingos Rodrigues, *Arte de Cozinha*, leitura, apresentação, notas e glossário por Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria, [Lisboa], Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987, pp. 44-52.

³⁷¹ ANTT, NA 786, fl. 14.

³⁷² João José Alves Dias, «Un Banquet Royal au Portugal au XVIe siècle», *La Sociabilité à Table. Commensalité et Convivialité à Travers les Âges*, Rouen, Publications de l'Université, 1993, p. 155.

³⁷³ Buescu, 2011, p. 305.

³⁷⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «A Alimentação das Minorias no Portugal Quinhentista», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. I, 2002-2003, pp. 411-412.

³⁷⁵ ANTT, NA 786, fl. 54v.

³⁷⁶ Santos, 2002, p.34.

³⁷⁷ Consultar o gráfico 1 relativo ao consumo de aves e caça em anexo.

«Mercúrio – La carne de algum humano

me seria muy sabrosa

Sósia – Oh que voz tão temerosa!

Homem comes, oh meu irmão?

Não é melhor outra coisa?

Carne humana é mui mesquinha,

oh não comas disso não,

antes carne de galinha.»³⁷⁸

Remetem também para a particular consideração destas aves, documentos coevos, indicando, entre outros bens, as galinhas como foros e pagamentos³⁷⁹. A comprovar, a carta de aforamento confirmada, de Aires de Sousa, de 1525, que especifica que o foro anual constituído por um quarto de toda a produção, três capões, três galinhas, dois alqueires de trigo, e quarenta ovos, e mais dois capões além de pagamento de meia décima dos frutos ao comendador³⁸⁰. Ou ainda, o documento de venda de Salvador Fernandes e sua mulher, a Estevão Afonso, de uma casa de dois sobrados com loja por baixo, com o foro de duzentos reais e duas galinhas³⁸¹. O comércio destas aves, juntamente com ovos e caça é motivo para D. Catarina endereçar uma carta ao município de Lisboa para concessão de licença a Gregório Lopes e sua mulher, seus protegidos, para venderem na cidade estes víveres e assim «ganhare nisso sua vida porque por serem pobres e com muitos filhos e nam tere outro offiço»³⁸².

Na Casa da Rainha, no período em análise, a despesa com as galinhas atinge o valor de 7.325 reais. O preço de cada galinha varia entre os 80 e os 150 reais³⁸³. Custo nem sempre ao alcance dos que a desejam consumir, mesmo entre a fidalguia. A esse propósito conta-se que:

«Diogo Lopes de Sousa, que foi mordomo-mor de el-rei D. João o 2º, dizia um fidalgo perante ele a el-rei que já não podia comer galinhas senão com canela; e ele disse para el-rei: - E eu, Senhor, quebro-as após elas sem as poder ter para as comer.»³⁸⁴

³⁷⁸ Cit. por Marques Cruz, *À mesa com Luís Vaz de Camões ou o romance da cozinha no Portugal das Descobertas*, Sintra, Colares Editora, 1998, p. 196.

³⁷⁹ ANTT, MSN, 4, 1649; ANTT, MSN, 4,1655; ANTT, MSN, 4,1728 e ainda ANTT, MSN, 4,2055.

³⁸⁰ ANTT,OACSB, 001, 0001, 00058.

³⁸¹ ANTT, MSN, 4, 1765.

³⁸² Carta da rainha D. Catarina de Áustria dirigida à Câmara de Lisboa em 27 de outubro de 1551. Transcrita e cit. por Francisco da Fonseca Benevides, *Rainhas de Portugal: estudo histórico com muitos documentos*, cap. XXI, Lisboa, Livros Horizonte, 2009, p. 346.

³⁸³ Comparativamente a outros locais, o preço de cada galinha é substancialmente mais elevado, em Lisboa, no período em análise. Segundo os dados fornecidos por Isabel Drumond Braga, na cidade de Santarém, o preço de uma galinha em maio de 1570 é 50 reais e dois anos mais tarde, em 1572, chega aos 70 reais. Braga, 1999, p. 245.

³⁸⁴ *Ditos Portugueses dignos de Memória...*, nº 1469, p. 487. Querendo com isto dizer que quebra as canelas, ou seja, as pernas, queixando-se de não ter dinheiro para poder comer galinhas.

As receitas onde entram aves e caça, tão apreciada pelas elites da época, podem ser analisadas no livro que a Infanta D. Maria de Portugal levou no seu enxoval³⁸⁵. Neste códice, no total de sessenta e uma receitas culinárias, vinte e quatro são relativas à carne, e destas, as aves e a caça representam mais de metade. É a galinha a preferida, mas também o coelho e a perdiz³⁸⁶. Em contrapartida, no livro da Infanta, as receitas com frangãos e pombos surgem uma única vez³⁸⁷, confirmando que o manuscrito em causa, apesar de confirmar as tendências da época, não reflete de forma absoluta a alimentação real, nem as refeições da corte quinhentista. Tanto assim é que, à semelhança do que se verifica para este mês na Casa da Rainha D. Catarina, D. João III, ainda solteiro, numa estada da corte em Évora, no recuado mês de novembro de 1524, no que concerne às espécies venatórias, dá preferência às perdizes, seguidas dos pombos. Temos, assim, 256 e 242 unidades respectivamente, de cada uma das espécies³⁸⁸. Números que se aproximam dos verificados na Casa da Rainha, em que também são estas as peças de caça mais consumidas. Registam-se 100 pombos e 87 perdizes. Coelhoos são em menor número, constam 67, consumidos em onze dias. Admite-se a criação de alguns destes animais para consumo, uma vez que Dom António, no último dia do mês, refere o pagamento «a Gaspar Gonçalvez ortelão quatrocentos e novemta e cimquo rs. por homze cargas de folhada que deu neste mes pera a coelheira»³⁸⁹. Além destes, são ainda enumerados láparos, lebres, marrecas e perdigões. Apesar de grande variedade, não traduz a totalidade de espécies que se podem encontrar no território, à época, e que incluem, para além dos já mencionados, os faisões, galinholas, pássaros, tordos, cervos, gamos e veados³⁹⁰. Desde a época medieval que o consumo de caça se restringe à nobreza e grupos sociais privilegiados, bem como a sua prática. Reis e fidalgos perseguem os animais de grande porte – ursos, javalis e cervos – que lhe estão destinados, nas coutadas de caça, mas também outros mais pequenos, como os coelhos, as lebres e as perdizes, no conjunto bem avaliados, em termos gastronómicos e comerciais³⁹¹. Uma carta do Duque de Bragança a D. Sebastião, datada de 20 de maio de 1565, permite constatar o papel desta ocupação no quotidiano da aristocracia, no

³⁸⁵ Os enxovais que as noivas transportavam consigo constituíam uma forma de manter a sua identidade e uma afirmação da sua origem, em contraste com as cortes estrangeiras que as acolhiam. Sobre os enxovais das princesas portuguesas deste período ver Isabel dos Guimarães Sá, «Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1480-1580)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 10, Tomo I, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 97-120.

³⁸⁶ Maria José Azevedo Santos, «O mais antigo livro de cozinha português – receitas e sabores», in *A Alimentação em Portugal na Idade Média. Fontes – Cultura – Sociedade*, Coimbra, 1997, pp.69-73.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 73

³⁸⁸ Santos, 2002, pp. 35-36.

³⁸⁹ ANTT, NA 786, fl. 62v.

³⁹⁰ Santos, 2002, p. 36.

³⁹¹ Ana Maria S. A. Rodrigues, «A Produção» in *Nova História de Portugal. Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (coord.) João José Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 167.

reino de Portugal. O Duque não terá assistido ao recebimento da Infanta D. Maria, por andar à caça durante o período em que teve aviso³⁹².

Os preços atingidos por estes alimentos traduzem valores impossíveis de alcançar pelos excluídos deste círculo beneficiado. Ao tempo de D. Catarina, uma perdiz custa entre 60 a 90 reais, ligeiramente menos que os perdigões que rondam os 90 a 100 reais. Os pombos têm um custo inferior, não atingindo os 35 reais. Valor inferior, só os frangãos pequenos que custam cerca de 25 reais e os maiores, 46 reais. Finalmente, os coelhos variam entre os 60 e 70 reais e as lebres entre os 70 e 80 reais. Curioso constatar que estes valores, encontrados no livro de despesas da década de setenta de quinhentos são, em tudo, semelhantes aos que se apresentam para a década de vinte da mesma centúria, no documento já referido da corte do *Piedoso*³⁹³. O mesmo manuscrito, onde não se verifica o consumo de cabritos por D. João III e a sua corte e que, por oposição, no livro da viúva D. Catarina surge com o registo da despesa de 10.770 reais atribuídos ao insólito número de 59 e $\frac{3}{4}$ de cabrito. Esta omissão poderá explicar-se pelo facto de, ao contrário de outras espécies como a galinha e o pato, o cabrito revestir-se de condicionantes sazonais que o transformam numa carne pouco apreciada quando cresce em demasia e alcançava outro porte, o que acontece a estas reses nos meses subsequentes ao período ideal de abril a junho³⁹⁴. Ora, a estada do jovem D. João III, em Évora, decorre durante o outonal mês de novembro, bem afastado da primavera época dos referidos caprinos.

Retome-se os galináceos para, agora, se conhecerem os números relativos ao consumo de ovos³⁹⁵ na Casa da Rainha. O número é surpreendente, sobretudo se comparado com o registo indicado, em 1524, por Pedro Lopes, galinheiro de D. João III. Naquele mês de novembro, em Évora, D. João, os seus irmãos e seus capelães – uma dezena de homens – consomem 1.364 ovos, cerca de 113 dúzias³⁹⁶. Ora no registo da Casa da Rainha, os números apontam para 469 dúzias, ou seja, 5.628 ovos, em apenas quinze dias do mês de maio. Traduzem estes números um consumo mais elevado ou podem simplesmente remeter para um maior número de

³⁹² ANTT, CC, P. I, Mç. 107, doc. 65.

A tradição é antiga, como atesta outro documento, datado de 1420, que confirma o interesse pela atividade venatória. Trata-se duma carta do Infante D. Pedro mandando coutar as perdizes e perdigões do termo de Coruche, dentro dos limites indicados. ANTT, OACSB, 001, 0009, 00831.

³⁹³ Santos, 2002, pp. 36-37. A semelhança é tal que as lebres, perdizes, perdigões e coelhos têm exactamente o mesmo preço em ambos os manuscritos.

³⁹⁴ Gonçalves, 1997, p. 28. A relação da sazonalidade com os alimentos consumidos é também objeto de reflexão na obra vicentina que, no *Auto dos Quatro Tempos*, enuncia uma série de alimentos que proliferam no verão. Gil Vicente, *Compilaçam...*, vol. I, pp. 98-99.

³⁹⁵ Para um conhecimento mais aprofundado sobre o consumo de ovos, nomeadamente a sua importância económica, bem como os aspectos relacionados com a dietética, gastronomia e estética, consultar o estudo recente de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga «Ovos, Ovos, Ovos e mais Ovos – Cultura, Economia, Dietética e Gastronomia», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 13, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 399-432.

³⁹⁶ Santos, 2002, pp. 38-41.

consumidores. Pois se em relação ao registo de 1524 se aponta cerca de dez consumidores, no documento agora analisado, não se indica a sua distribuição por pessoas. Sabe-se sim que o preço sofre um aumento de cerca de 100%. Em 1524 o valor é de 20 reais a dúzia, para, em [1571], variar entre os 40 e os 50 reais, a mesma dúzia. Este aumento significativo do preço parece intimamente relacionado com a tendência geral de subida de preços que se verifica após o primeiro terço do século XVI, facto que resulta do grande afluxo de metais preciosos, embora haja indicações de que nem todos os mercados seguiram esta inclinação, nomeadamente Lisboa³⁹⁷.

Embora se desconheça a forma como os ovos são preparados na cozinha de D. Catarina, supõe-se que a sua utilização contempla tanto pratos doces como salgados. Aliás, a utilização de ovos na alimentação do homem remete a tempos bem longínquos. Varrão (116-27 a.C.) ensina que para os «conservar por muito tempo, friccionam-nos com sal moído ou põem-nos em salmoura durante três ou quatro horas e, depois de lavados, colocam-nos em farelo ou restolho» e Apício, no incontornável *De Re Coquinaria*, indica várias sugestões de preparações culinárias com ovos que são, juntamente com o leite e seus derivados, a principal fonte de proteínas na dieta latina durante a Antiguidade Clássica³⁹⁸. Remetendo para o já citado *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, verifica-se essa utilização massiva de ovos nos mais variados pratos doces e salgados. Nestes últimos, surgem sobretudo nas receitas de galinha³⁹⁹, mas também nos pastéis de tutanos⁴⁰⁰ e nas morcelas⁴⁰¹. O caderno de manjares de ovos reúne quatro receitas⁴⁰² e nos manjares de leite são ingrediente quase sempre obrigatório⁴⁰³. De acordo com tão vastas utilizações, e admitindo que as refeições da Casa da Rainha estão próximas desta realidade e com um número de refeições superiores ao da mesa de D. João III, não carece de explicação mais elaborada, o registo das 469 dúzias – a extraordinária quantia de 5.628 unidades de ovos de galinha.

O livro é composto de preços, géneros e objetos, mas deixa ausente a questão da confeção dos alimentos. Os modos de preparar a carne, no Portugal quinhentista, são bastante diversificados, indo desde as técnicas mais básicas como cozer, estufar, fritar e assar, até aos

³⁹⁷ Braga, 1999, pp. 243-244. Por comparação, encontramos algumas disparidades em relação ao preço, por exemplo de uma galinha, para este mesmo período. Assim temos, o preço da galinha na fonte em apreço variando entre os 80 e os 150 reais e na obra citada, o valor encontrado para a galinha em Santarém, nos anos de 1570 e 1572 em média 70 reais.

³⁹⁸ Citado por Inês de Ornellas e Castro no *O Livro de Cozinha de Apício. Um breviário do gosto imperial romano*. Introdução, Tradução e Comentários de Inês de Ornellas e Castro, Sintra, Colares Editora, 1997, pp. 27-28.

³⁹⁹ *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*, 1986, pp. 13-17.

⁴⁰⁰ *Ibidem*, p. 17.

⁴⁰¹ *Ibidem*, p. 21.

⁴⁰² *Ibidem*, pp. 55-63.

⁴⁰³ *Ibidem*, pp. 68-83.

pratos que requerem mais complexidade. Estão neste caso as almôndegas, o cuscuz, os ensopados, os pastéis, a carne fumada, picada, recheada, albardada e em enchidos⁴⁰⁴. Pode-se aferir, no entanto, algumas das técnicas usadas na Casa da Rainha, nomeadamente a usual confeção de pastéis - que se mandam fazer cinco vezes nesse mês, com despesas associadas também à lenha e ao forno onde se cozem⁴⁰⁵, numa das passagens que Sua Alteza Real fez na Boavista. E o pagamento «a hum homem castilhana seiscentos que lhe mandou dar ho veador por ir ajudar a fazer pasteis ao mosteiro d'Esperansa quamdo S.A. laa foy»⁴⁰⁶. São os pastéis, na cozinha de D. Catarina, recheados com vitela⁴⁰⁷, facto que varia noutras cozinhas, algumas mais extravagantes. Alguns meses mais tarde, à data do livro da ucharia da Casa da Rainha, no palácio de D. Teodósio II, duque de Bragança, o Cardeal Alexandrino é recebido com uma mesa repleta de encenação e com a «galanteria de sahirem voando perdizes e outros passaros ao abrir os pasteis»⁴⁰⁸.

Desde o século XIII que os pastéis e empadas são receitas muito disseminadas na Europa, não se reservando o seu recheio exclusivamente à carne, mas contemplando igualmente o peixe⁴⁰⁹. O deleite por este prato estará relacionado com o costume profundamente enraizado de comer à mão e ainda com a tendência do uso de cereais, na forma de farinhas, identicamente arreigado na nossa sociedade de então, e comprovado nesta fonte, onde se regista a compra de 29,5 alqueires de farinha, por nove vezes durante o mês, a cerca de 220 reais o alqueire. O gasto com a farinha inclui igualmente a despesa efetuada na sua moagem⁴¹⁰. Ainda que não seja clara a sua utilização culinária, intui-se que o destino mais provável é para os famosos pastéis e empadas e possivelmente para fazer pão e a fritura do peixe, como adiante se faz referência.

Certamente o uso mais significativo é nos pastéis e empadas, célebres até nas palavras do lusitano poeta Camões nas suas *Rimas*:

«E nada feito em empada

E vento de tigelada

Picar no dente em repolho

⁴⁰⁴ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, «À Mesa com Grão Vasco. Para o Estudo da Alimentação no século XVI», *Mathesis*, vol. 16, Viseu, 2007, p. 13.

⁴⁰⁵ ANTT, NA 786, fl. 35.

⁴⁰⁶ ANTT, NA 786, fl. 76.

⁴⁰⁷ ANTT, NA 786, fl. 25.

⁴⁰⁸ Venturino, *Op. Cit.*, p. 350.

⁴⁰⁹ Buescu, 2011, p. 306.

⁴¹⁰ Consultar o gráfico 2 relativo à despesa com pão e cereais em anexo.

Em carne tendes taçalhos»⁴¹¹.

Para além destas iguarias, enumerem-se outras que têm como base as massas, variando as formas e os recheios: capelas, tortas, escarramões, trouxas, fartens e cartuxas⁴¹². No *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria* constam cinco receitas de variantes de pastéis com carne que incluem vaca, carneiro, porco, fígados de cabrito, tutanos e pombinhos⁴¹³. Outra forma de cozinhar a carne, referida no livro da ucharia de D. Catarina, é assada, uma das mais apreciadas no período em análise, muitas vezes com recurso ao espeto. Naquele último domingo de maio, compram-se 3 canadas⁴¹⁴ de vinho *pera os asados da vitela*⁴¹⁵. Neste caso, não seria assada no espeto, mas sim em recipiente no forno.

Se da preparação culinária das carnes, reduzida informação se retira do livro em análise, em relação ao pescado, o conhecimento é ainda mais escasso. Dedicando um olhar atento ao documento, pode-se avaliar a diversidade de espécies, bem como algumas das suas características. O peixe, tantas vezes consumido seco, salgado ou fumado, por serem essas diferentes técnicas aplicadas na sua conservação, é referido no seu estado fresco, relativamente à pescada⁴¹⁶. Nas restantes espécies não é possível discriminar a sua condição. Remonta aos primeiros monarcas o impulso atribuído à indústria conserveira do pescado. Se na costa e povoações vizinhas é relativamente usual o seu consumo fresco, nas zonas interiores, a sua ingestão, para que ocorra em condições seguras, obedece aos processos de conservação usuais à época. Esse conjunto de procedimentos ocorre essencialmente no litoral português, em regiões em que a abundância de peixe, sal e portos constitui fator determinante para a sua execução⁴¹⁷. Para além da salga, a secagem e a fumagem acham-se entre os métodos de conservação do pescado que se conhecem no reino, desde o século XIV para o peixe fumado e o século XIII para o peixe seco. Quanto à sua preparação, recorre-se essencialmente aos modos de cozer, assar ou fritar. A propósito de pescado, encontra-se uma referência na recolha de anedotas e memórias biográficas da corte quinhentista ao peixe-espada, no período em que é avistado o cometa:

⁴¹¹ *Obras de Luiz de Camões precedidas de um ensaio biográfico no qual se relatam alguns factos não conhecidos de sua vida*, pelo Visconde de Jeromenho, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 34.

⁴¹² Cruz, 1998, p. 220.

⁴¹³ *Livro de cozinha da Infanta D. Maria*, 1986, pp. 10-11; 16-17; 38-39; 50-53 e 56-57.

⁴¹⁴ Consultar tabelas de medidas de capacidade em anexo.

⁴¹⁵ ANTT, NA 786, fl. 56.

⁴¹⁶ ANTT, NA 786, fl. 8v, fl. 27.

⁴¹⁷ Rosalina B. da Silva Cunha, «Subsídios para a história da conservação do peixe em Portugal do século XII ao XVI», Coimbra, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXIX, 1972, p. 471 e Maria Helena da Cruz Coelho, «A pesca fluvial na economia e sociedade medieval portuguesa», in *Cadernos Históricos*, 6, "Actas do Seminário Pescas e navegações na história de Portugal (século XII a XVIII)", Lagos, 1995, pp. 95-97.

«no anno de 1577. do mês de Nov.ro até meado de Jan.ro do anno seg.te de 1578 [...] ouve em toda a costa de Portugal huã arribassão de peixes chamaõ espadas» em número tão elevado que são vistos como um sinal prodigioso e prognóstico de «algũa grande mal: por do nome e feição, tem de espada conjecturavaõ aver de vir sobre o Rn.o algũa perciguissã, e açoute de guerras»⁴¹⁸.

As fontes são claras na demonstração «da grande multidam de pescados, assi de mar, como dos rios que neste reino morre». Duarte Nunez de Leão enumera uma extensa lista dos diversos pescados que proliferam na costa portuguesa, que chegam aos portos e as variedades que se podem pescar nos diversos rios que atravessam o reino⁴¹⁹. Retomando as variedades enumeradas por Dom António no livro de despesas da Casa da Rainha D. Catarina, regista-se, sem surpresa, a predominância de peixes considerados mais nobres, com destaque para o linguado, o mais dispendioso – tendência que permanece presentemente. A crermos nas informações veiculadas por João Pedro Ferro, no final da centúria de Quatrocentos, o preço de um linguado pode chegar aos 6 reais, um salmonete 2 reais e uma azevia apenas 0,5 real⁴²⁰. As mesmas espécies de pescado apresentam, no livro de D. Catarina, valores substancialmente diferentes, e claramente superiores, cabendo ao linguado a primazia com o valor da dúzia a variar entre os 250 reais e os 500 reais, seguido pelo salmonete, cuja unidade se aproxima dos 17,5 reais e, finalmente, a azevia, com o preço da dúzia a oscilar entre os 50 e os 80 reais, permitindo aferir que a unidade não alcança os 7 reais. Ainda assim, apesar das diferenças constatadas, a equivalência de preços mantém-se nas duas épocas, objeto de comparação. Citando o mesmo autor, e em período mais tardio ao agora analisado, a expressiva variedade de peixes é consumida em função do calendário. Contam-se entre o pescado, para além dos anteriormente mencionados, rodovalhos, cabras, pescadas, lampreias, sáveis, gorazes, cachuchos, robalos, bogas, tamboris, congros, sargos, abróteas, eirós, sibas, cações, pargos, douradas, fanecas, sardas, corvinas, chernes, tainhas, carapaus, besugos, choupas, sardinhas e raias⁴²¹. Desta extensa lista, nove correspondem às ocorrências do pescado no livro da ucharia da rainha. Contam-se, ao todo, quinze espécies diferentes de pescado que estão de acordo com as mais servidas, na época, nas mesas privilegiadas, sobretudo nos períodos de abstinência – durante a Quaresma e todas as sextas-feiras⁴²². A diversidade é claramente superior à verificada na Corte de D. Afonso V, em Santarém, em 1474, entre os meses de março e julho, onde as espécies de pescado se limitam a cinco. A transcrição e análise do caderno de despesas diárias relativas ao peixe e à fruta, levado a bom termo por Maria José

⁴¹⁸ *Anedotas portuguesas e memórias biográficas da corte quinhentista...*, p. 51.

⁴¹⁹ Duarte, Nunez de Leão, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610, cap. XXX, fl. 55-58, pp. 140-144.

⁴²⁰ João Pedro Ferro, *Arqueologia dos hábitos alimentares*, Lisboa, D. Quixote, 1996, p. 27.

⁴²¹ *Ibidem*, pp. 27-28.

⁴²² João Carlos Oliveira, «A Alimentação», in *Nova História de Portugal. Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (coord.) João José Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999, p. 622.

Azevedo Santos⁴²³, permite avaliar a relevância desse alimento na mesa real de finais do período medieval que, até à data agora em análise, não sofre alterações profundas.

Azevias, linguados, linguadas⁴²⁴, salmonetes e ostras constituem a variedade das espécies piscícolas consumidas por D. Afonso V e sua corte, durante aquela primavera e início de verão de 1474. Partindo da verdade irrefutável que o território desse período, tal como agora, é privilegiado com cursos fluviais e uma costa marítima – com destaque para o Algarve – rica em pescado, a reduzida variedade pode estar relacionada com a dificuldade de acondicionamento e transporte para zonas mais interiores ou com a preferência por estas espécies que, claramente se encontram nas mais dispendiosas e, no caso dos linguados, mais raras⁴²⁵. Ora se D. Afonso V é um consumidor moderado de pescado, D. João III, seis dezenas de anos mais tarde, permite-se uma variedade de espécies piscatórias exuberante, confirmando as particularidades haliêuticas do reino. Às espécies ingeridas por D. Afonso V, acrescem, na mesa de D. João III, também em terras de além Tejo, no caso Évora, e por ordem de grandeza no consumo, as modestas sardinhas, seguidas das choupinhas, choupas, muges, cavalinhas, pescadas secas, besugos, besuguinhos, bordalos, gorazes, pargos, litões, sáveis, congros e santolas⁴²⁶. As mais excêntricas espécies de mamíferos cetáceos, como as baleias, golfinhos, toninhas, espadartes e outros, cuja pesca e comércio se conhecem no reino de Portugal desde o século XIII⁴²⁷, não são mencionados nestas mesas reais. Tal como a carne, também a seleção do pescado reflete a condição social de quem o come. Se a lampreia e o linguado encabeçam a lista dos mais apreciados, raros e dispendiosos, exclusivos das mesas de corte e fidalguia, as sardinhas e peixotas encontram-se no final desta escala de prestígio⁴²⁸. Não se estranhe, no entanto, a soma de sardinhas – aproximadamente 2.500 – na mesa de D. João III. Como bem explica Maria José Azevedo Santos, «um número considerável delas foi destinado às iguarias dos “oficiais do rei”, mas ele próprio e os infantes não deixaram de as consumir ainda que de forma ocasional.»⁴²⁹ Na mesa pobre do Portugal quinhentista é, de facto, a sardinha o peixe mais consumido pelo povo miúdo, como atesta o relato da viagem efetuada pelos dois embaixadores da república veneziana, Tron e Lippomani, a este reino, com intento de cumprimentar Filipe II pela conquista do reino:

⁴²³ Santos, 1983, pp. 307-343.

⁴²⁴ De acordo com a interpretação da autora, deve-se estar aqui na presença de uma espécie semelhante ao linguado, provavelmente a solha. *Ibidem*, p. 309.

⁴²⁵ *Ibidem*, pp. 309-310.

⁴²⁶ Santos, 2002, p. 45.

⁴²⁷ Maria José Azevedo Santos, «Vinho, pescado, fruta e outras viandas em tempos medievais», in *A Alimentação em Portugal na Idade Média. Fontes – Cultura – Sociedade*, Coimbra, 1997, p. 79.

⁴²⁸ Sobre as preferências dos reis vid. Coelho, 1995, pp. 98-99.

⁴²⁹ Santos, 2002, p. 44.

«O povo miúdo vive pobremente, sendo a sua comida diária sardinhas cozidas, salpicadas, que se vendem com grande abundância por toda a cidade. Raras vezes compram carnes, porque o alimento mais barato é esta casta de peixe, que se pesca em notável cópia fora da barra, como se pesca muito outro de todas as qualidades e muito grande [...] e tão caro, que se faz espanto aos estrangeiros e custa muito aos naturais que passam mal pelo preço excessivo de tudo o que serve para o sustento.»⁴³⁰

Na mesa de D. Catarina, ao invés, a sardinha não é referida. Possivelmente pelo mesmo motivo que não se encontra o porco, ou seja, pela categoria inferior que é atribuída a ambos os alimentos. A distinção da escolha do peixe em função da categoria social e das suas propriedades medicinais constata-se na preferência, ou pelo contrário na omissão de algumas espécies que desfilam nas mesas realengas. Assim, nesta relação de pescado selecionada para o consumo da casa da rainha D. Catarina não se conhece o atum, possivelmente porque é considerado “danoso”:

«Altercando-se à mesa de el-rei qual molho era melhor para o atum e o físico-mor dizendo de uma maneira e alguns fidalgos de outra, querendo D. Pedro de Almeida manifestar quão danoso pescado era e o muito nojo que fazia, disse a el-rei: - Senhor, o atum há-de ser molhado num confessor.»⁴³¹

O destaque vai claramente para o linguado. Concorrem de perto com as 649 unidades desta espécie, apenas os 582 mugs, que, no entanto, não se aproximam do preço dos primeiros. A Casa da Rainha, agora com um número inferior de moradores em relação a períodos precedentes, representa um gasto avultado na economia diária da excêntrica rainha. D. Catarina cultiva o gosto pelo exótico e pelo colecionismo, particularidades que são alimentadas pela época de descobertas que então se vive na Lisboa quinhentista. A diversidade de alimentos, especiarias e vinhos apresentados na sua corte, refletem a abundância desses produtos exóticos que surgem no mercado, acessíveis à fidalguia⁴³². Descobre-se, em Catarina de Áustria, uma propensão para o luxo e para a qualidade que se espelha justamente na sua mesa. Partindo dessa premissa, não poderia ser outro, o pescado a encabeçar a sua lista de preferências. Assim, no correr daquele mês, a rainha destina à despesa, com as diversas espécies piscícolas⁴³³, uns significativos 72.308 reais, dos quais cerca de um terço se destina ao pagamento de mais de meia centena de dúzias de linguados. A segunda despesa maior remete para o sável que foi comprado inteiro e em postas. De salientar, no entanto, a omissão da lampreia – o mais nobre dos peixes – e a inexistência de qualquer referência a mariscos ou bivalves bem como a indicação residual de moluscos, neste caso chocos e sibas. Embora não constem na dieta da Casa da Rainha, no mês em análise,

⁴³⁰ «Viagem a Portugal dos Cavaleiros Tron e Lippomani - 1580», 1985, p. 368.

⁴³¹ O dito refere-se ao valor transcendental da confissão, mostrando que só por esse ato o atum poderia não ser prejudicial à saúde. *Ditos Portugueses dignos de Memória...*, p. 320.

⁴³² Jordan, 2012, p. 89.

⁴³³ Consultar a tabela 2 relativa ao consumo de pescado em anexo.

estes géneros de pescado vão com frequência às mesas reais, sobretudo a lampreia. Recorde-se que a única referência a peixe, no designado *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria*, é justamente uma receita de lampreia⁴³⁴. Apreciada pelas classes mais privilegiadas é, no entanto, interdita entre os judeus, como de resto são todos os peixes sem escamas e barbatanas. Considerados impuros, não estão revestidos com as escamas da virtude e incapazes de resistir à força do rio, deixam-se levar pela corrente. Entre os judeus, o peixe constitui uma alimentação de baixa condição, ao contrário da tradição cristã que tem no peixe o símbolo de Jesus Cristo, fortemente demonstrada na iconografia paleocristã, sobretudo nas primitivas comunidades cristãs⁴³⁵. Porém, a lampreia, igualmente referida por diversos autores como sendo o pescado mais caro, chega a atingir um preço superior a 17 kg de carne. Não consta das refeições oferecidas a D. João III, aquando da sua passagem pelo Convento da Ordem de Cristo, em Tomar, a meio do século XVI, embora seja consumido por essa comunidade regrante. Enquanto governador da Ordem de Cristo, D. João III desloca-se ao convento, primeiro em finais de outubro, e uma segunda vez, nesse mesmo ano de 1550, permanece de 28 de novembro a 3 de dezembro. Apesar da opulência de carnes que lhe são servidas, o rei e a sua comitiva são contemplados com uma variedade rica de peixe e frutos do mar onde se inclui linguados, ostras, pargos, solhas, badejo fresco, rodovalhos e outros, numa clara preferência por esta proteína⁴³⁶. De facto, o clero, Impelido de forma mais direta para as normativas indicações de restrições abstinentes e de jejuns, naturalmente, procura refeições mais frugais e concordantes com a doutrina vigente⁴³⁷.

Na jornada a Castela, protagonizada por D. Sebastião em dezembro de 1576, dirigindo-se ao encontro do seu tio Filipe II, no sentido de negociar uma ação militar conjunta contra o *infidel* no Norte de África, reúnem-se em Guadalupe, no mosteiro ieronimita. Ambos os monarcas partilham refeições no refeitório com os religiosos, mas são os jantares que oferecem mutuamente e os dos seus cavalheiros que despertam a atenção e que importa referir. Do jantar de Natal, proporcionado pelo monarca espanhol, constam «iguarias quentes dezasseis, e as frias outras tantas⁴³⁸». Respondendo à cortesia, o sobrinho convida-o para o jantar do dia 27, partilhando a refeição e elogios mútuos. O banquete oferecido pelos cavalheiros portugueses à comitiva de Filipe II, no último dia do ano, e após o castelhano repasto de carne com que obsequiam os do reino luso, é descrito desta forma:

⁴³⁴ *Livro de cozinha da Infanta D. Maria...*, 1986, pp. 32-35.

⁴³⁵ José Luís Pimentel Lavrador, *Ao Sabor da Bíblia*, Figueira da Foz, Casino Figueira, 2011, pp. 75-77.

⁴³⁶ Dias, 1993, p. 156.

⁴³⁷ Sobre o consumo de pescado pelo clero vid. Coelho, 1995, pp. 100-101.

⁴³⁸ *Portugal Cuidadoso...*, p. 412.

«foy tão grande a abundacia de peixe, e mariscos, e as diversidades deles taes, cousa estranha aos Castelhanos, que pasmavaõ da feiçã de muitos, que nunca tinhaõ visto, e de tão grande quantidade, e de como hiaõ frescos de tão longe, e guizados com tanta especialidade, e maravilhoso modo»⁴³⁹.

De facto, os portugueses, num excesso de demonstração de poderio, promovem um jantar pantagruélico, apresentando cento e noventa pratos, entre os quais diversas iguarias de peixe, tão fresco «como se o banquete se desse dentro na Villa de Setubal», de onde vem a maioria daquele peixe. Depois de distribuídas as sobras de opífero manjar, não deixa D. Filipe de afirmar que «lo cierto es que El Rey [D. Sebastião] es el señor de los mares»⁴⁴⁰.

E não sendo um período quaresmal, não deixa de ser um tempo em que estão previstas algumas prescrições na dieta alimentar, de acordo com o calendário litúrgico, que determina dias de abstinência de consumo de carnes e jejuns, que se aplicam a todos os fiéis cristãos, independentemente da sua condição social⁴⁴¹. O peixe é pois, o alimento quaresmal e monacal por excelência. Sendo, em diversas ocasiões, e de forma sistemática, entregue como esmola aos religiosos. Gil Vicente a isso se refere, na *Farsa dos Almocreves*, colocando na boca de um capelão palavras queixosas sobre o seu fidalgo que nunca pagava os seus ofícios:

«E nos dous anos primeiros
repartiste três pescadas
por todos esses mosteiros,
na Pederneira compradas
daquestes mesmos dinheiros.»⁴⁴²

Na fonte em apreço, ao invés de pescado, é a carne que materializa as esmolos entregues ao clero sob a forma de bens alimentares, sobretudo o carneiro e as aves de capoeira:

«Item aos Frades de São Francisco d'Emxobreegas duzentos e vimte e cimquo rs. por quimze arateis de carneiro que toca do sábado»⁴⁴³.

«Item as Freiras da Madre de Deus mill rs. de que S.A. lhe fez merce pera comprarem huns pouquos de framgãos»⁴⁴⁴.

⁴³⁹ *Ibidem*, p. 413.

⁴⁴⁰ *Ibidem*, p. 414.

⁴⁴¹ Maria Helena da Cruz Coelho, «Quaresma», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, (dir.) Carlos Moreira de Azevedo, vol. 4, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 86-87.

⁴⁴² Gil Vicente, *Compilaçam...*, vol. II, p. 498.

⁴⁴³ ANTT, NA 786, fl. 42v.

⁴⁴⁴ ANTT, NA 786, fl. 58.

O consumo de pescado é, claramente, mais intenso durante as sextas-feiras e sábados do mês. Não obstante, e como já anteriormente se fez menção, verifica-se igualmente a despesa com carne nesses dias de restrição religiosa.

Desde cedo que os grupos privilegiados conseguem, com argumentos habilidosos, contornar algumas dessas restrições. Basta analisar as diversas bulas e indultos que nobres e aristocratas compram à Igreja, por forma a aligeirar as questões relacionadas com a abstinência e jejuns. Mostrando-se conivente com esse princípio, beneficia os ricos, em prol da sua própria fazenda, com o intuito de alimentar alguns desígnios, nomeadamente a guerra santa⁴⁴⁵. Não é, no entanto, a questão de fundo na análise do livro de despesas da Casa da Rainha. Efetivamente, as cinquenta e quatro ocorrências de despesa relacionadas com este alimento concentram-se às sextas e sábados, sustentando a convicção católica do peixe como alimento de jejum e abstinência, crença profundamente arraigada pela Igreja. A ingestão de carne, indelevelmente relacionada com o prazer sensorial, tem no consumo de peixe o seu antípoda⁴⁴⁶. A sua ingestão, ainda que moderada e presa ao preceito religioso, é ainda assim, um sinal inequívoco de distinção social, pelas espécies selecionadas, de água salgada, bem como de água doce. Um quadro semelhante decorre nas cortes europeias de Quinhentos⁴⁴⁷.

A acompanhar as refeições dos dias “magros” estão muitas vezes as verduras, pouco apreciadas e com reduzida expressão nos consumos das mesas reais⁴⁴⁸. O mais das vezes encontram-se ausentes das refeições realengas. A lenta e progressiva inclusão destes alimentos entende-se, no caso concreto da fonte em análise, tornando estes indícios consistentes. A diversidade de legumes é parca e abreviada, resumindo-se às *couves*, *cheiros* e *cebolas* com trinta ocorrências, numa inequívoca mescla entre hortaliças e temperos. Em número semelhante só as saladas, num total de dezanove, mas apenas em dois dias, sendo num deles concretamente «d’allfases e rabans e pooros pera hũa sellada pera a Rainha»⁴⁴⁹. Tomando em consideração esta especificidade da “salada para a Rainha”, justifica-se a tese de as saladas constarem das grandes ementas das mesas principescas⁴⁵⁰.

⁴⁴⁵ Jacinto García, pp. 31-33.

⁴⁴⁶ *Ibidem*, pp. 36-41.

⁴⁴⁷ Giancarlo Malacarne, *Sulla mensa del principe. Alimentazione e banchetti alla Corte dei Gonzaga*, Modena, Il Bulino, 2000, pp. 228-233.

⁴⁴⁸ Gonçalves, 1997, p. 23.

⁴⁴⁹ ANTT, NA 786, fl. 39.

⁴⁵⁰ Iria Gonçalves, «A mesa itinerante dos nossos primeiros reis», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, p. 297.

Pepinos, lentilhas e favas constituem as restantes referências a alimentos desta categoria, com quantidades residuais e pouco expressivas no conjunto das viandas consumidas pela Casa da Rainha ao longo do mês de maio. Refira-se que, na batalha alimentar entre os dias “magros” e “gordos”, as favas e lentilhas, juntamente com o alho-porro, a cebola, o pão e a água, são alimentos fortemente marcados pela associação ao período penitencial da Quaresma⁴⁵¹. Igualmente eloquente, quanto à importância que decorre do seu consumo, é o gasto total apurado para esta categoria. Os 3.817 reais pagos pelas hortaliças e leguminosas é pouco superior aos 3.250 reais que se aplicam no pagamento de cem pombos, apenas uma das espécies de aves de capoeira e caça consumidas⁴⁵².

Na mesa do povo, como nas mesas da corte e do rei, o pão é um alimento sempre presente. O que o distingue entre si é tão somente a farinha e o grau de pureza. Ao pão rudimentar, trabalhado com farinhas de segunda e diversos grãos, contrapõe-se o pão alvo de trigo tão do agrado da fidalguia. Frequentemente barómetro da prosperidade de períodos da história, e determinante nos consumos que ditam ou evitam a fome, a mesa do rei nunca anuncia a sua ausência⁴⁵³.

O pão e a carne constituem os alimentos, por norma, mais apreciados pelos grupos privilegiados. São eles que carregam a conotação mais determinante em questões de distinção social, como já anteriormente se referiu em relação à carne, sobretudo à caça. Não se estranha, por isso, que os convidados da corte – sobretudo estrangeiros – a eles se refiram destacando a sua qualidade. Recupere-se as palavras de Venturino, aquando da visita do núncio papal que, não tecendo palavras elogiosas aos banquetes reais da corte de D. Sebastião, afirma, no entanto: «Quanto ao pão e carne, eram ótimos»⁴⁵⁴.

Na Casa da Rainha o consumo de pão é igualmente uma evidência, com as cinquenta e quatro ocorrências encontradas. Pão «que se comprou na prasa»⁴⁵⁵; «pão pera Bellem» e «pão pera Enxobreegas»⁴⁵⁶, demonstrando que parte dos homens e mulheres ao serviço da rainha se mantêm na residência permanente do paço de Xabregas e outros seguem-na, na deslocação temporária a Belém. Ainda o pão que «se comprou na praça pera a meremda que a Rainha

⁴⁵¹ Maria José Palla, «Encenação de Terça-Feira de Entrudo na corte – *Auto dos Físicos* de Gil Vicente», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, p. 324.

⁴⁵² Consultar o gráfico 3 referente aos consumos e despesas de verduras e legumes em anexo.

⁴⁵³ Gonçalves, 1997, pp. 24-25; Gonçalves 2011, pp. 294-295.

⁴⁵⁴ Venturino, *Op. Cit.*, p. 356.

⁴⁵⁵ ANTT, NA 786, fl. 5v.

⁴⁵⁶ ANTT, NA 786, fl.10v.

deu ha Iffanta quamdo foi ver a Rainha a Bellem»⁴⁵⁷. Por último, às «freira[s] da Madre de Deus [...] coremta padas de pão que S.A. lhe mandou dar»⁴⁵⁸.

Recue-se ao cenário de Lisboa quinhentista e atente-se nas palavras do Conde de Sabugosa, possivelmente revestidas de alguma fantasia, contudo verosímeis:

«Às tardes de primavera a Rainha D. Catharina sahia na sua liteira de duas urcas, alongando-se até à Ribeira, onde gostava de andar metida entre as barracas de venda. Chamava as mulheres pelos seus nomes, e aceitava-lhes padinhas de pão.»⁴⁵⁹

Acrescente-se a estas indicações de pão, os cerca de 30 alqueires de farinha, anteriormente mencionados, que se compram neste mês. Tendo como referência as descrições coevas referentes a Lisboa em meados do século XVI, não será inviável demonstrar que, para além do pão já confeccionado, entra na ucharia de D. Catarina farinha para cozer pão e outros derivados, como os pastéis já antes indicados. Tarefa que pode ser assegurada pelo pessoal da cozinha da rainha, ou por algumas das cento e setenta forneiras e setecentas e oitenta e duas padeiras referenciadas em 1551⁴⁶⁰. Para o efeito existem na cidade dez fornos para cozer biscoitos e quinhentos onde se pode cozer pão. Mulheres a vendê-lo, já preparado, ultrapassam o milhar⁴⁶¹.

No relato da viagem dos embaixadores venezianos a Portugal, já antes mencionado, aproximadamente uma década após os registos de Dom António no livro da Casa de D. Catarina, descreve-se assim o pão consumido pelo povo e a fraca qualidade das farinhas utilizadas:

«Comem os pobres uma espécie de pão nada bom, que todavia é barato, feito de trigo do país, todo cheio de terra, porque não costumam joeirá-lo, mas mandá-lo moer nos seus moinhos de vento, tão sujo como o levantam da eira.»⁴⁶²

E acrescenta-se em relação ao pão que chega às mesas dos privilegiados:

«O pão bom e alvo faz-se do trigo de fora, que trazem de França, Flandres e Alemanha os navios destas nações quando vêm a Lisboa buscar sal e especiarias. Este, na verdade, também não é joeirado; mas as mulheres pobres o escolhem grão a grão [...]. Estas mulheres têm licença para fabricar o pão e vendê-lo pela cidade onde e como lhes apraz, o que sempre é por alto preço.»⁴⁶³

Estabelecendo comparação com o preço encontrado para a farinha no livro de D. Catarina, constata-se um ligeiro aumento em relação aos 220 reais pagos por alqueire em

⁴⁵⁷ ANTT, NA 786, fl.19v.

⁴⁵⁸ ANTT, NA 786, fl.27v.

⁴⁵⁹ Sabugosa, 1912, p. 186.

⁴⁶⁰ *Lisboa em 1551...*, p. 97-100.

⁴⁶¹ *Grandeza e Abastança...*, pp. 200, 210.

⁴⁶² «Viagem a Portugal dos Cavaleiros...», p. 368.

⁴⁶³ *Ibidem*.

[1571], fruto duma inflação natural, à época: «O trigo vale a duzentos e oitenta reis o alqueire.»⁴⁶⁴ Fechando o grupo dos cereais, lembre-se ainda o arroz. Os 2.200 reais gastos com este alimento correspondem a três arrobas que se compram em três dias distintos para a Casa da Rainha. Segundo João Brandão de Buarcos, na cidade entram por ano, de barco ou por terra, aproximadamente 4.000 cruzados em arroz. O arroz cozido é vendido na Ribeira, diariamente, por cinquenta mulheres⁴⁶⁵. Embora conhecido e consumido no reino, desde o século XIV, começa a ser consumido com alguma regularidade a partir de seiscentos e a sua larga difusão ocorre apenas na centúria de oitocentos, justificando, na aproximação temporal à fonte, a parca representação nos consumíveis enunciados.

Na cozinha Quinhentista, e por conseguinte na Casa de D. Catarina, os condimentos usados alcançam um número significativo⁴⁶⁶. Gorduras, ervas aromáticas, especiarias, vinagre e sal, estão inclusos no rol ditado por Dom António. Intui-se que, em algumas situações, a sua aplicação seja na botica e não na cozinha, ou que possam eventualmente ser utilizados em ambas as circunstâncias. Adiante se explanará sobre essas utilizações. Por agora, analise-se os que contribuem para os cozinhados que vão à mesa da rainha e dos que a acompanham: alcaparras, alhos, cebolas, mostarda, erva-doce, açafraão, orégãos, azeite, vinagre e sal entram nos condimentos. Estranhamente estão omissas algumas das especiarias mais usuais, como a canela, o cravo, a pimenta e o gengibre, sobretudo numa mesa rica como é a da rainha⁴⁶⁷. Poderá explicar-se essa inexistência por ser este livro correspondente apenas a um mês de despesas, o que não permite intuir com exatidão absoluta ou extrapolar de forma precisa a leitura completa do que acontece, ao longo dos restantes meses do ano, em despesas com alimentos desta natureza. Contudo, salvaguarda-se que, não sendo ingredientes de compra diária, pois o seu período de conservação é longo, a sua aquisição pode ser efetuada em quantidades significativas e conservados na ucharia, sendo utilizados paulatinamente, de acordo com as necessidades na cozinha e igualmente na botica. Outra hipótese prende-se com o facto de o rei ser, à época, um importante mercador, devendo ter o monopólio do comércio de especiarias. Se assim for, não teria necessidade de a comprar no reino, uma vez que já o faria na origem, fornecendo a Casa Real e a Casa da Rainha. A acreditar no relato de Venturino, o uso desmesurado das especiarias nos cozinhados resulta em:

⁴⁶⁴ *Ibidem*.

⁴⁶⁵ *Grandeza e Abastança...*, pp. 54, 212.

⁴⁶⁶ Consultar o gráfico 4 referente aos consumos de condimentos, gorduras, ervas e especiarias em anexo.

⁴⁶⁷ Braga, 2007, p. 17. Sobre a utilização das especiarias vid. Santos, 1992, pp. 75-77.

«manjares exquisitos, e na maior parte pouco agradáveis ao paladar, porque lhes deitavam á toa e em todos grande quantidade de assucar, canella, especearias, e gemas d'ovos cozidos, ao mesmo tempo que lhes faltavam os môlhos, temperos»⁴⁶⁸.

Os temperos são de facto o elemento que imprime sabor aos cozinhados, já que as técnicas empregadas não são, à época, tão elaboradas e diversas quanto as que atualmente se conhecem. Se a variedade das carnes e aves usadas na mesa régia são fator de distinção, idêntico peso têm os condimentos, nomeadamente as especiarias, mas também o sal e a manteiga que estão na base das diferentes iguarias cozinhadas. O uso do sal é transversal a todos os grupos sociais. Nessa perspetiva, é o condimento básico a qualquer cozinha, o que não se estranha num país produtor como é Portugal⁴⁶⁹. Sem especificar a quantidade, é adquirido para esta ucharia seis vezes, durante aquele mês. Todavia, a gordura mais comum na cozinha da época é a manteiga, pois o azeite não tem relevo nas mesas régias. Na cozinha da Casa da Rainha não existe porém, a referência a manteiga⁴⁷⁰. A utilização desta gordura na cozinha representa uma tendência que se mantém até ao século XIX, não apenas na mesa palatina, mas igualmente nas casas aristocratas onde as gorduras usadas em permanência são a manteiga e o toucinho, e a aplicação do azeite continua relacionada com a iluminação⁴⁷¹. Esse facto encontra fundamento na fonte em apreço onde a indicação do azeite adquirido remete para a iluminação e para a botica, como se verá adiante.

O vinagre é o acidulante mais utilizado na cozinha deste período, o que aliás se legitima pela longa tradição vinícola do reino⁴⁷², não constituindo, no entanto, o único ingrediente com essa função. Concorrem para imprimir um gosto acre aos diversos pratos elaborados nas mesas régias e dos grupos privilegiados, também os sumos de laranja azeda, limão e agraço⁴⁷³. Na mesa de D. Catarina, no mês de maio, indica-se a aquisição de cerca de 30 litros de vinagre, corroborando essa expressiva utilização. Contudo, a surpresa vai para o registo relacionado com os limões. O seu número ultrapassa as 750 unidades, não sobejando dúvidas quanto à sua aplicação nos cozinhados daquela casa. Presume-se que também as laranjas azedas integram a listagem de alimentos adquiridos para a ucharia, pois na meia dúzia de registos, em duas situações distingue-se «laranjas doces»⁴⁷⁴, naturalmente em oposição às laranjas azedas,

⁴⁶⁸ Venturino, *Op. Cit.*, p. 350.

⁴⁶⁹ Gonçalves, 2011, p. 292.

⁴⁷⁰ Cfr. o gráfico 6 relativo às despesas com gorduras em anexo.

⁴⁷¹ Nuno Gonçalo Monteiro, «Cozinha, «família» e cavalições: padrões de consumo da aristocracia de corte em Portugal no século XVIII», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, p. 112.

⁴⁷² *Ibidem*, p. 293.

⁴⁷³ Santos, 1992, p. 76.

⁴⁷⁴ ANTT, NA 786, fl. 49; fl. 58v.

compradas em maior quantidade, para incluir nos cozinhados, enquanto as doces integram a parte da refeição alusiva à fruta do prato, ou seja, que vai à mesa.

Surge agora a ocasião de invocar a restante fruta do rol enunciado por Dom António. Se existe uma correspondência dos limões e laranjas para uso enquanto tempero, as restantes indicações são ostentatórias do consumo «de fruta nova pera o praato»⁴⁷⁵. Aproximadamente vinte referências a este alimento, numa esclarecedora alusão à preferência pela primeira fruta da época, de primeira qualidade, a única, de resto que consta da mesa realenga. Em particular para as damas, mas igualmente «fruta nova pera a Rainha»⁴⁷⁶.

Numa breve incursão aos estudos realizados sobre os hábitos alimentares no período em causa, observa-se a importância e destaque da fruta nestas mesas⁴⁷⁷. Acompanhada de vinho, pode inclusive representar uma leve refeição. Disso dá conta o diário do embaixador de D. Duarte ao Concílio de Basileia, em 1436: o conde de Ourém enumera com alguma insistência os «convites de fruta e vinho»⁴⁷⁸ a qual é consumida como entrada do manjar, ou no final do mesmo como sobremesa. Independentemente do lugar que ocupa, e das circunstâncias múltiplas representadas, variando de acordo com as prelações e apetências de quem protagoniza a mesa, na esfera real obedece, no entanto, a um critério que se prende com uma interpretação simbólica. A fruta é da árvore e quanto mais alta se encontra melhor classificação apresenta. Representa assim uma aproximação ao divino, revestindo-se desse carácter simbólico, espiritual e quase religioso⁴⁷⁹. Estabelecidos esses parâmetros, colha-se da fonte as frutas que estão na mesa da rainha e suas damas, no dito mês de maio, e verifique-se essa mesma correspondência com frutas de árvores, as mais nobres: «dezaseis arateis de serejas pera a Rainha»⁴⁸⁰, distinguindo a cereja de Sintra⁴⁸¹ e a qualidade bical⁴⁸²; «doze duzias de peras pera o praato»⁴⁸³; «quimze figos dos primeiros»⁴⁸⁴; maçãs e pêros. Para além da fruta fresca, para consumir no prato, regista-se igualmente nesta categoria de alimentos, algumas frutas secas, nomeadamente as ameixas passadas e as passas de Alicante. A meio dessa

⁴⁷⁵ ANTT, NA 786, fl. 61.

⁴⁷⁶ ANTT, NA 786, fl. 62.

⁴⁷⁷ Santos, 1983, pp. 307-343; Santos 1997 (2), pp. 67-84.

⁴⁷⁸ António Caetano de Sousa, «Diário da jornada que fez o conde de Ourém ao Concílio de Basileia», in *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, tomo V, II parte, Lisboa, Officina de Joseph António da Sylva, 1735-1749, p. 241.

⁴⁷⁹ Buescu, 2011, p. 308.

⁴⁸⁰ ANTT, NA 786, fl. 53v.

⁴⁸¹ ANTT, NA 786, fl. 58v.

⁴⁸² ANTT, NA 786, fl. 61.

⁴⁸³ ANTT, NA 786, fl. 47v.

⁴⁸⁴ ANTT, NA 786, fl. 54.

centúria, vendem fruta passada na Ribeira cerca de cem mulheres, consideradas «ricas e abastadas», nas palavras de João Brandão⁴⁸⁵.

Afere-se, na consulta ao gráfico de consumos e despesas com a fruta do livro da ucharia de D. Catarina, um gasto espantoso com as cerejas, que se sobrepõe a qualquer outra fruta, ultrapassando o total de todas as outras no conjunto. Os 24.270 reais estão próximos dos 23.120 reais aplicados nos linguados, demonstrando com clareza o valor dessa fruta e a sua predominância na seleção para a mesa real. Esta predileção pelas cerejas não vai ao encontro das ideias defendidas por D. Duarte, na centúria precedente, que as considera, juntamente com os pêssegos, uma fruta «humyda»⁴⁸⁶ e que, por esse motivo, deve ser comida com moderação⁴⁸⁷.

A fruta para o prato, ou seja, a fruta para ser consumida durante a refeição, é uma das possíveis variações no seu consumo. Além da já referida fruta passada ou seca é possível também encontrá-la em doces, conservas, a famosa marmelada, perada, codornada, geleias e frutas cristalizadas. Para o efeito, o emprego do açúcar é crucial. Embora inicialmente o seu uso esteja associado à botica, ou seja, com uma aplicação medicinal, a expansão da sua produção, sobretudo nas ilhas atlânticas e no Brasil, permite que ultrapasse a fronteira do emprego terapêutico e alcance um lugar destacado na culinária, sobretudo nas mesas nobres. Primeiramente usado na mesma medida que os condimentos e especiarias, atinge o pódio de alimento básico no campo da alimentação da época moderna, encorajando uma indústria doceira que cresce ao longo dos séculos e que encontra nos mosteiros femininos a incubadora por excelência da melhor doçaria, sobretudo a partir do século XVII, e que se mantém atualmente, pese embora as diferentes circunstâncias de elaboração das referidas iguarias⁴⁸⁸.

O desregramento na sua utilização em doces é descrito no banquete oferecido aos castelhanos, aquando do encontro em Guadalupe del rei D. Sebastião, com seu tio o rei D. Filipe II, em 1576. De acordo com Baião, a quantidade, diversidade e delicadeza das iguarias doces não foi menor do que as apresentadas com o pescado. Isso deve-se essencialmente

⁴⁸⁵ *Grandeza e Abastança...*, p. 211.

⁴⁸⁶ Sobre as qualidades dos alimentos nas teorias hipocráticas e galénicas vid. figura VIII in *A Mesa dos Reis de Portugal*, Coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011.

⁴⁸⁷ Maria Adelaide Miranda e Luis Correia de Sousa, «A «mesa do rei» como metáfora do poder», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, p. 390.

⁴⁸⁸ Leila Mezan Algranti, «Alimentação, Saúde e Sociabilidade: a Arte de Conservar e Confeitar os Frutos (séculos XV-XVIII)», *História. Questões e Debates*, n.º 42, Curitiba, 2005, pp. 33-37.

«pela razão do muito açúcar, que para este Reyno vem da Provincia do Brazil, Ilha da Madeira, S. Thome, e cabo Verde, onde se produz em grande quantidade»⁴⁸⁹.

Na Casa da estimada rainha D. Catarina a aquisição de açúcar tem duas origens coincidentes com as referidas anteriormente: ilha da Madeira e Brasil, com uma ligeira prevalência do açúcar do Brasil, que é também mais acessível. No manuscrito com a descrição do reino de cerca de 1578-1580, transcrito e apresentado por Oliveira Marques, o anónimo autor destaca a produção açucareira dessa colónia portuguesa, com o elevado número de escravos a trabalhar nos engenhos de açúcar. Em nota, o historiador aponta a existência de sessenta engenhos em 1570, número que cresce exponencialmente, atingindo em 1585 os cento e trinta maquinismos. Da mesma forma, e em igual período, as 180 mil arrobas, alcançam o dobro em 1580⁴⁹⁰. A produção açucareira na Madeira não se reveste do mesmo sucesso. Data de 1452 o primeiro engenho construído nesta ilha atlântica por iniciativa do Infante D. Henrique⁴⁹¹. Entre os séculos XV e XX, a Madeira protagoniza passos decisivos na História da cana-de-açúcar, com inovações tecnológicas determinantes no espaço Atlântico. A qualidade do açúcar da Madeira diferencia-o dos concorrentes, permitindo não só a sua preferência no mercado nacional, mas também pelos restantes consumidores europeus. Porém, a cultura açucareira na ilha, não obedece a uma produção constante, sofrendo um revés a partir da centúria de Quinhentos – a que importa aqui destacar – com a concorrência do açúcar das Canárias e de S. Tomé. Com a expansão da produção no Novo Mundo, a ilha sofre uma sangria, registando uma fuga de trabalhadores para a outra banda do Atlântico e deixando o “ouro branco” da ilha à mercê das condicionantes adversas e a um vagaroso decréscimo da produção, refletindo-se nos preços e consumos registados a partir desse período, anunciado o progressivo desaparecimento da produção insular⁴⁹². Os preços apresentados, na fonte em análise, são já um reflexo desse paulatino decréscimo de produção e, simultaneamente podem apontar a superior qualidade em relação ao açúcar brasileiro⁴⁹³. Não obstante a diferença por arroba ser apenas de 20 reais, observe-se que os custos de transporte, associados às distâncias a percorrer em ambos, refletem, ainda assim, a supremacia do açúcar insular.

⁴⁸⁹ *Portugal Cuidadoso...*, p. 414.

⁴⁹⁰ Marques, 1984, p. 108.

⁴⁹¹ Carlos Frederico Montenegro de Sousa Miguel, «Açúcar», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 24.

⁴⁹² Alberto Vieira, *Canaviais e açúcar no espaço insular atlântico – questões de meio ambiente e Técnica*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico. <http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/bdigital/hsugar-sugambiente2.pdf>, 15/01/14, pp. 29-31; *Idem*, «As Ilhas e a expansão da cultura e tecnologia da cana-de-açúcar no Atlântico nos séculos XV a XIX», in *Revista Labor & Engenho*, vol. 1, nº1, Funchal, 2007, pp. 1-3.

⁴⁹³ Consultar a tabela 3 relativa ao consumo de açúcar em anexo.

O emprego do açúcar não é exclusivo da cozinha. Verifica-se a sua compra para utilização na botica, ou isso se induz por ser Misia Nunez, a responsável pela botica, quem se encarrega da sua aquisição, mormente pela «compra de rozas que comprou Misia Nunez pera fazer asuquar rozado novo pera mamdar a Bellem aa Rainha»⁴⁹⁴. Acresce a este conjunto de aquisições, uma outra, frequentemente praticada e já antes registada em diversa documentação coeva: as esmolos e ofertas a instituições religiosas. Nesta fonte, D. António regista «has Freiras do mosteiro d’Esperansa mill e trezemos rs. por vinte aratens d’asuquar que lhe S.A. mandou dar por hum recado que ho veador deu a Francisco Godinho»⁴⁹⁵. Algumas décadas antes, a oferta ao Mosteiro de Santa Clara de Beja é copiosamente superior com um total de 133 arrobas, atribuído em duas ocasiões distintas⁴⁹⁶.

Desconhecendo as receitas que saem da cozinha da rainha e que vão à sua mesa, resgate-se algumas sugestões fornecidas pelo *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria* e que, não se tomando as generalizações, mas ancorando-se na maleabilidade e aproximação, refletem as distintas aplicações do açúcar na cozinha tardo-medieval e moderna. No estudo deste primeiro livro de cozinha portuguesa, Maria José Azevedo Santos depara-se com aproximadamente 40% de receitas em que o açúcar é um dos ingredientes empregues, mormente nas receitas de carne e aves⁴⁹⁷. É disso exemplo a receita de Alfitete: «poreis a galinha em cima e deitareis caldo, e poreis umas gemas de ovos escalfados, e deitar-lhe-eis canela e açúcar pisado por cima.»⁴⁹⁸ Ou ainda o frango para hécticos, com a indicação de açúcar rosado⁴⁹⁹. Contudo, é nas receitas de conservas e doçaria que a inclusão do açúcar é mais expressiva. As vinte e sete receitas de “cousas de conservas” recordam os tradicionais métodos de conservação então conhecidos, onde o açúcar tem um papel absolutamente determinante⁵⁰⁰. De novo, as palavras coevas de Venturino que descreve desta forma a utilização do açúcar: «Vieram muitas fructas cobertas que tornaram a polvilhar d’assucar e cobriram com folhado de mel, cousa que parece não ser ordinariamente usada.»⁵⁰¹ Os confeitos, preparados com esse ouro branco, erva-doce e uma qualquer água-de-cheiro, não são impossíveis de recriar na cozinha da rainha D. Catarina, em maio de [1571], uma vez que todos esses ingredientes são registados no livro de despesas da sua ucharia. O mesmo acontece com os manjares de ovos e os manjares de leite. Em relação a este último, as sete receitas apresentadas no livro da infanta, são

⁴⁹⁴ ANTT, NA 786, fl. 17.

⁴⁹⁵ ANTT, NA 786, fl. 17.

⁴⁹⁶ ANTT, CC, P. I, Mç. 53, doc. 69; ANTT, CC, P. I, Mç. 54, doc. 37.

⁴⁹⁷ Santos, 1997, pp. 79-80.

⁴⁹⁸ *Livro de cozinha da Infanta D. Maria...*, pp. 19-21.

⁴⁹⁹ *Ibidem*, pp. 24-27. Hécticos significa os que sofrem de tísica. Curiosa esta associação do açúcar rosado numa receita indicada para enfermos, numa clara alusão ao emprego medicinal, já anteriormente referida.

⁵⁰⁰ Santos, 1997, pp. 84-89.

⁵⁰¹ Venturino, *Op. Cit.*, p. 350.

igualmente verosímeis na cozinha de D. Catarina, neste período, onde os laticínios marcam presença, nomeadamente o leite, queijos vários e ainda natas⁵⁰².

Tendo, na base das receitas, leite, açúcar, ovos e farinha – todos eles incluídos nas despesas do mês em análise – um dos mais simbólicos e que se destaca é o “manjar-branco”⁵⁰³. Se a rainha ou o pessoal da sua Casa degustam a tradicional receita, não se pode indicar com certezas absolutas, contudo, não é do domínio ficcional colocar D. Catarina a comprar «seis queijos d’lmgalattera [...] em Bellem»⁵⁰⁴. De resto, os queijos representam um dispêndio bastante significativo neste mês. Os 19.271 reais em despesas resultam da aquisição de queijos de várias qualidades, nomeadamente de Inglaterra, do Alentejo, queijos frescos e requeijões. Apesar do reduzido consumo de leite no seu estado natural, uma vez que a sua conservação tem uma duração bastante limitada, os seus derivados apresentam, neste período, uma expressiva representação nos hábitos do reino⁵⁰⁵. De resto, João Brandão de Buarcos não é omissos em relação à comercialização dos laticínios. Leia-se:

«Na Feira da Ladra de Lisboa, 20 a 30 mulheres vendiam derivados do leite, nos quais se incluíam queijos frescos, requeijões, natas, queijadas e pães de leite. Espalhadas pelo resto da cidade, 200 mulheres vendiam os mesmos produtos»⁵⁰⁶.

Dom António destina «a Domingos Gonçalvez leiteiro dous mill e quinhentos sesemta e sete rs. e meio que se lhe montou aver neeste mes por cemto e vint’oito canadas e quartilho e meio de leite que deu pera a despensa a vimte rs. canada»⁵⁰⁷. Os mesmos vinte reais se pagam por uma canada de vinho. Do preço deste, se queixa Maria Parda, nas palavras de Gil Vicente:

«Eu só quero prantear
este mal que a muitos toca:
que estou já como minhoca
que puseram a secar.
Triste desventurada
que tão alta está a canada
para mim como as estrelas!
Oh, coitadas de goelas!

⁵⁰² Consultar a tabela 4 referente ao consumo de laticínios em anexo.

⁵⁰³ Santos, 1997, pp. 81-83.

⁵⁰⁴ ANTT, NA 786, fl. 57v.

⁵⁰⁵ Oliveira, 1999, p. 622.

⁵⁰⁶ *Grandeza e Abastança...*, pp. 94, 212 e 214.

⁵⁰⁷ ANTT, NA 786, fl. 62v.

Oh, goelas da coitada!»⁵⁰⁸

No livro de despesas da Casa da Rainha D. Catarina, o escrivão aponta 5.177 reais gastos em vinho, correspondendo a aproximadamente 388 litros⁵⁰⁹. Ora, partindo de uma equivalência aproximada de 1 canada representar 1,5 litros, a distribuição de vinho pelos moradores e serviçais da Casa da Rainha varia consoante o género e a hierarquia. Assim, generalizando, aos homens são atribuídos cerca de 20 reais diários para uma canada de vinho, ou seja, cerca de 1,5 litros, com exceção dos criados das damas, e destas, que recebem 7,5 reais para o vinho do dia – sensivelmente 0,6 litros. Estes valores são substancialmente inferiores aos encontrados para a época medieval, em que o consumo de vinho se encontra na base da alimentação, juntamente com o pão, registando frequentemente valores superiores a 2 litros diários. Certo é que, tanto na mesa do povo, como na do clero, nobreza e na do próprio rei, ele nunca falta, variando a sua qualidade de acordo com a subjacente hierarquização social⁵¹⁰. Embora o padrão de consumo seja tendencialmente o de beber vinho como acompanhamento das refeições e igualmente para saciar a sede, as fontes coevas informam sobre a pouca fama que tem na mesa de alguns monarcas, como é o caso de D. Manuel, o rei que, segundo Damião de Góis, é mais apreciador de água⁵¹¹.

Retomando o livro da ucharia da Casa da Rainha, verifica-se o registo do consumo diário à mesa, mas também o vinho empregue nos cozinhados, anteriormente mencionado nos assados da vitela, o vinho para a despensa⁵¹² e ainda «quatro canadas de vinho branco pera conserva»⁵¹³ com um preço ligeiramente mais elevado. De resto, os vinhos brancos são os mais abundantes e igualmente os mais apreciados, também por serem mais doces, com variedades que vão do tipo bastardo ou malvasia, aos palhetes ou alambreados, ligeiramente menos alcoólicos⁵¹⁴. Não são, no entanto, apreciados pelos Cavaleiros Tron e Lippomani, quando em 1580 visitam o reino português. Descreve-se no relato da viagem que «O vinho comum é pouco bom, por não dizer mau; porque não sabem, ou não querem ter o incómodo de o fazer bom. Vale geralmente a vinte e quatro réis a canada». E acrescentam que «Os vinhos finos são excessivamente caros; os senhores embaixadores tiveram de pagar o branco para o consumo ordinário da sua mesa a sessenta escudos a pipa [...]»⁵¹⁵. Também Venturino se refere

⁵⁰⁸ Gil Vicente, *Compilaçam...*, vol. II, p. 652.

⁵⁰⁹ Consultar a tabela 5 relativa ao consumo de vinho em anexo.

⁵¹⁰ Gonçalves, 2011, p. 296.

⁵¹¹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo rei D. Manuel*, parte IV, Coimbra, Acta Universitatis Conimbrigensis, 1955, p. 229.

⁵¹² ANTT, NA 786, fl. 32; fl. 33v.; fl. 44; fl. 56 e fl. 62v.

⁵¹³ ANTT, NA 786, fl. 14v.

⁵¹⁴ Rodrigues, 1999, p. 174.

⁵¹⁵ «Viagem a Portugal dos Cavaleiros Tron e Lippomani...», p. 368.

depreciativamente em relação ao vinho. Em suma, e na sua observação direta da corte, escreve:

«As mesas não eram tão bem ordenadas, lautas, e abundantes como em Madrid, porque os portugueses não têm hábito de banquetear-se. Conhecia-se-lhes a boa vontade com que davam tudo, e que eram abastados de peças de ouro e de prata, e servidos por muito criados; mas as comidas eram mais grosseiras que delicadas; os vinhos fortes; a fruta pouco singular»⁵¹⁶.

A descrição de Venturino não se coaduna integralmente com a análise da fonte em apreço. Ainda que não se tenha indicação dos pratos cozinhados, os ingredientes correspondem aos cânones de qualidade visíveis nas mesas reais. E se há mesa metafórica e com todo o aparato solene, essa é, sem qualquer ambiguidade, a mesa realenga, seja ela do monarca ou dos seus mais diretos familiares. Mesas ímpares, distintas e de caráter exclusivo. Assim é a mesa da exuberante rainha D. Catarina de Áustria.

Descerrado o pano sobre as referências alimentares - e não as colocando à parte pois com elas estão diretamente relacionadas – procure-se agora fazer uma leitura sobre as alfaias e os serviços na Casa da Rainha.

«Item de levar e trazer ho estanho que se buscou quamdo a Infanta fo<i> meremdar com a Rainha a Bellem sesemta e cimquo rs»⁵¹⁷. Excetuando esta indicação do “estanho” – supõe-se que uma baixela em estanho – o manuscrito é omissivo nas referências às louças e objetos luxuosos de serviço da mesa e da cozinha de que a rainha é possuidora. Ao entrar no reino de Portugal, D. Catarina traz consigo uma baixela proveniente do tesouro de sua mãe, a rainha D. Joana. Ao longo dos anos acumula diversos bens que constam do seu inventário e refletem a afeição pelo exotismo, luxo e colecionismo desta excêntrica rainha. A lista é imensa e contempla não apenas a baixela de serviço de mesa, mas igualmente todas as alfaias necessárias na cozinha de uma rainha do seu tempo. Açucareiros, saleiros, galheteiros, bacias, panelas e tabuleiros, convivem com jarros, pratos de fruta, salseirinhas, escalfadores, tesouras e também com alfaias unicamente de uso na cozinha e que espelham a influência árabe na cozinha de então, como as panelas de cuscus, “almofias” e um “alcaholero”⁵¹⁸.

Ganham expressão na cozinha, na copa e na mesa as hierarquias sociais. Os alimentos diferenciam, da mesma forma, as técnicas e os utensílios envolvidos nesta encenação imprimem traços incisivos de distinção social e poder económico e político. O comércio

⁵¹⁶ Venturino, *Op. Cit.*, p. 356.

⁵¹⁷ ANTT, NA 786, fl. 36v.

⁵¹⁸ Jordan, 2012, pp. 91-93; Para um conhecimento mais profundo sobre a mesa de D. Catarina cf. Jordan, «Queens of the seas and overseas. Dining at the table of Catherine of Austria, Queen of Portugal», in *Mesas reais europeias. Encomendas e ofertas Royal and Princely tables on Europe. Comissions and gifts tables royales en Europe. Commandes et cadeaux*, coord. Leonor d'Orey, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1999, pp. 14-43.

ultramarino e o exotismo a ele associado contribuem para o aparato das refeições palacianas. É precisamente na Idade Moderna que se começam a multiplicar alguns objetos relacionados com a sociabilidade à mesa, associados frequentemente aos novos consumos⁵¹⁹ resultantes da expansão dos territórios e de novos alimentos que entram nas dietas, sobretudo dos grupos privilegiados. Os talheres, tolhas, guardanapos, pratos e copos vão sofrendo uma evolução não só no seu uso, mas também nos materiais e na utilização individual, espelhando uma palpável evolução das boas maneiras à mesa⁵²⁰. Segundo Jordan, nas refeições da rainha D. Catarina, cada convidado tem o seu talher individual de garfos⁵²¹, facas e colheres. A maioria destes utensílios, com pormenores de requinte e produzidos com matérias nobres que lhe conferem um estatuto de preciosidades, são guardados frequentemente em caixas fechadas à chave, ou em exposição em prateleiras no *dressoir* da rainha⁵²². As toalhas e guardanapos são seguramente confeccionadas com os tecidos mais distintos, maioritariamente bordados. Provenientes uns do seu enxoval, outros que terá, eventualmente, bordado, uma vez que a fama de ser uma excelente executante desta arte acompanha muitos dos escritos que se tem produzido acerca desta figura real.

Em 1570, na mesa de D. Catarina, estão peças de luxo de cristal procedentes da Índia, entre as quais dois púcaros com asas, um jarro de água, doze porcelanas, duas taças e uma chávena⁵²³. Certamente não as carrega para Belém, aquando da sua curta estada aqui em análise, mas leva «outras cousas do serviço»⁵²⁴. A fonte reflete sobretudo os utensílios onde são acondicionados nas aquisições e transportes alguns alimentos e não tanto os que se utilizam na sua confeção ou empratamento para a mesa, uma vez que também não é essa a função dos livros desta natureza. Porém, conhecem-se, através de fontes manuscritas mais antigas, os principais elementos das baterias de cozinha palatinas de finais da época medieval e da idade moderna. No recorrentemente mencionado “Livro de Cozinha da Infanta D. Maria”, e como Maria José Azevedo Santos apurou, são largamente mencionados: “tigela”, “tigela nova”, “tigela de fogo”, “panela”, “sertã”. Com menos alusões, constam: “tacho”, “escudela”, “bacio”, “prato”, “tabuleiro”, “joeira”, “canivete” entre outros com funções particulares⁵²⁵.

⁵¹⁹ Raffaella Sarti, *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*, tradução de Isabel Teresa Santos, Lisboa, Estampa, 2001, p. 214.

⁵²⁰ *Ibidem*, pp. 249-258.

⁵²¹ O garfo surge na corte italiana. A sua introdução no mundo rural apenas se verifica no século XVIII. O que, de resto, acontece com a maioria dos imperativos de etiqueta que ainda não estão adquiridos, nem mesmo no universo das cortes palacianas. Daniel Roche, *História das coisas banais*, Lisboa, Editorial Teorema, 1998, p. 271. Sobre o uso de talheres à mesa cfr. Elias, 1989, pp. 166-172; César Aguilera, *História da alimentação mediterrânica*, Lisboa, Terramar, 2001, pp. 229-230.

⁵²² Jordan, 2012, p. 94.

⁵²³ *Ibidem*, p. 95.

⁵²⁴ ANTT, NA 786, fl. 2.

⁵²⁵ Santos, 1997, pp. 91-92.

Igualmente rico na informação sobre o conteúdo das cozinhas realengas, de Quatrocentos e Quinhentos, é o inventário dos bens da infanta D. Beatriz, mãe do *Venturoso* rei D. Manuel. Açafates, alguidares de Estremoz, almofarizes, barris, caldeirões, bandejas, funis de cobre, pedras mármore, púcaros de barro, tachos de cobre, assadores de castanhas, fornos de pastéis, grelhas, trempes⁵²⁶ e toda uma imensa parafernália de objetos que remetem para a sumptuosidade da cozinha real, onde a sociabilidade exibicionista do ato de comer implica, mais do que uma necessidade orgânica e fisiológica, o saciar de gulias e o festivo rumor de banquetes pantagruélicos. No livro da ucharia da Casa da Rainha desfilam, entre outros: alguidares, alguidares vidrados, azados, barris para conservas, cabazes, canastras, facas, fogareiros, odres, panelas, púcaros, seiras, louças e tigelas. Os alguidares surgem essencialmente para transportar alimentos: «dous allguidares em que forão mais queijos»⁵²⁷, o mesmo em relação aos azados para transportar as cerejas; os cabazes «pera a fruta das damas»⁵²⁸; «canastra de serejas»⁵²⁹ e panelas para levar e trazer fruta. Constata-se igualmente a difusão do talher na mesa de D. Catarina, pois naquele mês compram-se «seis faaças pera a mesa das damas»⁵³⁰ por cento e vinte reais. Os púcaros de barro⁵³¹ são utilizados com bastante profusão, tendo «Francisco Ferreira copeiro seiscentos e doze rs. que tem cada mes pera sesemta e dous pucaros de baro pera a copa de S.A»⁵³². A despesa com louça é significativa, não sendo possível, todavia, determinar qual o tipo e qualidade da mesma, uma vez que a indicação é absolutamente genérica. Mas apontam-se, «dous cargos de lousa pera Bellem mill oitocentos reais»⁵³³ no segundo dia em que a rainha está em Belém⁵³⁴.

Embora não se refira o ato de cozinhar, permitem recriar a atividade da cozinha, as diferentes alusões aos fogareiros⁵³⁵, ao «carvão pera a guarda reposta»⁵³⁶ e à «lenha com que se cozerão os pasteis de vitela»⁵³⁷. O trabalho de a fender é atribuído a António Fernandez a quem se paga 80 reais por dia. Nesse mês trabalhou vinte e três dias, recebendo um total de

⁵²⁶ Braga, 2007, p. 41.

⁵²⁷ ANTT, NA 786, fl. 21v.

⁵²⁸ ANTT, NA 786, fl. 21.

⁵²⁹ ANTT, NA 786, fl. 23.

⁵³⁰ ANTT, NA 786, fl. 11.

⁵³¹ Gozam de grande reputação os púcaros de barro do Alentejo, nomeadamente Estremoz, Évora e Montemor-o-Novo. Andrade, 2011, p. 139. Cfr. com a descrição de Venturino sobre o jantar do rei D. Sebastião: «Sobre a mesa estava sempre um grande vaso de prata cheio de água, do qual se deitava em um jarro, chamado na língua portuguesa “púcaro”, do feitio de uma urna antiga, da altura de um palmo, e feito de certo barro vermelho, subtilíssimo e luzidio, que chamam “barro de Estremoz”, pelo qual el-rei bebeu seis vezes». Venturino, *Ob. Cit.*, pp. 356-357.

⁵³² ANTT, NA 786, fl. 64.

⁵³³ ANTT, NA 786, fl. 5v.

⁵³⁴ Consultar a tabela 6 relativa às despesas com alfaias e consumíveis energéticos da cozinha em anexo.

⁵³⁵ ANTT, NA 786, fl. 6v.

⁵³⁶ ANTT, NA 786, fl. 50v.

⁵³⁷ ANTT, NA 786, fl. 33v. A despesa total relacionada com a aquisição de lenha, o seu transporte e os trabalhadores que a fendem, representa 13.550 reais no mês de maio.

1.840 reais. O carvão é vendido ao saco, num valor que varia entre os 40 e os 50 reais⁵³⁸. Soma-se ainda 1.424 reais relacionados com aquisições e serviços relacionados com o transporte de lenha. Repare-se que durante esse mês de maio são assegurados diversos serviços, simultaneamente em Belém e em Xabregas. A logística dum estrutura desta natureza implica gastos avultados e um número de serviços substancial. Recorrendo à conhecida estrutura da Casa de Bragança na época em estudo, compreende-se as similitudes com a orgânica da Casa da Rainha, traduzida no livro da sua ucharia. Na dependência do vedor, para além das responsabilidades mencionadas na análise dos moradores da Casa da Rainha, cabe-lhe asseverar a comunicação com os diversos setores que garantem o abastecimento alimentar. O aprovisionamento é uma tarefa complexa que exige controlo das despesas com os bens e com o elevado número de criados e servidores que o propiciam⁵³⁹, distinguindo estes em três áreas específicas: serviço de mesa, alimentação e aposentadoria. Interessa agora analisar os dois últimos, no caso concreto da Casa de D. Catarina.

A rainha-avó tem ao seu serviço, em maio de [1571], quinze cozinheiros⁵⁴⁰, apesar de na grande parte do tempo estarem a trabalhar apenas doze, como de resto é comprovado com a análise mais detalhada do manuscrito. Da enumeração dos quinze cozinheiros, apenas Domingos Lourenço, Domingos Tavares e Jorge Gonçalves não são conhecidos das listagens dos livros de matrículas que se indicam, o que leva a crer que serão estes os menos assíduos na cozinha de D. Catarina. Todavia, as distinções de funções na cozinha, nem sempre são declaradas, no presente manuscrito, ainda que algumas nomenclaturas permitam estabelecer essa distinção⁵⁴¹. O certo é que parece ser um mundo⁵⁴² exclusivo de homens. De resto, uma realidade transversal às cozinhas fidalgas da Idade Moderna⁵⁴². Por conseguinte, sabe-se que o confeitoiro é Francisco Lopez que recebe vinte reais «por mes pera lavagem das toalhas da guarda repostas»⁵⁴³. De acordo com Ana Marques Pereira, em 1572, na cidade de Lisboa é escrito o *Livro dos Regimentos dos Officiaes Mecanicos* que estabelece as condições do exercício desta indústria e do mester de confeitoiro. Estes profissionais pertencem à corporação dos confeitoiros, com regime próprio. Regularmente são contratados pela Casa

⁵³⁸ ANTT, NA 786, fl. 16 e fl.50v. Isabel Drumond Braga indica o preço de um saco de carvão em Lisboa, no ano 1572, 60 reais. Braga, 1999, p. 246.

⁵³⁹ Mafalda Soares da Cunha, «Mesa e aprovisionamento na Casa dos duques de Bragança. Orgânica interna e cerimonial», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 64-81.

⁵⁴⁰ Consultar quadro de Homens e Mulheres ao serviço da rainha, em anexo.

⁵⁴¹ Para um conhecimento mais detalhado dos diferentes protagonistas das cozinhas medievais e que se estendem pela época moderna cf. Salvador Dias Arnaut, *A arte de comer em Portugal na Idade Média (Introdução a O «Livro de Cozinha» da Infanta D. Maria de Portugal)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986, pp. 51 e segs.

⁵⁴² Sarti, 2001, p. 265.

⁵⁴³ ANTT, NA 786, fl. 65.

Real ficando a trabalhar como fornecedores⁵⁴⁴. Repare-se que Roque da Veiga aparece nos livros de matrícula dos moradores, relativo ao ano de 1568⁵⁴⁵ como cozinheiro, nos seguintes, 1572⁵⁴⁶ e 1575⁵⁴⁷, é já designado reposteiro da câmara e na fonte em apreço consta da lista de cozinheiros⁵⁴⁸, mas igualmente como porteiro da cozinha⁵⁴⁹. Esta mobilidade de cargos e ofícios é comum nos meios palacianos, sendo alguns dos ofícios de caráter hereditário⁵⁵⁰. O mesmo acontece com Domingos Fernandez, indicado como aposentador da cozinha, sendo que nos livros de moradores a sua designação é assador. A mesma função terá Baptista Leitão. Belchior Gonçalves e Simão d' Évora que constam nos livros como moços de cozinha, neste livro, além de não terem nenhum título atribuído, recebem a mesma ração para pescado que todos os outros homens, indicados como cozinheiros. Presume-se que o valor da ração não apresente distinções de cargos ou hierarquias. Assim, o valor mensal de 1.080 reais na ração de pescado dos cozinheiros corresponde a 6 reais diários, em dezasseis dias de trabalho. Desconhece-se, porém, o nome do pasteleiro e do cozinheiro-mor⁵⁵¹. Nos livros de matrículas antes referidos, aparece como cozinheiro-mor António Alvarez. Um decreto da rainha de abril de 1573, em que faz mercês ao pessoal da cozinha, pela festa da Páscoa, confirma o título de cozinheiro-mor a esse mesmo António Alvarez⁵⁵². Acumula ainda a função de pasteleiro da rainha, e posteriormente vem a desempenhar esse ofício para o cardeal D. Henrique e, finalmente é tomado por D. Filipe I como seu cozinheiro⁵⁵³.

Neste universo de trabalhadores da Casa da Rainha, são maioritariamente os homens que desempenham as tarefas relacionadas com a alimentação, abastecimentos e limpezas, o que está igualmente patente, mas de forma mais ligeira, nos serviços de mesa, antes vistoriados. Esta tendência mantém-se na corte portuguesa e nas casas senhoriais, no dobar do tempo, permanecendo ainda com essa dimensão na centúria de Setecentos. Compradores, despenseiros e cozinheiros são cargos fundamentais na composição das casas aristocráticas, estando atribuídos aos cozinheiros-mores um papel prestigioso e de suma importância, sendo muitas vezes recrutados profissionais estrangeiros, numa busca de notoriedade⁵⁵⁴ e algum

⁵⁴⁴ Pereira, 2011, p. 97.

⁵⁴⁵ ANTT, NA, 172.

⁵⁴⁶ ANTT, NA, 174.

⁵⁴⁷ ANTT, NA, 176.

⁵⁴⁸ ANTT, NA 786, fl. 75.

⁵⁴⁹ ANTT, NA 786, 36v.

⁵⁵⁰ Pereira, 2011, p. 84.

⁵⁵¹ ANTT, NA 786, fl. 75.

⁵⁵² ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 98. Os restantes cozinheiros identificados e que constam do livro da Casa da Rainha D. Catarina agora em análise são: Francisco Luís, Daniel da Veiga, Simão d'Évora, Belchior Gonçalves, Baptista Leitão, António Simões, Bento Dias, Francisco Lopez, Jorge Gonçalves, Domingos Fernandez e Domingos Lourenço.

⁵⁵³ ANTT, Ch. de Filipe I, Doações, Liv. 11, fl. 168v.

⁵⁵⁴ Monteiro, 2011, pp. 108.

exotismo. A própria rainha D. Catarina, ainda durante o reinado de D. João III, tem ao seu serviço o cozinheiro Janybre, a quem manda pagar a soma de 12.000 reis, através do seu tesoureiro Álvaro Lopes, em janeiro de 1551⁵⁵⁵. Também o duque de Aveiro, em 1567, tem ao seu serviço um cozinheiro francês, que acumula as funções de pasteleiro e que chega a ser acusado, pelo Tribunal do Santo Ofício, de blasfémias. É, todavia, absolvido das acusações por se provar que estava embriagado aquando da ocorrência, condição de resto habitual⁵⁵⁶. A mesma sorte não teve o cozinheiro e pasteleiro do embaixador francês em Lisboa, também ele francês, que além de ver os seus bens confiscados por professar o luteranismo, é ainda excomungado e relaxado à justiça secular⁵⁵⁷. D. Sebastião não se compadece dos crimes do seu cozinheiro-mor, o mulato Manuel de Sá, que em 1565, acusado de sodomia, é condenado a dez anos de degredo nas galés, com penitências várias pelas ofensas graves que protagoniza⁵⁵⁸. Em contrapartida, na Casa de D. Catarina, a realidade é diferente e a rainha premeia o trabalho dos seus cozinheiros, exibindo a satisfação pelos seus préstimos, chegando a atribuir mercês aos herdeiros dos que entretanto já morreram, sendo disso exemplo os 5.000 reis outorgados aos herdeiros do cozinheiro Gonçalo Afonso, em junho do ano em análise⁵⁵⁹.

Ainda presentes nesta classificação dos “ofícios de boca”, igualmente importantes, são os cargos de compradores, ou homens-das-compras, e os despenseiros, funções que podem ser acumuladas pelo mesmo indivíduo⁵⁶⁰. Não é este o caso, uma vez que os registos de Dom António indicam Miguel Fernandez e Salvador Gonçalvez como homens das compras⁵⁶¹, e Fernão Roiz como despenseiro-mor⁵⁶².

Suportado na estrutura da casa ducal de Bragança, compete ao escrivão da cozinha fazer os róis de moradias, apoiados nos elementos fornecidos pelos apontadores e que são posteriormente validados pelo vedor. O mesmo acontece com os escrivães de outros setores, nomeadamente os relacionados com os serviços da cozinha e da aposentadoria, como é o caso do uchão, escrivão da cera e da cevadaria⁵⁶³. Na Casa da Rainha D. Catarina não é possível

⁵⁵⁵ ANTT, CC, P. I, Mc. 86, doc. 6.

⁵⁵⁶ ANTT, TSO-IL, 028, 13097.

⁵⁵⁷ ANTT, TSO-IL, 028, 08344.

⁵⁵⁸ ANTT, TSO-IL, 028, 09245.

⁵⁵⁹ ANTT, CC, P. I, Mc. 109, doc. 52.

⁵⁶⁰ Pereira, 2011, pp. 95-97.

⁵⁶¹ ANTT, NA 786, fl. 66v.

⁵⁶² ANTT, NA 786, fl. 65v. Até janeiro de 1571 o ofício de despenseiro-mor da rainha D. Catarina é exercido por João de Magalhães. Cf. CC, P. I, Mç. 109, doc. 37. Um decreto da rainha de 1 de agosto de 1572 já indica Fernão Roiz como despenseiro-mor. Cf. ANTT, CC, P. I, Mc. 110, doc. 26. Outro alvará da rainha dá conta de pagamentos a Fernão Roiz em novembro de 1572. Contudo está erradamente identificado, no seu título, indicando que se trata do reposteiro-mor Fernando Rodrigues. ANTT, CC, p. I, Mç. 110, doc. 59.

⁵⁶³ Cunha, 2011, pp. 68-72.

determinar a existência de todas essas distinções, uma vez que na fonte em análise, Dom António regista despesas alusivas a diferentes serviços, mormente pagamento das rações; determinados transportes; trabalhos domésticos; trabalhos contratados, para além dos víveres e despesas relativas à manutenção dos moradores e dos espaços habitados. Tem-se, no entanto, a indicação do escrivão da cozinha que recebe 70 reais mensais para tinta e penas⁵⁶⁴, e ainda os escrivães da matrícula Jorge Pinheiro e o do tesouro, João da Almeida que recebem 40 reais cada, igualmente para penas e tinta⁵⁶⁵. Há ainda o registo do pagamento de papel em três ocasiões, num total de 100 reais, não permitindo no entanto aferir sobre o seu valor, uma vez que se desconhecem as quantidades adquiridas⁵⁶⁶.

Embora o presente livro seja respeitante a um período da vida da rainha-viúva e, portanto, a separação de Casas Reais seja uma realidade absolutamente reconhecida e inquestionável – com o rei seu neto a habitar outros paços reais – essa divisória é uma realidade, desde a época medieval, para as consortes régias, nomeadamente nos setores da cozinha, da copa e da ucharia, mas também da estrebaria⁵⁶⁷. Na Casa da Rainha, em maio de [1571], os gastos relacionados com a estrebaria perfazem 70.164 reais e incluem os valores pagos por trabalhos, rações e refeições aos azeméis; aos estribeiros; aos homens das andas; as deslocações das bestas; o transporte da cevada e palha e o azeite para a iluminação das estrebarias, concretamente as dos machos das andas e «as estrebarias das mullas de sella»⁵⁶⁸.

Outros ofícios menores completam o rol de funções relacionadas com a alimentação e a manutenção das Casas Reais, como o aguadeiro, latoeiro, leiteiro, conserveira, regueifeira, galinheiro e tantos outros, numa imensidão de especificidades que se foram esbatendo no dobar do tempo⁵⁶⁹. No livro da Casa da Rainha, aparecem ainda os aguadeiros Estevão Fernandez⁵⁷⁰, João Dias e Pedro Fernandez⁵⁷¹; o cabreiro António Fernandez a quem se atribui 29 reais por dia para comer⁵⁷²; o latoeiro Belltenas⁵⁷³; o leiteiro Domingos Gonçalvez⁵⁷⁴; «Amtonia Luis lavamdeira de S.A. setecentos e cincoenta e dous rs quanto cada mes pera

⁵⁶⁴ ANTT, NA 786, fl. 65.

⁵⁶⁵ ANTT, NA 786, fl. 65v.

⁵⁶⁶ ANTT, NA 786, fl.19, fl. 27 e fl. 30.

⁵⁶⁷ Rodrigues, 2011, pp. 56-57.

⁵⁶⁸ ANTT, NA 786, fl. 64v. Existem referências, na produção documental da Casa da Rainha D. Catarina, a diversos pagamentos de vestiarias para o pessoal da estrebaria, nomeadamente a Pedro de Alva Preto que consta da fonte em apreço e que continua ao serviço da rainha em 1574. Cf. ANTT, CC, P I, Mç. 110, doc. 130.

⁵⁶⁹ Pereira, 2011, p. 97.

⁵⁷⁰ ANTT, NA 786, fl. 68.

⁵⁷¹ ANTT, NA 786, fl. 69.

⁵⁷² ANTT, NA 786, fl. 65v.

⁵⁷³ ANTT, NA 786, fl. 41.

⁵⁷⁴ ANTT, NA 786, fl. 62v.

hũa aroba de s[ab]ão de lavamdeira da camara»⁵⁷⁵; «a Joana Antunez que faz as decoadas»⁵⁷⁶ e vários varredores: a Galega; Joana Rameres, a Castilhana⁵⁷⁷; João de Lima⁵⁷⁸; Jurda; Jordão; Julião e Manuel d’Elvas⁵⁷⁹.

Em número superior a uma vintena, estão ainda homens e mulheres cujas funções na Casa da Rainha não foi ainda possível apurar. Contudo, em algumas situações, e apesar da omissão no documento quanto ao seu estatuto, é viável aponta-los como escravos de D. Catarina. De acordo com Annemarie Jordan, este pessoal pouco dispendioso assegura uma parcela significativa do trabalho diário da estrutura da corte da rainha, como varredores, pajens ou criadas das suas damas de companhia, bem como trabalhos da cozinha e despensa. Oriundos da África Ocidental, do Norte de África ou do Brasil, imprimem exotismo à Casa da Rainha. Esta prática está plenamente enraizada na sociedade portuguesa da época e é comum a existência de pelo menos um escravo em todas as casas senhoriais do reino. D. Catarina adquire-os para oferecer a alguns familiares e para a manutenção da sua Casa, batiza-os e atribui-lhes nomes cristãos. Apesar do estatuto de escravo, a rainha mostra-se atenta e preocupada com o seu bem-estar, assegurando-lhe não só os cuidados diários com alimentação e higiene, mas também permitindo, a suas expensas, a educação de alguns deles⁵⁸⁰. Confrontando um mandado de D. Catarina, de setembro de 1570, para os seus contadores a propósito de escravas da sua Casa⁵⁸¹, é possível circunscrever alguns nomes e assegurar a correspondência com três mulheres referenciadas no livro da Casa da Rainha em análise: Jerónima de Santo Agostinho, Luisa da Conceição e Pelonia da Cella são escravas que constam igualmente em documentação relativa à Casa da Rainha da década de cinquenta⁵⁸².

Na cauda da hierarquia social acha-se este grupo mais desamparado e negligenciado pela sociedade: os escravos. Com eles se encerram estas linhas dedicadas aos homens e mulheres ao serviço de D. Catarina. Os mesmos que a piedosa rainha determina que, após a sua morte, sejam libertados. *Sic scripsit* no seu testamento⁵⁸³.

⁵⁷⁵ ANTT, NA 786, fl. 63v.

⁵⁷⁶ ANTT, NA 786, fl. 65.

⁵⁷⁷ ANTT, NA 786, fl. 64v.

⁵⁷⁸ ANTT, NA 786, fl. 67v. Um decreto de janeiro de 1574 indica João de Lima a desempenhar as mesmas funções na Casa da Rainha D. Catarina. Cf. ANTT, CC, P. I, Mc. 110, doc. 130.

⁵⁷⁹ ANTT, NA 786, fl. 67v.

⁵⁸⁰ Jordan 2012, pp. 79-80. Cf. Mendes, 1990, pp. 191-196 com indicações das despesas de D. Catarina relacionadas com escravos, durante o reinado de D. João III.

⁵⁸¹ ANTT, CC, P. I, Mc. 109, doc. 22.

⁵⁸² ANTT, CC, P. I, Mc. 88, doc. 74 e ANTT, CC, P. I, Mc. 97, doc. 77.

⁵⁸³ «Testamento da rainha D. Catarina» in *As gavetas...*, p. 12.

3.3 A botica: na saúde e na doença

Durante toda a Idade Média e até ao início da centúria de Seiscentos, a alimentação das elites respeita as prescrições médicas, nomeadamente em relação à seleção dos alimentos, a forma de os condimentar e cozinhar e até de os ingerir. De acordo com a dietética antiga, as elites deixam as carnes gordas – como a vaca e o porco – e a maioria dos legumes para o povo, cuja robustez física permite estes consumos. Assim, as delicadas aves e carnes mais nobres, como o carneiro, fazem parte da sua dieta, o mesmo acontece com os primorosos peixes e o pão alvo. As especiarias são exageradamente usadas nas carnes difíceis de digerir e o mesmo se aplica aos frutos⁵⁸⁴. Inicialmente, mais do que um produto aromático utilizado na cozinha, a palavra *especiarias* designa os produtos exóticos provenientes do Oriente, cuja aplicação terapêutica concorre com o uso culinário, que tradicionalmente tem menos expressão, não invalidando que os médicos as recomendem como condimento tornando os alimentos mais digestos⁵⁸⁵.

As doutrinas dietéticas da época moderna estão intrinsecamente relacionadas com conceções filosóficas e metafísicas dependentes da teoria clássica dos humores corpóreos, decorrentes de uma cosmologia baseada no equilíbrio dos elementos do universo e na sua correspondência no corpo humano. Desta forma, a alimentação assume um papel determinante na conservação da saúde, uma vez que os alimentos se encontram classificados e divididos em categorias de acordo com as suas características naturais e diretamente relacionados com a correção e harmonia dos humores do Homem⁵⁸⁶. Deste modo, as teorias da medicina grega antiga sistematizadas pelo filósofo pré-socrático Empédocles (504-443 a.C.) na “Teoria dos Quatros Humores”, adotada por Hipócrates (406-356 a.C.) e que domina o século XVI, mostra a relação combinada dos elementos da natureza e a qualidade do humor dos indivíduos, estruturando-os em sanguíneo, fleumático, melancólico e colérico. Os defensores desta teoria propõem que o estado de saúde depende da relação entre os fatores internos, a qualidade do humor dos indivíduos e fatores externos⁵⁸⁷. Aos alimentos é igualmente atribuída uma classificação. A qualidade destes decorre da natureza de cada um,

⁵⁸⁴ Jean-Louis Flandrin e Massimo Montanari, *História da Alimentação– Da Idade Média aos tempos actuais*, vol. II, Lisboa, Terramar, 2001, pp. 157-158.

⁵⁸⁵ Jean-Louis Flandrin, «Condimentação, cozinha e dietética nos séculos XIV, XV e XVI», in *História da Alimentação– Da Idade Média aos tempos actuais*, vol. II, Lisboa, Terramar, 2001, pp. 95-99.

⁵⁸⁶ David Felismino, «Dieta e gosto na mesa régia. Notas sobre dietética e alimentação na corte portuguesa (séculos XVII-XVIII)», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, p. 350.

⁵⁸⁷ M. A. Carvalho e A. Pereira Júnior, «Nutrição e estados de humor: da medicina chinesa antiga, à neurociência», *Revista Simbio-Logias*, vol. I, nº 1, 2008, pp. 35-50.

definida pelos elementos naturais e respetivas qualidades da sua composição, agrupando-os em quentes, frios, secos e húmidos. Como a restante matéria viva, a sua essência define-se em dois eixos de contrastes complementares. Desta forma, definem-se como quentes e secos ou frios e húmidos⁵⁸⁸. O incontornável dramaturgo Gil Vicente remete para esta temática na sua obra *Farsa dos Físicos*, relacionando-a com a alimentação gorda do Carnaval, os jejuns da Quaresma e os rituais do calendário religioso e profano. Os quatro humores são representados por quatro físicos que procuram tratar o clérigo João Calado, personagem principal, enamorado por Blanca Denisa. Este amor sem correspondência provoca-lhe febres cuja cura depende da comida magra dos físicos ou da comida gorda da alcoviteira Brásia Dias, ou seja, a luta simbólica entre a Quaresma e o Carnaval⁵⁸⁹.

A esta *teoria dos humores* não é indiferente o topo da hierarquia social, ou seja, os membros da família real que observam e aplicam as doutrinas vigentes à época. Aliás, é incutida a ideia de que a mesa régia deve cumprir os propósitos de proteger a saúde do soberano, o que se traduz na intervenção direta dos oficiais médicos nas matérias da alimentação. Cabe ao físico da câmara cooperar na elaboração do regime alimentar diário, supervisionando e ajustando as porções e géneros alimentares que se exibem na mesa do monarca. A importância atribuída à saúde do rei obriga, a partir do século XVII, a regulamentações específicas que estão na origem de um discurso higienista e dietético mais elaborado⁵⁹⁰. Anteriormente, na corte dos Habsburgos, a partir de Carlos V, cabe aos físicos e cirurgiões regulamentar a alimentação do rei e dos membros da família real, prescrevendo dietas e definindo a forma como os alimentos são consumidos. Desta forma, altera-se, inclusive, a organização dos serviços da mesa real, procurando imprimir regras que evitem doenças provocadas por má digestão e intoxicação por alimentos mal confeccionados ou deteriorados. É nessa medida que os manuais de corte e a literatura normativa, recheados de noções médicas aliados às regras de etiqueta e conhecimento dos cozinheiros, ganham nova expressão e disseminação junto das elites cortesãs⁵⁹¹.

As questões histórico-farmacêuticas na Casa Real Portuguesa oferecem, regra geral, poucos recursos documentais. Esta insuficiência relaciona-se evidentemente com o desaparecimento de estruturas físicas, nomeadamente a botica do rei, que não sobrevive ao

⁵⁸⁸ Felismino, 2011, p. 360.

⁵⁸⁹ Maria José Palla, «Melancolia e rituais carnavalescos na “Farsa dos Físicos” de Gil Vicente», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Natureza, Técnica e Cultura*, Lisboa, nº 15, 2002, pp. 101-102. Cf. da mesma autora «Encenação de Terça-Feira de Entrudo na corte – *Auto dos Físicos* de Gil Vicente», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 317-335.

⁵⁹⁰ Felismino, 2011, pp. 351-353.

⁵⁹¹ Megiani, 2011, p. 210.

terramoto de 1755 e o incêndio em 1794 do Real Palácio da Ajuda⁵⁹². Não obstante, é possível, graças às fontes que resistem a estas catástrofes, como a que aqui se considera, apontar alguns dados relativos à história da saúde e da botica da Casa Real do século XVI.

A Casa Real envolve um número considerável de profissionais responsável pelas questões relacionadas com a saúde, o bem-estar físico e igualmente o espiritual, indissociável do primeiro. Desempenham funções nesta matéria, físicos, médicos, boticários, cirurgiões, barbeiros, sangradores, enfermeiros e outros servidores na dependência destes. Os boticários surgem em Portugal em meados do século XIII, no seguimento dos especieiros, uma vez que as especiarias apresentam, desde a época medieval, inúmeras aplicações terapêuticas. A atividade de especieiros, profusamente protagonizada por judeus, ainda coexiste com a dos boticários, mas é posteriormente substituída por estes. Esta evolução relaciona-se com o surgimento de um estabelecimento fixo para a venda dos medicamentos: a botica, que etimologicamente significa armazém ou depósito.⁵⁹³

Não sendo este o objeto de reflexão, lembre-se, ainda assim, a distinção entre a “medicina ministrante” e a “medicina dogmática” tão cara a este tema. Desde a Idade Média, e alargando-se até ao Liberalismo, a profissão de farmacêutico é considerada um ofício mecânico, não se estranhando a inclusão do boticário no “Livro de Regimentos dos Oficiais Mecânicos da cidade de Lisboa” de 1572, que resulta da reforma do anterior de 1497. O mesmo se verifica nas “Ordenações Filipinas” que determinam o controlo dos seus pesos e medidas pelo almotacé-mor. A classificação como ofício mecânico transparece no alvará que determina que sejam privilegiados determinados mesteiros ao serviço do Colégio das Artes, nomeadamente o sapateiro, alfaiate, barbeiros, cirieiro, oleiro e, juntamente com estes, o boticário, pressupondo uma categorização semelhante⁵⁹⁴. O estatuto sociojurídico dos boticários e cirurgiões é um instrumento utilizado pelos médicos para manter um determinado distanciamento e estatuto de superioridade⁵⁹⁵. Aliás, estas distinções estão patentes neste dito Quinhentista:

«Buscando um físico aderência com que el-rei tomou por seu sem moradia, com tenção de a pedir depois, como outros fizeram, fazendo uma receita para a botica de el-rei para se dar aí certa mezinha que receitara a um seu moço de câmara que curava, não o conhecendo o boticário pelo

⁵⁹² José Pedro Sousa Dias, «Documentos referentes à botica da Casa Real no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças», in *Medicamentos, História e Sociedade*, Nova Série, Lisboa, Ano IV, nº 5, 1995, p. 9.

⁵⁹³ José Pedro Sousa Dias, *A farmácia em Portugal. Uma introdução à sua história, 1338-1938*, Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994, pp. 9-14.

⁵⁹⁴ ANTT, AJC, AJ007, 00034.

⁵⁹⁵ José Pedro Sousa Dias, *Droguistas, boticários e segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de setecentos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian | Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007, pp. 179-181.

nome, posto que ia assinado ao pé, por ser assim costume, perguntou a outro físico de el-rei se o conhecia. E porque o assinado dizia *Doctor Menesius Medicus Regius*, disse-lhe o físico a quem perguntou: - É doutor sem letras, Meneses sem fidalguia, físico de el-rei sem moradia.»⁵⁹⁶

O documento mais antigo respeitante ao exercício da atividade farmacêutica no reino aponta para o diploma promulgado por D. Afonso IV, em 1338, determinando a obrigatoriedade de todos os que exercem os ofícios de médico, cirurgião e boticário serem examinados pelos médicos da Casa Real⁵⁹⁷. É, aliás, uma determinação que se mantém ao longo dos reinados seguintes, sobretudo em relação aos boticários que, em número crescendo, surgem em Lisboa e no restante território português, ainda que em número insuficiente. Em 1449, e promovendo a vinda de boticários estrangeiros para o país, D. Afonso V concede a conhecida “Carta de Privilégios dos Boticários”, na qual se atribuem diversos benefícios respeitantes à aplicação da justiça, isenção de recrutamento militar, direito de porte de armas, entre outras. Privilégios alargados a viúvas que mantivessem em funcionamento as boticas e aos aprendizes que ascendessem a mestres. Determina ainda, esse documento, o princípio do controlo régio sobre as boticas e a sua inspeção. Porém, na prática, esta carta não excedeu um curto tempo de aplicação⁵⁹⁸.

A regulação do acesso à profissão de boticário está sob a alçada do físico-mor do rei, através de exame e na concessão de licenças para instalações de boticas, como se pode verificar na «Carta de xpvão Camello buticayro», datada do primeiro dia de março de 1526. Nesta, D. João III, afirma: «mandey ao doutor Dioguo Lopez meu fysico mor que o exsaminasse segundo hordem [...]» para que assim Cristovão Camello «[...] assente e posa usar darte e ofício de buticayro em qualquer vila e çidade» do reino⁵⁹⁹. Cabe-lhe igualmente regular as inspeções às boticas, fixar os preços dos medicamentos e conceder licenças para o fabrico de remédios de segredo particular⁶⁰⁰.

No reino português, entre os séculos XVI e XVIII, a atividade de boticário entre os descendentes de judeus é bastante comum, levantando questões sensíveis relacionadas com a intolerância religiosa. De resto, desde 1525 que vão sendo apresentadas, nas Cortes, petições para a interdição deste mester por cristãos-novos, da mesma forma que é solicitada a proibição das receitas médicas redigidas em latim. Embora não tenha sido cumprido com rigor, em 1565, estipula-se o impedimento de os boticários de Lisboa terem como aprendizes

⁵⁹⁶ *Ditos Portugueses dignos de Memória...*, nº 1127, p. 402. Tomou-o sem moradia significa tomá-lo ao seu serviço sem nada lhe pagar.

⁵⁹⁷ Dias, 1994, p. 14.

⁵⁹⁸ *Ibidem*, pp. 16-17.

⁵⁹⁹ A. da Rocha Brito, “Uma carta de boticário no século XVI”, *Coimbra Médica*, 1 (6), 1934, pp. 373-377.

⁶⁰⁰ Dias, 1994, p. 18.

cristãos-novos⁶⁰¹. A intransigência religiosa com este grupo social sobrevém de forma esclarecedora no elevado número de denúncias ao Tribunal do Santo Ofício de cristãos-novos boticários, ou familiares que exercem essa atividade. Como é o caso de Jorge Cardoso, cristão-novo, boticário de Lamego que, em 1570, acusado de judaísmo e heresia, é condenado⁶⁰²; ou Diogo Rodrigues, boticário de Castelo de Vide, igualmente cristão-novo, acusado dos mesmos crimes que o anterior, em 1571⁶⁰³. Constança Gomes, casada com um boticário, em 1669 é acusada de judaísmo⁶⁰⁴; ou Diogo Mendes, filho de boticário, condenado sob a mesma acusação⁶⁰⁵. Apresente-se ainda Isabel Cardoso que, em 7 de maio de 1571 – enquanto D. Catarina de Áustria permanece em Belém – acusada de judaísmo, é presa em Beja, onde reside com o marido Álvaro Pinto, boticário e cristão-novo⁶⁰⁶. No mesmo dia e no mesmo local, o cirurgião Cristovão Gil, filho de boticário, ambos cristãos-novos, é identicamente preso, sob a mesma acusação. Estes são apenas alguns exemplos do extenso rol de processos da época em análise.

O mester de boticário é igualmente praticado por mulheres, uma particularidade que não se estende ao resto da Península Ibérica. A referência mais antiga respeita a uma boticária em Lamego, no ano de 1326. Contudo, é nos séculos XV e XVI que um número significativo de mulheres surgem ligadas às boticas das senhoras da alta nobreza⁶⁰⁷ com destaque para a Casa da Rainha agora em apreço, servindo-a na qualidade de responsáveis da sua botica, manipulando medicamentos e preparados, com a aplicação de diversas técnicas, nomeadamente as conservas. De resto, a “conserveira” tem a seu cargo a confeção de conservas e produtos açucarados de uso farmacológico⁶⁰⁸.

Atente-se nos nomes relacionados com a saúde e a botica da rainha D. Catarina de Áustria e veja-se a relevância do género feminino nesse serviço. No topo da hierarquia estão os físicos, como já se indicou. Neste caso, é o físico Dionísio que serve a rainha pelo menos desde 1528⁶⁰⁹ até 1530⁶¹⁰, não sendo possível apurar sobre a sua continuidade depois desta data. Diogo Franco apresenta-se nessa atividade entre 1550 a 1553. A partir de 1550 e até à morte de D. Catarina, está o doutor Sebastião Rodrigues de Azevedo incumbido dessa missão e com a

⁶⁰¹ *Ibidem*, p. 20.

⁶⁰² ANTT, TSO-IC, 028, 00627

⁶⁰³ ANTT, TSO-IC, 021, 8476.

⁶⁰⁴ ANTT, TSO-IC, 025, 00240.

⁶⁰⁵ ANTT, TSO-IC, 025, 03053.

⁶⁰⁶ ANTT, TSO-IC, 025, 03053.

⁶⁰⁷ Dias, 1994, p. 19.

⁶⁰⁸ Cunha, 2011, p. 72.

⁶⁰⁹ ANTT, CC, P. I, Mç. 41, doc. 88.

⁶¹⁰ ANTT, CC, P. I, Mç. 45, doc. 24.

particularidade de servir igualmente na Casa Real, a partir de 1572, quando é nomeado físico-mor do rei D. Sebastião. É substituído em 1583 por Fernão Rodrigues Cardoso⁶¹¹. Também aqui se aplica a máxima: Físico morto, físico posto!

Mestre Pedro de Solorzano, o cirurgião da rainha, surge de forma contínua desde 1526 até 1559⁶¹². Quanto aos sangradores, recuperam-se dois nomes: João Nunes e Julião Fernandes. Do primeiro há notícia em 1528⁶¹³, enquanto que o segundo é referido em 1550⁶¹⁴. A 5 de maio de [1571] recebe o «samgrador da Rainha pera vinho vinte rs»⁶¹⁵. Mantém-se no anonimato este homem. Porém, pode tratar-se de Julião Fernandes, uma vez que, em dezembro do ano seguinte, por decreto da rainha, são atribuídos à sua viúva Brites Fernandes 3.000 reais de mercê⁶¹⁶, não invalidado que estivesse ainda vivo à data do manuscrito em análise. A função deste prende-se com uma prática muito comum à época: as sangrias. De resto, juntamente com suadouros, purgas e clisteres, são os tratamentos mais comuns e que têm como objetivo expulsar do corpo os fluídos prejudiciais. Recorrendo às palavras do Padre Jerónimo Lobo que, em 1621 descreve a sua viagem a bordo de uma nau portuguesa, entende-se a vulgarização da sua aplicação, embora com muita frequência acabe por retirar a vida dos que pretende curar: «convem acodir com huma sangria na testa pera evitar os frenesis per rezão do sangue que vai à cabeça»⁶¹⁷.

O sangrador aplica o seu ofício em todos os grupos sociais e tem um papel determinante nos hospitais e outras instituições que prestam cuidados de saúde⁶¹⁸. Esta atividade arrasta-se até finais do século XIX, no território português, de acordo com a investigação de Maria Marta Araújo que estuda a Misericórdia de Vila Viçosa até à implantação da República⁶¹⁹. Na sua investigação conclui que, em diversas ocasiões, as tarefas do sangrador são assumidas pelos enfermeiros que acumulam ambas as funções. Na Casa da Rainha D. Catarina, no período em apreço, distingue-se claramente a separação dessas atividades, estando Perpétua Lopez a servir a rainha como enfermeira⁶²⁰. Nos Livros de Matrículas de Moradores surge pelo menos

⁶¹¹ Labrador Arroyo, 2003, p. 246; Roque, 1984, p. 127.

⁶¹² Labrador Arroyo, 2003, p. 246. Mendes, 1990, p. 164.

⁶¹³ ANTT, CC, P. I, Mç. 40, doc. 84.

⁶¹⁴ ANTT, CC, P. I, Mç. 85, doc. 82.

⁶¹⁵ ANTT, NA 786, fl. 12v.

⁶¹⁶ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 68.

⁶¹⁷ Jerónimo Lobo, *Itinerário e outros Escritos Inéditos*, Barcelos, Livraria Civilização - Editora, "Biblioteca Histórica - Série Ultramarina", 1971, p. 146.

⁶¹⁸ Para um conhecimento aprofundado sobre algumas instituições hospitalares e suas práticas no período em apreço cfr. Maria Marta Lobo de Araújo, *A Misericórdia de Vila Viçosa: de finais do Antigo Regime à República*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, 1010. Da mesma autora «O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna», in *Cadernos do Noroeste*, Série História 3, 20 (1-2), 2003, pp. 341-409.

⁶¹⁹ Araújo, 2010, pp. 299-300.

⁶²⁰ ANTT, NA 786, fl. 8.

desde 1565⁶²¹, ficando até à data da morte de D. Catarina⁶²². Antes, e de acordo com as palavras da rainha, tem «Catarina Fernandez ferreira de dentro de minha casa»⁶²³ pelo menos entre 1550 e 1552. O enfermeiro Diogo Martins, aplica os seus conhecimentos na Casa da Rainha, entre 1527 e 1528, como enfermeiro das suas damas⁶²⁴.

Quando entra no reino como rainha de Portugal, a jovem Catarina tem como boticário Mateus Moreno, o qual se mantém ao seu serviço até 1527⁶²⁵. Sucede-lhe Mestre Lopo, com referências em 1528⁶²⁶ e 1529⁶²⁷. Em 1548, numa carta dirigida à rainha pela abadessa Soror Brites e Dina, do Mosteiro de Nossa Senhora da Assunção de Faro, surge como cirurgião para quem se pede favorecimento⁶²⁸. Em 1556 encontra-se igualmente em Faro, de acordo com o alvará da rainha, ordenando o pagamento de 2.000 reais pelo tratamento das freiras do mesmo mosteiro⁶²⁹. João Nunez é referido no alvará da rainha de 16 de maio de 1530 como seu boticário a quem manda se pague 112.523 reais que remontam a «duas mill cento cincuenta receptas que ha de mezinhas para minha guarda roupa e moradorees d' minha casa» relativas ao «anno mil quinhentos e vimte e nove», prescritas pelo «dutor Dionisyo meu fisico»⁶³⁰. Futuramente, outro homem de apelido Nunes surge como boticário de D. Catarina. Trata-se de Luís Nunes que assume essa incumbência a partir de 1550. Nesse ano registam-se diversas ocorrências⁶³¹ aos seus serviços, que se repetem em 1553⁶³². Em 1554 sabe-se que receberia anualmente 8.000 reais enquanto servisse a rainha⁶³³. Esta manda que o seu tesoureiro lhe pague 32.135 reais para medicamentos para si, para os seus criados e para o príncipe seu filho⁶³⁴. Um hiato superior a duas décadas separa a ocorrência seguinte em 1577, provavelmente a última, indicando a mesma quantia anual, que deve ser paga em quartéis do ano⁶³⁵.

No Livro da Casa da Rainha de [1571], o que aqui importa aclarar, Mísia Nunez é o nome mais relacionado com a botica de D. Catarina. A semelhança com outro nome, também ele

⁶²¹ ANTT, NA 171.

⁶²² *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa...*, tomo VI, 2ª parte, p. 340.

⁶²³ ANTT, CC, P. I, Mç. 88, doc. 130.

⁶²⁴ Mendes, 1990, p. 164.

⁶²⁵ ANTT, CC, P. I, Mç. 38, doc. 75.

⁶²⁶ ANTT, CC, P. I, Mç. 24, doc. 25.

⁶²⁷ ANTT, CC, P. I, Mç. 32, doc. 49.

⁶²⁸ ANTT, CC, P. I, Mç. 80, doc. 40.

⁶²⁹ ANTT, CC, P. I, Mç. 99, doc. 16.

⁶³⁰ ANTT, CC, P. I, Mç. 45, doc. 24.

⁶³¹ ANTT, CC, P. I, Mç. 84, doc. 97.

⁶³² ANTT, CC, P. I, Mç. 90, doc. 76.

⁶³³ ANTT, CC, P. I, Mç. 92, doc. 92.

⁶³⁴ ANTT, CC, P. I, Mç. 84, doc. 100.

⁶³⁵ ANTT, CC, P. I, Mç. 111, doc. 19. Encontra-se ao serviço da rainha de 1550 até à sua morte, de acordo com Labrador Arroyo, 2003, p. 246.

associado à botica de D. Catarina de Áustria no mesmo período levanta dúvidas sobre a correspondência de identidades ou apenas a possibilidade de se estar perante uma curiosa coincidência. Mécia Nunes consta de facto no alvará da rainha de 14 de fevereiro de 1573⁶³⁶. Porém, nos decretos de 3 de dezembro de 1573⁶³⁷ e 11 de maio de 1574⁶³⁸, a grafia corresponde a Misia Nunez e não Mécia Nunez⁶³⁹.

A dezena de ocorrências no registo de Dom António indica Misia Nunez no grupo das donas com criado⁶⁴⁰ e atribui-lhe a responsabilidade da botica, tanto na sua manutenção⁶⁴¹, como na aquisição de produtos com fins farmacológicos⁶⁴². Mas não é a única mulher que serve esta dependência da Casa da Rainha. A Gallega – possivelmente assim designada pela sua naturalidade – recebe oitenta reais por mês «por allimpar os paateos da botica»⁶⁴³. Catarina da Silva e o seu marido, João de Lima – varredor – surgem igualmente associados a determinadas movimentações relacionadas com a botica, nomeadamente ao transporte de «cousas da botiqua»⁶⁴⁴ nas deslocações ocorridas naquele mês de maio, entre Xabregas e Belém⁶⁴⁵. O transporte de “carregos” da botica da rainha verifica-se inclusive para a casa do seu neto D. Sebastião, como se atesta no pagamento de quarenta reais «a hum homem por levar hum carguo da botica a casa d’el Rey»⁶⁴⁶. Surge ainda o nome Romão, um homem que consta dos registos de Dom António sem qualquer indicação da sua atividade. Porém, num decreto de 1574⁶⁴⁷ em que a rainha encarrega a sua camareira-mor, D. Filipa de Ataíde, de assegurar a vestimenta de diversas pessoas na sua dependência, Romão é um dos nomes arrolados com a indicação de servir na botica. Não se indicando a função dos restantes enunciados, presume-se que sejam serviçais menores ou mesmo escravos. De resto, não é inédito ter escravos a laborar na botica de D. Catarina, como se comprova pelo alvará da mesma rainha, em que manda aforrar a escrava Brites que serve na botica⁶⁴⁸.

⁶³⁶ ANTT, CC, P. I, Mç. 91, doc. 117. Cfr. Mendes, 1990, pp. 207-208.

⁶³⁷ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 125.

⁶³⁸ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 145.

⁶³⁹ Nos títulos de ambos os documentos apresentados na base de dados do ANTT transcreve-se erradamente Mécia Nunes.

⁶⁴⁰ ANTT, NA 786, fl. 74.

⁶⁴¹ ANTT, NA 786, fl. 17.

⁶⁴² ANTT, NA 786, fl. 17, 17v e 18.

⁶⁴³ ANTT, NA 786, fl. 53.

⁶⁴⁴ ANTT, NA 786, fl. 10.

⁶⁴⁵ ANTT, NA 786, fl. 9.

⁶⁴⁶ ANTT, NA 786, fl. 48v.

⁶⁴⁷ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 143. No documento surge Bárbara da Conceição que se presume ser a mesma Bárbara do livro da Casa da Rainha e Margarida Escrava, que se entende possa corresponder a Margarida Preta referida no mesmo livro. Com indicação da atividade encontra-se Perpétua Lopez, enfermeira e Romão que serve na botica.

⁶⁴⁸ ANTT, CC, P. I, Mç. 106, doc. 19.

Repare-se agora no rol de produtos que são adquiridos para a botica de D. Catarina, durante aquele mês de maio e de acordo com o registo do livro de sua Casa. A coexistência de ingredientes que são comuns à cozinha e à botica é bastante frequente. Confronte-se com os produtos arrolados nos livros de receita e despesas do hospital de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha:

«açúcar branco, conservas, confeitado, passas de uvas, ameixas passadas, marmeladas, adubos, especiarias, perfumes e coisas da botica [...] legumes, conservas, ameixas passadas, confeitado, adubos e outras coisas para a botica, açúcar e marmeladas»⁶⁴⁹.

Desde logo o açúcar. Com múltiplas aplicações na cozinha Quinhentista, como foi anteriormente referido, é na botica que surge pelas mãos dos boticários. A sua relação com estes profissionais está patente nas palavras de Brillat-Savarin quando se refere a alguém a quem falta algo importante como “boticário sem açúcar”⁶⁵⁰. As suas aplicações são múltiplas, entre as quais na preparação de açúcar rosado. Mísia Nunez entrega «vimte rs. por careto de hũa aroba d’asuquar que mamdou buscar ha cidade estando a Rainha em Bellem»⁶⁵¹. Habitualmente o açúcar é adquirido pelos boticários junto dos confeitadores⁶⁵², o mesmo terá feito Mísia Nunez que, no mesmo dia, compra rosas «pera fazer asuquar rozado novo pera mamdar a Bellem a Rainha »⁶⁵³. O açúcar rosado – feito com açúcar e pétalas de rosa – tem como aplicação «confortar o coração, o estômago e tôdas as vísceras»⁶⁵⁴. As rosas servem igualmente para preparar mel e azeite rosado que são comuns nas boticas da época, e igualmente nas que partem na rota das descobertas⁶⁵⁵. Não se trata aqui de mezinhas, como acontece com diversos produtos da botica. Constitui antes um complemento nutricional a que se socorrem em ocasiões de maior fraqueza física e emocional, o que de resto se verifica na prática com os doentes nos hospitais, confirmando o propósito em lhes apresentar uma alimentação cuidada como testemunha o Pe. Sebastião Gonçalves referindo-se, em 1562, à atuação dos missionários na Índia:

⁶⁴⁹ Lisbeth de Oliveira Rodrigues, *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, vol. I, Tese de Doutoramento em História da Idade Moderna, Braga, Universidade do Minho, 2013, p. 890.

⁶⁵⁰ Cit. por Algrant, 2005, p. 33.

⁶⁵¹ ANTT, NA 786, fl. 17.

⁶⁵² José Pedro Sousa Dias, *Droguistas, boticários e segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de setecentos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian | Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007, p. 145.

⁶⁵³ ANTT, NA 786, fl. 17.

⁶⁵⁴ Américo Pires de Lima, «A botica a bordo de Fernão de Magalhães», Separata dos *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*, vol. IV, Porto, 1942, p. 72. Cfr. *Arte Nova e Curiosa para Conserveiros Confeitadores e Copeiros*, Estudo e Atualização do Texto de Isabel M. R. Mendes Drummond Braga, Sintra, Colares Editora, 2001, p.p. 28-29. Apresenta uma receita de açúcar rosado.

⁶⁵⁵ Lima, 1942, p. 33.

«O irmão Lobo tinha o cuidado de lhe dar [aos doentes] pellas manhãs, a almoçar, a huns, açuquer rosado e a outros, marmelada e, algumas vezes, passas e do nosso biscoito, que eles achavão muito bem»⁶⁵⁶.

As amêndoas, diversos frutos secos e fruta passada entram igualmente na despensa da botica de D. Catarina. A despesa com amêndoas, no decorrer do mês em análise, é bastante significativa, ultrapassando os 2.000 reais⁶⁵⁷. Nada que se assemelhe ao dispêndio, em dezembro de 1554, de 5.736 reais entregues por um moio de amêndoas de produção algarvia⁶⁵⁸. Além das amêndoas, «compra de dous mill e oitocentos nodegos pera concerva da botiqua seiscentos e sesemta rs» pagando «a tres homens que allimpaaram hos nodegos em tres dias duzentos e vimte e cimquo rs. a vimte e cimquo rs. por dia»⁶⁵⁹. Os nogados, como é sabido, são nozes verdes que se colhem durante o mês de maio e que depois de um tratamento razoavelmente complexo são preparados em conserva⁶⁶⁰. As passas de Alicante, sobejamente apreciadas e aplicadas nas terapêuticas hospitalares da época⁶⁶¹, são, aqui, compradas para a Casa da Rainha, em três ocasiões. Numa delas « cimquo aratens de paasa d'Allicante e de hũa panella em que forão a São Josee»⁶⁶², provavelmente sob a forma de esmola, correspondendo à postura benemérita da rainha, o que, de resto, se confirma com quando «a Florestão d'Orta merceiro duzentos rs. de que S.A. lhe fez mercee pera comprar hũa cura de sallsaparrilha»⁶⁶³. A salsaparrilha é uma espécie de silva de grandes dimensões, espessura e com raízes compridas que se aplica como sudorífico e defecativo nos doentes de sífilis através de diversos preparados como apozemas e cozimentos, entre outros⁶⁶⁴.

As águas representam um conjunto variado na botica Quinhentista⁶⁶⁵ com aplicações no tratamento de numerosas maleitas. Veja-se como el rei D. Sebastião, em dezembro de 1572, a conselho da protetora rainha sua avó, refere «sobre o bom regimento da minha saude, faço e bebo agoa de Canela e tomo alguas cousas tam leves como esta que os medicos ordenarão»⁶⁶⁶. Entre as águas mais comuns enumeram-se: água destilada; água de almeirão; água de trevo; água de flor e água rosada. Mísia Nunez adquire 14 canadas de água destilada

⁶⁵⁶ António da Silva Rêgo (dir.), *Documentos Remetidos da India ou Livros das Monções*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. IX, 1953, p. 62

⁶⁵⁷ ANTT, NA 786, fl. 50.

⁶⁵⁸ ANTT, CC, P. I, Mç. 94, doc. 50.

⁶⁵⁹ ANTT, NA 786, fl. 17.

⁶⁶⁰ Uma receita de nogados pode ser consultada em Isabel Drumond Braga, 2001, p. 45.

⁶⁶¹ Rodrigues, 2013, p. 895.

⁶⁶² ANTT, NA 786, fl. 60v.

⁶⁶³ ANTT, NA 786, fl. 60v.

⁶⁶⁴ Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 – 1728, vol. VII, pp. 451-452.

⁶⁶⁵ Lima, 1942, p. 5.

⁶⁶⁶ Serrão, 1987, p. 260.

por 528 reais⁶⁶⁷. O método de destilar água implica determinados conhecimentos. Porém, esse processo é assegurado por um hortelão a quem a rainha manda pagar 3.500 reais em 1556⁶⁶⁸. O preço por canada da água de almeirão é ligeiramente superior à água destilada, o mesmo não acontecendo com a água de trevo, pela qual Mísia Nunez entrega 400 reais por 6 canadas⁶⁶⁹. A aquisição de água rosada é a mais expressiva no arrolamento de águas adquiridas para a botica durante o mês de maio. As 54 canadas representam um gasto de 2960 reais. Trata-se, de resto, na documentação consultada, da água mais consumida pela Casa da Rainha D. Catarina de Áustria⁶⁷⁰. Não consta desta listagem a água de “lengoa de buey”, o mesmo é dizer água de língua de vaca ou buglossa, que se considera ter propriedades antipeçonhentas⁶⁷¹. Contudo, ao sétimo dia do mês de maio, entra na botica de D. Catarina «limgoa de vaqua»⁶⁷², acolhendo-se a hipótese de se destinar à água de língua de vaca. A confirmar o seu uso regular nas boticas das casas reais, registre-se a sua inclusão no rol de diversos produtos da Casa da Rainha D. Beatriz⁶⁷³. A água de flor é igualmente comum nas boticas deste período, como de resto se confirma pela aquisição de 6 almudes que Mísia Nunez realiza em 1573 para a botica⁶⁷⁴. No mês em apreço, a mesma responsável da botica «compra de trimta e huum allqueires de froll a oitenta alqueire»⁶⁷⁵, depois de já ter adquirido «a Margarida Francisqua vinte e dous allqueires de froll pera a botiqua»⁶⁷⁶. Embora não seja indicado o seu destino – ao contrário da «froll pera a banha»⁶⁷⁷ – admite-se a possibilidade de ser para a produção de água de flor.

No campo das gorduras, a botica de D. Catarina tem ao dispor «cimquo [cântaros de azeite] pera os oleeos da botiqua» com um custo de «dez mill e quatrocentos rs. a oitocentos cantaro»⁶⁷⁸. Os óleos são aromatizados com diversos ingredientes, nomeadamente «sebolla sesem que comprou Misia Nunez pera a botica pera olleo»⁶⁷⁹. Quanto à manteiga, em 1556, a rainha manda entregar 7.600 reais ao manteigueiro João Fernandes, por quatro barris desta gordura, com destino à sua botica⁶⁸⁰. A sua utilização com fins farmacológicos na época Quinhentista é bastante comum, realçando a «virtude de amadurecer e resolver os apostemas

⁶⁶⁷ ANTT, NA 786, fl. 17.

⁶⁶⁸ ANTT, CC, P. I, Mç. 99, doc. 27.

⁶⁶⁹ ANTT, NA 786, fl. 17v.

⁶⁷⁰ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 145; ANTT, CC, P.I, Mç. 110, doc. 125.

⁶⁷¹ Lima, 1942, p. 8.

⁶⁷² ANTT, NA 786, fl. 18.

⁶⁷³ Braga, 2007, p. 42.

⁶⁷⁴ ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 125.

⁶⁷⁵ ANTT, NA 786, fl. 46.

⁶⁷⁶ ANTT, NA 786, fl. 17v.

⁶⁷⁷ ANTT, NA 786, fl. 17.

⁶⁷⁸ ANTT, NA 786, fl. 39v.

⁶⁷⁹ ANTT, NA 786, fl. 17.

⁶⁸⁰ ANTT, CC, P. I, Mç. 99, doc. 26.

e as durezas medíocres. Mesclada com miel e açúcar y dada a comer poco a poco es mui lenitiva del pecho, mitiga la tosse»⁶⁸¹. Desconhece-se se a «mantequilla»⁶⁸² referida se destina à cozinha ou à botica, embora pela sua descrição seja mais provável a utilização medicinal.

Também o sal apresenta diversas aplicações terapêuticas e farmacológicas, nomeadamente clisteres; nas comichões; anginas; mordeduras de vespas, víboras e crocodilos; em chagas infetadas e outras. Pode-se aplicar «empastro de sal com mel [...] contra as superações». Usa-se preferencialmente torrado para aumentar os seus princípios curativos⁶⁸³. Para a botica da rainha consta a aquisição de sal, no dia 7 de maio, embora sem indicação da quantidade⁶⁸⁴. As restantes ocorrências parecem indicar que se destina a utilização na cozinha.

A importância das especiarias na aplicação e uso da botica é já reconhecida na época medieval, como se regista na obra de Pedro Hispano (1210/1215-1277) que no *Thesaurus Pauperum* identifica múltiplas especiarias e drogas orientais, destacando-se a pimenta, canela, cravo-da-índia, noz-moscada, açafraão, ópio, ruibarbo, sândalo e tamarindo entre outras⁶⁸⁵. Ora, com o movimento expansionista⁶⁸⁶, a entrada no reino português de novos produtos exóticos e com aplicações galénicas, ganha nova dimensão. Vale a pena lembrar o relato dos cavaleiros que visitam Lisboa em 1580:

«Traziam-se igualmente a Lisboa sedas da China, panos finíssimos e ordinários de algodão do Brasil, belos tapetes da Pérsia, ébano, águila, pau-brasil, dices e louça transparente de porcelana, bórax, cânfora, laca, aloés-hepáticos, tamarindos, cera, almíscar, âmbar, algália, beijoim, pérolas, rubins, diamantes e mais pedras preciosas em abundância, e outras várias mercadorias que iam do Egipto para Alexandria, as quais, todavia, não eram a milésima parte das que vinham a Lisboa nas sobreditas frotas.»⁶⁸⁷

⁶⁸¹ Lima, 1942, p. 27.

⁶⁸² ANTT, NA 786, fl. 41; ANTT, NA 786, fl. 27v.

⁶⁸³ *Ibidem*, p. 25.

⁶⁸⁴ ANTT, NA 786, fl. 17v.

⁶⁸⁵ Dias, 1994, p. 13.

⁶⁸⁶ A farmácia e boticários portugueses têm grande relevo no processo expansionista do reino. Nomes como Gaspar Pires, Tomé Pires, Garcia da Orta e Amato Lusitano cumprem, além do seu préstimo como homens das ciências farmacêuticas e médicas, missões de caráter diplomático nestes novos territórios. Para um aprofundamento desta matéria cfr. Dias, 1994; do mesmo autor *Homens e medicamentos. Uma introdução à História da Farmácia, da Farmacologia e da Terapêutica. Parte I. O legado terapêutico da Antiguidade. Do primeiro milénio a.C. ao século XVI*, Lisboa, Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 2005. João Rui Pita, *História da Farmácia*, Coimbra, Edições Minerva, 2007; João Rui Pita e Ana Maria Bandeira, «Sequestro dos bens do Colégio de Jesus de Bragança - aspecto particular da sua botica», in *Brigantia*, 10 (23), Bragança, 1990, pp. 208-209; Alberto Carlos Correia da Silva, *Farmácia História e profissão. Colectânea de estudos e ensaios*, Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 1998; Garcia da Orta, *Coloquio dos simples e drogas da índia*, 2 vols, ed. dir. e anotada por Conde de Ficalho, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895; Aníbal Pinto de Castro, «Físicos, cirurgiões e boticários nas naus dos Descobrimentos», in *Arquipélago. História*, 2ª série, IV, nº 2, 2000, pp. 535-550;

⁶⁸⁷ «Viagem a Portugal dos Cavaleiros Tron e Lippomani - 1580», publicada por Alexandre Herculano in *Opúsculos*, vol. IV, Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1985, p. 367.

D. Catarina e a sua Casa beneficiam deste movimento comercial de franca expressão. A prolífica produção manuscrita da Casa da Rainha é rica na indicação das aquisições desta excêntrica mulher. Em alvará de fevereiro de 1573, D. Catarina «pagou a Gil Homem tesoureiro da casa da Índia por cinquenta e duas cargas de porcelanas de toda a sorte [...] que entregou a Mecia Nunez que tem carguo de minha botica»⁶⁸⁸.

Pimenta e açúcar não são estranhos na botica da rainha⁶⁸⁹. Da mesma forma são adquiridos outros produtos raros como o almíscar e beijoim. O licor de almíscar de cheiro suave cria-se num invólucro nas virilhas dos gatos de algália. A sua aplicação destina-se à cura das carnosidades⁶⁹⁰. D. Catarina devota grande interesse por estes animais, possuindo vários que lhe são enviados de África⁶⁹¹. Em 1557 recebe, do seu feitor de S. Jorge da Mina, dois exemplares, juntamente com uma gaiola com pássaros⁶⁹². Em 1552 tem dez animais destes à guarda de Cristovão Carmones, vendendo nove deles pela exuberante quantia de 100.000 reais⁶⁹³. O atrativo pelos gatos de algália mantém-se, possivelmente graças ao lucro que alcança com a sua venda, mas supõe-se igualmente pela utilidade na sua botica. Nos registos de Dom António, comprova-se a manutenção destes animais com a compra de «fersuras pera os gaatos» que ocorrem em três anotações⁶⁹⁴. Mas não são apenas os gatos que importam à rainha. A atenção que dedica às aves é sobejamente conhecida – e já anteriormente indicada – fazendo oferta de aves a alguns membros da família como o neto espanhol que, na generalidade, nutrem a mesma paixão⁶⁹⁵. Na fonte em apreço, Mísia Nunez tem na botica rolas, indicando-se o pagamento pela limpeza da sua casa⁶⁹⁶. Esta existência de aves na botica da rainha não é caso único. Refira-se o alvará que D. Catarina ordena, em 1554, para o pagamento de carros de trigo vindos de santarém para o mantimento das aves na botica⁶⁹⁷.

O funcionamento das boticas implica diversos produtos, instrumentos e alfaias comuns ao universo da cozinha. Alguidares, asados, cestos, esteiras, facas, panelas, seiras, balanças, pesos e medidas, e tantos outros, convivem em ambos os espaços. Também os consumíveis energéticos coabitam no território da cozinha e da botica. Carvão, lenha, azeite e cera são,

⁶⁸⁸ ANTT, CC, P. I, Mç. 91, doc. 117.

⁶⁸⁹ Mendes, 1990, p. 163.

⁶⁹⁰ Bluteau, 1712-1728, vol. I, p. 248.

⁶⁹¹ Annemarie Jordan Gschwend e Almudena Pérez de Tudela, «Exótica Habsburgica: La Casa de Austria y las colecciones exóticas en el Renacimiento temprano», in *Oriente en Palacio. Tesoros asiáticos en las colecciones reales españolas*, Madrid, Patrimonio Nacional, 2003, p. 31.

⁶⁹² ANTT, CC, P. I, Mç. 101, doc. 18.

⁶⁹³ ANTT, CC, P. I, Mç. 88, doc. 71. Jordan, 2012, p. 124.

⁶⁹⁴ ANTT, NA 786, fl. 45v; ANTT, NA 786, fl. 51; ANTT, NA 786, fl. 55.

⁶⁹⁵ Gschwend, 2003, p. 31; Jordan, 2012, pp. 124-125; Buescu, 2007, p. 364.

⁶⁹⁶ ANTT, NA 786, fl. 17v.

⁶⁹⁷ ANTT, CC, P. I, Mç. 93, doc. 109.

com frequência, elencados nos livros de despesas de ambas as dependências. Sejam boticas das casas reais; de hospitais; conventos e mosteiros; boticas itinerantes, como as que seguem nas naus da expansão marítima, ou ainda as boticas comerciais, é-lhes comum – variando o grau de riqueza e diversidade – esse conjunto de utensílios⁶⁹⁸. O livro que vem sendo analisado é bem exemplo do que se acaba de escrever. Na botica e na cozinha servem, ainda que fins distintos, canastras e açúcar; tabuleiros e águas, fogareiros e amêndoas. Neste espaço a rainha tem poções, punções e unguentos feitos com resinas importadas, medicamentos, drogas e ervas destinadas à sua Casa⁶⁹⁹.

⁶⁹⁸ Alberto Carlos Correia da Silva, «Inventário de uma botica conventual do século XVIII, Separata dos *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*, vol. XXXII, Porto, 1972, pp. 121-146; J. Alves da Silva «Frei Cristovão dos Reis. Carmelita Descalço, farmacêutico, botânico e administrador da botica do convento bracarense de N. S. do Carmo», Separata de *Notícias Farmacêuticas*, Ano X, nº 5 e 6, Coimbra, 1944, pp. 265-282; João Neto, «A botica do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora», in *Medicamentos, História e Sociedade*, Nova Série, Lisboa, Ano III, nº 4, 1994, pp. 9-11; José de Cisneiros e Faria, «Uma botica do século XVIII», in *Notícias Farmacêuticas*, Coimbra, 1935; Lima, 1942, pp. 33-109; Rodrigues, 2013, pp. 889-899.

⁶⁹⁹ Jordan, 2012, pp. 72-73.

4 Comer como uma Rainha

Como corolário da análise do livro da Casa de D. Catarina, apresenta-se uma sugestão de ementa que contempla os alimentos enunciados na fonte, em conjugação com o receituário conhecido e praticado à época⁷⁰⁰. Alimentos e técnicas culinárias confluem para pratos que se destinam a uma mesa sofisticada como é a da rainha D. Catarina de Áustria.

Ao fazer este exercício de extrapolação, importa lembrar a reflexão de Salvador Dias Arnaut sobre a predominância de determinados alimentos tanto na mesa de ricos como de pobres. O pão e o vinho constituem, na época medieval, bem como nas centúrias imediatamente seguintes, alimentos manifestamente relevantes e essenciais no ato alimentar da sociedade, convivendo com carnes e pescado, ervas aromáticas e especiarias, frutas frescas e secas, mel, azeite, queijos e outros laticínios⁷⁰¹. O que varia, consoante a hierarquia da mesa, é a sua qualidade, a quantidade, a ausência ou presença. Logicamente, na mesa da realeza, as omissões não se devem a qualquer dificuldade de aquisição de alimentos e produtos. O gosto é, aqui, um fator determinante, ao contrário das refeições dos grupos menos privilegiados, cuja sobrevivência decorre de uma alimentação pobre, pouco variada e baseada no pão e vinho, auxiliada pelas carnes menos nobres e pelos alimentos mais ao alcance dos que trabalham a terra.

Considerando o número de pratos, regra geral, em cada refeição palaciana, sabe-se que ao jantar não seriam servidos menos de cinco pratos, sem contar com os devidos acompanhamentos, sopas, frutas, bebidas e sobremesas. Exemplo disso é o que se verifica na mesa de D. João III, dos infantes seus irmãos e da restante corte, aquando da já referida estada em Évora, no ano 1524. No primeiro dia de novembro, a ceia é composta por vaca, lombo de vaca, perdizes, pombos e coelho. No sábado, dia 19 do mesmo mês, obrigatoriamente de jejum, ao jantar e no decorrer da ceia, podem escolher entre as diversas espécies de pescado: linguados, azevias, salmonetes, pargos, congros e santolas⁷⁰². Trata-se, efetivamente, de um dia magro, porém, o pescado é da melhor qualidade e das espécies mais ricas e inacessíveis à generalidade da população.

⁷⁰⁰ Cfr. com Lavrador, 2011, pp. 163-170.

⁷⁰¹ Arnaut, 1986, pp. 7-114.

⁷⁰² Santos, 2002, p. 47.

Entretanto, no primeiro dia de maio de [1571] D. Catarina poderá ter jantado carnes várias, frutas e verduras, contando que na sua ucharia estão, igualmente, presentes especiarias – como a canela – e diversos ingredientes que não constam das despesas desse dia.

Jantar

Pão, vinho e água

Vaca

Cabrito

Carneiro

Galinhas

Pombos

Perdizes

Ovos

Arroz

Couves

Queijos

Maçãs

Amêndoas

Passados dias, a rainha recebe, em Belém, a infanta D. Maria, sua sobrinha e cunhada, a quem serve uma merenda na baixela de estanho. As despesas associadas a essa refeição permitem vislumbrar, uma vez mais, a mesa perfumada por rosas e boninas e com delicadas iguarias.

Merenda

Pão da Praça

Ovos

Púcaros de natas

Queijo fresco

Requeijão

Maçãs e cerejas

Por último, podemos imaginar a ementa para a sexta-feira, dia 18 desse mês. A predominância de pescado nas despesas pressupõe a obediência ao ritual de jejum imposto nos dias magros, embora não estejam omissas diversas referências à carne, aves e caça, como já antes se referiu. Porém, e tomando a norma de jejuar, observe-se o que pode ter ido à mesa de D. Catarina.

Refeição magra

Vinho e água

Pão da Praça

Linguados

Besugos

Sáveis

Ovos

Arroz

Queijos

Laranjas

Cerejas

Peros

Passas de Alicante

Resta acrescentar que não será viável confirmar estas ementas na Casa de D. Catarina, pois a fonte, embora rica, não esclarece em absoluto quais os pratos servidos. Todavia, é possível aqui apontá-las como modelo exemplificativo das requintadas refeições que, nobres e realeza, recebem nas suas mesas de aparato.

CONCLUSÃO

Escrever capítulos da História implica ler e interpretar fontes nem sempre óbvias na sua primeira apreciação. Um livro contabilístico de carácter doméstico, como o *Livro* em causa, não se afigura, logo à partida, como o documento mais apropriado para caracterizar um reinado, uma rainha ou uma cidade. Porém, à medida que se avança na sua interpretação, todas as leituras secundárias e apoiadas por outras fontes e estudos permitem construir um cenário realista e fidedigno. As fontes escritas de carácter administrativo têm, pois, uma importância inestimável para a construção do discurso histórico.

Intentar escrever sobre uma rainha com uma personalidade exuberante e determinada como D. Catarina de Áustria, que anteriormente deu mote a estudos e biografias de autores de historial e renome nacional⁷⁰³, é desafiante e abre um grande manancial de possibilidades. A grandeza da História reside na sua constante e permanente renovação e reescrita. Os dados brotam incessantemente, ainda que os documentos sempre tenham lá estado, para se lerem, para se interpretarem. O que permanece em evolução na intenção do investigador é o que se busca em cada manuscrito, nas obras artísticas e nos objetos do quotidiano. Em particular, em relação à Casa da Rainha D. Catarina, durante os cinquenta e três anos em que Sua Alteza permanece no reino, a documentação manuscrita inerente à administração doméstica é fecunda e permite abordar diferentes aspetos da sua vida, nos períodos mais relevantes da sua atuação enquanto rainha, seja no papel determinante de consorte de D. João III, seja depois enquanto regente na menoridade de D. Sebastião, ou, finalmente, no período demissionário em que, ainda assim, a sua intervenção política não deixa de se fazer notar.

Partindo da premissa que ainda é possível acrescentar novos dados à prolífica vida de D. Catarina de Áustria, procurou-se encontrar na fonte em apreço, nos documentos manuscritos à guarda da Torre do Tombo e na extensa bibliografia sobre esta temática, um contributo para a imagem da rainha que aditam novos dados à sua biografia e às suas funções. Tendo como divisa a importância desta fonte enquanto documento administrativo da corte Quinhentista, procurou-se, em primeira análise, e de forma sistemática, datar o mesmo. Numa primeira leitura do *Livro* sobressaem as inúmeras referências à rainha, apontando para D. Catarina de Áustria, ainda que o título do documento, como já se disse, tem o título *Da Oxaria de El Rey Rol de varias despezas que se fizeram em o anno não declara*. Assim, e apoiando a investigação num calendário perpétuo, restringiram-se os anos possíveis de datação do

⁷⁰³ Cfr. principalmente as obras de Buescu, 2007; Jordan, 2012; Mendes, 1990 e Santos, 2004.

documento, fazendo a correspondência dos dias da semana com os dias do mês, uma vez que se trata da única informação presente. Tem-se pois, um mês de maio em que o dia 1 corresponde a uma terça-feira, apresentando conformidade com apenas oito anos dos cinquenta e três em que a rainha se encontra em solo português.

Cruzando esses anos com a cronologia da rainha, logo se afastam as primeiras sugestões, uma vez que a corte se encontra fora de Lisboa. Ora, o documento tem como espaço geográfico a “rainha dos mares”, a Lisboa Quinhentista, com inúmeras referências a Xabregas e Belém, de resto, os locais mais influentes na datação da fonte e na sua leitura. Tornou-se, pois, mais clara a eliminação de algumas possibilidades, reduzindo para apenas duas alternativas: 1571 e 1576. Concorreram igualmente para esse afunilamento de cronologia, as várias alusões aos moradores e outros servidores patentes no livro em análise. Foi cruzando esses nomes com os *Livros de Moradias da Casa de D. Catarina de Áustria*, e com diversa documentação administrativa que se indigitou, de forma clara e inequívoca, a datação do documento numa baliza cronológica que encerra a década de setenta da centúria de Quinhentos. As conexões são extensas e esclarecedoras, confirmando a presença desses homens e mulheres ao serviço da rainha na década em apreço. Porém, e procurando ainda de forma coerente determinar o ano exato do manuscrito, apresentou-se a possibilidade de remeter para 1571, excluindo, ainda que não de forma categórica, a última hipótese, o ano de 1576. Concorre para a fixação de 1571, a justificada deslocação, e permanência, de D. Catarina a Belém, durante a primeira metade desse mês de maio, uma vez que outras fontes e estudos apontam para o acompanhamento que a rainha faz das obras da capela-mor - panteão real - no Mosteiro de Santa Maria de Belém, designado Jerónimos. De resto, a demanda da rainha em concluir as obras dos túmulos reais refletem-se em vários documentos, com indicações precisas das movimentações em 1571, ano em que Lourenço de Salzedo inicia o programa pictórico dessa grandiosa obra. A sua conclusão dá-se em 1572, sendo as cerimónias de transladação dos restos mortais de D. João III e de seus pais efetuadas em outubro desse mesmo ano. O que, de certa forma, afasta o desígnio de se encontrar a rainha, em 1576, em tão longa estada por Belém. Logo se descobre, analisando o *Livro da Casa de D. Catarina de Áustria*, que em maio de [1571] – assim se supõe – D. Catarina sai do seu paço de Xabregas em direção a Belém, ao Mosteiro dos Jerónimos. Vigia as obras da capela-mor que havia entregue a Lourenço de Salzedo para embelezar aquela que será a sua última morada.

Parte-se, posteriormente, para a caracterização desta rainha, numa abordagem em linhas gerais, por economia de espaço e porque não é esse o objetivo deste estudo. Contudo, não é possível analisar a Casa da Rainha e os seus hábitos alimentares, sem que se contextualize a

sua permanência no reino. A vida de D. Catarina, enquanto rainha de Portugal, distingue-se em três fases, já antes enunciadas. E são esses períodos com relevâncias distintas que se procuram analisar, também à luz da documentação em apreço, nomeadamente na confluência de informações que relatam a sua vida social, familiar e religiosa. Distante do neto, procura a companhia da sobrinha e cunhada, a sereníssima infanta D. Maria. Com ela partilha uma merenda e confia-lhe a vontade de partir. O seu reino já não é aquele, o seu mundo já não é daquele reino. Deseja Castela. Espera-a um convento, um mosteiro, a oração. Como tantas vezes fez ali, com os religiosos que protege e obsequia. Não passa de um desejo, pois a sua estada, em Xabregas, mantém-se até ao derradeiro dia da sua vida, em fevereiro de 1578, passados seis anos da conclusão das obras da capela dos Jerónimos.

O livro estudado é revelador da organização da sua Casa. As movimentações dos seus servidores prestam-se à datação mais rigorosa do documento mas servem, sobretudo, para elucidar sobre o funcionamento da Casa de uma rainha, da etiqueta de corte em que assenta esse organismo, nas várias funções desses homens e mulheres. Serve igualmente para descrever a rainha na sua ligação religiosa e espiritual, revelando a sua generosidade na natureza das dádivas, das mercês a religiosos mas também aos homens e mulheres que a servem, que são a sua Casa. E assim se chega à sua ucharia e cozinha e, finalmente, à sua botica. Para a rainha e para os seus moradores vai a melhor comida, as carnes mais nobres, os peixes mais distintos, as frutas da época em canastras e seiras a percorrer caminhos que vão à sua requintada mesa. E flores. Rosas e boninas na sua mesa e nas das damas que são a sua companhia. Comparando os alimentos eleitos e referenciados neste enunciado, com outras fontes já estudadas, entende-se a convergência de gostos e preferências. Os hábitos alimentares dos grupos privilegiados, em particular da corte, são em tudo semelhantes com o que ocorre no resto da Europa. A relevância da carne e do melhor peixe em cima da mesa, bem como o açúcar e especiarias, a variedade de queijos e as frutas de melhor qualidade são fatores que, não trazendo novidade, permitem validações. A rainha aprecia salmonetes e rodovalhos, come com entusiasmo queijinhos de Inglaterra, não dispensa as cerejas e tem sempre na sua botica açúcar rosado que lhe afunda no espírito, mais rico de amargura do que de alegria, a mansa melancolia, e lhe adoça e doira as incertezas trazidas na espuma dos dias.

Fontes e estudos

Fontes manuscritas

Arquivo Distrital de Setúbal

ADSTB/ACD/LAZALM

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Moradia da Casa Real nº14. índice alfabético dos 10 maços da Caza Real que contem os nomes, e foros das pessoas, que servirão os Senhores Reys D. Manoel, e D. João 3º, Rainha D. Catharina, e infante D. Luiz, desde o ano de 1504, te 1575. feito sendo Gda mor manel da Maya e escrivão euzebio Manoel da Silva no Anno de 1767.

ANTT, Livraria 729

ANTT, MSN, 4, 1649

ANTT, MSN, 4,1655

ANTT, MSN, 4,1728

ANTT, MSN, 4,2055.

ANTT, MSN, 4, 1765

ANTT,OACSB, 001, 0001, 00058

ANTT, Chancelaria de Filipe I, Doações, Liv. 11, fl. 168v

ANTT, TSO-IL, 028, 13097

ANTT, TSO-IL, 028, 08344

ANTT, TSO-IL, 028, 09245

ANTT, AJC, AJ007, 00034

ANTT, TSO-IC, 028, 00627

ANTT, TSO-IC, 021, 8476

ANTT, TSO-IC, 025, 00240

ANTT, TSO-IC, 025, 03053

ANTT, TSO-IC, 025, 03053

Núcleo Antigo

ANTT, NA 786

ANTT, NA 166,

ANTT, NA 170

ANTT, NA 171

ANTT, NA 172

ANTT, NA 173

ANTT, NA 174

ANTT, NA 175

ANTT, NA 176

Corpo cronológico

ANTT, CC, P. I, Mç. 101, doc. 18

ANTT, CC, P. I, Mç. 102, doc. 108

ANTT, CC, P. I, Mç. 104, doc. 23

ANTT, CC, P. I, Mç. 106, doc. 37
ANTT, CC, P. I, Mç. 106, doc. 73
ANTT, CC, P. I, Mç. 107, doc. 137
ANTT, CC, P. I, Mç. 107, doc. 29
ANTT, CC, P. I, Mç. 107, doc. 65
ANTT, CC, P. I, Mç. 108, doc. 91
ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 104
ANTT, CC, P. I, Mc. 109, doc. 22
ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 37
ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 40
ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 42
ANTT, CC, P. I, Mc. 109, doc. 52
ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 55
ANTT, CC, P. I, Mç. 109, doc. 97
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 102
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 12
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 124
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 125
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 130
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 139
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 14
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 143
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 145
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 17
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 2
ANTT, CC, P. I, Mc. 110, doc. 26
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 55
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 59
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 64
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 68
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 69
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 95
ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 98
ANTT, CC, P. I, Mç. 111, doc. 1
ANTT, CC, P. I, Mç. 31, doc. 112
ANTT, CC, P. I, Mç. 32, doc. 55
ANTT, CC, P. I, Mç. 40, doc. 84
ANTT, CC, P. I, Mç. 41, doc. 88
ANTT, CC, P. I, Mç. 45, doc. 24
ANTT, CC, P. I, Mç. 53, doc. 69
ANTT, CC, P. I, Mç. 54, doc. 37
ANTT, CC, P. I, Mç. 60, doc. 88
ANTT, CC, P. I, Mç. 74, doc. 101
ANTT, CC, P. I, Mç. 85, doc. 82
ANTT, CC, P. I, Mc. 86, doc. 6
ANTT, CC, P. I, Mç. 88, doc. 71
ANTT, CC, P. I, Mc. 88, doc. 74
ANTT, CC, P. I, Mç. 88, doc. 81
ANTT, CC, P. I, Mç. 88, doc. 89
ANTT, CC, P. I, Mç. 91, doc. 117
ANTT, CC, P. I, Mç. 93, doc. 109
ANTT, CC, P. I, Mç. 93, doc. 91
ANTT, CC, P. I, Mç. 94, doc. 50
ANTT, CC, P. I, Mc. 97, doc. 77
ANTT, CC, P. I, Mç. 99, doc. 154
ANTT, CC, P. I, Mç. 99, doc. 27
ANTT, CC, P. II, Mç. 248, doc. 23

Fontes impressas

ANDRADA, Francisco de, *Crónica de D. João III*, Introdução e Revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello & Irmão, 1976.

Anedotas Portuguesas e Memórias Biográficas da Corte Quinhentista. Istorias e Ditos Galantes que sucederão e se disseram no Paço, Leitura do texto, introdução, notas e índices por Christopher C. Lund, 1980.

Arte Nova e Curiosa para Conserveiros Confeiteiros e Copeiros, Estudo e Actualização do Texto de Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Sintra, Colares Editora, 2001.

BAIÃO, José Pereira, *Portugal Cuidadoso, e Lastimado com a vida, e Perda do Senhor Rey Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria: Historia Chronologica de suas Acções e Successos desta Monarquia*, Lisboa, António de Sousa da Silva, 1737.

BRANDÃO, João (de Buarcos), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, organização e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Horizonte, 1990.

CARNEIRO, Pero de Alcáçova, *Relações de [...] Conde de Idanha, do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568)*, publicação, revisão e notas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937.

Ditos Portugueses dignos de Memória. História Íntima do século XVI, edição anotada e comentada por José Hermano Saraiva, Mem Martins, Europa-América, 1980.

Documentos Inéditos para a História do Reinado de D. Sebastião, publicados por Joaquim Veríssimo Serrão, Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. XXIV, 1958.

Gavetas (AS), da Torre do Tombo, 12 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1077.

HOLANDA, Francisco de, *Da Fábrica que falece à Cidade de Lisboa*, introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1984.

«Jóias e outros bens da Rainha D. Catarina no Arquivo Nacional da Torre do Tombo», in *Documentos para a História da Arte em Portugal*, orient. Raúl Lino e Luís Silveira, vol. 8, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1969.

LEÃO, Duarte, Nunez de, *Descrição do Reino de Portugal*, Lisboa, 1610.

Livro de cozinha da Infanta D. Maria, códice português IE33 da Biblioteca Nacional de Nápoles, prólogo, leitura, notas aos textos, glossários e índices de Giacinto Manuppella, Lisboa, 1986.

MACHADO, Diogo Barbosa, *Memorias para a História de Portugal que comprehendem o governo del rey D. Sebastião, Unico em o Nome, e Decimo Sexto entre os Monarchas Portugueses*, 4 tomos, Lisboa, Joseph António da Sylva, Regia Officina Sylviana, 1736-1751.

Maria (D.) de Portugal (1538-1577) Princesa de Parma – Monumenta Sparsa, dir. José Adriano de Freitas Carvalho, Porto, Centro Interuniversitário de História da Espiritualidade, 1998.

O Livro de Cozinha de Apício. Um breviário do gosto imperial romano. Introdução, Tradução e Comentários de Inês de Ornellas e Castro, Sintra, Colares Editora, 1997.

Obras de Luiz de Camões precedidas de um ensaio biográfico no qual se relatam alguns factos não conhecidos de sua vida, pelo Visconde de Jeromenho, vol. IV, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

OLIVEIRA, Cristovão Rodrigues de, *Lisboa em 1551. Sumário em que brevemente se contêm algumas coisas assim eclesiásticas como seculares que há na cidade de Lisboa (1551)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

ORTA, Garcia da, *Coloquio dos simples e drogas da índia*, 2 vols, ed. dirig. e anotada por Conde de Ficalho, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa, publicadas por António Caetano de Sousa, nova edição revista por Manuel Lopes de Almeida e César Pegado, 6 tomos e 1 Índice, Coimbra, Atlântida, 1946-54.

Relações de Pero de Alcáçova Carneiro, conde de Idanha do tempo que ele e seu pai, António Carneiro, serviram de secretários (1515 a 1568), revistas e anotadas por Ernesto de Campos de Andrada, Lisboa, Imprensa Nacional, 1937.

RESENDE, Garcia de, *Crónica de D. João II e Miscelânea por Garcia de Resende*, reprodução fac-similada da nova edição conforme a de 1798, prefácio por Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional-casa da Moeda, 1991.

RODRIGUES, Domingos Rodrigues, *Arte de Cozinha*, leitura, apresentação, notas e glossário por Maria da Graça Pericão e Maria Isabel Faria, [Lisboa], Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1987.

SOARES, Pero Roiz, *Memorial*, leitura e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Coimbra, Acta Universitatis Conimbricensis, 1953.

SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, prefácio e notas do prof. M. Sá da Costa, 2 vols., 2ªed., Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1951.

«Testamento da rainha D. Catarina» in *As gavetas da Torre do Tombo*, vol. VI Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1967, pp. 9-23.

VENTURINO, Giovanni Battista, «Viagem do Cardeal Alexandrino», publicada por Alexandre Herculano in *Opúsculos*, vol. IV, Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 347-358.

«Viagem a Portugal dos Cavaleiros Tron e Lippomani - 1580», publicada por Alexandre Herculano in *Opúsculos*, vol. IV, Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 365-368.

VICENTE, Gil, *Compilação de Todas as Obras de Gil Vicente*, Introdução e normalização do texto de Maria Leonor Carvalhão Buescu, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

Estudos

A Mesa dos Reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII), Coord. BUESCU, Ana Isabel, FELISMINO, David, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011.

Actas do Congresso Saberes e Sabores, coordenação de Helena Gil e Florinda Gomes, Direcção Regional da Cultura do Norte, 2006.

AGUILERA, César, *História da alimentação mediterrânica*, Lisboa, Terramar, 2001.

ALGRANTI, Leila Mezan, «Alimentação, Saúde e Sociabilidade: a Arte de Conservar e Confeitar os Frutos (séculos XV- XVIII)», *História. Questões e Debates*, n.º 42, Curitiba, 2005, pp. 33-52.

-----, «Rituais e protocolos das mesas reais no século XVIII», in *A Mesa dos Reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, Coord. BUESCU, Ana Isabel, FELISMINO, David, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 244-259.

ALVES, Ana Maria, «A etiqueta de corte no período manuelino», *Nova História – século XVI*, nº1, maio, 1984, pp. 5-26.

ALVES, José Felicidade, *O Mosteiro dos Jerónimos*, vol. I – *Descrição e Evocação*, vol. II – *Das Origens à Actualidade*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989, 1991.

ANDRADE, Manuel Vaz Ferreira de, *Palácios Reais de Lisboa (Os dois Paços de Xabregas, o de S. Bartolomeu e o de Alcáçova)*, Apresentação e Índices de Maria Abel e Carlos Consiglieri, 2ª edição, fac-similada da edição de 1949, Lisboa, Vega, 1990.

ANDRADE, Maria do Carmo Rebello de, «Artes de mesa e cerimoniais régios na corte do século XVI. Uma viagem através de obras de arte da ourivesaria nacionais», in *A Mesa dos Reis de Portugal, Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, Coord. BUESCU, Ana Isabel, FELISMINO, David, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 134-147.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, *A Misericórdia de Vila Viçosa: de finais do Antigo Regime à República*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa, 2010.

-----, «O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna», in *Cadernos do Noroeste*, Série História 3, 20 (1-2), 2003, pp. 341-409.

ARAÚJO, Norberto de, *Peregrinações em Lisboa*, vol. V, Lisboa, Veja, 1992.

ARNAUT, Salvador Dias, *A arte de comer em Portugal na Idade Média (Introdução a O «Livro de Cozinha» da Infanta D. Maria de Portugal)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.

AUGUSTO, Sara Manuela Ribeiro Martins, «No Reino da Ficção: o Espaço e a Literatura Conventuais», *Actas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*, 2008, pp. 1330-1350.

AVELAR, Ana Paula, *D. Catarina de Áustria. A junco imperial: 1507-1578*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2011.

----, *D. João III. O Piedoso: Dinastia de Avis 1521-1557*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2009.

AZEVEDO, Maria Antonieta Soares de, «Contador-mor», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 172-173.

BARBOSA, I. de Vilhena, «Defesa marítima de Lisboa», in *Archivo Pittoresco*, vol. V, Lisboa, Typographia de Castro Irmão & C. ^a, 1862, pp. 233-234.

----, «Palácios Reaes: Fragmentos de um roteiro de Lisboa», in *Archivo Pittoresco*, vol. IV, Lisboa, Typographia de Castro Irmão & C. ^a, 1861, pp. 167-168; 182-183.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Rainhas de Portugal: estudo histórico com muitos documentos*, cap. XXI, Lisboa, Livros Horizonte, 2009, pp. 335-359.

BERTINI, Giuseppe, «O livro de cozinha de Maria de Portugal e a cozinha da corte em Bruxelas e em Lisboa ao tempo das suas núpcias com Alexandre Farnésio», *Oceanos*, nº 21, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 119-125.

BLUTEAU, Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 8 vol., 1712 – 1728.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, «A Alimentação das Minorias no Portugal Quinhentista», *Do Primeiro Almoço à Ceia. Estudos de História da Alimentação*, Sintra, Colares Editora, 2004, pp. 11-34.

----, «A Casa da Rainha D. Catarina e as dádivas ao clero», sep. de *Itinerarium. Revista quadrimestral de cultura publicada pelos Franciscanos de Portugal*, Ano XXXV, nº 133-134, janeiro-agosto, 1989, pp. 96-123.

----, «A circulação e a distribuição dos produtos», in *Nova História de Portugal. Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (coord.) João José Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 195-247.

----, «À Mesa com Grão Vasco. Para o Estudo da Alimentação no século XVI», *Mathesis*, vol. 16, Viseu, 2007, pp. 9-59

----, «Dos tachos e panelas aos açucareiros e bules. Recipientes para confeccionar e servir alimentos em Portugal na época moderna», *História: Questões e Debates*, nº 54, Curitiba, 2011, pp. 71 – 101.

-----, «O “deve” e o “haver” da Casa da Rainha D. Catarina (1525-1557)», in *Arquivo do Centro Cultural Português*, vol. XXVIII, Lisboa – Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

-----, «Ovos, Ovos, Ovos e mais Ovos – Cultura, Economia, Dietética e Gastronomia», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 13, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2013, pp. 399-432.

BRAGA, Paulo Drumond, *D. João III*, Lisboa, Hugin, 2002.

-----, «Fornecimentos de pergaminho, papel e tinta a diversos serviços da administração (Fevereiro de 1521)», separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXIX, 1994, p. 213-228.

BRANDÃO, Mário, «Uma carta à cerca da viagem do cardeal Alexandrino a Portugal», *Biblos: revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, vol. II, Coimbra, 1926, pp. 401-409.

-----, *O Colégio das Artes (1555-1580)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1933.

BRITO, A. da Rocha, “Uma carta de boticário no século XVI”, *Coimbra Médica*, 1 (6), 1934, pp. 373-377.

BUESCU, Ana Isabel, «À mesa do rei. Cultura alimentar e consumo no século XVI», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 304-317.

-----, *Catarina de Áustria (1507-1578) – Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007.

-----, *D. João III (1502-1557)*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008.

-----, «Festas régias e comunicação política no Portugal moderno (1521-1572)», *Comunicação e Cultura*, nº10, 2010, pp. 35-55.

-----, «Os santos na Corte de D. João III e de D. Catarina», *Lusitânia Sacra*, 28, Julho-Dezembro de 2013, pp. 49-72.

----- e FELISMINO, David, «Sobre a construção de um campo historiográfico», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 14-24.

CÂNDIDO, Guida da Silva, “O contributo das fontes paleográficas para o estudo da História da alimentação: o caso do Livro de Superintendência de Cozinha do Real Colégio de São Pedro de Coimbra (séc. XVII)”, *Actas do I Colóquio Luso-Brasileiro de História da Alimentação*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2014, (no prelo).

CARDIM, Pedro, «A corte régia e o alargamento da esfera privada», in *História da vida privada em Portugal, A Idade Moderna*, dir. José Mattoso, coord. Nuno Gonçalo Monteiro, Lisboa, Círculo de Leitores | Temas e Debates, 2010, pp. 160-201.

CARVALHO, Artur Marquês de, *Do mosteiro dos Jerónimos de Belém, termo de Lisboa*, Lisboa, 1990, pp. 181-184.

CARVALHO, M. A., PEREIRA JÚNIOR, A., «Nutrição e estados de humor: da medicina chinesa antiga, à neurociência», *Revista Simbio-Logias*, vol. I, nº 1, 2008, pp. 35-50.

CASTILHO, Júlio de, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1893.

----, *Lisboa Antiga. Segunda Parte. Bairros Orientais*, revista e ampliada pelo autor e com anotações de Augusto Vieira da Silva, vol. XI, Lisboa, S. Industriais da C. M. L., 1938.

CASTRO, Aníbal Pinto de, «Físicos, cirurgiões e boticários nas naus dos Descobrimentos», in *Arquipélago. História*, 2ª série, IV, nº 2, 2000, pp. 535-550.

CHARTIER, Roger, «As práticas da escrita», in *História da Vida Privada. Do Renascimento ao século das Luzes*, dir. Philippe Ariès e Georges Duby, Lisboa, Edições Afrontamento, 1990, pp. 123-124.

CID, Pedro de Aboim Inglez, *A Torre de São Sebastião da Caparica e a arquitectura militar do tempo de D. João II*, Lisboa, Instituto de História de Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL - Edições Colibri, 2007.

COELHO, Maria Helena da Cruz, «A pesca fluvial na economia e sociedade medieval portuguesa», in *Cadernos Históricos*, 6, “Actas do Seminário Pescas e navegações na história de Portugal (século XII a XVIII)”, Lagos, 1995.

----, «Quaresma», *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, (dir.) Carlos Moreira de Azevedo, vol. 4, Lisboa, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 86-87.

CONSIGLIERI, Carlos, «A dissolução das relações feudais na Lisboa do século XVI», in *Revista de História*, vol. 8, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1988, pp. 185-202.

CORREIA, António Augusto, Mendes, «A lealdade de uma rainha portuguesa», *Revista de Estudos Históricos*, vol. 2, nº 1/3, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1925, pp. 168-189.

CRESPO, Jorge, «A construção da mesa do rei», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 226-237.

CRUZ, Maria Augusta Lima, *D. Sebastião*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006.

CRUZ, Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo, *As regências na menoridade de D. Sebastião. Elementos para uma história estrutural*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992.

----, *D. Sebastião. O desejado: Dinastia de Avis 1557-1578*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 2009.

CRUZ, Marques, *À mesa com Luís Vaz de Camões ou o romance da cozinha no Portugal das Descobertas*, Sintra, Colares Editora, 1998.

CUNHA, Mafalda Soares da, «Mesa e aprovisionamento na Casa dos duques de Bragança. Orgânica interna e cerimonial», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 64-81.

CUNHA, Rosalina B. da Silva, «Subsídios para a história da conservação do peixe em Portugal do século XII ao XVI», Coimbra, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXIX, 1972, pp. 29-39.

DIAS, João José Alves, *Gentes e Espaços em torno da população portuguesa na primeira metade do século XVI*, vol. I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian e Junta nacional de Investigação Científica e Tecnológica, pp. 197-238.

-----, «Un Banquet Royal au Portugal au XVIe siècle», *La Sociabilité à Table. Commensalité et Convivialité à Travers les Âges*, Rouen, Publications de l'Université, 1993, pp. 155-158.

DIAS, José Pedro Sousa, *A farmácia em Portugal. Uma introdução à sua história, 1338-1938*, Lisboa, Associação Nacional das Farmácias, 1994.

-----, «Documentos referentes à botica da Casa Real no Arquivo Histórico do Ministério das Finanças», in *Medicamentos, História e Sociedade*, Nova Série, Lisboa, Ano IV, nº 5, 1995, pp. 9-11.

-----, *Droguistas, boticários e segredistas: ciência e sociedade na produção de medicamentos na Lisboa de setecentos*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian | Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2007.

-----, *Homens e medicamentos. Uma introdução à História da Farmácia, da Farmacologia e da Terapêutica. Parte I. O legado terapêutico da Antiguidade. Do primeiro milénio a.C. ao século XVI*, Lisboa, Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, 2005.

DIAS, Pedro, «A arquitectura do gótico final e a decoração manuelina», in *História da Arte em Portugal. O Manuelino*, vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa, 1993.

DUARTE, Marco Daniel, «A narrativa pictórica do banquete do rei nos séculos XVII e XVIII», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 406-419.

-----, «*Sacrum convivium*. Formas e conteúdos da ceia do rei de Portugal na Idade Moderna a partir de figurações icónicas», *De Arte*, 4, 2005, pp. 89-120.

-----, «Entre a Mesa do Rei e o Altar de Deus. O Aparato Cénico da Mesa Real através da Pintura dos séculos XV a XVIII», in *Actas do Congresso Saberes e Sabores*, coordenação de Helena Gil e Florinda Gomes, Direcção Regional da Cultura do Norte, 2006, pp. 97-123.

ELIAS, Norbert, *A Sociedade de Corte*, Lisboa, Estampa, 1986.

---- *O processo civilizacional. Investigações sociogenéticas e psicogenáticas*, 2 vols., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.

F., A. J. de, «Lisboa em 1584», in *Archivo Pittoresco*, vol. VI, Lisboa, Typographia de Castro Irmão & C. ^a, 1863, pp. 78-80; 85-87; 91-94.

FARIA, José de Cisneiros e, «Uma botica do século XVIII», in *Notícias Farmacêuticas*, Coimbra, 1935.

FELISMINO, David, «Dieta e gosto na mesa régia. Notas sobre dietética e alimentação na corte portuguesa (séculos XVII-XVIII)», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 350-380.

FERRO, João Pedro, *Arqueologia dos hábitos alimentares*, Lisboa, D. Quixote, 1996.

FLANDRIN, Jean-Louis, «Condimentação, cozinha e dietética nos séculos XIV, XV e XVI», in *História da Alimentação– Da Idade Média aos tempos actuais*, vol. II, Lisboa, Terramar, 2001, pp. 95-110.

GIMENO BLAY, Francisco, «Aprender a escribir en la Península Ibérica: De la Edad Media Al Renacimiento», in *Escribir y ler en Occidente*, Departamento de Historia de la Antigüedad y de la Cultura Escrita, Valencia, Universitat de València, 1995, pp. 125-144.

---- *Las llamadas ciencias auxiliares de la historia: errónea interpretation?: consideraciones sobre el método de investigación en paleografía*, Diputación Provincial, Zaragoza, Institución Fernando El Católico, 1986.

GOODY, Jack, *A lógica da escrita e a organização da sociedade*, Lisboa, Edições 70, 1986.

GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Lisboa, Difel, 1995.

----, «Os convivas do rei e a estruturação da corte (séculos XIII a XVI)», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 26-43.

GOMES, Saul António, «A criação de Hermes numa Coleção de Documentos Antigos...», in *Catálogo da Exposição Documental do Legado do Prof. Doutor Isaías da Rosa Pereira*, Coimbra, 2000.

GONÇALVES, Iria, «A mesa itinerante dos nossos primeiros reis», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 286-303.

----, «À mesa, com o rei de Portugal (séculos XII-XIII)», Porto, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª série, XIV, 1997, pp. 15-32.

----, «Mordomos», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 343-344.

HERCULANO, Alexandre, «1578. Aspecto de Lisboa ao ajuntar-se e partir a armada para a jornada de Alcácer-Quibir», in *Opúsculos*, vol. IV, Organização, Introdução e Notas de Jorge Custódio e José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, 1985, pp. 359-364.

JACINTO GARCÍA, L., *Comer como Deus manda*, Lisboa, Editorial Notícias, 2000.

JORDAN, Annemarie, *A Rainha colecionadora – Catarina de Áustria*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2012.

-----, «Catarina de Áustria: colecção e kunstkammer de uma princesa renascentista», *Oceanos*, nº 16, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1993, pp. 62-70.

-----, «O Maneirismo e o retrato de corte em Portugal: as fontes, as inovações e a importação de um estilo», in *A pintura maneirista em Portugal. Arte no tempo de Camões*, (coord.) PAULINO, Francisco de Faria e SERRÃO, Vítor, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 114-121.

-----, «Queens of the seas and overseas. Dining at the table os Catherine os Austria, Queen of Portugal», in *Mesas reais europeias. Encomendas e ofertas Royal and Princely tables on Europe. Comissions and gifts tables royales en Europe. Commandes et cadeaux*, coord. Leonor d’Orey, Lisboa, Instituto Português de Museus, 1999, pp. 14-43.

-----, «Reliquias de los Habsburgo y conventos portugueses – El patronazgo religioso de Catalina de Austria», in *Juana I en Tordesillas: su mundo, su entorno*, dir. Miguel Angel Zalama Rodríguez, 2010, pp. 215-238.

-----, *Retrato de corte em Portugal. O legado de António Moro (1552-1572)*, Lisboa, Quetzal, 1994.

-----, PÉREZ DE TUDELA, Almudena, «Exotica Habsburgica: La Casa de Austria y las colecciones exóticas en el Renacimiento temprano», in *Oriente en Palacio. Tesoros asiáticos en las colecciones reales españolas*, Madrid, Patrimonio Nacional, 2003, pp. 27-44.

LABRADOR ARROYO, Félix, «A função integradora da Casa Real Portuguesa de D. João I a D. Filipe I (1385-1598)»

http://ciencia.urjc.es/bitstream/10115/11850/1/1_Arroyo.pdf - 15/01/2014

-----, «La Casa de la Reina Catalina de Portugal: estrutura y facciones políticas (1550-1560)», in *Miscelânea Comillas. Revista de Ciencias Humanas y Sociales*, nº 118, vol. 61, enero-junio, 2003, pp. 203-252.

-----, «La evolución del servicio de la mesa en la casa de las reinas hispanas durante el siglo XVI», in *Le tavole di corte tra Cinquecento e Settecento*, dir. Andrea Merlotti, Roma, Bulzoni Editore, pp. 125-150.

LANGHANS, Franz Paul de Almeida, «Meirinho», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 245.

----, «Ofícios», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 432-433.

LAVRADOR, José Luís Pimentel, *Ao Sabor da Bíblia*, Figueira da Foz, Casino Figueira, 2011.

LIMA, Américo Pires de, «A botica a bordo de Fernão de Magalhães», *Separata dos Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*, vol. IV, Porto, 1942, pp. 33-109.

LOBO, Jerónimo, *Itinerário e outros Escritos Inéditos*, Barcelos, Livraria Civilização - Editora, "Biblioteca Histórica - Série Ultramarina", 1971.

LOURENÇO, Maria Paula Marçal, «A casa das Rainhas e a formalização das sociedades de corte (1640-1754): etiqueta, cerimónias e práticas rituais», *Biblos. Revista da Universidade de Coimbra*, LXVII, Coimbra, 2002, pp. 301-330.

----, «Mulheres e homens ao serviço da Casa de D. Catarina de Áustria: estatuto, prestígio e poder (1525-1578)», *Revista Portuguesa de História*, t. XXXVI, vol. 1, 2002-2003, pp. 367-390.

----, «O séquito e a Casa de D. Catarina de Áustria: a Família Real, a Índia e os grupos de poder», in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento* (Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002), ed. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Centro de História de Além-Mar e Centro de Estudo dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, 2004, pp. 175-184.

----, «Os séquitos das Rainhas de Portugal e a influência dos estrangeiros na construção da "sociedade de corte" (1640-1754)», *Penélope*, nº 29, 2003, pp. 49-82.

----, «Ser rainha de Portugal nos alvares da Modernidade: imagem, símbolo e poder», *Separata de Cadernos do Noroeste, Revista do Centro de Ciências Históricas e Sociais da Universidade do Minho*, Série História 3, vol. 20 (1-2), Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2003, pp. 601-616.

---- e PINTO, Ricardo Fernando, «A mesa das rainhas de Portugal (séculos XV-XVIII): etiqueta e simbólica», *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 260-283.

MALACARNE, Giancarlo, *Sulla mensa del principe. Alimentazione e banchetti alla Corte dei Gonzaga*, Modena, Il Bulino, 2000.

MARQUES, A. H. Oliveira, «Uma descrição de Portugal em 1578-80, apresentação, transcrição do documento, tradução do italiano e notas», *Nova História – século XVI*, nº1, maio, 1984, pp. 83-143.

MARTINHO, Bruno A., «Pôr a mesa no Paço da Ribeira. Espacialidades e encenações da refeição no interior do palácio régio», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 116-133.

MATTOS, Gastão de Mello de, «Alcaide», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 81.

MATTOSO, José, *A escrita da História: teoria e métodos*, Lisboa, Estampa, 1997.

MEGIANI, Ana Paula, «Entre comidas públicas e merendas íntimas: alimentação, cerimonial e etiqueta de mesa no tempo dos Filipes», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp.208-225.

Memorial de Pero Rois Soares, leitura e rev. de Lopes de Almeida, Coimbra, Acta Universitatis Portucalensis, 1953.

MIRANDA, Maria Adelaide, SOUSA e Luis Correia de, «A «mesa do rei» como metáfora do poder», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 382-405.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo, «Cozinha, «família» e cavaliariças: padrões de consumo da aristocracia de corte em Portugal no século XVIII», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 100-114.

MOSER, Jorge de, «Lourenço de Sauzedo, pintor da Rainha D. Catarina», *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. II, nº 1, 1950, pp. 27-31.

NETO, João, «A botica do Real Mosteiro de S. Vicente de Fora», in *Medicamentos, História e Sociedade*, Nova Série, Lisboa, Ano III, nº 4, 1994, pp. 9-11.

OLIVEIRA, João Carlos, «A Alimentação», in *Nova História de Portugal. Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (coord.) João José Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999, pp. 618-627.

PALLA, Maria José, «Encenação de Terça-Feira de Entrudo na corte – *Auto dos Físicos* de Gil Vicente», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 317-335.

-----, «Melancolia e rituais carnavalescos na “Farsa dos Físicos” de Gil Vicente», *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Natureza, Técnica e Cultura*, Lisboa, nº 15, 2002, pp. 101-118.

PEREIRA, Ana Marques, *Mesa Real. Dinastia de Bragança*, [Lisboa], Inapa, 2000.

-----, «“Ofícios de boca” na Casa Real Portuguesa (séculos XVII e XVIII)», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 82-99.

PEREIRA, Fernando António Baptista, «O retrato de D. Sebastião do Museu Nacional de Arte Antiga. Uma leitura iconológica», *Prelo*, nº 11, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, abril – junho de 1986, pp. 53-66.

PEREIRA, Paulo, «Arquitectura Portuguesa, 1400-1550», in *No Tempo das Feitorias – A Arte Portuguesa na Época dos Descobrimentos*, vol. I, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura | Instituto Português dos Museus, 1992.

-----, «A conjuntura artística e as mudanças de gosto», in *História de Portugal, No alvorecer da modernidade*, (dir.) José Mattoso, (coord.) Joaquim Romero Magalhães, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 423-467.

PIMENTEL, Alberto, «De Xabregas à Póvoa de Santa Iria», *Oceanos*, nº 7, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 1991, pp. 97-119.

PINTO, Carla Alferes, *A infanta Dona Maria de Portugal (1521-1577): O mecenato de uma princesa renascentista*, Lisboa, 1998.

-----, *História da Farmácia*, Coimbra, Edições Minerva, 2007.

-----, BANDEIRA, Ana Maria, «Sequestro dos bens do Colégio de Jesus de Bragança - aspecto particular da sua botica», in *Brigantia*, 10 (23), Bragança, 1990, pp. 187-211.

RAMALHO, Américo da Costa, *A Infanta D. Maria e o seu tempo*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra | Instituto de Estudos Clássicos, pp. 173-189.

RÊGO, António da Silva Rêgo (dir.), *Documentos Remetidos da Índia ou Livros das Monções*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, vol. IX, 1953.

ROCHE, Daniel, *História das coisas banais*, Lisboa, Editorial Teorema, 1998.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., «A mesa, o leito, a arca e a mula. Como se provia ao sustento e itinerância das rainhas de Portugal na Idade Média», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 44-63.

-----, «A Produção» in *Nova História de Portugal. Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (coord.) João José Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999, 165-181.

RODRIGUES, José Albertino, «Ecologia urbana de Lisboa na segunda metade do século XVI», *Análise Social*, vol. VIII, nº 29, 1970, pp. 96-115.

RODRIGUES, Lisbeth de Oliveira, *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480-1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha*, vol. I, Tese de Doutoramento em História da Idade Moderna, Braga, Universidade do Minho, 2013.

ROQUE, Mário, «Físicos, cirurgiões, boticários e barbeiros que na sua maior parte viveram em Lisboa nos séculos XVI e XVII», *Sep. Anais*, 2ª série, 29, Academia Portuguesa de História, 1984, pp. 121-136.

SÁ, Artur Basílio de, «Molucas», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 328-329.

SÁ, Isabel dos Guimarães, «Coisas de princesas: casamentos, dotes e enxovais na família real portuguesa (1480-1580)», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 10, Tomo I, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 97-120.

-----, «O rei à mesa entre o fim da Idade Média e o Maneirismo», in *A mesa dos Reis em Portugal – Ofícios, consumos, cerimónias e representações (séculos XIII-XVIII)*, coord. Ana Isabel Buescu e David Felismino, Lisboa, Temas e Debates | Círculo de Leitores, 2011, pp. 188-207.

-----, “The uses of luxury: some examples from the Portuguese courts from 1480 to 1580”, *Análise Social*, vol. XLIV (192), 2009, pp. 589-604.

SABUGOSA, Conde de, *Donas de Tempos Idos*, Lisboa, Livraria Ferreira, 1912.

SANTOS, Maria José Azevedo, *Assina quem sabe e lê quem pode. Leitura, transcrição e estudo de um rol de moradias da casa da rainha D. Catarina de Áustria (1526)*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 2004.

-----, «A Escrita serve à Mesa», *Actas do Congresso Saberes e Sabores*, coordenação de Helena Gil e Florinda Gomes, Direcção Regional da Cultura do Norte, 2006, pp. 23-65.

-----, *Jantar e Cear na Corte de D. João III*, leitura, transcrição e estudo de dois livros de cozinha do Rei (1524 e 1532), Câmara Municipal de Vila do Conde, Vila do Conde - Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2002.

-----, «O mais antigo livro de cozinha português – receitas e sabores», in *A Alimentação em Portugal na Idade Média. Fontes – Cultura – Sociedade*, Coimbra, 1997, pp.66-101.

-----, «Vinho, pescado, fruta e outras viandas em tempos medievais», in *A Alimentação em Portugal na Idade Média. Fontes – Cultura – Sociedade*, Coimbra, 1997, pp.67-84.

-----, «O peixe e a fruta na alimentação da corte de D. Afonso V – Breves notas», *Brigantia*, nº 3, vol. 3, Bragança, julho-setembro 1983, pp. 307-343.

SARTI, Rafaella, *Casa e Família. Habitar, Comer e Vestir na Europa Moderna*, tradução de Isabel Teresa Santos, Lisboa, Estampa, 2001.

SENOS, Nuno, «As moradias lisboetas de D. Leonor», in *Casa Perfeitíssima – 500 anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus 1509-2009*, Lisboa, IMC, 2009, pp. 101-105.

-----, *O Paço da Ribeira: 1501-1581*, Lisboa, Editorial Notícias, 2002.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, «Catarina de Áustria», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 24-25.

-----, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião (1568-1578)*, 2ª edição corrigida e aumentada, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1987.

SERRÃO, Vitor, «A decoração dos pintores maneiristas Gaspar Dias e Gaspar Cão no Antigo Paço de Enxobregas (1572-1579), in *Casa Perfeitíssima – 500 anos da fundação do Mosteiro da Madre de Deus 1509-2009*, Lisboa, IMC, 2009, pp. 107-123.

----, *A pintura maneirista em Portugal*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1991, pp. 54-56.

----, «Lourenço de Salzedo en Roma. Influencia del Maneirismo romano en la obra del pintor de la reina Catarina de Portugal», *Archivo español de arte*, vol. 76, 303, 2003, pp. 249-265.

----, «O programa de D. Catarina para o retábulo da capela-mor de Santa Maria de Belém (1568-72)», *Penélope*, 21, 1999, pp. 33-61.

SILVA, Alberto Carlos Correia da, *Farmácia História e profissão. Colectânea de estudos e ensaios*, Ordem dos Farmacêuticos, Lisboa, 1998.

----, «Inventário de uma botica conventual do século XVIII, Separata dos *Anais da Faculdade de Farmácia do Porto*, vol. XXXII, Porto, 1972, pp. 121-146.

SILVA, A. Vieira, «O Mosteiro da Esperança», *Revista Municipal - Publicação Cultural da Câmara Municipal de Lisboa*, nº 45, 2º trimestre, 1950, pp. 11-22.

SILVA, J. Alves da, «Frei Cristovão dos Reis. Carmelita Descalço, farmacêutico, botânico e administrador da botica do convento bracarense de N. S. do Carmo», Separata de *Notícias Farmacêuticas*, Ano X, nº 5 e 6, Coimbra, 1944, pp. 265-282.

SILVA, Luisa Stella de Oliveira Coutinho, «O pensamento político na época de Catarina de Áustria e as mulheres no Governo», *RIDB*, Ano 2 (2013), nº 10, pp. 11639-11681.

SUBTIL, José, «O Estado e a Casa da Rainha: entre as vésperas do terramoto e o pombalismo», in *Politeia – História e Sociedade*, Vitória da Conquista, vol. 8, nº 1, 2008, pp. 129-163.

TORRES, Ruy d'Abreu, «Casa das Rainhas», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 230-232.

----, «Moradias», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. IV, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, p. 342.

----, «Vedores da fazenda», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. VI, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 261-262.

TRINDADE, António de Oriol e, «Jerónimo de Ruão e o programa arquitectónico da capela-mor do Mosteiro de Santa Maria de Belém» in Maria José Redondo e Vitor Serrão (eds.), *O largo tempo do Renascimento, Arte, propaganda e poder*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2008, pp. 459-534.

VELOSO, José Maria de Queirós, «A política Castelhana da Rainha D. Catarina de Áustria. O casamento da filha com o filho de Carlos V», in *Estudos Históricos do século XVI*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1950, pp. 17-133.

----, *D. Sebastião: 1554-1578*, Empresa Nacional de Publicidade, 1935.

VIDAL, Angelina, *Lisboa Antiga e Lisboa Moderna*, Lisboa, Veja, 1994.

VIEIRA, Alberto, «As Ilhas e a expansão da cultura e tecnologia da cana-de-açúcar no Atlântico nos séculos XV a XIX», in *Revista Labor & Engenho*, vol. 1, nº1, Funchal, 2007.

----*Canaviais e açúcar no espaço insular atlântico – questões de meio ambiente e Técnica*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico.

<http://www.madeira-edu.pt/Portals/31/CEHA/bdigital/hsugar-sugambiente2.pdf>

15/01/14

Obras de referência

AZEVEDO, Carlos Moreira de, dir. *Dicionário de história religiosa de Portugal*, vols. I-IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000-2001.

BLUTEAU, Raphael, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...* Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

CAPPELLI, Adriano, *Cronologia, cronografia e calendário perpetuo dal principio dell' era cristiana ai nostri giorni: tavole cronológico-sincrone e quadri snottici per verificar ele date storiche*, Milano, Ulrico Hoepli, 1988.

CHEVALIER, Jean; GHERBRANT, Alain, *Dicionário de símbolos, mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números*, Círculo de Leitores, 1997.

Dicionário de História de Portugal, 6 vols., dir. de Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992.

FLANDRIN, Jean-Louis, MONTANARI, Massimo, *História da Alimentação*, 2 vols., Lisboa, Terramar, 1998-2001.

História de Portugal, No alvorecer da modernidade, (dir.) José Mattoso, (coord.) Joaquim Romero Magalhães, vol. 3, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

MACHADO, José Pedro, *Grande dicionário da língua portuguesa*, Publicações Alfa, 1991.

Nova História de Portugal. Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (coord.) João José Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal, O século de Ouro (1495-1580)*, vol. III, 2ª ed., Lisboa, Verbo, 1980.

VITERBO, F. S. Sousa, *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, pp. 419-424.

VITERBO, Joaquim de Santa Rosa, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 2 vols., Porto | Lisboa, Livraria Civilização, 1993.

Anexos

Glossário

Este glossário compõe-se de vocábulos presentes na fonte estudada e que se encontram ao longo deste trabalho. As fontes utilizadas são:

F. S. Sousa Viterbo, *Diccionario historico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou a serviço de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1904, pp. 419-424.

Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*, 2 vols., Porto | Lisboa, Livraria Civilização, 1993.

José Pedro Machado, *Grande dicionário da língua portuguesa*, Publicações Alfa, 1991.

Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra*, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

AÇAFATE – Cesto de vime de bordo baixo, sem asas nem arco.

AÇAFRÃO – Planta da espécie *crocus sativus*. É uma planta tintureira, originária da Ásia, cujas flores servem para obter a cor amarela utilizada como corante ou pigmento, nas artes e indústria e como condimento em culinária. É igualmente empregue com fins medicinais.

ACHAS – Lenha.

AÇÚCAR ROSADO – Açúcar manipulado com essência de rosas.

ÁGUA ROSADA – Água de rosas; solução alcoólica de essência de rosas, muito diluída em água.

ALCAPARRAS – Planta hortense da família das caparidáceas. Produz uns pequenos pés com botões verdes que antes de se abrirem em flor, colhem-se e põem-se em conserva para servir de “adubos”, ou seja, como condimento e tempero.

APENAR – Contratar para trabalhar.

ASADO GRANDE – Vaso com asas.

AZEMÉIS – O mesmo que almocreve.

AZÉMOLAS – Besta de carga.

BATEL – Embarcação fluvial. O mesmo que bateira ou embarcação mais pequena que barca.

BESTAS – Animal que se pode cavalgar.

BEXIGAS – Cada um dos sinais que a varíola deixa na cútis. Doença conhecida que cobre o couro de bostelas, produzindo pequenos abscessos com impressões corrosivas na pele e que deixam pequenas cicatrizes.

BESUGOS – Peixe vulgar da ordem dos acantopterídeos de que há várias espécies.

BONINAS – Planta asterácea. O mesmo que *margarida-dos-prados* ou *boas-noites*.

BOTICA – Palavra derivada do grego *apothéke*, do castelhano *bote*. Recipiente de barro ou vidro, quase sempre redondo e alto onde os boticários conservam as suas drogas, xaropes, gomas e especiarias. Loja onde se vendiam os preparos relativos à saúde. Farmácia. “era huma casa para os doces e especiarias copas e adubos. A botica devia ser a casa em que estava o necessário para os enfermos”.

CABAZ – Cesto de junco, verga, cana, etc. geralmente com tampa e asa arqueada. Caixa de flha para transportar comida.

CALCITEIRO – Alfaiate que faz as calças.

CAMAREIRA-MOR – Dama que faz serviço na câmara da rainha. Dama viúva ou com título de marquesa, cujo ofício é servir a rainha, dar-lhe a comida, levantar a cauda quando sai, etc. Na corte portuguesa é a maior dignidade das damas do palácio.

CANASTRA – Cesta larga e baixa, entretecida de verga.

CÂNTARO – Vaso grande, bojudo e com asa, para transportar líquidos. Meio almude.

CAPELA – Propriedade vincular, inalienável e intransmissível, destinada à celebração perpétua de missas e outros legados pios. Geralmente instituída em vida do doador, mediante contrato com a entidade que fornecia os capelães ou através de testamento, afetando bens de raiz ou os seus rendimentos. Podia contemplar a alocação de um espaço próprio no interior da igreja: esta acepção, constitui um lugar de sepultura com obrigação de missas e serviço de culto.

CARRETOS – Ato de acarretar. Frete. Ato de trazer ou levar algo em carro.

CECÉM – Açucena. Lírio.

CHEIROS – Ervas usadas nos cozinhados para lhe dar um sabor agradável e podem ser coentros, salsa, hortelã, orégãos, tomilho, poejo, manjerona, alho e cebola, além do sumo de limão, de laranja azeda e agraço, e do vinagre. A estes junta-se pimenta, mostarda, cominhos, gengibre, cravo-da-índia, noz-moscada, canela, açafraão e caril.

CHOCOS – Molusco cefalópode. Siba.

CLISTERES – Injeção de água ou de outro líquido que se colocava no reto por meio de uma seringa e que tinha propriedades medicamentosas. Também assume o nome de “ajuda” ou, em sentido lato, “mezinha”. Os clisteres podem ser alimentícios, simples ou medicamentosos, consoante as substâncias que os compõe. Medicamento que estimula a defecção. Também se designa por clister o instrumento que ministra a “ajuda”.

COELHEIRA – Sítio onde se criam coelhos.

CONSERVA – Substância alimentar conservada por qualquer sistema. Líquido ou calda em que se conserva essa substância.

COPA – Compartimento ou armário onde se guardam os géneros alimentícios, louças, talheres, roupas de mesa, etc. e onde se fazem alguns serviços domésticos. Aparador. Baixela. Serviço de mesa.

DECOADAS – Água decoada da barreira; cinzas fervidas para limpar objetos de metal.

DOBRADAS – Parte das vísceras do boi ou da vaca para guisar.

DOMAIROS – Trabalhadores à semana. Domário é igual a semana. Hebdomadário, o que serve, por semana, aos divinos ofícios.

ERVA-DOCE – Planta apiácea. O mesmo que anis.

ESFOLAR – Tirar a pele. Escoriar.

ESPETOS – Instrumento de ferro em que se enfiam carne ou peixe para assar.

ESTANHO – Alfaias em estanho (pratos, terrinas...)

ESTEIRAS – Tecido de junco, tábua e outras palhas para cobrir o pavimento.

FATO – Conjunto de haveres, produtos, bagagem.

FÍSICO – Nome dado aos que exerciam medicina. Médico.

FRANGÃOS – Frangos grandes e capados.

FRUTA NOVA – A primeira da época.

FRUTA PARA O PRATO – Fruta para se comer durante a refeição.

GUARDA-REPOSTA – O que tinha a seu cargo os doces e pósteres para a mesa real. Parece corresponder ao latino “reposita servans”.

LÁPAROS – Coelho pequeno.

LIAR – Atar, ligar.

MANTEEIRO – Remete para repositario que é o mesmo que reposteiro.

MANTEIGUILHAS – Produto aromático em que entram essências extraídas de flores. Composição que se faz com maçã, gordura de cabrito e óleo de jasmim ou de laranja, junquilhos, angélicas, etc. *Unguentum*, ou *medicamentum melinum, adorarum*.

MARRECA – Fêmea de pato de pequenas dimensões. Anas querquedula. Os machos têm cabeça castanha com lista branca. As asas são ornadas de verde e a barriga salpicada de preto.

MEIRINHO – Homem que tem o poder maior para administrar e fazer justiça.

MERCÊS – Concessão de uma graça, benefício, favor.

MERENDA – Refeição ligeira a meio da tarde. O que se come entre o jantar e a ceia.

MONTEIRO – Guarda de montados, matas, coutados. Caçador de monte.

MOSTARDA – Semente da mostardeira com vinagre ou mosto. Serve de condimento na culinária.

MUGES – Peixe acantopterígio.

NOGADOS – Doce feito com nozes e mel.

OBREIAS – Folha delgada de massa de farinha sem fermento usada para fazer hóstias, para envolver medicamentos e para colar papéis.

ODRES – Espécie de vasilha de couro da pele do gado caprino, semelhante a um saco atado pela boca e estanque, destinado exclusivamente ao transporte de líquidos.

PAÇOS – Residência real ou palácio.

PÂMPANO – Peixe semelhante à choupa dos mares da China e da Índia.

PANOS D'ARMAR – Construção provisória para abrigo, geralmente feita de madeira ou lona.

PATACÕES – Moeda de cobre da época de D. João III.

PATENÇAS – Peixe pleuronecto. Espécie de solho.

PERDIGÕES – Machos das perdizes.

QUARTAS – Quarta parte do arrátel, da vara e do alqueire.

RÁBANOS – Planta brassicácea cuja raiz é comestível. Raiz do rábano.

RECÂMARA – Quarto de vestir, gabinete, guarda-roupa.

REQUEIXO – Homem que guarda a lenha, o vinagre, o azeite e as especiarias.

RODOVALHOS – Peixe do mar. Aparência chata, costas pardas, boca grande e sem dentes. Também designado pregado.

RUIVO – Peixe acantopterígio, de cabeça grande e pele vermelha no dorso e cabeça.

REPOSTEIRO – Oficial, dependente ou criado, a cujo cargo corre o cuidado e adorno da casa ou de um serviço dela, como as camas, a capela ou a prata.

SALSAPARRILHA – Primeiramente conhecido por sarça parrilha, ou seja, silva a modo de parra. Espécie de silva grande e espessa, cujas raízes são compridas. Era dada ao sífilíticos através de apozemas, cozimentos, xaropes, pós, conserva, trociscos, bocados, bolos ou pílulas. A salsaparrilha é sudorífica e defecativa.

SANGRADOR – Aquele que faz sangrias. Barbeiro.

SEIRA – Saco de esparto em que se mete a azeitona moída para a espremer. Cesto ou cabaz que serve ordinariamente para conter fruta. Cabaz para transporte ou acondicionamento.

SIBA – Molusco cefalópode marinho que tem por tipo o choco.

SUMAGRE – Planta que nasce em terreno pedregoso da qual se extrai uma goma que colocada na cova do dente retira a dor. O sumagre dá um fruto de gosto azedo e que antigamente era usado como substituto do sal. As folhas e casca desta planta serviam não só para tinturaria, depois de trituradas, mas igualmente para curtir couros.

TAINHAS – Peixe ciprinídeo.

TIGELA – Recipiente côncavo e sem asas, usado geralmente para líquidos.

TREMPE – Aro ou triângulo de ferro que assenta sobre três pés e sobre o qual se coloca a panela ao lume.

TUTANOS – Medula do osso.

VEDOR – O mesmo que antigamente dapifer e hoje mordomo-mor. Assim consta de uma carta d'el Rei D. João III.

Imagens

Fonte das imagens: Annemarie Jordan, *Retrato de corte em Portugal. O legado de António Moro (1552-1572)*, Lisboa, Quetzal, 1994.



Figura 1 – O Paço da Ribeira e o Terreiro do Paço. Dirck Stoop, século XVII, Museu da Cidade, Lisboa.



Figura 2 - D. Catarina de Áustria, Rainha de Portugal (1524-1578). António Moro (1552), Museu do Prado, Madrid.



Figura 3 – Retrato de D. João III. António Moro, 1552. Fundación Lazaro Galdiano, Madrid.



Figura 4 - Retrato do Príncipe D. João de Portugal. António Moro e Alonso Sánchez Coello (1552), coleção de S. Majestade a Rainha, Hampton Court Palace, Inglaterra.



Figura 5 - Retrato de D. Joana de Áustria com pajem negro. Cristóvão de Morais (1553), Musées Royaux des Beaux-Arts de Belgique.



Figura 6 - Retrato de D. Sebastião de Portugal com armadura. Cristóvão de Morais (1572), coleção particular, Espanha.



Figura 7 - D. Catarina de Áustria com Santa Catarina. Atribuído a Cristóvão Lopes (1552-1571), cópia de um original de António Moro, Convento da Madre de Deus, Lisboa.



Figura 8 - Retrato de D. João III com S. João Baptista. Atribuído a Cristóvão Lopes (1552-1571), cópia de um original de António Moro, Convento da Madre de Deus.



Figura 9 - Retrato da Imperatriz Isabel de Portugal. Ticiano (1548), Museu do Prado, Madrid.



Figura 10 - Retrato do Infante D. Carlos de Espanha. Alonso Sánchez Coello (1557), Museu do Prado, Madrid.



Figura 11 – Retrato de Filipe II após a Batalha de S. Quintino. António Moro (1557), Mosteiro do Escorial, Espanha.



Figura 12 - Retrato de Carlos V com armadura. Anónimo, cópia de um original de Ticiano (1530-1533).
Kunsthistorisches Museum, Innsbruck.



Figura 13 – Retrato de D. Sebastião de Portugal. Cristóvão de Morais (1571), Museu Nacional de Arte Antiga.



Figura 14 - Infanta D. Maria de Portugal. António Moro (1552), Convento das Descalzas Reales, Madrid.

Servidores da Casa da Rainha no Livro de D. Catarina de Áustria
Correspondências com os Livros de Moradores de 1568, 1572 e 1575

QUADRO DE MORADORES

SERVIDORES LIVRO DA CASA DA RAINHA	Livro Moradores	Livro Moradores	Livro Moradores
1571	1568	1572	1575
AGUADEIROS			
Estevão Fernandez			
João Dias			
Pedro Fernandez			
AIAS			
Francisca Freire			
ALCAIDE			
ALFAIATE			
Duarte Lopez	*	*	*
APOSENTADOR			
Fernão Galego			
AZEMÉIS			
Domingos Fernandez			
Francisco Fernandez			
Francisco Gonçalvez o Farro			
Fruitozo Gonçalvez	* moço estrebaria		
Gaspar Fernandez	* moço estrebaria		
João Fogaça (homem com cavalo)		*pagem	*pagem

Pedro Fernandez o Castilhano			
Pedro Gonçalvez			
CABREIRO			
António Fernandez			
CALCITEIRO			
João Nunez			
CAMAREIRA-MOR			
CAPELÃES			
Baltazar Fernandez		*	*
Diogo Calado			*
Diogo de Brito			
Eitor de São Paio		*	*
Jerónimo Borges			*
Jerónimo Franco (tesoureiro da capela)		*	*
Manuel Lopez		*	*
CONTADOR			
Francisco d'Almeida			
COPEIRO			
Francisco Ferreira		*	*
COZINHEIROS			
António Simões	*	*	*
Baptista Leitão	* assador	* assador	* assador
Belchior Gonçalvez	* moço de cozinha	* moço de cozinha	* moço de cozinha
Bento Dias	*	*	*
Daniel da Veiga	*	*	*
Domingos Fernandez (aposentado da cozinha)	* assador	* assador	* assador
Domingos Lourenço			

Domingos Tavares			
Francisco Lopez (confeiteiro)		*	*
Francisco Luís	*	*	*
Jorge Gonçalves			
Roque da Veiga (porteiro da cozinha)		*reposteiro câmara	*reposteiro
Simão d'Évora	* moço de cozinha	*	* moço de cozinha
DESPENSEIRO-MOR			
Fernão Roiz			
DONAS DA CÂMARA			
Ana d'Andrade	*	*	*
Antónia Vieira		*	*
Camila Correia		*	*
Leonor d'Araújo	*	*	*
Mísia Nunez (responsável da botica)			
Mónica da Fonseca	*	*	*
DONAS DE HONOR			
Leonor de Milão			*dama
DONZELAS			
Ana d'Aragão	*	*	
Joana de Crasto	*	*	
ENFERMEIRA			
Perpétua Lopez	*	*	*
ESCRAVAS			
Jerónima de Santo Agostinho			
Luísa da Conceição			
Pelonia da Cella			

ESCRIVÃES			
Catarina da Silva			
Constantino			
João d'Almeida (escrivão do Tesouro)		*	*
Jorge Pinheiro (escrivão da Matrícula)	*		*
ESCRIVÃO DA COZINHA			
ESTRIBEIROS			
João de Onesta (moço de estrebaria)		*	*
João Freire (moço de estrebaria)		*	*
Martim Vaz		*reposteiro câmara	
Miguel de Sunhiga (estribeiro-mor)		*	*
GUARDA DAS DAMAS			
Cristovão de Maraboto	*	*	*
GUARDA REPOSTE			
HOMEM DA RECÂMARA			
Fernão de Crasto		*	*
HOMENS DAS ANDAS			
Baltazar Dias			
Bertolameu Afonso			
Cristovão Gonçalves			
Francisco Pereira			
João Alvarez	* moço estrebaria		
Pedro d'Alva			
HOMENS DAS COMPRAS			
Miguel Fernandez			
Salvador Gonçalves			

LATOEIRO			
Belltenas			
LAVADEIRAS			
Antónia Luís		*da roupa da câmara	*da roupa da câmara
Joana Antunes (responsável das coadas)			
LEITEIRO			
Domingos Gonçalves			
MANTEIRO			
Vicente Trigueiro			*
MEIRINHO			
João Velho			
MERCEEIRO			
Florestão d'Orta			
MOÇAS DA CÂMARA			
Joana da Costa	*	*	
Leonor da Costa		*	*
Maria Lopez ?			
MOÇA DO GUARDA-ROUPA			
Maria Gonçalves ?			
MOÇOS DA CÂMARA			
Francisco Godinho			
Luís Franco			
Vasco Lourenço			
MOÇOS DA CAPELA			
MOÇOS DO MONTE			
MONTEIRO			
MULHERES DA CÂMARA			

Ana de Morais			
Isabel da Gama		*	*
Maria Vidal		*	*
PAGEM			
Dom Francisco			
PORTEIROS			
PORTEIRO DAS DAMAS			
Gomez de Sequeira		*	
PREGADOR			
REPOSTEIROS			
Francisco Machado (reposteiro de cama)		*	
Gaspar Fernandez		* de estrado	* de estrado
Gaspar Nunez	* de estrado	* de estrado	* de estrado
Giraldo Castilho		* de estrado	* de estrado
João de Perallta (reposteiro de cama)	*porteiro da câmara	*	*de camas
Tomé Fernandez	*		*
REQUEIXO			
TRABALHADORES			
António Fernandez			
António Fernandez o Velho			
TRINCHANTE DAS DAMAS			
João Lopez			
VARREDORES			
Galega			
Joana Rameres a Castilhana (limpar casa de S.A.)			
João de Lima			

Jordão			
Julião			
Jurda			
Manuel d'Elvas			
VEDOR			
VENDEDORES			
Ana Fernandez (vendedora de rosas)			
Gaspar Gonçalvez (hortelão)			
Margarida Francisca (vende para a botica)			
Maria Fernandez (vendedora de rosas)			
SEM INDICAÇÃO DE OCUPAÇÃO			
Bárbara (ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 143)			
Bento Vaz			
Branca Fernandez (mulher de Tomé Fernandez)			
Catarina Jerónima			
Catarina Soares (mulher pobre)			
Catarina da Silva (ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 143)			
Catarina de Mendonça (ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 143)			
Catarina de São Pedro (ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 143)			
Catarina Jerónima			
Cristovão de Balltenas			
Genebra Gonçalves			
Gonçalo Fernandez o Velho			
Guiomar Coelha			
Isabel Gomez			

Isabel Roiz			
Joana Jorge (ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 143)			
José Correia			
Leonor da Silva			
Leonor Fernandes (ANTT, CC, P. I Mç.88. doc. 81)			
Margarida Correia			
Margarida Preta (ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 143)			
Maria Bulhosa			
Maria Ferreira			
Maria Gonçalves (ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 143)			
Pedro Fernandez, o Castilhano			
Pedro Lopez			
Rodrigues Chocarreiro			
Romão (ANTT, CC, P. I, Mç. 110, doc. 143)			
Soares Chocarreiro			
Sousa			

Medidas de Capacidade

TABELA DE CONVERSÃO DE MEDIDAS

Nomes das Medidas				Equivalências em litros
Para vinho	Índices	Para azeite	Índices	
Almude	1			16,95
Meio almude	0,5	Alqueire	1	8,475
		Meio-alqueire	0,5	4,238
Canada	0,083	Canada	0,166	1,413
Meia canada	0,042	Meia-canada	0,083	0,706
Quartilho	0,021	Quartilho	0,042	0,353
Meio quartilho	0,011	Meio-quartilho	0,021	0,177

Fonte: Isabel Mendes Drumond Braga, «A circulação e a distribuição dos produtos», in *Nova História de Portugal. Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (coord.) João José Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

TABELA DE CONVERSÃO DE PESOS

Nomes dos Pesos				Índice em arráteis	Equivalência em quilos
Quintal				128	58,752
Meio-quintal				64	29,376
Quarto-de-quintal	Arroba			32	14,688
	Meia-arroba			16	7,344
	Quarto de arroba			8	3,672
	Oitavo de arroba			4	1,836
	1/16 de arroba			2	0,918
	1/13 de arroba	Arrátel		1	0,459 kg
		Meio-arrátel		0,5	0,230
		Quarto de arrátel		0,25	0,115
		Oitavo de arrátel		0,125	0,057
		1/16 de arrátel	Onça	0,0625	0,029
			Meia-onça	0,03125	0,014
			Quarto de onça	0,015625	0,007
			Oitavo de onça	0,0078125	0,004
			1/16 de onça	0,000625	0,002

Fonte: Isabel Mendes Drumond Braga, «A circulação e a distribuição dos produtos», in *Nova História de Portugal. Portugal: do Renascimento à Crise Dinástica*, (dir.) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (coord.) João José Alves Dias, vol. V, Lisboa, Editorial Presença, 1999.

Gráficos e Tabelas

Consumos e Despesas no Livro de D. Catarina de Áustria

Carne		
Tipo	Número de Ocorrências	Despesa em Reais
Bicos (de Carneiro)	1	100
Cabritos	60	10770
Carneiros (kilogramas)	978	67438
Fersura	9	200
Leitão	1	130
Língua de vaca	3	200
Ossos	4	200
Pastéis (cozer)	5	220
Tutanos	2	320
Vaca (kilogramas)	1646	46801
Vitela	5	15300

Tabela 1 – Consumos e despesas de carne.

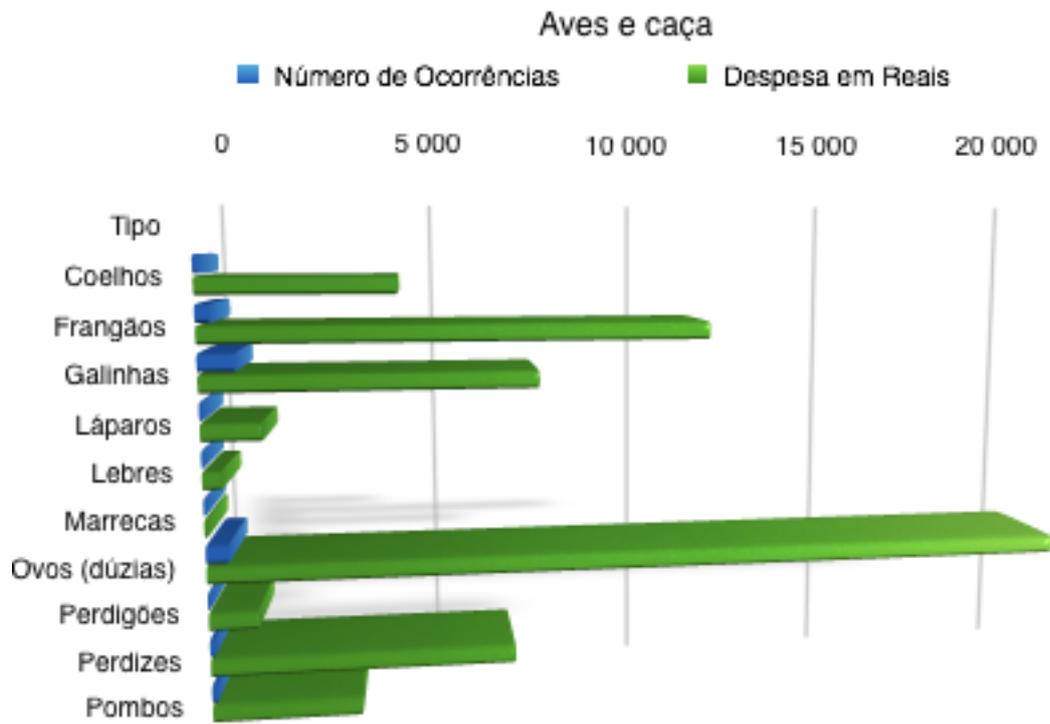


Gráfico 1 - Consumos e despesas de aves e caça.

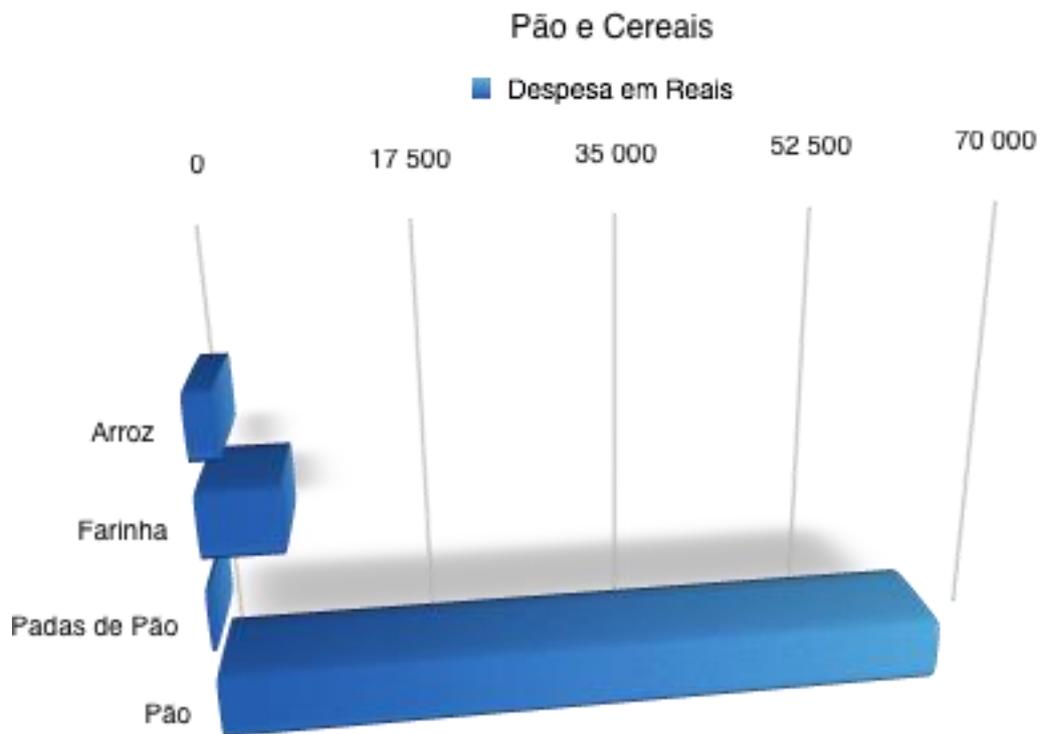


Gráfico 2 - Despesas de pão e cereais.

Pescado		
Tipo	Quantidade	Despesa em Reais
Azevias	168	760
Besugos	114	1330
Cabrinhas	21	700
Chocos	6	40
Linguados	649	23120
Mugens	582	4915
Pâmpano	10	280
Patênças	2	310
Pescadas	97	11373
Rodovalhos	3	640
Ruivo	1	120
Salmonete	64	1120
Sáveis (postas)	36	930
Sáveis	113	15410
Sibas	1	60
Tainhas	48	1200

Tabela 2 – Consumos e despesas de pescado.

Verduras e Legumes

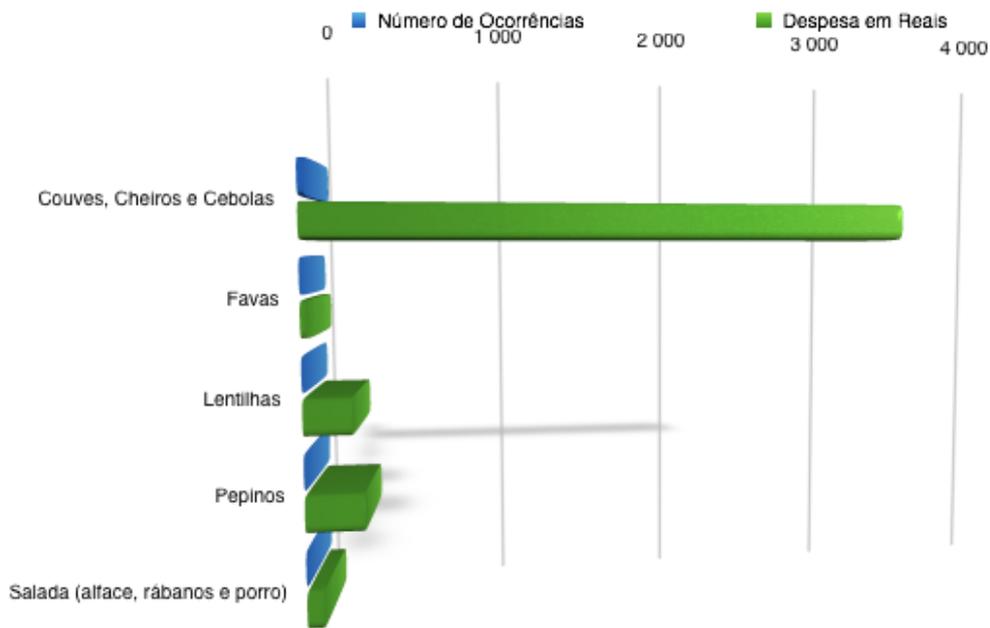


Gráfico 3 – Consumos e despesas de verduras e legumes.

Condimentos, Gorduras, Ervas e Especiarias

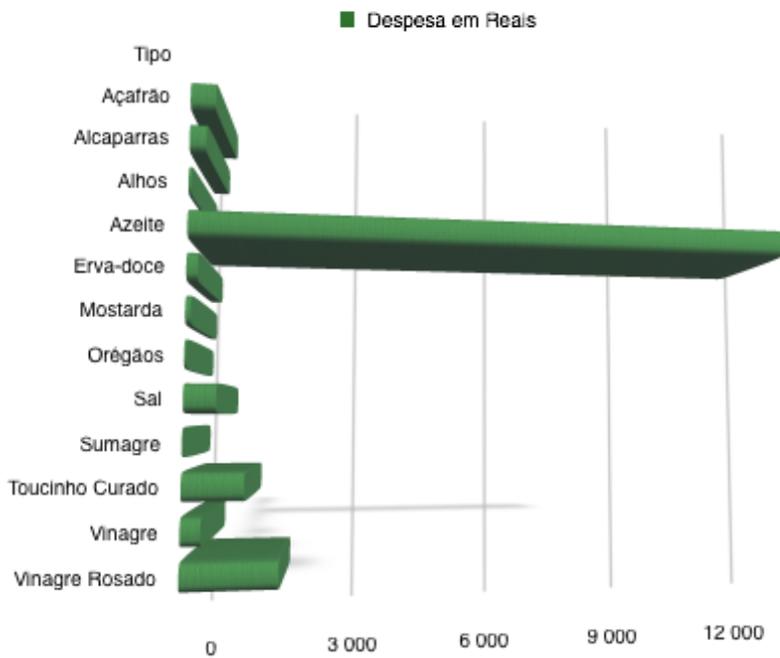


Gráfico 4 – Despesas de condimentos, gorduras, ervas e especiarias.

Açúcar		
Tipo	Quantidade em arráteis	Despesa em Reais
Açúcar da Ilha da Madeira	81	8626
Açúcar do Brasil	109	7070

Tabela 3 – Consumos e despesas de açúcar.

Laticínios		
Tipo	Quantidade	Despesa em Reais
Leite (canadas)	131	3084
Queijos	825	16693
Queijos de Inglaterra	6	800
Queijos do Alentejo	5	780
Queijos frescos	144	584
Requeijões	24	450
Natas (púcaros)	24	240

Tabela 4 – Consumos e despesas de laticínios.

Vinho		
Tipo	Quantidade em Canadas	Despesa em Reais
Vinho	254	5081
Vinho Branco para Conserva	4	96

Tabela 5 – Consumos e despesas de vinho.

Alfaias de cozinha		
Tipo	Quantidade	Despesa em Reais
Alguidar	6	162
Azado	1	15
Barris para conserva	2	140
Cabaz grande	1	140
Canastras	8	1380
Carvão	6	260
Cordel	1	30
Cutelos (ocorrências)	3	160
Esteiras	1	11746
Facas	6	120
Fogareiro	2	40
Louça (ocorrências)	5	4164
Odres	1	200
Panelas	20	276
Púcaros de barro	62	612
Seira	1	20
Tigelas	28	140
Vassouras	38	340

Tabela 6 – Consumos e despesas de alfaias de cozinha.

Ofícios e mesteres

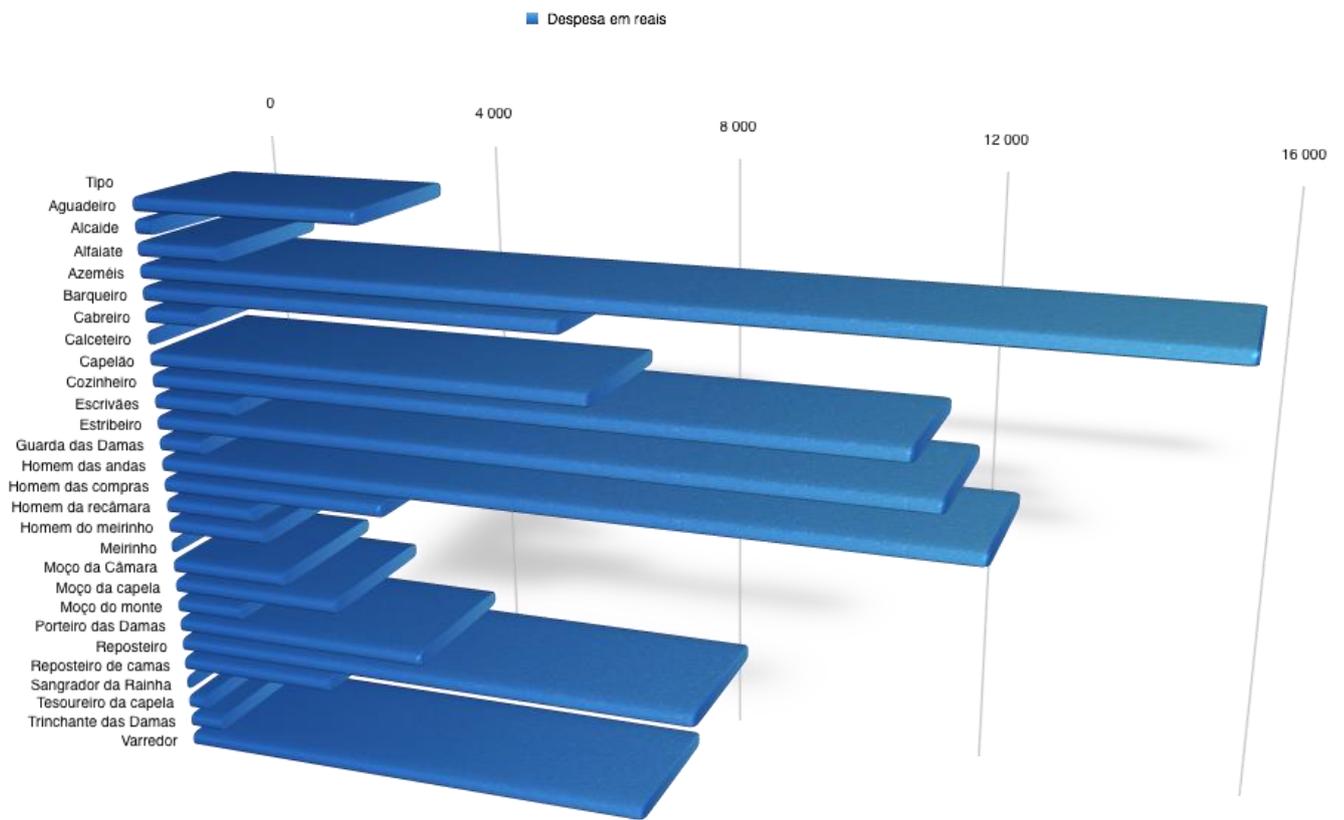


Gráfico 5 – Despesas de ofícios e mesteres.

Fonte Documental

Trascrição do manuscrito do Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Núcleo Antigo 786. Publicado em: Maria José Azevedo Santos «A Escrita serve à Mesa», *Actas do Congresso Saberes e Sabores*, coordenação de Helena Gil e Florinda Gomes, Direcção Regional da Cultura do Norte, 2006, pp. 23-65. Reproduzida, aqui, integralmente, sem alterações, com conhecimento da Autora.

[fl. 2]

Terça-feira primeiro de Maio

Item a hum barqueiro que levou hos panos d'armar e mesas e outras cousas do serviço da Rainha d'Emxobreegas a Bellem quatrocentos rs. _____ IIII.^c rs.

Item a dous homens que caregaarão ho dito fato e o tornaram a caregar e descaregar em Belem cem rs. _____ C^{to} rs.

Item por compra de cemto e cimquenta queijos dous mill rs. _____ II rs.

Item huum cabrito duzentos e sesenta rs. _____ II.^c LX.^{ta} rs.

Item dous pombos oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.

Item d'esfollaarem dous carneiros corenta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item de pão que falltou cimquenta e seis rs. _____ L.^{ta} bI rs.

Item a Rodrigues Chocarreiro trezentos rs. que S.A. lhe mandou dar pera jamtar deu recado ho veador _____ III.^c rs.

Item ha molher e filho de Gaspar Nunez reposteiro que foi de S.A: quatrocentos e oitenta rs. por trimta e dous arrates de carneiro a quinze por hũa recepta feita neste dia _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.

Dom Antonio

3\$716

[fl. 2v.] Item pera o vinho do preegador e monteiro corenta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item a Francisca Freire aia de Don'Ana d'Aragão e Antonia Vieira e Perpetua Lopez e Maria Vidall e Luiza da Conceição a todas cimquo coremta e tres galinhas por duas receitas do primeiro dia deste mes ate dez dias delle tres mill quatrocentos e coremta rs. a oitenta [a] galinha _____ III IIII.^c R.^{ta} rs.

Item a Amtonia Luis lavamdeira oitenta reais por hũa galinha que vay nas ditas receitas _____ LXXX.^{ta} rs.

Item a Pedro Lopez de pão que deu na despesa neste dia trezentos e dezaseis reais _____ III.^c XbI rs.

Item allqueire e meio de farinha trezentos reais _____ III.^c rs.

Item coremta duzias d'ovos a coremta e seis mill e oitocentos e coremta reais _____ I bIII.^c R.^{ta} rs.

Item seis talhas de lenha de forno setecentos e vimte reais a cemto e vimte reais [a] talhabII.^c XX rs.

Item do barqueiro que ha levou da cidade a Enxobreegas cemto e coremta rs. _____ C.^{to} R.^{ta} rs.

Item a hum homem que ha meteo no barquo vimte reais _____ XX rs.

Dom Antonio

6\$896

[fl. 3] Item seis duzias de masans a trimta, cemto e cimquenta reais _____ C.^{to} L rs.

Item duas duzias de cordas pera liar as canastras e fato que foy pera Belem cemto e oitota reais _____ C.to LXXX.ta.
Item trezentos preegos pera armar as casas de Belem cemto e vimte reais _____ C.to XX rs.
Item de pregos mais gramdes e pequenos cem reais pera armar _____ C.to rs.
Item de fio e agulhas per'armar vimte e cimquo reais _____ XXb rs.
Item hum azado gramde oite[n]ta reais pera botiqua _____ LXXX.ta rs.
Item hũa quarta de mostarda oite[n]ta reais _____ LXXX.ta rs.
Item meio cemto de limois cemto e dez reais _____ C.to X rs.
Item meia aroba d'amemdo a sese[n]ta novecentos e sesemta reais _____ IX.c LX.ta rs.
Item hũa aroba d'aroz a vimte e cimquo oitocentos reais _____ bIII.c rs.
Item de couves e cheiros noventa e hum reais _____ L R.ta I rs.
Item doze vasouras de pallma cemto e vinte _____ C.to XX rs.
Item quatro pombos cemto e sesenta reais _____ C.to LX.ta rs.
Item doze queijos a vimte e cimquo trezentos reais _____ III.c rs.
Dom Antonio 3\$276

[fl. 3v.] Item de caretos cimquoenta reais _____ L.ta rs.
Item tres perdizes todas juntas duzentos e vimte e cimquo reais _____ II.c XXb rs.
Item a hum barqueiro que levou ho fato da Rainha a recamara a Belem setecentos reais _____
_____ bII.c rs.
Item a outro barqueiro que levou ho fato da despesa trezentos reais _____ III.c rs.
Item a outro barqueiro que levou ho faato da camareira mor que ho veador mandou pagar seiscentos reais _____ bI.c rs.
Item a outro barqueiro que levou ho fato da botiqua seiscentos reais _____ bI.c rs.
Item a outro barqueiro que levou ho fato das damas seiscentos reais _____ bI.c rs.
Item a outro barqueiro que trouxe ho faato da capella seiscentos reais _____ bI.c rs.
Item a outro barqueiro que levou ho faato da cozinha seiscentos reais _____ bI.c rs.
Item a quimze homens que embarqaaram ho faato em Belem e desembarquaram em Enxobregas dous mill e quatrocentos rs. _____ $\bar{\text{II}}$ IIII.c rs.
Item a hum homem que meteo a lenha na cozinha em Belem cimquoenta reais _____ L.ta rs.
Dom Antonio 6\$725

[fl. 4] Item a dous homens que caregarão a palha e cevada em Emxobregas e a levaram ao barquo e a tornaaram a descaregar em Bellem trezentos reais _____ III.c rs.
Item a um reposteiro que foi apenar os barquos por mamdado do veador coremta reais _____

_____ R.^{ta} rs.
Item a homze do meirinho Johão Velho que servirão S.A. em Belem quinhentos e
cimquoenta reais a cimquoenta reais a cada hum _____ b.^c L.^{ta} rs.
Item ao meirinho pera vinho vimte reais _____ XX rs.
Item a Martim Vaz estribeiro de S.A: pera jantar sesemta reais _____ LX.^{ta} rs.
Item a Tome Fernandez reposteiro pera pagar caretos cimquoenta reais por mamdado do
veador _____ L.^{ta} rs.
Item a dous varedeiros pera jantarem sesemta reais _____ LX.^{ta} rs.
Item dum fogareiro e carvão pera a botiqua sete[n]ta _____ LXX.^{ta} rs.
Item de sete bestas que levarão os cozinheiros d'Emxobregas a Bellem quatrocentos e
vimte reais _____ IIII.^c XX rs.
Item a Johão Lopez trinchamte das [damas] pera jantar sesenta reais _____ LX.^{ta} rs.
Item a dous homens da recamara e ao porteiro das damas e guarda das damas pera
jantarem duzentos e coremta reais a coremta reais a cada hum _____ II.^c R.^{ta} rs.
Dom Antonio 1\$870

[fl. 4v.] Item a homze azemeeis e hum homem das compras pera jantarem quatrocentos e
oite[n]ta reais _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.
Item a dous moços do monte pera jantarem oite[n]ta reais _____ LXXX.^{ta} rs.
Dom Antonio 560

[fl. 5] Quarta-feira 2 dias
Item de meterem ho fato da capella no barquo pera Belem coremta reais _____ R.^{ta} rs.
Item por compra de dezanove galinhas doze a cento e coremta e sete a cento e trimta dous
mill e quinhentos e noventa reais _____ II b^c L R.^{ta} rs.
Item doze framgãos a coremta quatrocentos e oite[n]ta reais _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.
Item duas perdizes cento e sesenta reais _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
Item dous cabritos a duzentos e coremta quatrocentos e oite[n]ta reais _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.
Item cimquo laaparos a coremta duzentos reais _____ II.^c rs.
Item dous coelhos a sete[n]ta cento e coremta reais _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
Item seis cordas pera liar ho faato da botiqua cento e vimte reais _____ C.^{to} XX rs.
Item dous allguidares vidrados pera a botiqua que forão a Belem cento e coremta reais _____
_____ C.^{to} R.^{ta} rs.
Item tres coelhos cento e sesenta reais _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
Item duas canastras pera o faato da despesa duzentos e corenta reais _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item meio cabrito sete[n]ta reais _____ LXX.^{ta} rs.

Dom Antonio _____ 4\$820

[fl. 5v.] Item seis duzias de masans pera o praato cemto e cimquenta reais _____ C.^{to} L.^{ta} rs.
Item dous fogareiros pera a botiqua trinta rs. _____ XXX rs.
Item duas panellas pera a botiqua trinta rs. _____ XXX rs.
Item de careto de Lixboa a Enxobregas setenta _____ LXX.^{ta} rs.
Item dous cargos de lousa pera Bellem mill oitocentos reais _____ $\bar{\text{I}}$ bIII.^c rs.
Item do barqueiro que ha levou a Bellem cemto e setenta reais _____ C.^{to} LXX.^{ta} rs.
Item de a meterem no barquo coremta reais _____ R.^{ta} rs.
Item do barquo ha despensa de Bellem trinta reais _____ XXX rs.
Item vimte e tres galinhas pera a Rainha a cemto e cimquenta tres mill e quatrocentos e
cimquenta reais _____ $\bar{\text{III}}$ IIII.^c L rs.
Item hum cabrito trezentos reais _____ III.^c rs.
Item hum allqueire de lemtilhas duzentos e coremta reais _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item hum allqueire d'amexias passadas duzentos _____ II.^c rs.
Item hũa canastra pera a despensa cemto e vimte reais _____ C.^{to} XX rs.
Item de pão que se comprou na prasa quatrocentos reais _____ IIII.^c rs.
Item de couves e cheiros cemto e coremta e tres _____ C.^{to} R.^{ta} III rs.

Dom Antonio _____ 7\$173

[fl. 6] Item oito galinhas a cemto e cimquenta mill e duzentos reais _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.
Item dezaseis duzias d'ovos a cimquenta duzia oitocentos reais _____ bIII.^c rs.
Item duas perdizes cemto e oitenta reais _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
Item de limois setenta reais _____ LXX.^{ta} rs.
Item de sall cemto e coremta reais _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
Item de caretos a Bellem cem reais _____ C.^{to} rs.
Item do barqueiro que levou a Bellem a cevada e palha quinhentos e cimquenta reais _____
_____ b.^c L.^{ta} rs⁷⁰⁴.
Item a dezaseis moços da camara novecentos e sesemta reais a sesemta reais a cada hum
para jantarem em Bellem _____ IX.^c LX.^{ta} rs.
Item a quinze reposteiros seiscentos reais a corenta reais a cada hum para jantarem _____
_____ bI.^c R.^{ta} rs.
Item a quatro moços da capella cemto e sesenta reais a coremta reais a cada hum _____
_____ C.^{to} LX.^{ta} rs.

⁷⁰⁴ Segue-se um *item* riscado.

Item a doze cozinheiros seiscentos reais a cincoenta reais a cada hum _____ bI.^c rs.
Item a quatro porteiros duzentos e coremta reais a sesenta a cada hum _____ II.^c R.^{ta} rs.
Dom Antonio 5\$640

[fl. 6v.] Item por quatro arrobas e quatro arrateis de carneiro a doze mill e quinhentos e oitenta reais _____ $\bar{\text{I}}$ b.^c LXXX.^{ta} rs.
Item treze arrobas e doze arrateis e meio de vacua cinco mill e setecentos e vinte e quatro rs. _____ $\bar{\text{b}}$ bII.^c XXIII rs.
Item⁷⁰⁵ oito arrateis e meio de carneiro a quimze, cento e vinte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item a doze moços d'estribeira quatrocentos e oitenta rs. a coremta rs. a cada hum pera jamtarem _____ III.^c LXXX.^{ta} rs.

quinta-feira 3

Item a Pedro Lopez de pão que deu na praça trezentos rs. _____ III.^c rs.
Item sesenta quejos mill e quinhentos rs. _____ $\bar{\text{I}}$ b.^c rs.
Item hũa perdiz noventa rs. _____ LR.^{ta} rs.
Item seis duzias de masans cemto e cincoenta rs. _____ C.^{to} L.^{ta} rs.
Item dous fogareiros coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item hum allguidar cincoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
Item seis quartas noventa rs. _____ LR.^{ta} rs.
Item dum barqueiro que levou estas cousas a Bellem cemto e cincoenta rs. _____ C.^{to} L.^{ta} rs.
Dom Antonio 10\$374

[fl. 7] Item de caretos por terra a Belem setenta rs. _____ LXX.^{ta} rs.
Item de pão que se comprou na praassa em tres dias oitocentos e sesenta rs. _____
_____ bIII.^c LX.^{ta} rs.
Item ao porteiro das damas pera jantar corenta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item ao allcaide pera vinho vinte rs. _____ XX rs.
Item a honze homẽs do meirinho quinhentos e cincoenta rs. a cincoenta rs. a cada hum pera comerem _____ b.^c L.^{ta} rs.
Item a Johão Lopez trimchante das damas pera jantar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a dous homens da camara pera jamtarem cemto e vinte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item a Martim Vaz estribeiro pera jantar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a dous moços do monte pera jamtarem sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.

⁷⁰⁵ Segue-se: *Item aos frades de São Francisco he nada riscado.*

Item aos reposteiros pera jantarem seiscentos rs. a coremta rs. a cada hum _____ bI.^c rs.
Item a tres varedeiros pera jantarem sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Dom Antonio 2\$500

[fl. 7v.] Item ao guarda das damas pera jantarem sesenta _____ LX.^{ta} rs.
Item a hum homem das compras pera jantarem coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item de favas trimta rs. _____ XXX rs.
Item de sete queijos cemto e dez rs. _____ C.^{to} X rs.
Item de cozerem hos pasteis coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item de caretos vimte rs. _____ XX rs.
Item a dezaseis moços da camara pera jantarem novecentos e sesemta a sesenta a cada
hum _____ IX.^c LX.^{ta} rs.
Item a doze cozinheiros quinhentos rs. a coremta a cada hum e o cozinheiro mor sesemta
rs. _____ b.^c R rs.
Item a seis moços da capella duzentos e coremta a coremta rs. a cada hum _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item a dezaseis moços d'estrebaria seiscentos e coremta rs. a coremta rs. a cada hum _____
_____ bI.^c R.^{ta} rs.
Item a omze azemeis e homens que vieram com as amdas quatrocentos e coremta a
coremta rs. a cada hum _____ IIII.^c R.^{ta} rs.
Dom Antonio 3\$080

[fl. 8] Sesta-feira 4 dias
Item por compra de coremta galinhas a cemto e trinta rs. cimquo mill e duzentos rs. _____
_____ \bar{b} II.^c rs.
Item por treze framgãos a coremta rs. quinhentos e vimte rs. _____ b.^c XX rs.
Item a Perpetua Lopez enfermeira cimquo framgãos pera as doemtes duzentos rs. _____ II.^c rs.
Item vimte e hũa galinhas doze a cemto e vinte e nove a cemto e coremta e dous mill e
setecentos rs. _____ \bar{II} bII.^c rs.
Item dezaseis framgãos a coremta seiscentos e coremta rs. _____ bI.^c R.^{ta} rs.
Item hũa perdiz oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item hum cabrito duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item hũa leebre setenta rs. _____ LXX.^{ta} rs.
Item dous laaparos oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item a hum barqueiro que levou a roupa da Rainha a Bellem duzentos rs. _____ II.^c rs.
Dom Antonio 9\$930

[fl. 8v.] Item dez limgoados quatrocentos rs. _____ IIII.^c rs.
Item dez pescadas setecentos rs. _____ bII.^c rs.
Item hũa pescada ao mantieiro cemto e trimta rs. _____ C.^{to} XXX rs.
Item duas duzias e meia de pescadas fresquas quatro mill rs. _____ IIII rs.
Item duas duzias de limgoados grandes mill e duzentos rs. _____ I II.^c rs.
Item catorze limgoados mais quatrocentos e oitenta rs. _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.
Item de pão trezentos rs. _____ III.^c rs.
Item vint'oitto limgoados mais mill e quatrocentos rs. _____ I IIII.^c rs.
Item um rodovalho trezentos rs. _____ III.^c rs.
Item hum ruyvo cemto e vinte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item de rasão de Lianor Fernandez cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item cimquo arrateis de sereijas cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item dez duzias de peros duzentos e cimquoenta rs. a vinte e cimquo duzia _____ II.^c L.^{ta} rs.
Dom Antonio 9\$480

[fl. 9] Item perdigão cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item vinte e cimquo arrateis d'asuquar a sesenta e cimquo mill e seiscentos e vinte e cimquo rs. _____ I bI.^c XXb rs.
Item dum barqueiro que foi a Bellem com lousa duzentos e sesenta rs. _____ II.^c LX.^{ta} rs.
Item de lousa mais pera Bellem cemto e trinta _____ C.^{to} XXX rs.
Item dum barqueiro que foi de Bellem a Enxobregas com cousas da botiqua trezentos rs. _____ III.^c rs.
Item quarto allqueires de farinha a duzentos e vinte oitocentos e oitenta rs. _____ bIII.^c LXXX.^{ta} rs.
Item hũa besta que levou huom homem das compras da cidade a Bellem com allgũas cousas pera a despensa e o tornou a trazer mall desposto cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item de levarem allgũas cousas da botica d'Emxobregas a Belem novemta rs. _____ LR.^{ta} rs.
Item aos Padres Capuchos qu'estão doemtes no ospital dous laaparos coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item⁷⁰⁶ de cheiros coremta e cimquo rs. _____ R.^{ta} b rs.
Item a Johão Lopez trinchante das damas pera jamtar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item ao guarda das damas pera jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Dom Antonio 3\$690

⁷⁰⁶ Segue-se riscado: Item por compra de hũa vitela tres mill rs _____ IIII rs.

[fl. 9v.] Item ao porteiro das damas pera jantarem coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item a dous homẽes da recamara pera jantarem sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item ao alcaide de vinho pera jantarem vinte rs. _____ XX rs.
Item a homze homens do allcaide pera jantarem quinhentos e cimquoenta rs. a
cimquoenta rs. a cada hum _____ b.^c L.^{ta} rs.
Item a dous moços do monte pera jantarem oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item a homze azemeis pera jantarem quatrocentos e coremta a coremta rs. a cada huum
_____ IIII.^c R.^{ta} rs.
Item a dous varedeiros pera jantarem sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item de sibas sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item por compra de setenta e dous queijos mill e trezentos e dez rs. _____ Ī III.^c X rs.
Item a treze moços da camara pera vinho cento e trimta rs. _____ C.^{to} XXX rs.
Item dezaseis pescadas mill e quinhentos rs. _____ Ī b.^c rs.
Item duas galinhas gramdes pera a Rainha trezentos rs. _____ III.^c rs.
Item tres framgãos a coremta cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item hũa leebre oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item dez duzias d'ovos a cimquoenta quinhentos rs. _____ b.^c rs.
Item oito ovos mais trimta e dous rs. _____ XXXII rs.
Item de leite coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item a hum homem das compras pera jantarem coremta _____ R.^{ta} rs.
Dom Antonio 5\$362

[fl. 10] Item a Martim Vaz pera jantarem sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a doze cozinheiros pera jantarem quinhentos rs. _____ b.^c rs.
Item a cimquo porteiros pera jantarem trezentos rs. a sesenta rs. a cada hum _____ III.^c rs.
Item a quinze reposteiros pera jantarem seiscentos rs. a coremta _____ bI.^c rs.
Item a dezaseis moços d'estribeira seiscentos e coremta rs. a coremta rs. a cada hum _____
_____ bI.^c R.^{ta} rs.
Item a hum batel que trouxe de noite a Catarina da Sillva e seu marido e Johão de Lima de
Bellem a Enxobreegas e outras cousas da botiqua cemto e sesemta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
Item a seis moços da capella duzentos e coremta rs. a coremta rs. a cada huum pera
jantarem _____ II.^c R.^{ta} rs.
Dom Antonio 2\$500

[fl. 10v.]

Sabado 5 dias

Item cimquo cabritos tres a duzentos e corenta e dous a duzentos mill e cemto e vimte rs. $\bar{\text{I}}$ C.^{to} XX rs.

Item seis laaparos a coremta duzentos e corenta _____ II.^c R.^{ta} rs.

Item hum coelho setenta rs. _____ LXX.^{ta} rs.

Item quatro perdizes a oitenta trezentos e vimte _____ III.^c XX rs.

Item hũa lebre oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.

Item hũa vitela tres mill e quatrocentos e cimquoenta rs. _____ $\bar{\text{III}}$ IIII.^c L.^{ta} rs.

Item do concerto da vitela cemto e setenta rs. _____ C.^{to} LXX.^{ta} rs.

Item a Manuel d'Ellvas pera jamtar em Bellem trinta rs. _____ XXX rs.

Item de pão pera Bellem trezentos rs. _____ III.^c rs.

Item de pão pera Enxobreegas quinhentos rs. _____ b.^c rs.

Item de meterem a lenha no barquo pera Bellem cem rs. _____ C.^{to} rs.

Item de mostarda vimte rs. _____ XX rs.

Item trimta e seis postas de saavel que falltaarão em Bellem pera as raçois d'Emxobreegas novecentos e trimta rs. _____ IX.^c XXX rs.

Item por compra [de] hum savel pera a rasão do momteiro cemto e cimquoenta rs. _____
_____ C.^{to} L.^{ta} rs.

Dom Antonio

7\$480

[fl. 11] Item dez limgoados quatrocentos rs. _____ IIII.^c rs.

Item cimquo duzias e meia de limgoados pera Bellem pera a despensa de S.A. dous mill setecentos e cimquoenta rs. a quinhentos [a] duzia _____ $\bar{\text{II}}$ bII.^c L.^{ta} rs.

Item duas duzias de savens tres mill e seiscentos rs. a cemto e cimquoenta cada hum _____
_____ $\bar{\text{III}}$ bI.^c rs.

Item duas duzias d'azivias a oitenta cemto e sesenta _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.

Item de rasão de Lianor Fernandez cem rs. _____ C.^{to} rs.

Item dous cabritos trezentos rs. _____ III.^c rs.

Item hũa perdiz noventa rs. _____ LR.^{ta} rs.

Item dez duzias de masans a vimte e cimquo duzentos e cimquoenta rs. _____ II.^c L.^{ta} rs.

Item duas canastras que forão a Bellem pera o serviço da despensa cemto e setenta rs. _____
_____ C.^{to} LXX.^{ta} rs.

Item d'azeitonas cemto e cimquoenta rs. _____ C.^{to} L.^{ta} rs.

Item seis faaquas pera a mesa das damas cemto e vinte rs. _____ C.^{to} XX rs.

Item aos Padres de São Francisco de Lixa por quinze arates de carneiro que tem cada semana duzentos e cimquoenta rs. _____ II.^c L.^{ta} rs.

Item hum cento de limois cento e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Dom Antonio 8\$460

[fl. 11v.] Item hum cento de laranjas oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item tres queijos d'Allemtejo quatrocentos e oitenta rs. _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.
Item oitenta e hũa duzias d'ovos a coremta e seis [a] duzia tres mill setecentos e vimte rs.
e seis rs. _____ III bII.^c XXbI rs.
Item coremta e tres arates e meio d'asuquar da Ilha da Madeira a oitenta e cimquo tres mil
seiscentos e novemta e sete rs. e meio _____ III bI.^c LRbII meio.
Item dous coelhos cento e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item tres laaparos a coremta cento e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item seis coelhos mais a sesemta trezentos e sesemta rs. _____ III.^c LX.^{ta} rs.
Item dous cabritos a cento e oitenta trezentos e sesemta rs. _____ III.^c LX.^{ta} rs.
Item vimte pombos oitocentos rs. a corenta _____ bIII.^c rs.
Item coremta queijos mill rs. _____ I rs.
Item dez arates de serejas cento e cimquoenta rs. a quinze _____ C.^{to} L.^{ta} rs.
Item hũa panella em que foram dez rs. _____ X rs.
Item de sall cento e cimquoenta rs. _____ C.^{to} L.^{ta} rs.
Item vimte e cimquo duzias d'ovos a cimquoenta [a] duzia mill e duzentos e cimquoenta
rs. _____ I II.^c L.^{ta} rs.

Dom Antonio 12\$302 $\frac{1}{2}$

[fl. 12] Item oito galinhas a cento e cimquoenta pera a Rainha mill e duzentos e
cimquoenta rs. _____ I II.^c L.^{ta} rs.
Item dezoito framgãos a coremta e cimquo oitocentos e dez rs. _____ bIII.^c X rs.
Item tres coelhos a setemta duzentos e dez rs. _____ II.^c X rs.
Item de dobradas e bicos de carneiro cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item da panella em que forão dez rs. _____ X rs.
Item de couves e cheiros pera Bellem e Enxobregas duzentos e noventa rs. _____ II.^c LR.^{ta} rs.
Item quatro allqueires de farinha de maquias a duzentos e vimte oitocentos e oitenta _____
_____ bIII.^c LXXX.^{ta} rs.
Item doze tijelas sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item de barquo que levou da Ribeira muitas lousas a Bellem duzentos e vimte rs. _____
_____ II.^c XX rs.

Item de caretos de lousas que levaram por terra a Bellem cemto e coremta rs. ____ C.^{to} R.^{ta} rs.
 Item por compra de vimte galinhas para a Rainha a cemto e coremta dous mill e
 oitocentos rs. _____ $\bar{\text{II}}$ bIII.^c rs.
 Item sete arates de carneiro digo sete arobas tres mill cemto e sesenta rs. _ $\bar{\text{III}}$ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item quinze arobas de vaqua seis mill e quatrocentos e cimquo rs. _____ $\bar{\text{bI}}$ IIII.^c b rs.
 Item tres perdizes a noventa duzentos e setenta _____ II.^c LXX rs.
 Dom Antonio 16\$605

[fl. 12v.] Item a hũa besta que levou hos patacois a Bellem cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item oito arates de carneiro aos Capuchos cento e vimte rs. a quinze. _____ C.^{to} XX rs.
 Item ao allcaide pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
 Item aos seus homens pera comerem quinhentos e cimquoenta rs. a cimquoenta a cada
 hum _____ b.c.L.^{ta} rs.
 Item a dous varedeiros pera jamtarem sesenta _____ LX.^{ta} rs.
 Item a homze azemeis quatrocentos e coremta rs. a coremta rs. a cada hum ____ IIII.^c R.^{ta} rs.
 Item a Johão Lopez trinchante das damas pera jantar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item a dous homens da recamara cemto e vimte rs. pera jamtarem _____ C.^{to} XX rs.
 Item a dous moços do monte pera jamtarem oitenta _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item ao guarda das damas pera jantar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item ao porteiro das damas coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item ao samgrador da Rainha pera vinho vinte rs. _____ XX rs.
 Item a hum barquo que levou a roupa lavada da cidade a Bellem duzentos rs. _____ II.^c rs.
 Item aos moços da camara pera vinho cemto e corenta rs. a catorze _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
 Dom Antonio 2\$010

[fl. 13] Item a Martim Vaz estribeiro pera jantar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item ao homem das compras pera jantar corenta _____ R.^{ta} rs.
 Item d'amollar os cutelos vimte rs. _____ XX rs.
 Item a cimquo moços da capella pera jantarem duzentos rs. a coremta _____ II.^c rs.
 Item a treze reposteiros pera jantarem quinhentos e vimte rs. a coremta _____ b.c XX rs.
 Item a dezoito moços d'estribeira setecentos e vinte rs. a coremta pera jantarem _____
 _____ bII.^c XX rs.
 Item a cimquo porteiros trezentos rs. _____ III.^c rs.
 Item a doze cozinheiros quatro diguo quinhentos rs. com tres vimteis do cozinheiro mor _
 _____ b.c rs.

Item a Dona Joana de Crasto de tres galinhas que não tomou na despensa nesta semana duzentos e setenta rs. _____ II.^c LXX.^{ta} rs.

Dom Antonio

2\$630

[fl. 13v.] Em branco

[fl. 14] Dominguo b dias

Item a Jeronimo Framquo e Jeronimo Borges e Dioguo de Brito capellois trezentos rs. pera comerem em Bellem _____ III.^c rs.

Item dous perdigois a noventa cemto e oitenta _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.

Item hum leitão cemto e trinta rs. _____ C.^{to} XXX rs.

Item por descaregarem em Bellem hum barquo de lenha e de ho levarem ha cozinha oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.

Item hũa quarta d'asafrão quatrocentos e cimquoenta rs. _____ IIII.^c L.^{ta} rs.

Item de pão pera Enxobregas setecentos rs. _____ bII.^c rs.

Item vinte e oito arates de figos a dezaseis quatrocentos e coremta e oito rs. _____ IIII.^c R.^{ta} bIII.^c rs.

Item de hũa besta que levou Sallvador Goncalvez a Bellem e o tornou a trazer ha cidade oitenta _____ LXXX.^{ta} rs.

Item de vinte e quatro queijos pera Enxobregas pera a jemte que não foy a Bellem seiscentos _____ bI.^c rs.

Item aos moços da camara pera vinho a dezaseis cemto e sesenta rs. a dez a cada hum _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.

Item de carvão coremta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item a hum moço d'estribeira pera jamtar vinte rs. _____ XX rs.

Dom Antonio

3\$188

[fl. 14v.] Item de leite coremta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item a hum homem que foi a Nossa Senhora da Ajuda com hum recado corenta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item do barquo em que forão hos homens das compras a Bellem cem rs. _____ C.^{to} rs.

Item d'oregãos vinte rs. _____ XX rs.

Item quatro canadas de vinho branquo pera conserva novemta e seis rs. _____ LRbI rs.

Item quatro canadas de vinagre a vinte e quatro noventa e seis rs. _____ LRbI rs.

Item de careto dez rs. _____ X rs.

Item a Johão Lopez pera jamtar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.

Item a dous homens da recamara pera jamtarem cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
 Item ao guarda das damas sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item ao porteiro das damas coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item aos varedeiros a dous delles sesenta _____ LX.^{ta} rs.
 Item a dous moços do monte oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item ao barqueiro pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
 Item ao allcaide pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
 Dom Antonio -862

[fl. 15] Item a homze homens do allcaide pera comerem quinhentos e cimquenta a cimquenta rs. a cada hum _____ b.^c L.^{ta} rs.
 Item a Luis Framquo moço da camara pera vinho vimte rs. com hum dia que lhe jaa diviam XX rs.
 Item a Martim Vaz estribeiro sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item a hum homem das compras coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item a seis moços da capella pera jamtarem duzentos e coremta rs. a coremta rs. _____
 _____ II.^c R.^{ta} rs.
 Item a dezoito moços d'estrebeira setecentos e vimte rs. a coremta _____ bII.^c XX rs.
 Item a doze cozinheiros quinhentos rs. _____ b.^c rs.
 Item a cimquo porteiros trezentos rs. a sesenta rs. a cada hum _____ III.^c rs.
 Item a catorze reposteiros quinhentos e sesemta rs. a coremta rs. a cada hum ___ b.^c LX.^{ta} rs.
 Item a Vasco Lourenço pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
 Item a hum moço d'estrebeira mais pera jamtar por recado do veador corenta rs. ___ R.^{ta} rs.
 Item ao momteiro e pregador pera vinho trimta rs. em que entrão dez rs. pera Gaspar Fernandez que hos serve _____ XXX rs.
 Dom Antonio 3\$080

[fl. 15v.] em branco

[fl. 16] Segunda 7 dias
 Item a Jeronimo Borges e Jeronimo Framquo e Dioguo de Brito pera jamtarem trezentos __
 _____ III.^c rs.
 Item a cimquo reposteiros pera jamtarem trezentos rs. a sesemta _____ III.^c rs.
 Item de pão da praasa trezentos e quatro rs. _____ III.^c III rs.
 Item sesemta e duas galinhas a cemto e coremta oito mill seiscentos e oitenta rs. _____
 _____ **̄**III bI.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item doze framgãos a coremta e cimquo quinhentos e corenta rs. _____ b.^c R.^{ta} rs.

Item homze coelhos a sesenta seiscentos e sesenta rs. _____ bI.^c LX.^{ta} rs.
 Item hũa canastra pera o carvão da botiqua cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item dous saquos de carvão pera a botiqua cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item do careto delle vimte rs. _____ XX rs.
 Item vimte arates de serejas a dez duzentos _____ II.^c rs.
 Item do azado em que forão quimze rs. _____ Xb rs.
 Item dous queijos d'Allemtejo trezentos rs. _____ III.^c rs.
 Item hum allguidar pera a botiqua quimze rs. _____ Xb rs.
 Item duzentos limois duzentos e trinta rs. _____ II.^c XXX rs.
 Dom Antonio 11\$764

[fl. 16v.] Item seis arates d'allcapaaras a cimquoenta trezentos rs. _____ III.^c rs.
 Item d'azeitonas duzentos e cimquoenta rs. _____ II.^c L.^{ta} rs.
 Item duas panellas em que forão dezoito rs. _____ XbIII.^o rs.
 Item do barquo em que forão estas cousas a Bellem cemto e sesemta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item dez duzias d'ovos pera Enxobreegas quinhentos rs. a cimquoenta [a]duzia _____ b.^c rs.
 Item de couves e cheiros cemto e treze rs. _____ C.^{to} XIII rs.
 Item de loussa pera Bellem novecentos rs. _____ IX.^c rs.
 Item coremta e duas galinhas a cemto e trimta cimquo mill e quatrocentos e sesemta _____
 _____ **b̄** IIII.^c LX.^{ta} rs.
 Item por vinte framgãos a coremta oitocentos rs. _____ bIII.^c rs.
 Item hũa duzia de vasouras oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item por vinte queijos quinhentos rs. _____ b.^c rs.
 Item de caretos cemto e vinte rs. _____ C.^{to} XX rs.
 Dom Antonio 9\$201

[fl. 17] Item por compra de sestos que Misia Nunez comprou pera a botica setecentos e coremta _____ bII.^c R.^{ta} rs.
 Item por compra de dous mill e oitocentos nodegos pera concerva da botiqua seiscentos e sesemta rs. que comprou Misia Nunez _____ bI.^c LX.^{ta} rs.
 Item a tres homens que allimpaaram hos nodegos em tres dias duzentos e vimte e cimquo rs. a vimte e cimquo rs. por dia _____ II.^c XXb rs.
 Item por compra de rozas que comprou Misia Nunez pera fazer asuquar rozado novo pera mamdar a Bellem aa Rainha duzentos rs. _____ II.^c rs.

Item por compra de catorze canadas d'agoa estillada que comprou Misia Nunez pera a botica quinhentos e vinte rs. são quinhentos e setenta rs. _____ b.^c LXX bIII.^o rs.

Item de sebolla sesem que comprou Misia Nunez pera a botica pera olleo cimquoenta rs _____ L.^{ta} rs.

Item a Misia Nunez coremta rs. que pagou de lhe lavarem os tavoleiros da botiqua _____ R.^{ta} rs.

Item a ella mais vimte rs. por careto de hũa aroba d'asuquar que mamdou buscar ha cidade estamdo a Rainha em Bellem _____ XX rs.

Item a ella mais coremta rs. que pagou por compra de froll pera a banha _____ R.^{ta} rs.

Dom Antonio

2\$553

[fl. 17v.] Item ella mais oitenta rs. que pagou por lhe allimparem a casa das rollas _____ LXXX.^{ta} rs.

Item por compra de seis canadas da agoa de trevo que comprou Misia Nunez quatrocentos rs. _____ IIII.^c rs.

Item ella mais cimquoenta rs. que comprou de queijinhos fresquos _____ L.^{ta} rs.

Item ella mais coremta e cimquo rs. de tres panellas vidradas pera a botiqua _____ R.^{ta} b rs.

Item ella mais dous mill e quatrocentos rs. por vinte canadas da agoa rozada que comprou pera a botica _____ $\bar{\text{II}}$ IIII.^c rs.

Item ella mais vimte rs. que pagou ha Gallega de tirar ho linho _____ XX rs.

Item ella mais vimte rs. que deu pera sall _____ XX rs.

Item a Margarida Francisqua vinte e dous allqueires de froll pera a botiqua que comprou Misia Nunez mill e setecentos e sesenta a oitenta rs. allqueire _____ $\bar{\text{I}}$ bII.^c LX.^{ta} rs.

Item a outra molher das hortas sete allqueires e hũa quarta quinhentos e oitenta a oitenta allqueire _____ b.^c LXXX.^{ta} rs.

Item ella mais por catorze canadas da agoa que mais comprou pera a botica quinhentos e sesenta rs. a coremta a canada _____ b.^c LX.^{ta} rs.

Dom Antonio

5\$915

[fl. 18] Item por compra de catorze canadas da agoa d'allmeirão e limgoa de vacua pera a botica que comprou Misia Nunez quinhentos e sesenta rs. _____ b.^c LX.^{ta} rs.

Item a Lianor Fernandez por dous saquos mais de carvão cem rs. _____ C.^{to} rs.

Item duas arobas dezoito arates de carneiro a quimze - mill e duzentos e trimta rs. _____

_____ $\bar{\text{I}}$ II.^c XXX rs.

Item oito arates aos Capuchos de carneiro cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.

Item de quarto ossos pera tirar hos tutanos duzentos rs. _____ II.^c rs.
Item de tutanos mais duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item de panella em que forão vimte rs. _____ XX rs.
Item dum barquo que foi da cidade a Enxobregas carregar de lenha pera Bellem
quatrocentos e cimquoenta rs. _____ IIII.^c L.^{ta} rs.
Item a homens que caregaaram a lenha cento e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item a quem a caregou e levou ha cozinha cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item hum cabrito duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item a Johão Lopez pera jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.

Dom Antonio 3\$440

[fl. 18v.] Item ao guarda das damas pera jamtar sesenta _____ LX.^{ta} rs.
Item ao porteiro das damas corenta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item a dous moços do monte oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item a Luis Framquo pera vinho de dous dias que ho não ouve vimte rs. _____ XX rs.
Item de leite corenta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item ao allcaide pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
Item a homze homens do allcaide pera jantarem quinhentos e cimquoenta rs. a
cimquoenta rs. a cada hum _____ b.^c L.^{ta} rs.
Item dous allqueires de farinha a duzentos e vinte quatrocentos e coremta rs. _____
_____ IIII.^c R.^{ta} rs.
Item de careto della dez rs. _____ X rs.
Item de carvão pera a botiqua coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item a dous baredeiros pera jantarem sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item ao barqueiro pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
Item a dous homens da recamara pera jantarem cento e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item a hum homem das compras pera jantar coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item a dezoito moços da camara pera vinho cento e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.

Dom Antonio 1\$720

[fl. 19] Item a Martim Vaz estribeiro pera jamtar sesenta _____ LX.^{ta} rs.
Item a dezahaseis moços d'estrebaria pera jantarem seiscentos e coremta rs. a coremta rs.
a cada hum _____ bI.^c R.^{ta} rs.
Item a quatro moços da capella pera jantarem cento e sesenta rs. a coremta a cada hum _
_____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
Item a treze reposteiros quinhentos e vimte rs. a coremta a cada hum _____ b.^c XX rs.

Item a treze cozinheiros pera jantarem quinhentos e coremta a coremta rs. a cada hum _____ b.^c R.^{ta} rs.
 Item a cimquo porteiros trezentos rs. a sesemta a cada hum _____ III.^c rs.
 Item de leite que comprou Fernão Roiz em Bellem duzentos e oitenta rs. e sete _____ II.^c LXXX.^{ta} bII rs.
 Item hũa perdiz oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item de papel pera a despensa coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item de vinho pera o fiziquo e barqueiro mais corenta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item de tutanos mais oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item a Vasco Lourenço pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
 Dom Antonio 2\$767

[fl. 19v.] Terça-feira 8 dias
 Item de pão que se comprou na praaça pera a meremda que a Rainha deu ha Iffanta quamdo foi ver a Rainha a Bellem trezentos rs. _____ III.^c rs.
 Item duas perdizes do termo duzentos rs. _____ II.^c rs.
 Item quatro framgãos a coremta e cimquo cemto e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
 Item de dez canadas de vinho que S.A. mamdou dar aos Padres de São Josee duzentos rs. II.^c rs.
 Item a quatro moços da capella pera jantarem cemto e sesenta rs. pera jantarem a coremta rs. a cada hum _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item de vinho pera o Galego do Senhor Dom Antonio vimte rs. _____ XX rs.
 Item a seis porteiros de S.A. pera jantarem em Bellem trezentos e sesenta rs. a sesenta a cada hum _____ III.^c LX.^{ta} rs.
 Item a catorze reposteiros pera jantarem quinhentos e sesenta rs. a coremta rs. a cada hum _____ b.^c LX.^{ta} rs.
 Item a dezoito moços da camara pera vinho cento e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
 Item a Sallvador Gonçalvez homem das compras pera jantarem em Bellem coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item a quatro moços da capella pera jantarem cemto e sesenta rs. a coremta rs. a cada hum C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Dom Antonio 2\$360

[fl. 20] Item a quinze moços d'estrebaria pera jantarem seiscentos rs. a coremta rs. a cada hum _____ bI.^c rs.
 Item a Jullião baredeiro pera jantarem trimta rs. _____ XXX rs.
 Item a Vasco Lourenço pera vinho do jantarem vimte rs. _____ XX rs.
 Item a Johão Lopez trinchante das damas pera jantarem sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.

Item a doze cozinheiros pera jantarem quatrocentos e oitenta rs. a coremta a cada hum _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item ao cozinheiro mor pera jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item a tres capellais de S.A. pera vinho sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item a dous moços do monte pera jantarem oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item a Bemto Vaz pera vinho dez rs. _____ X rs.
 Item de rozas e boninas pera a mesa de S.A. e damas cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
 Item a hum barqueiro que levou Catarina da Sillva esprivam de S.A. com canastras com cousas da botica por duas vezes trezentos e trimta rs. _____ IIII.^c XXX rs.
 Item seis coelhos a setenta quatrocentos e vimte rs. _____ IIII.^c XX rs.
 Item quatro laaparos a coremta cemto e sesenta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Dom Antonio 2\$430

[fl. 20v.] Item oito perdizes a oitenta rs. seiscentos e coremta rs. _____ bI.^c R.^{ta} rs.
 Item sete galinhas a cemto e coremta novecentos e oitenta rs. _____ IX.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item cimquo cabritos quatro a duzentos e corenta e hum por duzentos mill e cemto e sesenta rs. _____ I C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item seis framgãos a coremta duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
 Item hũa leebre oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item a dous homens da recamara pera jantarem cemto e vimte rs. a sesenta rs. _____ C.^{to} XX rs.
 Item aos reposteiros que armaaram São Francisco duzentos e oitenta rs. _____ II.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item por duas ferraduras que se botaram a hum macho em que Francisco Godinho foy a Obidos e de as cravejaarem sesenta _____ LX.^{ta} rs.
 Item de pão que se comprou na praça trezentos e trimta e seis _____ IIII.^c XXXbI rs.
 Item dezaseis pombos a coremta seiscentos e coremta rs. _____ bI.^c R.^{ta} rs.
 Item quatro coelhos duzentos e corenta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
 Item quatro perdizes a sesemta duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
 Item duas perdizes mais cemto e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
 Dom Antonio 5\$196

[fl. 21] Item hũa marequa coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item dezoito selladas a quatro setenta e dous _____ LXXII rs.
 Item dez duzias de masans a trimta trezentos e cimquoenta rs. _____ IIII.^c L.^{ta} rs.
 Item hũa canastra de serejas novecentos e cimquoenta rs. _____ IX.^c L.^{ta} rs.
 Item oito faquas pera a botiqua duzentos rs. a vimte e cimquo _____ II.^c rs.

Item hum cabas grande pera a fruta das damas cemto e coremta rs. _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
Item cemto e vimte duzias de mantequillas mill e duzentos rs. a dez rs. duzia _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.
Item de duas panellas em que forão doze rs. _____ XII rs.
Item vimte e quatro pucaros de naata a dez rs. duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item dezoito requeijois a vimte trezentos e sesenta rs. _____ III.^c LX.^{ta} rs.
Item seis mais a quimze noventa rs. _____ LR.^{ta} rs.
Item dous allguidares em que forão coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item doze duzias de queijos fresquos a coremta e oito duzia quinhentos e coremta e seis rs. b.^c R.^{ta} bl rs.
Item corenta e sete duzias d'ovos a cimquenta dous mill trezentos e cimquenta rs. _____
_____ $\bar{\text{II}}$ III.^c L.^{ta} rs.
Dom Antonio 6\$590

[fl. 21v.] Item de couves e cheiros cemto e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
Item de dous barquos que forão com cousas a Bellem trezentos rs. _____ III.^c rs.
Item hũa aroba d'aroz setecentos rs. _____ bII.^c rs.
Item dous allguidares em que forão mais queijos sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item doze framgãos a corenta e cimquo quinhentos e coremta rs. _____ b.^c R.^{ta} rs.
Item tres galinhas pera a Rainha a cemto e cimquenta quatrocentos e cimquenta rs. _____
_____ IIII.^c L.^{ta} rs.
Item hũa perdiz noventa rs. _____ LR.^{ta} rs.
Item hum coelho sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item de caretos d'Emxobregas a Belem por terra cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item oito arobas e dezaseis arateis de vaqua a quatrocentos e vimte e sete aroba tres mill
seiscentos e trimta rs. _____ $\bar{\text{III}}$ bI.^c.XXX rs.
Item tres limgoas que pezaaram doze arates cemto e sesemta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
Item noventa arates de carneiro a quimze mill e trezentos e cimquenta rs. _____ $\bar{\text{I}}$ III.^c L.^{ta} rs.
Item ao guarda das damas pera jantar em Bellem sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Dom Antonio 7\$680

[fl. 22] Item a dous moços da camara mais a quem deram de jamtar pera vinho vimte rs. _____
_____ XX rs.
Item tres canadas de vinho pera o Soares Chocarreiro setenta e dous rs. _____ LXX.^{ta} II rs.
Item de levarem aos Capuchos a São Josee hum cargo de cousas que lhe S.A. mandou vimte
rs. _____ XX rs.
Item a Martim Vaz estribeiro pera jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.

Item a hum moço que descaregou ho barquo da lousa vimte rs. _____ XX rs.
 Item a hum moço que foy busquar ho vinho dez _____ X rs.
 Item de moerem vimte allqueires de farinha cem rs. _____ C.to rs.
 Item de concerto da cadeira da Rainha cem rs. _____ C.to rs.
 Item a homze azemeis pera jantarem quatrocentos e coremta rs. _____ IIII.^c R.ta rs.
 Item ao allcaide pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
 Item a homze homens seus pera jantarem quinhentos e cimquenta rs. a cimquenta a cada hum _____ b.^c L.ta rs.
 Item ao porteiro das damas pera jantarem corenta rs. _____ R.ta rs.
 Dom Antonio 1\$452

[fl. 22v.] Item a Johão Lopez trinchante das damas pera jantar sesenta rs. _____ LX.ta rs.
 Item a dous moços do monte pera jantarem oitenta rs. _____ LXXX.ta rs.
 Item ao homem das compras pera jantar corenta rs. _____ R.ta rs.
 Item aos dous varedeiros pera jantarem sesenta _____ LX.ta rs.
 Item por compra de nove galinhas que se deviam a Dona Lianor de Millão novecentos e noventa rs. a cento e dez galinha desta semana e da passada _____ IX.^c LR.ta rs.
 Item⁷⁰⁷
 Item⁷⁰⁸ por tres galinhas a Perpetua Lopez trezentos e trimta rs. a cento e dez _____
 _____ III.^c XXX rs.

Quarta-feira 9 dias

Item por moerem mais seis alqueires de trigo pera a botica trimta rs. _____ XXX rs.
 Item por compra dum barquo de lenha de sovaro mill e duzentos rs. _____ Ī II.^c rs.
 Item a dezoito moços da camara a quem se mandou dar de comer pera vinho cento e oitenta rs. a dez a cada hum _____ C.to LXXX.ta rs.
 Item a Jeronimo Framquo e Eitor de Sampaio e Jeronimo Borges trezentos rs. pera jantarem em Bellem _____ III.^c rs.
 Dom Antonio 3\$270

[fl. 23] Item de pão que se comprou na praassa trezentos rs. _____ III.^c rs.
 Item quatro arobas de vaqua a quatrocentos e vimte e sete aroba mill setecentos e sete rs. _____ Ī bII.^c bII rs.
 Item a hum homem que foi d'Emxobregas a casa d'el Rey com hum cargo cimquenta rs. L.ta rs.

⁷⁰⁷ Por preencher.

⁷⁰⁸ À margem: *que tomou per'as emfermas por não aver outras.*

Item hũa aroba e tres arates d'asuquar da Ilha da Madeira a oitenta e cimquo dous mill e novecentos e setenta e cimquo _____ $\bar{\text{II}}$ IX.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item vinte arateis mais d'asuquar do Brazill a sesemta e cimquo mill e trezentos _____ $\bar{\text{I}}$ III.^c rs.
 Item de couves oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item dous allqueires de farinha quatrocentos e coremta rs. _____ III.^c R.^{ta} rs.
 Item cimquoenta queijos a vimte e cimquo mill e duzentos e cimquoemta rs. ___ $\bar{\text{I}}$ II.^c L.^{ta} rs.
 Item hũa canastra de serejas oitocentos e cimquoenta rs. _____ bIII.^c L.^{ta} rs.
 Item trimta e cinco arates de figos a dezaseis quinhentos e sesemta rs. _____ b.^c LX.^{ta} rs.
 Dom Antonio 9\$512

[fl. 23v.] Item de caretos oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item a Martim Vaz estribeiro pera jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item hum allmude de vinagre cento e sesenta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item hũa quarta de leite sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item seis queijos sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item a Johão Lopez trimchante das damas pera jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item de careto dos queijos e doutras cousas corenta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item aos azemeis pera jantarem quatrocentos e coremta rs. a homze a coremta _____ III.^c R.^{ta} rs.
 Item a dous homens da recamara pera jantarem cento e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
 Item ao guarda das damas pera jantar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item ao porteiro das damas pera jamtar coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item aos dous varedeiros pera jantarem sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Dom Antonio 1\$240

[fl. 24] Item por compra de cimquoenta e seis queijos novecentos e sesenta rs. _____ IX.^c LX.^{ta} rs.
 Item hum coelho sesenta rs _____ LX.^{ta} rs.
 Item hũa perdiz noventa rs. _____ LR.^{ta} rs.
 Item dous frangãos oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item ao allcaide pera vinho vinte rs. _____ XX rs.
 Item a homze homens seus pera jantarem quinhentos e cimquoenta rs. a cimquoenta rs. a cada hum _____ b.^c L.^{ta} rs.

Item a Andree Lopez pera vinho vinte rs. _____ XX rs.

Item a Luis Framquo pera vinho vinte rs. _____ XX rs.

Item a tres capellais pera vinho sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.

Item a dous homens que descaregaaram ha lenha e vareraom hos paateos e levaram as canastras ha cozinha cemto e sesenta _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.

Item a hum barquo que levou hũa molher de Belem ha cidade por mandado do veador duzentos e cimquoenta rs. _____ II.^c L.^{ta} rs.

Item a doze moços d'estrebeira pera jantarem quatrocentos e oitenta rs. a coremta rs. a cada hum _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.

Item a cimquo moços da capella pera jantarem duzentos rs. _____ II.^c rs.

Dom Antonio

2\$950

[fl. 24v.] Item a treze cozinheiros pera jantarem quinhentos e vinte rs. a coremta rs. a cada hum _____ b.^c XX rs.

Item a cimquo porteiros trezentos rs. pera jantarem a sesenta rs. a cada hum _____ III.^c rs.

Item a doze reposteiros pera jantarem quatrocentos e oitenta rs. a coremta rs. _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.

Item a doze cozinheiros mill e novecentos rs. que lhe mandou dar ho veador a cemto e cimquoenta rs. a cada hum pelo trabalho que tiverão com a meremda que S.A. deu haa

Infanta Dona Maria _____ I IX.^c rs.

Item por compra de vinte e tres duzias d'ovos a coremta novecentos e vinte rs. _____ IX.^c XX rs.

Dom Antonio

4\$120

[fl. 25]

Quinta-feira 10⁷⁰⁹

Item a dezoito moços da camara a que S.A. mandou dar de comer em Bellem pera vinho cemto e oitenta rs. a dez rs. a cada hum _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.

Item a Balltezar Fernandez e Eitor de São Paio e Jeronimo Framquo trezentos rs. pera comerem em Bellem a cem rs. a cada hum _____ III.^c rs.

Item de cozerem hos pasteis que se fizeram da vitela coremta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item por trinta e cimquo arateis de carneiro a quinze quinhentos e vinte e cimquo rs. _____ b.^c XX rs.

Item doze arateis de passa d'Allicante a vinte e cimquo trezentos rs. _____ III.^c rs.

Item da panella em que forão doze rs. _____ XII rs.

⁷⁰⁹ Corrigido de: *quarta-feira 10 dias*.

Item dous coelhos cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
 Item hũa perdiz setenta rs. _____ LXX.^{ta} rs.
 Item hum cabrito cemto e corenta rs. _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
 Item vimte e hum queijos quinhentos e vinte e cimquo rs. _____ b.^c XX rs.
 Item de sebollas cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
 Item de pão que se comprou na praasa quatrocentos e coremta e oito rs. _____
 _____ IIII.^c R.^{ta} bIII.^o rs.
 Dom Antonio 2\$770

[fl. 25v.] Item dum barquo que foi a Bellem com cousas das compras pera a despensa
 cemto e cimquoenta rs. _____ C.^{to} L.^{ta} rs.
 Item vimte e quatro queijos mais quinhentos e oitenta rs. _____ b.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item de caretos de Lixboa a Bellem por terra setenta rs. _____ LXX.^{ta} rs.
 Item ao guarda das damas pera jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item ao porteiro das damas coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item a tres capellais pera vinho sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item a Luis Framquo pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
 Item a Johão Lopez trinchante das damas pera jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item a quatro moços do monte digo a dous pera jantarem oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item a dous homens da recamara cemto e vinte _____ C.^{to} XX rs.
 Item a honze azemeis pera jantarem quatrocentos e coremta rs. a coremta _____ IIII.^c R.^{ta} rs.
 Item a Martim Vaz estribeiro pera jantar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item a hum baredeiro pera jamtar trimta rs. _____ XXX rs.
 Item a hum homem das compras pera jamtar coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Dom Antonio 1\$810

[fl. 26] Item seis galinhas pera a Rainha oitocentos e oitenta rs. _____ bIII.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item vimte e dous queijos trezentos e noventa e cimquo rs. _____ III.^c LR.^{ta} b rs.
 Item dous laaparos sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item sete duzias d'ovos a cimquoenta duzia trezentos e cimquoenta rs. _____ III.^c L.^{ta} rs.
 Item de caretos vimte rs. _____ XX rs.
 Item de cozerem hos pasteis por vezes e de careto de lenha e outras cousas quatrocentos
 e corenta rs. _____ IIII.^c R.^{ta} rs.
 Item ao allcaide pera vinho vinte rs. _____ XX rs.
 Item a homze homens seus pera comerem quinhentos e cimquoenta rs. a cimquoenta a
 cada hum _____ b.^c L.^{ta} rs.

Item duas arobas de carneiro a quinze novecentos e sesenta rs. _____ IX.^c LX.^{ta} rs.
Item a Jeronimo Framquo que serve de thesoureiro da capella por despesas que fez na
capella como se vio por hum roll asinado pelo veador duzentos e setenta rs. _____
_____ II.^c LXX.^{ta} rs.

Item a Jurdão varedeiro duzentos e dez rs. pera tres galinhas por hũa receita pera tres
dias _____ II.^c X rs.
Item a Pedro Allvarez por seis arateis de carneiro per a mesma receita asima noventa rs. __
_____ LR.^{ta} rs.

Dom Antonio 4\$245

[fl. 26v.] Item aos reposteiros por armarem tres casas da Rainha em Bellem e hũa da
camareira mor trezentos e sesenta rs. _____ III.^c LX.^{ta} rs.

Item a cimquo moços da capella pera jantarem duzentos rs. _____ II.^c rs.

Item tres porteiros pera jantarem cemto e oitenta _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.

Item a treze cozinheiros pera jantarem quinhentos e coremta rs. a coremta rs. a cada hum.^c R.^{ta} rs.

Item a doze moços d'estrebeira pera jantarem quatrocentos e oitenta rs. a coremta _____
_____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.

Item a doze reposteiros quatrocentos e oitenta rs. _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.

Dom Antonio 2\$240

[fl. 27] Sesta-feira 11 dias

Item por compra de dous saquos de faavas trezentos e trimta rs. _____ III.^c XXX rs.

Item por cimquo pescadas fresquas e vimte e hũa cabrinhas setecentos rs. _____ bII.^c rs.

Item de papel pera a guarda, receita vimte rs. _____ XX rs.

Item seis choocos coremta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item a Amtonio Simois d'esfollar hum carneiro vimte rs. _____ XX rs.

Item a Christovão de Balltenas por quatro galinhas por hũa receita que ficou na mão a
Fernão Roiz com dieeta duzentos e oitenta rs. _____ II.^c LXXX.^{ta} rs.

Item de careto do pexe e doutras cousas trinta _____ XXX rs.

Item a homze reposteiros a que S.A. mamdou dar de comer em Bellem quatrocentos e
coremta rs. a coremta a cada hum _____ IIII.^c R.^{ta} rs.

Item a dezasete moços da camara pera vinho cemto e setenta rs. _____ C.^{to} LXX.^{ta} rs.

Item a doze cozinheiros e ao porteiro da cozinha pera jantarem quinhentos e corenta rs.
em que entrão sesemta rs. ao cozinheiro-mor _____ b.^c R.^{ta} rs.

Item a quatro homens que se tomaraõ de fora pera irem com as amdas quamdo S.A. foi a Santa Catarina allem da Torre duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
Dom Antonio 2\$810

[fl. 27v.] Item a hum homem que oulhou pella estrebaria em Bellem vimte rs. _____XX rs.
Item a quatro moços da capella a quem se mandou dar de comer em Bellem cemto e corenta rs. _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
Item a seis porteiros pera jamtarem em Bellem trezentos e sesemta rs. a sesemta a cada hum _____ III.^c LX.^{ta} rs.
Item a Balltezar Fernandez e Eitor de São Paio e Jeronimo Framquo capellais de S.A. trezentos rs. pera comerem em Bellem _____ III.^c rs.
Item de pão que se comprou na prasa trezentos rs. _____ III.^c rs.
Item das freira[s] da Madre de Deus trezentos e vimte rs. por coremta padas de pão que S.A. lhe mandou dar _____ III.^c XX rs.
Item vimte e dous queijos a vimte e cimquo quinhentos e cimquoenta rs. _____ b.^c L.^{ta} rs.
Item ellas mais mill e quinhemtos que lhe S.A. mamda dar todas as sextas-feiras da Coresma _____ Ī b.^c rs.
Item oito limgoado[s] duzentos rs. _____ II.^c rs.
Item seis saavens a cemto e cimquoenta novecentos rs. _____ IX.^c rs.
Item doze savens mais ao ditto preço mill e oitocentos rs. _____ Ī bIII.^c rs.
Item oito duzias de limgoados dous mill rs. _____ IĪ rs.
Item doze limgoados mais seiscentos rs. _____ bI.^c rs.
Item duas duzias de sarmoneeetes quatrocentos _____ IIII.^c rs.
Dom Antonio 9\$410

[fl. 28] Item da rasão de Lianor Fernandez cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item hum cemto de limois cemto e corenta rs. _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
Item de cheiros vimte e cimquo rs. _____ XXb rs.
Item quatro allqueires de farinha oitocentos e oitenta e duzentos e vimte allqueire _____
_____ bIII.^c LXXX.^{ta} rs.
Item hum perdigão aos Capuchos noventa rs. _____ LR.^{ta} rs.
Item de caretos sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a Amtonia Vieira e Francisca Freire e Perpetua Lopez e Maria Vidall vimte galinhas pera cimquo dias cimquo a cada hũa que se comesaaram sexta-feira homze deste mes e se acabaram terça quimze do dito mill e oitocentos a novemta galinha _____

_____ **I** bIII.^c rs.
 Item a Gaspar Fernandez reposteiro pera jamtar coremta rs. por recado do veador _ R.^{ta} rs.
 Item a doze moços d'estribeira quatrocentos e oitenta rs. a coremta a cada hum pera
 jamtarem _____ III.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item oito pescadas seiscentos rs. _____ bI.^c rs.
 Item dous rodovalhos trezentos e coremta _____ III.^c R.^{ta} rs.
 Item duas patinças trezentos e dez rs. _____ III.^c X rs.
 Item de caretos dez rs. _____ X rs.
 Item a dous homens da recamara pera jantar cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
 Dom Antonio 4\$995

[fl. 28v.] Item a dous moços do momte pera jamtar oitenta rs. a coremta rs. a cada hum ____
 _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item a João Lopez pera o jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item ao allcaide pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
 Item aos seus homens pera jamtarem quinhentos e cimquoenta rs. a homze a cimquoenta
 rs. a cada hum _____ b.^c L.^{ta} rs.
 Item a hum varedeiro pera jamtar trimta rs. _____ XXX rs.
 Item aos azemeis pera jamtarem a homze quatrocentos e coremta rs. _____ III.^c R.^{ta} rs.
 Item ao guarda das damas sesemta rs. pera o jamtar _____ LX.^{ta} rs.
 Item ao porteiro das damas coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item tres pescadas trezentos e sesemta rs. _____ III.^c LX.^{ta} rs.
 Item a Martim Vaz pera jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item de pão pera os Capuchos vimte rs. _____ XX rs.
 Item ao homem das compras coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item de cordell pera as cortinas trimta rs. _____ XXX rs.
 Dom Antonio 1\$790

[fl. 29] Sabado 12 dias
 Item por compra de dezanove arobas de vaqua que se compraaram em Bellem a treze e
 dous seitis oito mill cemto e sete rs. _____ **bIII** C.^{to} bII rs.
 Item a Jeronimo Framquo e Baltezar Fernandez e Eitor de São Paio trezentos rs. pera
 comerem em Bellem _____ III.^c rs.
 Item por compra de hũa vitela tres mill e quinhentos rs. _____ **III** b.^c rs.
 Item do concerto della cemto e sesenta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.

Item dous coelhos cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
 Item quatro perdizes trezentos e vimte rs. _____ III.^c XX rs.
 Item catorze galinhas nove a cemto e trimta e cimquo e as cimquo a cemto e coremta rs.
 mill e novecentos e quimze rs. _____ $\bar{\text{I}}$ IX.^c Xb rs.
 Item cimquo cabritos a duzentos e coremta mill e duzentos rs. _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.
 Item hũa lebre oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item Amtonio Fernandez trabalhador por nove dias que trabalhou em femder lenha na
 despensa setecentos e vimte rs. a oitenta por dia _____ bII.^c XX rs.
 Item a Jeronimo Borges e Dioguo de Brito capellais pera vinho do jamtar em Belem
 coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item de pão que se comprou na praasa trezentos e vimte rs. _____ III.^c XX rs.
 Dom Antonio 16\$782

[fl. 29v.] Sete duzias e meia de limgoados quatro mill e duzentos e vimte e cimquo rs. _____
 _____ $\bar{\text{III}}$ II.^c XX b rs.
 Item vimte e nove pescadas quatro mil e oitenta e tres rs. _____ $\bar{\text{III}}$ LXXX.^{ta} III rs.
 Item da rasão de Lianor Fernandez cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item has freiras da Madre de Deus da esmolla da sesta-feira duzentos rs. _____ II.^c rs.
 Item dezaseis tigelas a cimquo oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item tres cabritos a cemto e coremta quatrocentos e vimte rs. _____ IIII.^c XX rs.
 Item hũa perdiz e hum coelho cemto e cimquoenta _____ C.^{to} L.^{ta} rs.
 Item outra perdiz e huum laaparo cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item hũa canastra pera serviço da despensa cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item cimquo coelhos mais a sesenta trezentos rs. _____ III.^c rs.
 Item cimquo perdizes trezentos rs. _____ III.^c rs.
 Item aos Padres de São Francisco da cidade quinze arateis de carneiro a quinze duzentos e
 vimte e cimquo rs. _____ II.^c XXb rs.
 Item meia duzia de masans aos Capuchos vimte rs. _____ XX rs.
 Item elles mais hum quarto de cabrito corenta _____ R.^{ta} rs.
 Item hum cemto de limois cemto e trimta _____ C.^{to} XXX rs.
 Item de alhos cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
 Dom Antonio 10\$523

[fl. 30] Item de couves e cheiros cemto e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
 Item a hum allmocreve que levou ho pão a Belem noventa rs. _____ LR.^{ta} rs.

Item hũa duzia de limgoados trezentos rs. _____ III.^c rs.
Item doze pombos quatrocentos e oitenta rs. _____ IIII.^c LXXX rs.
Item duho⁷¹⁰ cemto de limois cemto e trinta rs. _____ C.^{to} XXX rs.
Item hũa canastra de serejas novecentos rs. _____ IX.^c rs.
Item de papel coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item sete arobas de carneiro a quimze tres mill trezentos e sesenta rs. _____ **III** III.^c LX.^{ta} rs.
Item sesenta e cimquo galinhas a cemto e trimta mill e quatrocentos e cimquoenta _____
_____ **bIII** IIII.^c L.^{ta} rs.
Item do barquo que foi a Belem levar estas cousas cemto e cimquoenta rs. _____ C.^{to} L.^{ta} rs.
Item de fruta nova cemto e trimta rs. _____ C.^{to} XXX rs.
Item d'amexias cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
Item de saaquos pera os patacois sesenta rs. _____ L.^{ta} rs.
Item de caretos a Enxobreegas e a Bellem a moços que forão por terra cemto e vimte rs. C.^{to} XX rs.
Item de couves e cheiros cimquoenta e seis _____ L.^{ta} bI rs.
[fl. 30v.] Item a homze azemeis pera jantarem quatrocentos e coremta rs. a coremta a
cada hum _____
_____ IIII.^c R.^{ta} rs.
Item a dous moços do momte pera jantarem oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item tres cabritos todos juntos setecentos e dez rs. _____ bII.^c X rs.
Item hũa galinha cemto e coremta rs. _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
Item hum framgão coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item de trazarem hum cargo de lousa cemto e vimte a Belem _____ C.^{to} XX rs.
Item ao allcaide pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
Item a homze homens seus pera jantarem quinhentos e cimquoenta rs. _____ b.^c L.^{ta} rs.
Item ao guarda das damas pera jantarem sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item ao porteiro das damas coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item a hum baredeiro pera jantar trimta rs. _____ XXX rs.
Item a dezanove moços da camara pera jantarem cemto e novemta rs. pera vinho somente C.^{to} LR rs.
Item seis queijos cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item hũa perdis noventa rs. _____ LR.^{ta} rs.
Item de caretos coremta rs. _____ R.^{ta} rs.

Dom Antonio 2\$670

⁷¹⁰ Sic.

[fl. 31] Item aos homens da recamara pera jantarem cemto e vimte _____ C.^{to} XX rs.
Item a Johão Lopez pera jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item ao homem das compras coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item a Martim Vaz estribeiro pera jamtar sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item de caretos a São Josee cimquoenta e dous _____ LII rs.
Item a catorze moços d'estrebaria pera jantarem quinhentos e sesemta rs. _____ b.^c LX.^{ta} rs.
Item a doze reposteiros quatrocentos e oitenta rs. _____ III.^c LXXX.^{ta} rs.
Item a cimquo moços da capella pera jantarem duzentos rs. _____ II.^c rs.
Item a tres porteiros cemto e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
Item a treze cozinheiros quinhentos e corenta _____ b.^c R.^{ta} rs.
Item a Dona Joana de Crasto duzentos e setemta rs. por tres galinhas que não tomou na
despensa nesta semana de sua rasão _____ II.^c LXX.^{ta} rs.
Dom Antonio 2\$562

[fl. 31v.] Dominguo 13 dias
Item a quatro moços da capella pera jantarem cento e sesenta rs. a coremta rs. a cada hum C.^{to} LX.^{ta} rs.
Item a dezoito moços da camara pera vinho cemto e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
Item aos homze homens do meirinho pera jantarem quinhentos e cimquoenta rs. _ b.^c L rs.
Item a Johão Velho ho allcaide pera vinho vinte rs. _____ XX rs.
Item a Cristovão de Maraboto pera jamtar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a Fernão de Crasto homem da camara pera jamtar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a Gomez de Siqueira pera jamtar corenta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item de cozerem os pasteis sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item de cozerem mais os pasteis da vitela que se fizerão mesmo dia ha tarde coremta rs. _
_____ R.^{ta} rs.
Item coremta framgãos a coremta e cimquo mill e oitocentos rs. _____ Ī bIII.^c rs.
Item vimte e hum aratel de figos a dezaseis trezentos e trimta e seis _____ III.^c XXX bI rs.
Dom Antonio 3\$306

[fl. 32] Item da panella em que forão quimze rs. _____ Xb rs.
Item de caretos de Belem a Enxobregas cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
Item de pão que se comprou na praasa trezentos rs. _____ III.^c rs.
Item quatro canadas de vinho pera os assados das damas noventa e seis rs. _____ LR bI rs.
Item quatro canadas de vinagre noventa e seis rs. _____ LR bI rs.
Item d'oreegãos vimte rs. _____ XX rs.
Item de caretos coremta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item duas canadas e meia de leite cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
 Item allqueire e meio de sall cem rs _____ C.^{to} rs.
 Item aos moços do monte pera jantarem oitenta _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item a hum baredeiro pera jantarem trimta rs. _____ XXX rs.
 Item a Johão Lopez sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item a Martim Vaz pera jantarem sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item de levarem hum recado ha cidade aos homens das compras sesemta rs. de noite _____
 _____ LX.^{ta} rs.
 Item a tres capellais pera vinho do jantarem sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Dom Antonio 1\$117

[fl. 32v.] Item a Luis Framquo pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
 Item aos azemeis pera jantarem quatrocentos e coremta rs. a doze _____ IIII.^c R.^{ta} rs.
 Item a Antonio Fernandez que femde a lenha trezentos e vimte rs. por quatro dias que
 trabalhou em femder lenha pera o requeixo _____ III.^c XX rs.
 Item a treze cozinheiros pera jantarem a treze cozinheiros quinhemtos e coremta rs. com
 hum vimto mais ao cozinheiro-mor _____ b.^c R.^{ta} rs.
 Item a quinze moços d'estrebeira quinhentos rs. _____ b.^c rs.
 Item a treze reposteiros quinhemtos e vinte rs. pera jantarem _____ b.^c XX rs.
 Dom Antonio 2\$340⁷¹¹

[fl. 33] Segunda-feira 14 dias
 Item por compra de catorze arobas diguo duas arobas e catorze arateis de vaqua mill e
 coremta rs. _____ I R.^{ta} rs.
 Item aos treze cozinheiros com ho cozinheiro-mor pera jantarem quinhemtos e corenta
 rs. com hum vinto mais ao cozinheiro-mor _____ b.^c R.^{ta} rs.
 Item a catorze moços d'estrebeira pera jantarem quinhemtos e sesemta rs. _____ b.^c LX.^{ta} rs.
 Item aos treze reposteiros pera jantarem quinhentos e vimte rs. _____ b.^c XX rs.
 Item aos quatro moços da capella pera jantarem cento e sesemta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item aos quatro porteiros duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
 Item a dous moços do momte oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item aos dezaseis moços da camara pera vinho cento e sesemta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item aos honze homens do allcaide Johão Velho pera jantarem quinhemtos e cimquoenta
 rs. _____ b.^c L rs.
 Item a Johão Velho pera vinho vinte rs. _____ XX rs.

⁷¹¹ Corrigido de 2\$240.

Item a Jullião varedeiro pera jamtar trimta rs. _____ XXX rs.
Dom Antonio 3\$900

[fl. 33v.] Item ao guarda das damas pera jamtar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a Fernão de Crasto homem do recamara pera jamtar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a Joam trin Chamte das damas pera jamtar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item hũa canada de vinho pera a despensa vinte rs. _____ XX rs.
Item a Gomez de Siqueira porteiro das damas pera jamtar coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item a Manuel Lopez e Dioguo Callado pera vinho coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item de lenha com que se cozerão os pasteis de vitela coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item ao momteiro e outro capellão pera vinho coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item a hum homem que foi levar huum carguo a casa d'el Rei cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
Item de pão que se comprou na praasa trezentos rs. _____ III.^c rs.
Item dum cento de preguos pera as casas de Belem oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item oito arateis de carneiro aos Capuchos cento e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item cimquoenta arateis de serejas quatrocentos _____ IIII.^c rs.
Item de fruta nova cemto e setenta rs. _____ C.^{to} LXX rs.
Dom Antonio 1\$480

[fl. 34] Item duas duzias mais sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item de caretos setenta rs. _____ LXX rs.
Item de tres arobas e treze arateis de carneiro a quimze mill e quinhentos e trimta e cimquo rs. _____ Ī b.^c XXX b rs.
Item doze duzias d'ovos seiscentos rs. a cimquoenta duzia _____ bI.^c rs.
Item sete queijos cemto e coremta rs. _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
Item do barquo que foy a Bellem com estas cousas cemto e coremta rs. _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
Item a homze azemeis pera jamtarem quatrocentos e coremta rs. _____ IIII.^c R.^{ta} rs.
Item a Martim Vaz pera jamtar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a Johão Lopez pera jamtar sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a dous homens da recamara cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item a dous moços do momte oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item dum cavalo pera Dom Francisco paagem da Rainha cemto e coremta rs. _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
Item a quatro homens que vierão da cidade pera irem com as damas e paagens duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
Dom Antonio 3\$685

[fl. 34v.]

Item Terça-feira 15 dias

Item a nove homens que caretaaram ho faato de S.A. dos paaços ao barquo e tornaarão descaregar na Boavista e o tornarão a caregar e descaregar nos ditos paaços d'Emxobreegas mill e quatrocentos e corenta rs. _____ \bar{I} IIII.^c R.^{ta} rs.

Item a dous homens que descaregaaram hofato da camareira mor quando veio de Belem pera os paaços d'Emxobregas cento e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.

Item a cimquo barquos que trouxerão ho fato de S.A. de Belem aos paaços d'Emxobregas dous mill setecentos e cimquoenta a quinhentos e cimquoenta rs. a cada hum \bar{II} bII.^c L rs.

Item a hum barquo que trouxe ho faato da camareira mor de Bellem a Enxobregas quinhentos e cimquoenta rs. _____ b.^c L rs.

Item de achas que se compraaram pera a despensa quando S.A. foi ha Esperansa coremta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item dum quartilho d'azeite que falltou vinte _____ XX rs.

Item de vinho pera os Frades de Santa Catarina cento e setemta rs. _____ C.^{to} LXX.^{ta} rs.

Dom Antonio

5\$090

[fl. 35] Duas canadas de vinho pera os fidalgos a que S.A. mamdou dar de comer na Boavista corenta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item do barquo em que foi a despensa ha Boavista cemto e cimquoenta rs. _____ C.^{to} L.^{ta} rs.

Item a Johão Velho allcaide pera vinho vimte rs. _____ XX rs.

Item a homze homens seus pera jamtarem quinhentos e cimquoenta rs. _____ b.^c L.^{ta} rs.

Item a doze moços da camara pera vinho cento e vinte rs. _____ C.^{to} XX rs.

Item ao forno em que cozeram hos pasteis na Boavista coremta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item ao barquo que tornou a despenssa e cozinha da Boavista aos paaços d'Emxobregas cemto e trimta rs. _____ C.^{to} XXX rs.

Item aos homens da mantearia pera jamtarem duzemos rs. _____ II.^c rs.

Item da casa em qu'esteve a despensa quando S.A. foi jamtar ha Boavista _____ C.^{to} rs.

Item por compra de vimte e nove queijos seiscentos e trimta e cimquo rs. _____ bI.^c XXX b rs.

Item a oito homens que se tomaaram pera acompanhar as donas e damas e pajes de S.A. quando vierão de Bellem quatrocentos e oitemta rs. _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.

Dom Antonio

2\$465

[fl. 35v.] Item a sete homens das amdas pera jamtarem duzemos e oitenta rs. II.^c LXXX.^{ta} rs.

Item a dous moços da capella pera jamtarem oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.

Item a quatro azemeis pera jamtarem cento e sesenta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.

Item a dezaseis moços d'estrebeira pera jantarem seiscentos e coremta rs. a coremta a cada hum _____ bI.^c R.^{ta} rs.
Item a quimze reposteiros pera jantarem seiscentos rs. _____ bI.^c rs.
Item a catorze cozinheiros com ho cozinheiro-mor pera jantarem quinhentos e oitenta rs. com hos oitenta diguo sesemta do cozinheiro-mor _____ b.^c LXXX.^{ta} rs.
Item a sete porteiros pera jantarem quatrocentos e vimte rs. _____ IIII.^c XX rs.
Item a Johão Lopez pera jantarem sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a Gomez de Siqueira porteiro das damas pera jantarem coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item de sete bestas em que vierão os cozinheiros de Bellem quatrocentos e vinte rs. _____
_____ IIII.^c XX rs.
Item quatro cabritos a duzentos e corenta e hum por duzentos novecentos e vimte rs. _____
_____ IX.^c XX rs.
Dom Antonio 4\$200

[fl. 36] Item duas perdizes a oitenta cemto e sesenta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
Item dous coelhos a setenta cemto e coremta rs. _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
Item quatro laaparas gramdes a cimquoenta duzentos rs. _____ II.^c rs.
Item de esmolla que se daa todas as semanas as Freiras d'Esperansa cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item a dous homens da recamara pera jantarem oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item de trazerem os espetos de Bellem ao mosteiro da Boavista dez rs. _____ X rs.
Item hũa perdiz do termo cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item vinte arateis d'asuquar a sesenta e cimquo mill e trezentos rs. _____ Ī III.^c rs.
Item quatro queijos setenta rs. _____ LXX.^{ta} rs.
Item vimte e cimquo duzias de peros a trimta e dous oitocentos rs. _____ bIII.^c rs.
Item nove arateis de serejas cemto e oito rs. _____ C.^{to} bIII.^o rs.
Item da panella em que forão dez rs. _____ X rs.
Item quatro perdizes a setenta duzentos e oitenta rs. _____ II.^c LXXX.^{ta} rs.
Dom Antonio 3\$358

[fl. 36v.] Item dous cabritos quinhemtos rs. _____ b.^c rs.
Item oito pombos trezentos e vimte rs. _____ III.^c XX rs.
Item de lousa que foi pera Esperansa quamdo S.A. veio de Bellem quinhemtos e trinta e quatro rs. _____ b.^c XXX IIII rs.
Item do careto della cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
Item hũa perdiz aos Capuchos oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.

Item de couves de segunda e terça-feira cento e setenta e tres rs. _____ C.^{to} LXXIII rs.
Item de caretos oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item de tirar ho fato da capella em Bellem e Enxobreegas coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item a Roque da Veiga porteiro da cozinha da besta em que foi e veio a Bellem sesenta rs. LX.^{ta} rs.
Item a Johão d’Onesta moço d’estrebeira quinhentos e sesenta rs. que se lhe montou aver em catorze dias que S.A. esteve em Bellem a coremta rs. por dia _____ b.^c LX.^{ta} rs.
Item de levar e trazer ho estanho que se buscou quando a Infanta fo<i> meremdar com a Rainha a Bellem sesenta e cinco rs. _____ LX.^{ta} b rs.
Item has Freiras d’Esperansa quatro mill rs. pera o seu jantar quando laa foi vimdo de Bellem _____ III rs.
Item sete arobas de vacua a quatrocentos e vinte e sete aroba dous mill e novecentos e oitenta e nove rs. _____ II IX.^c LXXX.^{ta} IX.

Dom Antonio 9\$451

[fl. 37] Item de pão que se comprou na praasa trezentos e vinte rs. _____ III.^c XX rs.

Dom Antonio \$320 rs.

[fl. 37v.] Quarta-feira 16 dias

Item de moerem seis allqueires de trigo pera a botica trimta e dous rs. e meio _____
_____ XXXII meio.
Item por compra de cincoenta galinhas que se comprarão a Gonçalo Fernandez ho Velho a cemto e dez cinco mill e quinhentos rs. _____ b b.^c rs.
Item por compra de hũa canastra raza de serejas quinhentos rs. _____ b.^c rs.
Item por compra de dezaseis galinhas cinco a cemto e vinte e homze a cemto e trimta dous mill e trimta rs. _____ II XXX rs.
Item quatro perdizes a oitenta trezentos e vinte _____ III.^c XX rs.
Item hum cabrito duzentos e vinte rs. _____ II.^c XX rs.
Item ao azemell que foi buscar estas cousas dum dia coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item de couves noventa e oito rs. _____ LR.^{ta} b III.^o rs.
Item de sebollas trimta rs. _____ XXX rs.
Item vinte e seis queijos a dezoito <quatrocentos> sesenta e oito rs. _____ IIII.^c LX.^{ta} bIII.^o rs.
Item quatro queijos mais cemto e vinte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item duas perdizes cemto e vinte rs. diguo cemto e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
Item hum cabrito duzentos rs. _____ II.^c rs.

Dom Antonio

9\$738 $\frac{1}{2}$

[fl. 38] Item vinte framgãos a coremta e cimquo novecentos rs. _____ IX.^c rs.
Item hum coelho setenta rs. _____ LXX.^{ta} rs.
Item de caretos cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item tres duzias e meia d'ovos a coremta e cimquo cento e cimquenta e sete rs. e meio _____
_____ C.^{to} LbII rs.
Item de limgoas e dum lombo dezoito arateis e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item trinta e cimquo arateis de carneiro a quinze quinhentos e vinte e cimquo rs. _____
_____ b.^c XX b rs.
Item a hũa besta que foi a Bellem buscar hum saquo de patacois que laa ficou cento e
vinte rs. _____ C.^{to} XX rs.

Dom Antonio

2\$112 $\frac{1}{2}$

[fl. 38v.] em branco

[fl. 39]

Quimta-feira 17 dias

Item por compra de sete duzias de fruta nova pera o praato a trimta duzia duzentos e dez _
_____ II.^c X rs.
Item a Jurdão varedeiro trezentos e vinte rs. por quatro galinhas por hũa receita _____
_____ III.^c XX rs.
Item d'allfases e rabans e pooros pera hũa sellada pera a Rainha dez rs. _____ X rs.
Item d'amemdooas verdes pera a Rainha trimta rs. _____ XXX rs.
Item a dous homens de mariolla por trazarem da praaia ha despensa huum quarto d'azeite
sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
Item a hum homem que caretou ho azeite da despensa ha botica vinte rs. _____ XX rs.
Item hũa canastra de serejas novecentos rs. _____ IX.^c rs.
Item de a levarem da Ribeira ha despensa trimta rs. _____ XXX rs.
Item sesenta e sete queijos mill e trezentos e vinte rs. _____ $\bar{\text{I}}$ III.^c XX rs.
Item sete framgãos a coremta duzentos e oitenta rs. _____ II.^c LXXX.^{ta} rs.
Item dous coelhos a setenta cento e coremta rs. _____ C.^{to} R.^{ta} rs.

Dom Antonio

3\$320

[fl. 39v.] Item dous pombos oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item de coentros sequos cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item de cheiros vimte e cimquo rs. _____ XXb rs.
 Item d'alluguer de dous odres que serviram em Bellem quimze dias cemto e vimte rs. _____
 _____ C.^{to} XX rs.
 Item dum odre que se rompeo no serviço da despensa duzentos rs. _____ II.^c rs.
 Item de caretos sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item quatro allqueires de farinha a duzentos oitocentos rs. e oitenta a duzentos e vimte
 allqueire _____ bIII.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item por compra de treze cantaros d'azeite de que forão para a despensa oito e cimquo
 pera os oleeos da botiqua dez mill e quatrocentos rs. a oitocentos cantaro _____ \bar{X} IIII.^c rs.
 Item hũa aroba de carneiro a quinze quatrocentos e oitenta rs. _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item de pão que se comprou na praasa trezentos rs. _____ III.^c rs.
 Dom Antonio 12\$645

[fl. 40] Sesta-feira 18 dias
 Item a dous homens que caretaaram seis talhas de lenha do caais ha despensa sesemta rs. LX.^{ta} rs.
 Item por compra de tres duzias de limgoados a quinhentos mill e quinhentos _____ \bar{I} b.^c rs.
 Item duzia e meia de limgoados mais quinhentos e coremta rs. _____ b.^c R.^{ta} rs.
 Item meia duzia mais duzentos rs. _____ II.^c rs.
 Item nove duzias e meia de vizugos a cemto e corenta duzia mill e trezentos e trimta rs. _____
 _____ \bar{I} IIII.^c XXX rs.
 Item doze saavens mill rs. _____ \bar{I} rs.
 Item quarto saavens mais quinhentos rs. _____ b.^c rs.
 Item da rasão de Lianor Fernandez cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item hum perdigão novemta rs. _____ LR.^{ta} rs.
 Item huum cemto de laranjas cemto e vinte _____ C.^{to} XX rs.
 Item hũa aroba d'aros setecentos rs. _____ bII.^c rs.
 Item hũa aroba de paassa d'Allicamte oitocentos rs. _____ bIII.^c rs.
 Item hũa canastra de serejas oitocentos e sesemta rs. _____ bIII.^c LX.^{ta} rs.
 Dom Antonio 7\$800

[fl. 40v.] Item de a levarem ha despensa trimta rs. _____ XXX rs.
 Item dezoito queijos quatrocentos e vinte _____ IIII.^c XX rs.

Item doze mais duzentos e oitenta rs. _____ II.^c LXXX rs.
 Item hum allqueire d'allpisti cemto e trimta _____ C.^{to} XXX rs.
 Item cimquo talhas e meia de lenha seiscentos e sesemta rs. _____ bI.^c LX.^{ta} rs.
 Item de barquo que a levou cemto e vinte rs. _____ C.^{to} XX rs.
 Item quarto duzias de fruta nova oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item duas panellas doze rs. _____ XII rs.
 Item cimquo duzias de peros pera o praato cemto e cimquoenta rs. _____ C.^{to} L.^{ta} rs.
 Item da seira em que foy a passa d'Allicante vimte rs. _____ XX rs.
 Item trimta e hũa duzias d'ovos a coremta e cimquo mill e trezentos e noventa e cimquo
 rs. _____ $\bar{\text{I}}$ III.^c LRb rs.
 Item de caretos sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item das Freiras da Madre de Deus d'esmolla da sesta-feira duzentos que toca da semana II.^c rs.
 Item de pão da praasa duzentos e corenta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.

[fl. 41]

Sabado 19 dias

Item por compra de catorze galinhas todas juntas mill e quatrocentos e coremta rs. _____
 _____ $\bar{\text{I}}$ IIII.^c R.^{ta} rs.
 Item homze framgãos a trimta trezentos e trimta rs. _____ III.^c XXX rs.
 Item a Manuel Lopez capellão de S.A. cemto e oitenta rs. de freete do batel em que foy ha
 torre velha quamdo foi visitar Dona Catarina _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
 Item a Dioguo de Brito capellão de S.A. mill e coremta rs. de despesas que fez quando foi a
 Bellmonte por mamdado de S.A. _____ $\bar{\text{I}}$ R.^{ta} rs.
 Item a Belltenas latoeiro duzentos e corenta rs. por dezaseis aratens de carneiro por hũa
 receita a quimze _____ II.^c R.^{ta} rs.
 Item da lavagem da roupa do confesor vimte rs. _____ XX rs.
 Item por compra de hũa vitela dous mill e quinhemtos rs. _____ $\bar{\text{II}}$ b.^c rs.
 Item do comcerto della cemto e sesenta _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item tres cabritos seiscentos e sesenta _____ bI.^c LX.^{ta} rs.

Dom Antonio

6\$570

[fl. 41v.] Item sete perdizes a oitenta quinhemtos e sesenta rs. _____ b.^c LX.^{ta} rs.
 Item dezasete galinhas nove a cemto e trimta e as oito a cemto a cemto e vimte dous mill e
 cemto e trimta rs. _____ $\bar{\text{II}}$ C.^{to} XXX rs.
 Item nove framgãos a trimta e cimquo trezentos e quimze rs. _____ III.^c Xb rs.
 Item dous laaparos cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.

Item a dous azemeeis que forão buscar estas cousas pelos montes em que amdaram dous dias e hũa noite e da palha das azemalhas cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item a tres homens que barerão os paateos e tereyro quamdo el Rey veio d'Allmeirim cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item de vasouras com que varerão dez rs. _____ X rs.
Item a hum homem que foi com hum carguo dos paaços d'Emxobreegas a casa d'el Rey a Samtos coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item duas duzias de limgoados mill e cem rs. _____ $\bar{\text{I}}$ C.^{to} rs.
Item hũa duzia mais quatrocentos rs. _____ IIII.^c rs.
Item quatro sarhoneetes cemto e vinte _____ C.^{to} XX rs.
Dom Antonio 4\$945

[fl. 42] Item da rasão de Lianor Fernandez cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item doze savens mill e quatrocentos rs. _____ $\bar{\text{I}}$ IIII.^c rs.
Item hũa canastra de serejas mill rs. _____ $\bar{\text{I}}$ rs.
Item de peras pera o praato duzentos rs. _____ II.^c rs.
Item das esteyras que se fizerão pera a casa de S.A. dez mil setecentos e coremta são honze mill setecentos e coremta e seis rs. como se pode ver pelo roll ___ $\overline{\text{XI}}$ bII.^c R.^{ta} bI rs.
Item vimte e tres arateis d'asuquar a oitenta e cimquo mill e novecentos e cimquenta e cimquo rs. _____ $\bar{\text{I}}$ IX.^c L b rs.
Item vimte e tres arateis e tres quartas d'asuquar do Brazill a sesenta e cimquo mill e quinhentos e coremta e cimquo rs. _____ $\bar{\text{I}}$ b.^c R.^{ta} b rs.
Item meio cemto de limois cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item de couves e cheiros pera dous dias duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item de catorze duzias d'ovos a coremta e cimquo seiscentos e trimta rs. _____ bI.^c XXX rs.
Item meio allqueire de pasa d'amexia cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item quarto pombos cemto e setenta rs. _____ C.^{to} LXX.^{ta} rs.
Item vimte e quatro queijos quatrocentos e oitenta rs. _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.
Dom Antonio 19\$686

[fl. 42v.] Item hum saquo pera o dinheiro coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item de caretos noventa rs. _____ LR.^{ta} rs.
Item seis pombos duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item dez framgãos a coremta e cimquo quatrocentos e cimquenta rs. _____ IIII.^c L.^{ta} rs.

Item de pão que se comprou na praasa duzentos e cimquenta e cimquo rs. ____ II.^c L.^{ta} b rs.
Item a Amtonio Fernandez trabalhador por tres dias que trabalhou em femder lenha pera
o requeixo duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item aos Frades de São Francisco d'Emxobreegas duzentos e vimte e cimquo rs. por
quimze arateis de carneiro que toca do sabado _____ II.^c XX b rs.
Item por compra de trimta galinhas a oitenta dous mill e quatrocentos rs. _____ $\bar{\text{II}}$ III.^c rs.
Item do careto dellas quimze rs. _____ Xb rs.
Item catorze arobas de vaqua a quatrocentos e vimte e sete aroba quatro mill e
novecentos setenta e oito rs. são cinco mil novecentos setenta e oito rs. _____
_____ $\bar{\text{b}}$ IX.^c LXX bIII.^o [rs]

Dom Antonio

9\$933

[fl. 43] Item trimta e tres arateis de carneiro a quimze quatrocentos e noventa e cinco rs.
_____ III.^c LR b rs.
Item cimquo arobas de carneiro mais dous mill e quatrocentos rs. _____ $\bar{\text{II}}$ III.^c rs.
Item duas fersuras coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item d'amollaar as cutelas vimte rs. _____ XX rs.
Item oito arateis de carneiro aos Capuchos cento e vinte rs. _____ C.^{to} XX rs.

Dom Antonio

3\$075

[fl. 43v.] em branco

[fl. 44] Dominguo 20 dias
Item por compra de quatro canadas de vinho pera os assados da vitela oitenta rs _____
_____ LXXX.^{ta} rs.
Item hũa canastra de serejas mill rs. _____ $\bar{\text{I}}$ rs.
Item de a levarem trimta rs. _____ XXX rs.
Item de fruta nova cento e cimquenta rs. _____ C.^{to} L.^{ta} rs.
Item de peros pera o praato duzentos rs. _____ II.^c rs.
Item de pão trezentos rs. _____ III.^c rs.
Item de careto trimta rs. _____ XXX rs.
Item de peras mais vimte rs. _____ XX rs.
Item quatro duzias mais de fruta nova cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item a Balltenas por dezaseis arateis de carneiro por hũa receita duzentos e corenta _____
_____ II.^c R.^{ta} rs.

[fl. 44v.] em branco

[fl. 45]

Segumda-feira 21 dias

Item por compra dum cesto de peras cemto e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.

Item por compra de mais outro sesto de peras duzentos e sesenta rs. _____ II.^c LX.^{ta} rs.

Item por moerem quatro allqueires e meio de trigo pera a botiqua vimte e dous rs e meio _
_____ XXII meio [rs].

Item por compra de vasouras coremta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item por compra de seis framgãos a trimta e seis duzentos e dezaseis rs. _____ II.^c XbI rs.

Item de tres esteyras pera a roza da botiqua quinhemtos e sesemta rs. _____ b.^c LX.^{ta} rs.

Item duas duzias de panellas vidradas pera a botiqua quatrocentos e vinte rs. _____
_____ III.^c XX rs.

Item a Fruitozo Gonçalvez azemell pera ir a Obidos cemto e sesemta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.

Item dum cargo de loussa oitocentos e seis rs. _____ bIII.^c bI rs.

Item do careto della oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.

Item d'alluguer de dous saquos que servirão em Bellem enquanto S.A. la esteve trimta rs. XXX rs.

[fl. 45v.] Item de pão que se comprou na praasa trezemtos rs. _____ III.^c rs.

Item duas perdizes duzentos rs. _____ II.^c rs.

Item dous azados pera a botiqua cemto e vinte _____ C.^{to} XX rs.

Item quatro quartas pera a botiqua sesenta _____ LX.^{ta} rs.

Item de couves e sebollas cemto e trinta _____ C.^{to} XXX rs.

Item hũa midida de meia canada de baro pera medir ho azeite na despensa dez rs ____ X rs.

Item de caretos oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.

Item sesemta e oito arateis de vaqua mill e coremta rs. _____ $\bar{\text{I}}$ R.^{ta} rs.

Item sesemta arateis de carneiro a quinze novecentos rs. _____ IX.^c rs.

Item oito arateis de carneiro aos Capuchos cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.

Item hũa fersura pera os gaatos vinte rs. _____ XX rs.

[fl. 46] Item por compra de cento e vinte e sete asafates de roza que se compraaram a Margarida Francisqua a quimze mill e novecentos e cimquo rs. _____ $\bar{\text{I}}$ IX.^c b rs.
Item ella mais dous mill e quatrocentos e oitenta rs. por compra de trimta e huum allqueires de froll a oitenta allqueire _____ $\bar{\text{II}}$ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.
Item por compra de mill e oitocentos e trinta e sete sestos de roza que se compraaram a Ana Fernandez a quimze vimte e sete mill e quinhemtos e cincoenta e cinco rs. _____
_____ XXbII b.^c L.^{ta} b rs.
Item por compra de duzentos e dous sestos mais de roza que se compraaram a Maria Fernandez a quimze tres mill e trimta _____ $\bar{\text{III}}$ XXX rs.
Item por compra de mais mill e duzentos e noventa e quatro cestos de roza a quinze dezanove mill quatrocentos e dez rs. _____ XIX IIII.^c X rs.
Dom Antonio 54\$380

[fl. 46v.] em branco

[fl. 47] Terça-feira 22 dias
Item por compra de catorze queijos quatrocentos e vimte rs. _____ IIII.^c XX rs.
Item dous pombos oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item a hũa molher que pousa em Allvallade mill e setecentos rs. que S.A. mandou dar ha camareira mor pera lhos mamdar pera comprar pera vinagre rozado e pera _____ $\bar{\text{I}}$ bII.^c rs.
Item por compra de vimte e duas galinhas doze a cento e trinta e as sete a cento e coremta e as tres a cento e vimte dous mill e novecentos rs. _____ $\bar{\text{II}}$ IX.^c rs.
Item hum cabrito duzentos e vimte rs. _____ II.^c XX rs.
Item hũa perdiz setenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
Item ao azemell que foi buscar estas cousas pelos momtes dum dia coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
Item dous cabazes de serejas quatrocentos e cincoenta rs. _____ IIII.^c L.^{ta} rs.
Item vimt'oito arateis de serejas mais a vinte quinhemtos e sesenta rs. _____ b.^c LX.^{ta} rs.
Dom Antonio 6\$440

[fl. 47v.] Item hum cabrito cento e sesenta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
Item quatro coelhos a setenta duzemtos e oitenta rs. _____ II.^c LXXX.^{ta} rs.
Item cimquo duzias de fruta nova cento e vinte e cimquo rs. _____ C.^{to} XXb rs.
Item doze duzias de peras pera o praato cento e coremta e quatro rs. _____ C.^{to} RIII rs.
Item seis pipinos dos primeiros cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
Item tres perdigois do termo trezentos rs. _____ IIII.^c rs.

Item coremta duzias de mantequilhas a dez duzia quatrocentos rs. _____ IIII.^c rs.
 Item da panella em que foram cimquo rs. _____ b rs.
 Item de caretos cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item de couves e cheiros cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item vimte duzias d'ovos a coremta oitocentos _____ bIII.^c rs.
 Item dous coelhos cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item sete arobas e vimte e seis arateis e meio de vaqua a quatrocentos e vimte e ste aroba
 tres mill trezentos e coremta e seis rs. _____ III IIII.^c R.^{ta} bI rs.
 Dom Antonio 5\$910

[fl. 48] Item tres arobas de carneiro a quinze mill e quatrocentos e coremta rs. I IIII.^c R.^{ta} rs.
 Item aos Capuchos duas rollas e hũa fersura cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
 Dom Antonio 1\$490

[fl. 48v.] Quarta-feira 23 dias
 Item oito galinhas a cento e coremta mill e cento e vimte rs. _____ I C.^{to} XX rs.
 Item por duas galinhas mais cemto e sesenta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item a Ana d'Amdrade mill e duzentos e corenta rs. que se lhe montou aver neste mes do
 pão que não tomou na despensa a coremta rs. por dia _____ I II.^c R.^{ta} rs.
 Item a hum homem por levar hum carguo da botica a casa d'el Rey coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item has Freiras do mosteiro d'Esperansa cem rs que to[ca] todas as semanas pera azeite _
 _____ C.^{to} rs.
 Item a outro homem que foy com outro cargo a casa d'el Rey cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
 Item a dous homens que caretaram hum barquo de lenha de forno da praia ha botica
 setenta rs. _____ LXX rs.
 Item por concerto de hũa trempem da botiqua oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Dom Antonio 2\$860

[fl. 49] Item hum cabrito duzentos e vimte rs. _____ II.^c XX rs.
 Item hũa canastra de serejas mill rs. _____ I rs.
 Item de levarem ha despensa trimta rs. _____ XXX rs.
 Item dez arateis de serejas pera a Rainha duzentos _____ II.^c rs.
 Item da panella em que forão dez rs. _____ X rs.
 Item vimte duzias de peras duzentos rs. _____ II.^c rs.
 Item quatro duzias de fruta nova cem rs. _____ C.^{to} rs.

Item ao allguidar em que forão doze rs. _____ XII rs.
 Item de limois sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item hũa duzia de laranjas doces dezoito _____ XbIII.^o rs.
 Item seis allqueires de sall oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item vimte queijos quatrocentos e sesenta _____ IIII.^c LX.^{ta} rs.
 Item de couves e cheiros e sebollas cemto e trimta rs. _____ C.^{to} XXX rs.
 Item hum allqueire d'amexias pasadas duzentos rs. _____ II.^c rs.
 Item dous baris pera conserva cemto e corenta _____ C.^{to} R.^{ta} rs.
 Item de pão que se comprou na praasa duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
 Dom Antonio 3\$100

[fl. 49v.] vimte e dous arateis de carneiro a quimze trezentos e trimta rs. _____ III.^c XXX rs.
 Item hũa fersura vimte rs. _____ XX rs.
 Item oito arateis e meio de vaqua cemto e treze rs. _____ C.^{to} XIII rs.

[fl. 50] Quimta-feira 24 dias
 Item por compra dum cabas de fruta nova em que vinhão vimte e tres duzias pera as damas duzentos e sesemta rs. _____ II.^c LX.^{ta} rs.
 Item de sumagre quimze rs. _____ Xb rs.
 Item dous perdigois cemto e novemta rs. _____ C.^{to} LR.^{ta} rs.
 Item outro cabazinho de fruta nova em que vinhão duzias⁷¹² cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item hum cesto d'amemdoas verdes que derão na botica cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item por nove duzias de peras pera o praato sesenta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item duas duzias de fruta nova trimta rs. _____ XXX rs.
 Item ao filho de Gaspar Nunez reposteiro que foi de S.A. dezaseis arateis de carneiro pera oito dias que se comesaaram oje por hũa reposta _____ II.^c R.^{ta} rs.
 Item quatro allqueires de farinha a duzentos e vimte oitocentos e oitenta rs. _____
 _____ bIII.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item vimte duzias d'ovos a coremta oitocentos rs. _____ bIII.^c rs.
 Item hũa perdiz cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item de caretos oitenta rs. _____ LXXX rs.
 Dom Antonio 2\$855

[fl. 50v.] Item tres saquos de carvão pera a guarda reposta cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.

⁷¹² Sic.

Item de careto delles trimta rs. _____ XXX rs.
Item por compra de coremta e duas galinhas a cemto e vimte cimquo mill e coremta _____
_____ **b̄** R.ta rs.
Item dous coelhos cemto e vimte rs. _____ C.to XX rs.
Item hum cabrito cemto e sesemta rs. _____ C.to LX.ta rs.
Item hũa perdiz cem rs. _____ C.to rs.
Item hũa canastra de serejas novecentos e cincoenta rs. _____ IX.c L.ta rs.
Item sete duzias de fruta nova setenta rs. _____ LXX.ta rs.
Item quimze duzias de peras pera o praato cento e cincoenta rs. _____ C.to L.ta rs.
Item oito arateis de serejas a vimte cemto e sesemta rs. _____ C.to LX.ta rs.
Item da panella em que forão dez rs. _____ X rs.
Item de peras pera os Capuchos vinte rs. _____ XX rs.
Item tres talhas de lenha trezentos e sesenta rs. _____ III.c LX.ta rs.
Item do barquo que ha levou da porta do mar a Emxobreegas cemto e vinte _____ C.to XX rs.
Item quatro perdizes do termo quatrocentos rs. _____ IIII.c rs.
Dom Antonio 7\$810

[fl. 51] Item de concerto dum cadeado pera a despensa trimta e cimquo rs. _____ XXXb rs.
Item de cheiros vimte e cimquo rs. _____ XXb rs.
Item de pão duzentos e coremta rs. _____ II.c R.ta rs.
Item de caretos noventa rs. _____ LR.ta rs.
Item vimte queijos quatrocentos rs. _____ IIII.c rs.
Item trimta e quatro aratens de carneiro a quimze quinhentos e dez rs. _____ b.c X rs.
Item dezoito aratens de vaqua a treze e dous seitis duzentos e coremta rs. _____ II.c R.ta rs.
Item duas fersuras pera os gaatos coremta _____ R.ta rs.
Item has Freiras do mosteiro d'Esperansa mill e trezentos rs. por vinte aratens d'asuquar
que lhe S.A. mandou dar por hum recado que ho veador deu a Francisco Godinho_ **Ī** III.c rs.
Dom Antonio 2\$880

[fl. 51v.] em branco

[fl. 52] Sesta-feira 25

Item a Jurdão varedeiro por hũa galinha pera sexta e sabado por hũa receita que ficou na
mão a Fernão Roiz comdrete (?) oitenta rs. _____ LXXX.ta rs.
Item por compra de dous sestos pera a fruta das damas oitenta rs. _____ LXXX.ta rs.

Item has freiras da Madre de Deus d'esmolla que tem cada semana duzentos rs. _____ II.^c rs.
 Item seis duzias e meia de limgoados dous mill e quinhentos rs. _____ $\bar{\text{II}}$ b.^c rs.
 Item dezoito duzias de mugens a cemto e vimte dous mill cemto e sesemta _____
 _____ $\bar{\text{II}}$ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item dez duzias mais a cemto e trimta mill e trezentos rs. _____ $\bar{\text{I}}$ III.^c rs.
 Item da rasão de Lianor Fernandez cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item duas duzias d'azivias cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item hũa canastra de serejas oitocentos _____ bIII.^c rs.
 Item de careto della trimta rs. _____ XXX rs.
 Item doze arateis de serejas duzentos e corenta _____ II.^c R.^{ta} rs.
 Item duas panellas grandes pera a botiqua oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Dom Antonio 7\$670

[fl. 52v.] Item nove duzias de peras novemta rs. _____ LR.^{ta} rs.
 Item tres duzias de fruta nova coremta e cimquo _____ Rb rs.
 Item quatro arates d'erva doce pera a guarda reposta duzentos rs. _____ II.^c rs.
 Item de cheiros seis rs. _____ bI rs.
 Item de hũa barqua de lenha em que quatro caradas de tramquo e noventa duzias de
 lenha de forno pera a despensa e botiqua quatro mill rs. _____ $\bar{\text{III}}$ rs.
 Item de caretos sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.
 Item por quatro livros pera a despensa que am-de servir no mes de Junho quatrocentos e
 oitenta rs. _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item de pão que se comprou na praasa trezentos rs. _____ III.^c rs.
 Item a Jurdão mais outra galinha pela mesma receita asima oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item a Johão Nunez callsiteiro d'el Rey pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
 Item dez duzias de peras cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item a Soares chocareiro pera vinho vimte rs. _____ XX rs.
 Dom Antonio 5\$401

[fl. 53] Sabado 26
 Item por compra de catorze framgãos a trimta quatrocentos e vimte _____ IIII.^c XX rs.
 Item tres duzias e tres ovos a coremta duzia cemto e trimta rs. _____ C.^{to} XXX rs.
 Item por hum cesto de peras com fruta nova cemto e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
 Item quatro galinhas a cemto e trimta quinhentos e vimte rs. _____ b.^c XX rs.
 Item cimquenta galinhas a novemta quatro mill e quinhentos rs. _____ $\bar{\text{III}}$ b.^c rs.

Item por compra de hũa vitela dous mill e oitocentos e cimquoenta rs. ____ $\bar{\text{II}}$ bIII.^c L.^{ta} rs.

Item ao azemel que foy busquar a vitela de dous dias seus e da palha da azemala cem rs. ____
_____ C.^{to} rs.

Item do concerto della e dos meudos cemto e sesemta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.

Item a Amtonio Fernandez ho Velho por quatro dias que trabalhou em femder lenha pera a despensa trezentos e vimte rs. _____ III.^c XX rs.

Item ha Gallega por allimpar os paateos da botica oitenta rs. por mes _____ LXXX.^{ta} rs.

Dom Antonio

9\$260

[fl. 53v.] Item duzia e meia de limgoados a quinhentos duzia setecentos e cinquenta rs. bII.^c L rs.

Item meia duzia mais trezentos e cimquoenta rs. _____ III.^c L rs.

Item dez duzias e meia de mugens a cemto e dez mill cemto e cimquoenta e cimquo rs. ____
_____ $\bar{\text{I}}$ C.^{to} Lb rs.

Item quatro duzias de tainhas a trezentos duzia mill e duzentos rs. _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.

Item da rasão de Lianor Fernandez cem rs. _____ C.^{to} rs.

Item d'amollar os cutelos vimte rs. _____ XX rs.

Item trimta e cimquo duzias de peras trezentos e cimquoenta rs. _____ III.^c L rs.

Item vimte e oito duzias de fruta nova a dez duzia duzentos e oitenta rs. ____ II.^c LXXX.^{ta} rs.

Item dezaseis arateis de serejas pera a Rainha cemto e novemta e dous rs. _____ C.^{to} LRII rs.

Item sete arobas de vaqua a treze e dous seitis dous mill e novecentos e oitenta e nove rs. $\bar{\text{I}}$ IX.^c LXXX.^{ta} IX [rs.]

Item tres arobas de carneiro a quimze mill e quatrocentos e coremta rs. _____ $\bar{\text{I}}$ IIII.^c R.^{ta} rs.

Item trimta aratens mais pera as damas trezentos e sesemta rs. a doze _____ III.^c LX.^{ta} rs.

Dom Antonio

8\$186

[fl. 54] Item trimta aratens mais a homze trezentos e trimta rs. _____ III.^c XXX rs.

Item ha filha de Johão Freire moço d'estrebeira por dez aratens de carneiro a quinze por hũa receita feita neste dia duzentos e coremta rs. _____ ⁷¹³.

Item hum cabrito duzentos rs. _____ II.^c rs.

Item dous laaparos novemta rs. _____ LR.^{ta} rs.

Item dous mais cem rs. _____ C.^{to} rs.

Item hum coelho sesemta rs. _____ LX.^{ta}

Item de couves, cheiros e sebollas cemto e cimquoenta rs. _____ C.^{to} L.^{ta} rs.

⁷¹³ Segue-se II.^c R.^{ta} riscado.

Item quinze aratens de carneiro a quinze duzentos e vinte e cinco rs. pera os Padres de São Francisco da Lixa _____ II.^c XX b.
 Item vinte aratens de serejas pera a Rainha a dezoito trezentos e sesenta rs. _ III.^c LX.^{ta} rs.
 Item tres perdizes duzentos e setenta rs. _____ II.^c LXX rs.
 Item quinze figos dos primeiros coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item doze pipinos cemto e vinte rs. _____ C.^{to} XX rs.
 Item quatro panellas trimta rs. _____ XXX rs.
 Item quatro pombos cemto e sesemta _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Dom Antonio 2\$315

[fl. 54v.] Item quatro allqueires de farinha a duzentos e vinte oitocentos e oitenta rs. _____
 _____ bIII.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item por compra dum tousinho curado que pezou trimta e seis aratens a trimta mill e oitenta rs. pera Lianor Fernandez _____ Ī LXXX.^{ta} rs.
 Item hum cemto de limois cemto e trinta _____ C.^{to} XXX rs.
 Item trimta duzias d'ovos a coremta mill e duzentos rs. _____ Ī II.^c rs.
 Item de caretos cemto e sesemta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item de pão de praasa duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
 Item oitenta aratens de serejas a homze oitocentos e oitenta rs. _____ bIII.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item hũa canastra de sereja pera as Freiras d'Esperansa mill rs. _____ Ī rs.
 Item de careto della trimta rs. _____ XXX rs.
 Item d'obreias pera as Freiras da Madre de Deus duzentos rs. _____ II.^c rs.
 Item trimta duzias de peras a doze trezentos e sesemta rs. _____ III.^c LX.^{ta} rs.
 Item dezasete duzias de fruta nova a treze duzentos e vinte e hum rs. _____ II.^c XXI rs.
 Dom Antonio 6\$381

[fl. 55] Item de caretos coremta e cinco rs. _____ R.^{ta} b rs.
 Item de pão que se comprou na praasa trezentos rs. _____ III.^c rs.
 Item oito aratens de carneiro a quinze cemto e vinte pera os Capuchos _____ C.^{to} XX rs.
 Item duas fersuras pera os gaatos coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item aos Frades de São Francisco da cidade por quinze aratens de carneiro a quinze duzentos e vinte e cinco rs. _____ II.^c XXb rs.
 Dom Antonio -730

[fl. 55v.] em branco

[fl. 56]

Domingo 27

Item a Balltenas duzentos e coremta rs. por dezaseis aratens de carneiro pera oito dias que se comeesão oje _____ II.^c R.^{ta} rs.

Item por tres canadas de vinho pera os asados da vitela sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.

Item por compra dum cesto de peras duzentos e oitenta rs. _____ II.^c LXXX.^{ta} rs.

Item de pão trezentos rs. _____ III.^c rs.

[Dom Antonio]

880

[fl. 56v.] em branco

[fl. 57]

Segunda-feira 28

Item por compra de cimquoenta galinhas a noventa quatro mill e quinhentos rs. III b.^c rs.

Item por oito duzias d'azivias a cimquoenta quatrocentos rs. _____ IIII.^c rs.

Item por dezaseis framgãos a trimta quatrocentos e oitenta rs. _____ IIII.^c LXXX.^{ta} rs.

Item de sebollas e cheiros cimquoenta e cimquo _____ L.^{ta} b rs.

Item meio cento de laranjas cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.

Item quatro duzias de fruta nova noventa rs. _____ LR.^{ta} rs.

Item da panella em que forão seis rs. _____ bI rs.

Item trimta duzias de fruta nova pera as damas trezentos rs. _____ III.^c rs.

Item hũa canastra de serejas novecentos rs. _____ IX.^c rs.

Item de a levarem trimta rs. _____ XXX rs.

Item hum allqueire de limtilhas duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.

Item duas duzias de savens escallados tres mil seiscentos rs. _____ III bI.^c rs.

Item vinte duzias de mugens a cento e trimta dous mill seiscentos rs. _____ II bI.^c rs.

Dom Antonio

13\$251

[fl. 57v.] Item da rasão de Lianor Fernandez cem rs. _____ C.^{to} rs.

Item meia aroba d'amemdoas a sesemta novecentos e sesemta rs. _____ IX.^c LX.^{ta} rs.

Item de pão da praasa trezentos e vinte _____ III.^c XX rs.

Item duas duzias e meia de figos sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.

Item duas duzias d'azivias cem rs. _____ C.^{to} rs.

Item de caretos cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.

Item a Johão Nunez callsiteiro d'el Rey pera vinho vinte rs. _____ XX rs.

Item por compra de hũa vitela tres mill rs. _____ III rs.

Item por seis queijos d'Imgalaterra que S.A. comprou em Bellem oitocentos rs. ____ bIII.^c rs.
Dom Antonio 5\$410

[fl. 58]

Terça-feira 29

Item por compra dum cesto de peras cemto e sesenta rs. _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.

Item por tres duzias de figos setenta rs. _____ LXX.^{ta} rs.

Item sete duzias d'ovos a coremta duzentos e oitenta rs. _____ II.^c LXXX.^{ta} rs.

Item por compra de quatro canastras de serejas de que S.A. deu hũa ha Madre de Deus e duas a Santa Crara e a outra mamdou repartir diamte sii por as molheres de sua casa e todas quatro custaram tres mill e seiscentos rs. a seiscentos rs. diguo a novecentos rs. canastra _____ III[̄] bI.^c rs.

Item por compra de homze galinhas mill e sesenta rs. a preços differentes _____ I[̄] LX.^{ta} rs.

Item por nove framgãos a vimte e cimquo duzentos e vimte e cimquo rs. _____ II.^c XXb rs.

Item a dous homens que tiraram as quatro canastras de serejas do barquo e as levarão ha Madre de Deus e levaram outra ha Madre de Deus⁷¹⁴ oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.

Item as Freiras da Madre de Deus mill rs. de que S.A. lhe fez merce pera comprarem huns poucos de framgãos _____ I[̄] rs.

Dom Antonio

6\$475

[fl. 58v.] Item dum barquo de lenha de sovaro oitocentos rs. _____ bIII.^c rs.

Item de a tirarem do barquo coremta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item ha Gallega coremta rs. por varer los paateos da botica _____ R.^{ta} rs.

Item cimquo duzias e meia de limgoados a duzentos e cimquoenta mill e trezentos setenta e cimquo rs. _____ I[̄] III.^c LXX.^{ta} b rs.

Item tres limgoados mais duzentos rs. _____ II.^c rs.

Item dezoito saavens escallados dous mill e quatrocentos e sesemta rs. _____ II[̄] IIII.^c LX.^{ta} rs.

Item dez pampanos duzentos e oitenta _____ II.^c LXXX.^{ta} rs.

Item seis mais cemto e oitenta rs. _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.

Item da rasão de Lianor Fernandez cem rs. _____ C.^{to} rs.

Item hũa canastra de serejas de Simtra _____ I[̄] IIII.^c rs.

Item coremta aratens de serejas mais a dez quatrocentos rs. _____ IIII.^c rs.

Item doze aratens mais pera o praato a dezoito duzentos e dezaseis rs. _____ II.^c XbI rs.

Item de laranjas doces trimta rs. _____ XXX rs.

⁷¹⁴ *Sic.*

[fl. 59] Item vimt'oitto duzias de fruta nova duzentos e vimte e quatro _____ II.^c XXVIII rs.
 Item duas duzias mais pera o praato coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item duzia e meia de figos coremta e cimquo rs. _____ R.^{ta} b rs.
 Item coremta duzias de mantiquilhas a doze quatrocentos e oitenta rs. ____ III.^c LXXX.^{ta} rs.
 Item da panella em que forão seis rs. _____ bI rs.
 Item seis allqueires de sall oitenta e hum rs. _____ LXXX.^{ta} I rs.
 Item hũa quarta de maassa cemto e sesenta _____ C.^{to} LX.^{ta} rs.
 Item de pão da praasa trezentos rs. _____ III.^c rs.
 Item de cheiros vimte e cimquo rs. _____ XXb rs.
 Item de caretos oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.
 Item a hum homem que foy buscar hum carneiro aos Oullivais pera se matar para a despensa quimze rs. _____ Xb rs.

Dom Antonio

1\$456

[fl. 59v.] em branco

[fl. 60]

Quarta-feira 30

Item sete arobas de vaqua a treze e dous seitis dous mill e novecentos e oitenta e nove rs. $\bar{\text{II}}$ IX.^c LXXXIX rs.
 Item quatro arobas de carneiro a quimze mill e novecentos e vimte rs. _____ $\bar{\text{I}}$ IX.^c XX rs.
 Item duas fersuras coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item hum cabrito duzentos e cimquoenta rs. _____ II.^c L.^{ta} rs.
 Item a Florestão d'Orta merceiro duzentos rs. de que S.A. lhe fez mercee pera comprar hũa cura de sallsaparilha por humm recado que deu ho veador _____ II.^c rs.
 Item de matarem huum carneiro vimte rs. _____ XX rs.
 Item de figos e fruta nova pera os Capuchos vimte rs. _____ XX rs.
 Item de vimte e seis duzias de peras duzentos⁷¹⁵ e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
 Item hũa duzia de figos vimte rs. _____ XX rs.
 Item da panella em que vierão dez rs. _____ X rs.
 Item a Monequa da Fonsequa pera bixigas e cristeis cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
 Item doze framgãos a trimta trezentos e sesemta rs. _____ III.^c LX.^{ta} rs.
 Item cimquo duzias e meia d'ovos a coremta duzentos e vimte e cimquo rs. _____ II.^c XX b rs.

Dom Antonio

6\$344

⁷¹⁵ Repete.

[fl. 60v.] Item has freiras do mosteiro d'Esperamsa d'esmolla cem rs. quanto todas as
semanas _____ C.^{to} rs.
Item de moerem seis allqueires de trigo pera a botiqua trimta rs. _____ XXX rs.
Item por compra de vinte e hũa galinhas a preços differentes dous mill e setecentos _____
_____ **II** bII^c rs.
Item por sete framgãos a trimta duzentos e dez rs. _____ II.^c X rs.
Item hum laaparo gramde cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.
Item dous coelhos cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item tres perdizes a oitenta duzentos e corenta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.
Item duas duzias e meia de limgoados mill e duzentos rs. _____ **I** II.^c rs.
Item tres duzias de sarmonetes seiscentos rs. _____ bI.^c rs.
Item da rasão de Lianor Fernandez cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item hũa canastra em que vão buscar galinhas aos momtes e outra pera a fruta
setecentos e cimquoenta rs. _____ bII.^c rs.
Item de couves e cheiros e sebollas e safram duzentos e cimquoenta rs. _____ II.^c L.^{ta} rs.
Item cimquo aratens de paasa d'Allicamte e de hũa panella em que forão a São Josee cemto
e trimta e hum rs. _____ C.^{to} XXXI rs.

Dom Antonio

6\$431

[fl. 61] Item hum barill de figos quinhemtos e cimquoenta rs. _____ b.^c L.^{ta} rs.
Item tres canastras de sereja hũa pera as damas e outra pera a despensa e outra pera
Anunciada tres mill rs. _____ **III** rs.
Item do careto dellas e doutras cousas cemto e noventa rs. _____ C.^{to} LR.^{ta} rs.
Item vimte aratens de sereja bricall a dezoito duzentos e sesenta rs. _____ II.^c LX.^{ta} rs.
Item tres duzias de fruta nova pera o praato cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item de pipinos e laranjas cemto e vimte e cimquo rs. _____ C.^{to} XXb rs.
Item tres coelhos duzentos e dez rs. _____ II.^c X rs.
Item hum perdigão cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item homze aratens e tres quartas d'asuqar da Ilha da Madeira a oitenta e cimquo nove
centos e novemta e oito rs. _____ IX.^c LR bIII.^o rs.
Item vimte e duas duzias d'ovos a coremta e cimquo novecentos e novemta rs. _____
_____ IX.^c LR.^{ta} rs.
Item de limois cimquoenta rs. _____ L.^{ta} rs.

Item de pão que se comprou na praasa trezentos rs. _____ III.^c
Dom Antonio 6\$893

[fl. 61v.] em branco

[fl. 62] Quimta-feira 31 dias

Item a Ana de Moraes seiscentos rs. que se lhe momtou aver neste mes são seiscentos e
vimte rs. por trimta e hum dias deste mes a vimte rs. por dia quanto pera pão que não
tomo na despensa _____ bI.^c XX rs.

Item dum cabas de figos sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.

Item vimte e seis duzias de peras duzentos e cimquenta rs. _____ II.^c L.^{ta} rs.

Item a Giraldo Castilho reposteiro cemto e vinte rs. pera oito aratens de carneiro a quimzeC.^{to} XX rs.

Item duas duzias de fruta nova pera a Rainha trimta e tres rs. _____ XXXII rs.

Item de pão trezentos rs. _____ III.^c rs.

Item de vinho pera o preegador e monteiro coremta rs. _____ R.^{ta} rs.

Item dum cabas de figos sesemta rs. _____ LX.^{ta} rs.

Item a Balltinaas por quatro galinhas trezentos e vimte rs. por hũa receita que ficou na
mão a Fernão Roiz com dieeta _____ III.^c XX rs.

Item a Gaspar Fernandez azemell por dias que amdou buscamdo casa pellos momtes e da
palha da azemalla cem rs. _____ C.^{to} rs.

Dom Antonio 1\$903

[fl. 62v.] Item a Amtonio Fernandez ho Velho por tres dias que trabalhou em femder lenha
no requeixo nesta semana duzentos e coremta rs. _____ II.^c R.^{ta} rs.

Item a Ana d'Amdrade mill e duzentos e coremta rs. que se lhe montou aver neste mes a
coremta rs. por dia quanto pera pão que não tomou na despensa _____ Ī II.^c R.^{ta} rs.

Item a Duarte Lopez allfaiaate da Rainha mill e trezentos rs. e coremta rs. por dezaseis
dias que trabalhou na recamara de S.A. a noventa rs. por dia _____ Ī III.^c R.^{ta} rs.

Item por quatro canadas de vinho pera comeer na dos assados da vitela oitenta _____
LXXX.^{ta} rs.

Item aos Padres de São Francisco d'Emxobregas por cemto e doze aratens de carneiro que
se lhes montou aver neste mes a vimt'oito cada semana a catorze mill e quinhentos
sesemta e oito _____ Ī b.^c LX bIII.^o rs.

Item a Gaspar Gonçalvez ortelão quatrocentos e novemta e cimquo rs. por homze cargas
de folhada que deu neste mes pera a coelheira a coremta e cimquo rs. carga _____

_____ IIII.^c LR.^{ta} b rs.
Item a Domingos Gonçalvez leiteiro dous mill e quinhentos sesemta e sete rs. e meio que
se lhe montou aver neeste mes por cento e vint'oitto canadas e quartilho e meio de leite
que deu pera a despensa a vimte rs. canada _____ $\bar{\text{II}}$ b.^c LX bII meio [rs.]

Dom Antonio 7\$530 $\frac{1}{2}$

[fl. 63] Item elle mais seiscentos rs. que tem por mes pera mamtimento da besta em que
tras ho leite cada dia por obrigação _____ bI.^c rs.
Item ao ortellão novecentos rs. por vimte cargas de folhada que mais deu pera a coelheira
a corenta rs. e cimquo carga neste mes _____ IX.^c rs.
Item aos Frades de São Francisco d'Emxobregas oitocentos rs. que se lhes momtou aver
mais neste mes a duzentos rs. cada semana quanto pera pão _____ bIII.^c rs.

Dom Antonio 2\$300

[fl. 63v.]

Pão

Item a Lianor Fernandez do pão que deu neste mes na despensa catorze mill quatrocentos
e trimta e seis rs. _____ $\bar{\text{XIII}}$ IIII.^c XXXb rs.

Item ella mais do pão da mesa quatro mill e trezentos e coremta rs. _____ $\bar{\text{III}}$ III.^c R.^{ta} rs.

Item a Sousa de pão que deu neste mes pera a despensa oito mill oitocentos e cimquenta
e dous rs. _____ $\bar{\text{bIII}}$ bIII.^c LII [rs.]

Item a Pedro Lopez de pão que deu neste mes pera a despensa sete mill trezentos setenta
e dous rs. _____ $\bar{\text{bII}}$ III.^c LXXII [rs.]

Item a Jeneevra Gonçalvez de pão que deu neste mes pera a despensa sete mill oitocentos
setenta e seis rs. _____ $\bar{\text{bII}}$ bIII.^c LXXbI [rs.]

Item a Amtonia Luis lavamdeira de S.A. setecentos e cimquenta e dous rs quanto cada
mes pera hũa aroba de s[ab]ão de lavamdeira da camara _____ $\bar{\text{bII}}$.^c L.^{ta} II rs.

Item ella mais de lavamdaria da mesa mill e quatrocentos e coremta e dous rs. pera sabão
e lenha _____ $\bar{\text{I}}$ IIII.^c R.^{ta} rs.

Dom Antonio 45\$070

[fl. 64]

Ordinarias

Item a Bramqua Fernandez molher de Tome Fernandez reposteiro mill e oitocentos
sesemta e seis rs. e meio que se lhe momtou aver neste mes a sesemta e seis rs. e meio por

dia pera mantimento dos pasaros de S.A. são mill e oitocentos e noventa rs. e meio a
sesemta e meio por dia _____ $\bar{\text{I}}$ bIII.^cLR.^{ta} meio [rs.]

Item a Francisco Ferreira copeiro seiscentos e doze rs. que tem cada mes pera sesemta e
dous pucaros de baro pera a copa de S.A. _____ bI.^c XX rs.

Item elle mais oitocentos rs. que mais tem cada mes pera quatro cargas de lenha _____
_____ bIII.^c rs.

Item a Lianor Fernandez de vimte dias de carne que ouve neste mes duzentos rs. a dez rs.
pera tousinho que tem cada dia _____ II.^c rs.

Item a Catarina da Silva esprivana da Rainha setecentos e dez rs. que se lhe momtou aver
neste mes a vimte e quatro rs. por dia que tem pera pão _____ bII.^c X rs.

Item a Migel de Sunhiga estribeiro trezentos e dez rs. que tem ca[da] mes a dez rs. por dia
que tem pera azeite com que se allumiam as estrebarias dos machos das amdas _____
_____ III.^c X rs.

Item a Johão Lopez trimchante das damas vimte rs. que tem cada mes pera amollar de
faacas _____ XX rs.

Dom Antonio $4\$550 \frac{1}{2}$

[fl. 64v.] Item elle mais cemto e vimte e quatro rs. que se lhe montou aver neste mes a
quatro rs. por dia que tempera azeite com que se allumiam as estrebarias das mullas de
sella _____ C.^{to} XXVIII rs.

Item a Constantino esprivão da Rainha seiscentos e vimte rs. que se lhe momtou aver
neste mes a vimte rs. por dia que tem pera pão _____ bI.^c XX rs.

Item elle mais pera callsado cada mes cemto e cimquenta rs. _____ C.^{to} L.^{ta} rs.

Item elle mais pera lavagem da sua roupa oitenta rs. _____ LXXX.^{ta} rs.

Item a Joana Rameres a Castilhana seiscentos e vimte rs. que se lhe momtou aver neste
mes a vimte rs. por dia d'allimpar as casas de S.A. _____ bI.^c XX rs.

Item ella mais quatrocentos rs. que tem cada mes d'allimpar as casas das damas ___ IIII.^c rs.

Item a Pedro Gonçalvez azemell oitenta rs. que tem cada mes pera lavagem das toalhas
com que se cobrem as quartas em que vão busquar agoa pera S.A. _____ LXXX.^{ta} rs.

Item a Vicente Trigueiro mantieiro mill e duzentos e coremta rs. que se lhe montou aver
neste mes a coremta rs. que tem cada dia pera pão _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c R.^{ta} rs.

Item ao cozinheiro mor oitenta rs. que tem cada mes pera lavagem das toalhas da cozinha LXXX.^{ta} rs.

Dom Antonio $3\$394$

[fl. 65] Item elle mais cemto e vimte rs. que tem cada mes pera amollar de facas e sall da mesa de S.A. _____ C.^{to} XX rs.
 Item a Migel de Sunhiga mais seiscentos e sesemta e seis rs. e meio que tem cada mes pera hum homem que ajuda has amdas _____ bI.^c LX bI meio [rs.]
 Item ao esprivão da cozinha setenta rs. que tem cada mes pera timta e penas _____ LXX.^{ta} rs.
 Item a Joana Antunez que faz as decoadas quatrocentos e novemta e cimquo rs. que tem cada mes _____ IIII.^c LR.^{ta} b rs.
 Item a Jeronima de Santo Agostinho mill e novecentos e oitenta e tres rs. que se lhe momtou aver neste mes a sesemta rs. que tem por dia e cemto e vimte e tres rs. pera callsado e lavagem da sua roupa _____ $\bar{\text{I}}$ IX.^c LXXX.^{ta} III rs.
 Item a Francisco Lopez comfeyteiro vimte rs. que tem por mes pera lavagem das toalhas da guarda reposta _____ XX rs.
 Item aos tres homens da despensa e requeixo setecentos e cimquoenta rs. a duzentos e cimquoenta a cada hum que tem cada mes de solldada _____ bII.^c L rs.
 Item eles mais quatrocentos e dezoito rs. e meio a resão de quatro rs. e meio que tem cada hum pera vinho cada dia _____ IIII.^c XbIII.^o rs.

Dom Antonio 4\$523 $\frac{1}{2}$

[fl. 65v.] Item a Fernão Roiz despenseiro mor trezentos e dez rs. a dez rs. por dia que tem pera azeite com que allumia a despensa _____ III.^c X rs.
 Item a Johão d'Allmeida esprivão [do] thesouro coremta rs. que tem cada mes pera tinta e penas _____ R.^{ta} rs.
 Item a Amtonio Fernandez cabreiro oitocentos e noventa e nove rs. que se lhe momtou aver neste mes a vimte e nove rs. que tem por dia pera comer _____ bIII.^c LR IX rs.
 Item elle mais de solldada cada mes trezentos _____ III.^c rs.
 Item a Duarte Lopez allfaiate da Rainha mill e quatrocentos e coremta rs. por dezasseis dias que trabalhou na recamara de S.A. a noventa rs. por dia que tem pera comer na despensa _____ $\bar{\text{I}}$ IIII.^c R.^{ta} rs.
 Item a Jorge Pinheiro esprivão da matricala pera timta e penas coremta rs. _____ R.^{ta} rs.
 Item a Francisco d'Allmeida comtador seiscentos <e vinte> rs. que se lhe montou aver neste mes a vimte rs. por dia _____ bI.^c XX rs.
 Item a Catarina Soares molher pobre setecentos e setenta e cimquo rs. que se lhe momtou aver neste mes a vimte e cimquo rs. que tem cada dia na dispensa de S.A. _____
 _____ bII.^c LXX.^{ta} b rs.

Item ao cozinheiro mor trezentos e dez rs. que se lhe momtou aver neste mes a dez rs. por dia que tem pera azeite com que allumia a cozinha _____ III.^c X rs.

Dom Antonio

4\$734

[fl. 66]

Callsados das molheres

Item a Barbara de callsado e lavagem da sua roupa cemto e vimte e tres cada mes _____ C.^{to} XXIII rs.

Item a Joana Jorge cemto e vimte e tres rs. _____ C.^{to} XXIII rs.

Item a Catarina da Sillva cemto e vinte e tres rs. _____ C.^{to} XXIII rs.

Item a Isabel Roiz cemto e vimte e quatro rs. _____ C.^{to} XXIII[I] rs.

Item a Pelonia da Cella cemto e vimte e tres _____ C.^{to} XXIII rs.

Item a Maria Gonçalvez cemto e vimte e quatro _____ C.^{to} XXIII[I] rs.

Item a Catarina de Sam Pedro cemto e vimte e tres _____ C.^{to} XXIII rs.

Item a Josee Correa cemto e vimte e tres _____ C.^{to} XXIII rs.

Item a Catarina de Mendonça cemto e vimte e tres _____ C.^{to} XXIII rs.

Item a Margarida Correa cemto e vimte e tres _____ C.^{to} XXIII rs.

Item a Margarida Preta cemto e vimte e tres _____ C.^{to} XXIII rs.

Item a Catarina Jeronima cemto e vimte e tres _____ C.^{to} XXIII rs.

Item a Lianor da Sillva cemto e vimte e tres _____ C.^{to} XXIII rs.

Item a Romão cemto e vimte e tres _____ C.^{to} XXIII rs.

Dom Antonio

1\$722

[fl. 66v.] Item a Sallvador Gonçalvez homem das compras duzentos e cimquenta rs. da soldada deste mes _____ II.^c L.^{ta} rs.

Item elle mais seiscentos e vimte rs. que se lhe momtou aver a vimte rs. por dia que tem pera pão _____ bl.^c XX rs.

Item elle mais seiscentos e vimte rs. que se lhe momtou aver neste mes a vimte rs. por dia que tem pera carne e pescado _____ bl.^c XX rs.

Item elle mais cemto e trimta e cimquo rs. que se lhe momtou aver a quatro rs. e meio que tem pera vinho cada dia _____ C.^{to} XXXb rs.

Item a Migel Fernandez homem das compras mill e seiscentos e vimte e cimquo rs. que se lhe momtou aver neste mes pela maneira declarada nas quatro adiçois asima de Sallvador Gonçalvez _____ Ī bl.^c XX rs.

Dom Antonio

3\$245

[fl. 67]

Varedeiros

Item a Jurda varedeiro mill e duzentos e coremta rs. que se lhe momtou aver neste mes a
 coremta rs. por dia _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c R.^{ta} rs.
 Item elle mais pera callsado cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item a Julliam mill e duzentos e coremta rs. _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c R.^{ta} rs.
 Item elle mais pera callsado cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item a Johão de Lima mill e dozemtos e corenta rs. _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c R.^{ta} rs.
 Item elle mais pera callsado cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Item a M.^{el} d'Ellvas mil e duzentos e corenta _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c R.^{ta} rs.
 Item elle mais pera callsado cem rs. _____ C.^{to} rs.
 Dom Antonio 5\$360

[fl. 67v.] em branco

[fl. 68] Homens das amdas
 Item a Johão Allvarez com dous machos das amdas todo homes mill e quinhentos _____
 _____ $\bar{\text{I}}$ b.^c rs.
 Item a Bertollameu Afonso com duas mullas mill e duzentos rs. _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.
 Item a Cristovão Gonçalvez com duas mullas mill e dozemtos rs. _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.
 Item a Francisco Pereira com hũa mulla mil e duzentos rs. todo ho mes _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.
 Item a Belltezar Dias com ho cavalo de Johão Fogasa dezaseis dias seiscentos e corenta ____
 _____ bI.^c R.^{ta} rs.
 Item a Pedro d'Alva que faz as com as has mulas mill e duzentos rs. _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.
 Item Pedro Fernandez agoadeiro com hum macho mill e duzentos rs. _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.
 Dom Antonio 7\$910

[fl. 68v.] em branco

[fl. 69] Azemeis
 Item a Gaspar Fernandez com duas azemallas mill e duzentos rs. _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.
 Item Dominguos Fernandez com duas⁷¹⁶ mill e duzentos _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.
 Item Francisco Gonçalvez ho Ferro com duas⁷¹⁷ mill e duzentos _____ $\bar{\text{I}}$ II.^c rs.

⁷¹⁶ Sic.

⁷¹⁷ Sic.

Item a Fruitozo com duas ⁷¹⁸ mill e duzentos _____	̄ I II.º rs..
Item a Johão Dias agoadeiro com hũa ⁷¹⁹ mill e duzentos rs. _____	̄ I II.º rs.
Item a Estevão Fernandez agoadeiro com hũa ⁷²⁰ mill e duzentos rs. _____	̄ I II.º rs.
Item a Pedro Fernandez ho Castilhano que tem... da coelheira mill e duzentos rs. _	̄ I II.º rs.
Item a Pedro Gonçalvez da despensa mill e duzentos rs. _____	̄ I II.º rs.
Item a Fernão Galleguo apousemtador quinhentos rs. que tem cada mes _____	b.º rs.
Item a hum homem que curou as mullas estando em Bellem trezentos e vimte rs. _____	III.º XX rs.
Dom Antonio	10\$420

[fl. 69v.] com tres assentos riscados e com o registro “vi atrás nas hordinarias”.

[fl. 70]	Raçãois que se pagão a dinheiro
Item a Maria Bulhosa da sua rasão deste mes seiscentos rs. _____	bI.º rs.
Item a Isabell Gomez seiscentos rs. _____	bI.º rs.
Item a Maria Lopez seiscentos rs. _____	bI.º rs.
Item a Guiomar Coelha seiscentos rs. _____	bI.º rs.
Item a Maria Ferreira seiscentos rs. _____	bI.º rs.
Item a Maria Gonçalvez seiscentos rs. _____	III.º rs. ⁷²¹
Item a Margarida Preta seiscentos rs. _____	bI.º rs.
Item a Catarina de Mendonça seiscentos rs. _____	bI.º rs.
Item a Josee Correa seiscentos rs. _____	bI.º rs.
Item a Catarina de Sampedro seiscentos rs. _____	bI.º rs.
Item Margarida Preta seis diguo Margarida Correa seiscentos rs. _____	bI.º rs.
Item Romão seiscentos rs. _____	bI.º rs.
Item Leonor da Sillva trezentos rs. _____	III.º rs.
Item Catarina Jeronima trezentos rs. _____	III.º rs.
Dom Antonio	7\$500

[fl. 70v.] em branco

[fl. 71] Capellais

⁷¹⁸ Sic.

⁷¹⁹ Sic.

⁷²⁰ Sic.

⁷²¹ Corrigido de bl.º rs.

Item a Baltezar Fernandez e Eitor de Sampayo da primeira semana que se acabou sabado cimquo deste mes em que forão domairos mill e quatrocentos rs. _____ Ī IIII.^c rs.
Item a Dioguo de Brito e Jeronimo Borges da segumda semana que forão domayros que se acabou sabado doze dias mill e quatrocentos rs. _____ Ī IIII.^c rs.
Item a m.^{el} Lopez e Diogo Callado da semana que se acabou sabado dezanove deste mes mill e quatrocentos rs. _____ Ī IIII.^c rs.
Item a Jeronimo Framquo e Baltezar Fernandez da semana que forão domairos que se acabou sabado vinte e seis deste mes mill e quatrocentos rs. _____ Ī IIII.^c rs.
Item a Eitor de Sampaio e Dioguo de Brito da semana que forão domairos que se consesou a vimte e sete deste mes e acabou sabado dous de Junho mill e quatrocentos rs. _ Ī IIII.^c rs.
Dom Antonio 7\$[000 rs.]

[fl. 71v.] em branco

[fl. 72] Lavagem⁷²²
Item a Monequa da Fonseca da roupa que mandou lavar do retrete cemto e vimte rs. _____ C.^{to} XX rs.
Item Ana de Moraes da lavagem da sua roupa cem rs. deste mes _____ C.^{to} rs.
Item a Maria Vidall da lavagem da sua roupa _____ C.^{to} rs.
Item a Joana da Costa e Lianor da Costa da lavagem da sua roupa duzentos rs. _____ II.^c rs.
Item Isabell da Gama da lavagem da sua roupa cem rs. _____ C.^{to} rs.
Item a Francisco Lopez comfeyteiro da lavagem das toalhas da guarda da reposta vimte rs. XX rs.
Dom Antonio 640

[fl. 72v.] em branco

[fl. 73] Reposteiros de camas
Item a Johão de Perallta da semana que servio que se acabou sabado cimquo deste mes trezentos e sesenta e sete rs. e meio _____ III.^c LX bII meio.
Item a Johão de Perallta mais da semana seguimte que mais servio que se acabou sabado doze deste mes trezentos e sesemta e sete rs. e meio _____ III.^c LX bII meio.
Item a Francisco Machado das ditas duas semanas que servio juntamente com ho dito Johão de Perallta setecentos e trimta e cimquo rs. _____ bII.^c XXXb rs.

⁷²² Seguem-se dois apontamentos riscados.

Item a Johão de Perallta mais da semana que servio que se acabou sabado dezanove deste mes trezentos sesemta e sete rs. e meio. _____ III.^c LX bII meio.

Item a Francisco Machado da semana que mais servio que se acabou sabado vimte e seis dias deste mes trezentos e sesemta e sete rs. e meio _____ III.^c LX bII meio.

Item a Johão de Perallta mais da semana que servio que se acabou a dous de Junho trezentos e sesemta e sete rs. e meio _____ III.^c LX bII meio.

Dom Antonio

2\$572 $\frac{1}{2}$

[fl. 73v.] em branco

[fl. 74]

Donas que tem criados

Item Ana d'Amrade do mantimento do seu criado de trimta e hum dias deste mes setecentos e setenta e cimquo rs. a vimte e cimquo rs. por dia _____ bII.^c LXX.^{ta} b rs.

Item ella mais duzentos e trimta e dous rs. e meio que se lhe montou em aver neste mes a sete rs. e meio pera vinho cada dia _____ II.^c XXXII meio.

Item a Monequa da Fonsequa setecentos e setenta e cimquo rs. do mantimento do seu criado deste mes _____ bII.^c LXX b rs.

Item ella mais do vinho duzentos e trimta e dous rs. e meio. _____ II.^c XXXII meio.

Item a Camillia Correa do mantimento do seu criado setecentos e setenta e cimquo rs. _____ bII.^c LXX b rs.

Item ella mais do vinho duzentos e trimta e dous rs. e meio _____ II.^c XXXII meio.

Item a Misia Nunez do mantimento do seu criado setecentos e setenta e dous rs. e meio _____ bII.^c LXXII rs. [meio]

Item ella mais do vinho duzentos e trinta e dous rs. e meio _____ II.^c XXXII meio.

Item a Amtonia Vieira de vinho deste mes duzentos e trimta e dous rs. e meio _____ II.^c XXXII meio.

Item a Lianor d'Araujo do vinho deste mes duzentos e trimta e dous rs. e meio _____ II.^c XXXII meio.

Dom Antonio

4\$495

[fl. 74v.] em branco

[fl. 75]

Raçois dos cozinheiros

Item ao cozinheiro mor dos dezaseis dias do pescado que ouve neste mes diguo por doze dias a seis rs. por dia setenta e dous rs. _____ LXX.^{ta} II rs.

Item a Bautista Leitão setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item Amtonio Simois setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item ao pasteleiro setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item a Daniell da Veiga setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item a Francisco Luis setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item a Francisco Lopez setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item a Bemto Dias setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item a Simão d'Évora setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item a Bellchior Gonçalves setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item a Domingos Lourenço setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item a Jorge Gonçalves setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item a Domingos Tavares setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item a Roque da Veiga setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item a Domingos Fernandez apousemtado setenta e dous rs. _____ LXXII rs.
Item elle mais quinhentos e quatro rs. por trimta e oito arates de vaqua que não tomou na
despensa em dezanove dias deste mes _____ b.^c IIII rs.

Dom Antonio

1584

[fl. 75v.] em branco

[fl. 76] Item ficou por lamçar e dezasete de Maio cento e oitenta rs. d'armasão de duas
casas _____ C.^{to} LXXX.^{ta} rs.
Item ficou mais por lamçar em oito deste mes de Maio coremta rs. a hum moço
d'estrebeira acemtos dos quimze que ja vão asentados no mesmo dia _____ R.^{ta} rs.
Item a hum homem castilhano seiscentos que lhe mamdou dar ho veador por ir ajudar a
fazer pasteis ao mosteiro d'Esperansa quamdo S.A. laa foy _____ bI.^c rs.

que ouvera d'ir asentados no mes d'Agosto que se não lamçaarão por estar jaa ho livro
comtado ao tempo que hos mamdaram pagar.

Item a hum moço da capella pera jamtar coremta rs. que lhe ficarão por asentar em
quarta-feira nove dias deste mes allem dos cimquo que ja estão asentados no dito dia _____
_____ R.^{ta} rs.

Dom Antonio

860

[fl. 76v.] em branco

[fl. 77] Vale toda a despesa deste mes _____ ^{_____} **bII^c RbI** bII.^c bII rs.

[fls. 77v a 94v.] em branco

[fl. 95] registros riscados

[fl. 95v. a 96] em branco